



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAURÍCIO QUADROS DA MOTA

A UNE VOLTA À CENA

**A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de
reconstrução da UNE (1969-1979)**

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso

Salvador, 2013

MAURÍCIO QUADROS DA MOTA

A UNE VOLTA À CENA

**A reorganização do Movimento Estudantil baiano e o Congresso de
reconstrução da UNE (1969-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso

Salvador, 2013

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. LUCILEIDE COSTA CARDOSO (ORIENTADORA) – UFBA

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROFA. DRA. CÉLIA COSTA CARDOSO – UFS

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR. MUNIZ GONÇALVES FERREIRA - UFRRJ

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

*À memória de todos os **militantes estudantis**,
que contribuíram com a construção democrática do Brasil,
tendo seu legado registrado para sempre na história.*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos é sempre algo importante e o mesmo tempo delicado. Ao tempo que você pode utilizar esse espaço para prestigiar pessoas que contribuíram direta ou indiretamente com o processo de construção desse trabalho. A memória, por vezes falha, pode nos ocorrer de recair nas armadilhas do esquecimento. De antemão, aproveito para me antecipar com as desculpas a quem se, porventura, esquecer.

Primeiramente, e não poderia ser diferente, agradecer a Deus por esse momento. Ele é quem mais sabe das angústias, medos, trabalho, suor e lagrima que marcaram meus caminhos até aqui. Deus o qual outrora havia negado por muito tempo. Embebecido pelas incompreensões, se assim pode se dizer, das vestes do ateísmo. Hoje tenho real certeza que ele existe e está presente de alguma forma em todos nós, se manifestando através do amor entre as pessoas. E que, sem ele, não estaria escrevendo essas linhas aqui agora.

A esse momento devo tudo aos meus pais. Que sempre me apoiaram nessa jornada que não se iniciou com o ingresso no mestrado. Desde, como diria minha falecida avó Judite, “que me entendo por gente”. Meu pai, mesmo na condição de semianalfabeto, que só teve a oportunidade de aprender a ler, escrever e fazer conta. Sempre nos ensinou a importância de estudar, remetendo ao fato do quanto ele sofreu na vida por não ter tido essa oportunidade. Mesmo nas cobranças do dia a dia do trabalho, considerava a educação como prioridade. Agradeço a ele, por mim e por meus irmão, hoje todos formados, Jean como engenheiro e Silvana enfermeira. Cada um a seu modo, grandes irmãos. E eu, graduado em história, e agora, mestre. E já com pretensões para o doutorado. Como queria minha mãe, em seus sonhos mais ambiciosos, ao querer me ver doutor. Talvez a leitura dela preconizasse a medicina, mas, de todo modo, ela sempre foi uma incentivadora do que sou agora. Meus pais sempre me ensinaram uma das coisas mais preciosas que alguém pode aprender na vida: SIMPLICIDADE.

Agradeço a meus irmãos, Silvana e Jean, pelas cobranças e apoio. Sempre estiveram perto e acompanharam toda essa minha jornada.

Agradeço também aos meus amigos, em especial Dimas Dantas. Que ele bem sabe que além de ser meu amigo a mais de 14 anos, e meu cunhado a 4, é um irmão pra mim. Uma pessoa sempre disposta a ajudar, a colaborar e a entender. Que com seu jeito as vezes comedido e sensato, mas também muitas vezes explosivo, faz de nossa parceria

única, e pra vida toda. A Igor Bulhões, com sua sede insaciável por conhecimento, e por um bom debate, me “elucubrou” muito durante os trabalhos dessa dissertação. Mas seu jeito singular muito me acrescenta, contribuições que ele nem mesmo imagina. E o que faz tão importante a amizade dele pra mim. Outro grande amigo é Uriálisson Queiroz, a que tive o prazer de conhecer desde os primeiros meses da minha graduação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Alguém sempre apto a uma boa conversa e “gastação”. Nunca o vi bravo ou chateado por nada, uma figura. Não poderia esquecer do notabilíssimo Lucas Santos Café. Uma pessoa simplesmente “FANTÁSTICA” a que tenho um enorme prazer de chamar de amigo. Entramos e saímos da graduação juntos, entramos e saímos no mestrado juntos. E cada momento que compartilho com essa pessoa, me faz uma pessoa mais feliz. Nesse hall dos amigos não poderia faltar Sandrine da Silva Souza, vulgo “Dine” ou “Muié”. Uma pessoa maravilhosa que Deus colocou em minha vida. Pessoa de boa conversa, boa resenha, e, por vezes, bem esquecida. Mas é justamente desse jeitinho peculiar dela que me faz gostar muito(rsrtrs). A Rogério Barreto, vulgo “Barretão”, sempre um companheiro de todas as horas. Meus amigos e primos, Alan Quadros e Alex Quadros. Pessoas sensacionais que sempre me propiciam momentos agradabilíssimos.

A “Família UFRB”, definição do conjunto de amigos e colegas que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação, não só acadêmica, mas com, principalmente, humana. Não vou citar os nomes para não cometer o deslize de esquecer alguém.

Não poderia nunca deixar de agradecer uma pessoa MARAVILHOSA, Lucileide Costa Cardoso. A melhor orientadora que alguém pode ter. Sempre atenta, preocupada, compreensiva, e, principalmente, competente. A que tenho feliz prazer e liberdade de, por vezes, chamar de “mainha”. Uma relação de amizade, respeito e cordialidade construído desde os primeiros semestres da minha graduação, ainda como minha professora. Depois, já na condição de orientadora, acredito que no segundo ano da graduação, quando participei na condição de voluntário do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar, que acabou crescendo e se tornando um grupo de pesquisa. Se não me engano fui um dos primeiros orientados dela, para não dizer que foi o primeiro. O que, objetivamente, influenciou para obtenção da bolsa de iniciação científica. A primeira célula do que resultaria nessa dissertação de mestrado. Sendo, por circunstâncias do destino, novamente, seu primeiro orientando na Universidade Federal da Bahia, só que agora na

condição de mestrando. E a quem devo muito pela conquista dessa que considero, grande vitória.

Gostaria de deixar registrado as importantes contribuições de Célia Cardoso e Muniz Gonçalves Ferreira, avaliadores das minhas bancas de qualificação, e da defesa dessa dissertação de mestrado. Que foram as luzes que apontaram caminhos nos momentos mais “complicados” dessa dissertação. Sendo cruciais nessa etapa tão importante da minha vida.

Agradeço a todos os profissionais da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, do Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, da Biblioteca Central da UFBA, do Centro de Documentação da Reitoria - UFBA, do Arquivo Nacional.

A todos os entrevistados que contribuíram de forma ímpar para a construção dessa dissertação: Luiz Sá da Nova, Valdélino Santos Silva, Nelson Costa da Mata e Olival Freire Junior.

Agradecimentos a UFRB e a UFBA, e aos professores dessas instituições que contribuíram de maneira fundamental para a minha evolução acadêmica e pessoal. A que levarei com muito carinho para o resto da minha vida.

Agradeço imensamente a todos os militantes e ex-militantes do mundo. Que lutam todos os dias por dias melhores para seu povo. Na incansável batalha de buscar um sociedade melhor.

Não poderia deixar de agradecer também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a que muito contribuiu para que pudesse construir e obtivesse os resultados desse trabalho.

*União Nacional dos Estudantes
Mocidade Brasileira
Nosso hino é nossa bandeira*

*De pé a jovem guarda
A classe estudantil
Junto à vanguarda
A trabalhar pelo Brasil
A nossa mensagem
De coração é que traz
Um canto de esperança
Num Brasil em paz*

*A UNE reúne futuro e tradição
A UNE, a UNE
A UNE é união
A UNE, a UNE, a UNE somos nós
A UNE, a UNE
A UBE é nossa voz.*

(Hino da UNE, composição de Carlos Lira e Vinicius de Moraes, 1963)

RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de reorganização política do Movimento Estudantil baiano no período compreendido entre os anos 1969 e 1979, que acabou contribuindo na construção do 31º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes – UNE – ocorrido nos dias 29 e 30 de maio de 1979, na cidade de Salvador, Bahia. Esse evento, que contou com a participação de milhares de estudantes de todo o Brasil, foi o ápice das movimentações estudantis em escalada durante a década de 1970. O Congresso trouxe a UNE ao cenário Nacional brasileiro, após seu desmantelamento pelas forças repressivas da Ditadura Militar, com a desarticulação do Congresso de Ibiúna, e a promulgação do Ato Institucional Nº-5, em 1968. Servindo de base de orientação política das ações estudantis no contexto de redemocratização política no Brasil, angariando amplo apoio da sociedade. Nosso olhar parte da compreensão das ações estudantis dentro e fora do ambiente universitário, buscando remontar os limites político e sociais dos diferentes setores sociais que compunham as lutas e disputas em prol ou não da redemocratização política brasileira. Essa reconstrução histórica se deu a partir da conjunção e problematização de um amplo leque documental que foram de fundamental importância para as linhas que compõe essa dissertação, tais como: a grande imprensa baiana do período; as imprensas alternativas e estudantis baianas e brasileiras; entrevistas e narrativas orais; relatórios do Serviço Nacional de Inteligência; imagens e registros iconográficos.

PALAVRAS-CHAVE – Movimento Estudantil; UNE; Congresso; Salvador.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the political reorganization of the Student Movement Bahia in the period between the years 1969 and 1979, which eventually contributed in building the 31st National Congress of the National Union of Students - UNE - occurred on 29 and 30 May 1979, in the city of Salvador, Bahia. This event, which was attended by thousands of students from all over Brazil, was the culmination of student movements in climbing during the 1970. Congress brought the Brazilian National UNE scenario, after your disorganization the repressive forces of the Military Dictatorship with the disarticulation of the Congress of Ibiúna, and the promulgation of Institutional Act No. 5, in 1968. Serving base the political orientation of student actions in the context of political democratization in Brazil, garnering support from the society. Part of our look comes from understanding the student actions inside and outside the university ambient, seeking to reassemble the political and social boundaries of different social sectors that comprised the fights and disputes in favor or not of Brazilian political democratization. This historical reconstruction took place from the conjunction and questioning of a broad range document that were of fundamental importance for the lines that make up this dissertation, such as the great baiano press of the period; alternatives and student presses baiano and brazilian; interviews and oral narratives; reports of the National Intelligence Service; images and iconographic records.

KEYWORDS - Student Movement; UNE; Congress; Salvador.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABI** – Associação Brasileira de Imprensa
- ACM** – Antônio Carlos Magalhães
- AI** – Ato Institucional
- ALBA** – Assembleia Legislativa da Bahia
- ALN** – Aliança Libertadora Nacional
- AP** – Ação Popular
- APML** – Ação Popular Marxista Leninista
- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- BNM** – Brasil Nunca Mais
- CA** – Centro Acadêmico
- CEDEM** – Centro de Documentação e Memória da UNESP
- CEDOC/UnB** – Centro de Documentação da Universidade de Brasília
- CGT** – Comando Geral dos Trabalhadores
- CIVUB** – Comissão Interiorana dos Vestibulandos da Bahia
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONEG** – Conselho de Entidade Gerais da UNE
- CPC** – Centro de Cultura Popular
- CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- CUCA** – Circuito Universitário de Cultura e Arte
- DA** – Diretório Acadêmico
- DCE** – Diretório Central dos Estudantes
- DEE** – Diretório Estadual dos Estudantes
- DEOPS** – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo
- DOI-CODI** – Departamento Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna
- DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social
- DSI/MEC** – Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura
- ECA** – Escola de Comunicação de Artes da Universidade de São Paulo
- ENE** – Encontro Nacional dos Estudantes

FAU-USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
GTRU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
JUC – Juventude Universitária Católica
LIBELU – Liberdade e Luta
MCI – Movimento Comunista Internacionalista
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MME – Memória do Movimento Estudantil
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirantes
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
POC – Partido Operário Comunista
POLOP – Política Operária
PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RU – Restaurante Universitário
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Sociedade
SIS – Serviço de Inteligência
SNI – Serviço Nacional de Informações
TCB - Trabalho Conjunto dos Bairros
TCS – Trabalho Conjunto de Salvador
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual dos Estudantes
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCAR – Universidade Federal São Carlos
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USAID – United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	4
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Lista de abreviaturas e siglas.....	11
INTRODUÇÃO.....	16
As primeiras movimentações.....	23
Discussões Bibliográficas.....	28
Referenciais Teórico-Methodológicos.....	37
CAPÍTULO 1 – AS MOVIMENTAÇÕES DO ME NA UFBA: ROMPENDO BARREIRAS.....	40
O boicote ao Ciclo Básico.....	47
Reconstrução do DCE-UFBA.....	51
A greve contra o Jubilamento.....	57
As influências das organizações de esquerdas no ME baiano.....	67
Os Encontros Nacionais dos Estudantes.....	77
O ME e o Trabalho Conjunto de Salvador.....	80
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO 31º CONGRESSO DA UNE	88
O contexto nacional.....	90
A Comissão pró-UNE.....	94
A elite política baiana e a sustentação do Congresso na Bahia.....	97
As tendências políticas do Movimento Estudantil.....	113
Os olhos e ouvidos do Regime: o SNI.....	125
O longo caminho até Salvador.....	135
10ª Reunião da Comissão pró-UNE: os últimos detalhes do Congresso.....	138

CAPÍTULO 3 – O CONGRESSO DA UNE: A RECONSTRUÇÃO.....	142
O Congresso, esperança de democracia em tempos ditadura.....	142
A presença do MDB.....	162
O número de congressistas.....	165
O dia a dia dos trabalhos.....	167
A diretoria da UNE: o jogo das articulações.....	171
As resoluções finais do Congresso.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	192
DOCUMENTAÇÕES CONSULTADAS.....	197

INTRODUÇÃO

A cidade do Salvador, localizada no estado da Bahia, tornou-se um dos principais palcos políticos nacionais durante a década de 1970 ao sediar um dos congressos mais importantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), o 31º Congresso Nacional dos Estudantes, em 1979. Esse congresso representou o ápice das articulações estudantis no Brasil durante a década de 1970 em escalada pós-Ato Institucional Nº 5 (AI-5)¹. Historicamente, os congressos da UNE tiveram um papel fundamental enquanto fórum máximo de debate e deliberação do Movimento Estudantil² em âmbito nacional, sendo a maior e mais representativa atividade política da juventude brasileira. Ao longo de sua história, lançou as bases de ações e articulações do Movimento Estudantil nacionalmente. A história dessa entidade esteve, está, e, provavelmente, estará relacionada com os diversos acontecimentos que marcaram, marca, e marcará, a história do Brasil e da Bahia.

A União Nacional dos Estudantes tornou-se a principal entidade estudantil brasileira, desde a sua criação em 1937, com a realização do I Congresso Nacional dos Estudantes. Na década de 1940, encontrava-se desmantelada. A sua reorganização deveu-se a atuação da juventude do Partido Comunista Brasileiro(PCB), que protagonizou uma série de lutas e manifestações contra a ditadura do Estado Novo. Também encabeçou campanhas contra o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial(1939-1945), levando os estudantes a ocupar o Clube Germânia na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, que, a partir daquele momento, tornar-se-ia a sede oficial da entidade. Encaminhou à sociedade

¹ O Presidente da República podia decretar a intervenção nos estados e municípios, "sem as limitações previstas na Constituição" (art. 3º). Conforme o artigo 4º, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e "sem as limitações previstas na Constituição", podia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos por 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Pelo artigo 5º, a suspensão dos direitos políticos, significava: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, pelo Ministério da Justiça, independentemente de apreciação pelo Poder Judiciário, das seguintes medidas: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>. Acesso em 21 de agosto de 2012 as 10h02m.

² Concordamos com CAVALCANTI JUNIOR ao pensarmos "Movimento Estudantil" enquanto categoria histórica, que se origina de processos sociais em espaço e tempo definidos. – CAVALCANTI JUNIOR, Idelmar Gomes. **Juventude em Movimento: um estudo sobre a constituição do Movimento Estudantil como uma categoria histórica**. Mestrado em História – UFPI/CCHL, Teresina, 2007.

brasileira a sua primeira “Mensagem de Paz”, denominada À mocidade do Brasil e das Américas, construída durante a realização de seu Congresso Nacional. Para Santos “(...) a mensagem pacifista demonstra a visão ingênua e romântica do movimento estudantil da época, mas não impede de desencadear, posteriormente, uma forte campanha contra os países do Eixo, encabeçadas pelas lideranças estudantis”. (SANTOS, 2007. p.29)

Durante a primeira metade da década de 1950, a UNE viveu a sua fase direitista, em que sua direção foi composta pela Aliança Libertadora Acadêmica, organismo ligado à União Democrática Nacional (UDN)³. Na segunda metade dessa mesma década, durante o governo Juscelino Kubitschek⁴, a UNE iniciou sua fase progressista, que levou a entidade a se aproximar dos sindicatos operários, culminando nas reivindicações contra os aumentos dos bondes do Rio de Janeiro e nas lutas contra a carestia no Brasil. Essa coalizão entre UNE e operários deu origem à *União Operária-Estudantil*. Nessa oportunidade, sua sede foi invadida pela polícia com intuito de prender as lideranças estudantis e, conseqüentemente, desarticular as ações do Movimento Estudantil. (POENER, 1979: p.178-204)

Na década de 1960 a UNE viveu um dos períodos mais conturbados desde a sua fundação. No contexto das discussões das Leis de Diretrizes e Bases durante o governo de João Goulart, a UNE desempenhou um importante papel nos debates acerca da reforma universitária no Brasil. Um dos primeiros desses grandes debates foi realizado pela UNE na cidade de Salvador – BA, mais conhecido como *Seminário Nacional de Reforma Universitária*, resultando na formulação da denominada “Declaração da Bahia”, um dos textos programáticos mais importantes do Movimento Estudantil no Brasil. No segundo Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em 1962, na cidade de Curitiba – PR, foi criada a “Carta do Paraná”, que tinha como objetivo fundamental reivindicar a regulamentação nos estatutos das universidades da participação dos estudantes nos órgãos colegiados, com participação de um terço do total de representantes com direito a voz e voto. A ação dos estudantes pela reforma universitária acarretou a decretação de greve geral nacional, que paralisou a maior parte das quarenta universidades brasileiras. (POENER, 1979: p.205-217)

³ Partido Político brasileiro existente entre os anos de 1945 a 1964, constituiu-se no principal porta-voz de uma elite política com forte característica direitista. Saber mais em: BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A União Democrática Nacional, um partido em questão (notas para um estudo sobre a UDN de 1945 a 1965)**. Cadernos CEDEC, São Paulo: 1978.

⁴ Ver SILVA, Hélio, **Juscelino Kubitschek - 19º Presidente do Brasil, 1956 — 1961**, Editora Três, 1983.

No dia 1º de Abril de 1964, a sociedade brasileira assistira a implantação de uma nova ordem político-institucional no país, que teve como característica fundamenta o gerenciamento do Estado por sucessivos governos militares até 1985.(CARDOSO, 1994) Nesse período, o regime assentado no discurso de “Segurança Nacional e Desenvolvimento”, que justificava a imposição de um sistema de controle e dominação, propondo-se a adquirir legitimidade ao passo que desenvolvia seu projeto capitalista e defendia o país da “ameaça comunista”. A União Nacional dos Estudantes foi brutalmente perseguida, teve sua sede incendiada e, finalmente, colocada na ilegalidade, interferindo diretamente nas bases organizativas do Movimento Estudantil em âmbito nacional. (ALVES, 2005: p. 39-62),

Fizemos essa breve retrospectiva sobre União Nacional dos Estudantes para reforçar sua ativa participação nos principais momentos políticos do Brasil. A intenção é estruturar, em linhas gerais, um quadro que aponte para as ações da UNE durante o período da Ditadura Civil-Militar que nos permita rastrear a principal discussão do capítulo. Isto é, estudar a atmosfera institucional na Universidade Federal da Bahia (UFBA) a qual o ME se estruturou e também as condições política na Bahia a qual lançou as bases da reorganização política do Movimento Estudantil nacional durante os anos de 1970. Sem dúvida, que partimos da hipótese de que o processo de reorganização alcançou o seu momento crucial com a realização do Congresso Nacional da UNE em 1979. Esse Congresso, cujas características principais serão discutidas no decorrer dos próximos capítulos, aglutinou as forças presentes no Movimento Estudantil em âmbito nacional, e lançou as bases e bandeiras do ME, constituindo-se como uma das principais plataformas de lutas e mobilizações dos estudantes no Brasil.

Como afirmou Poener, “a história da UNE e do movimento estudantil brasileiro se confunde, inteiramente, a partir de abril de 1964”. (POENER, 1979; 308) Os estudantes, em sua maioria, compostos por jovens de classe média, protagonizam uma série de manifestações em todo o Brasil. Ancoradas em denúncias contra o acordo MEC-USAID⁵ (GOERTZEL, 1967. p.133) e em favor da solução para os problemas dos

⁵ O acordo entre o Ministério da Educação e a Agency for International development of United States (USAID), MEC-USAID, insere-se num contexto histórico fortemente marcado pelas transformações tecnocratas no âmbito educacional da teoria do capital humano no Brasil, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Na prática, o acordo MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira durante a Ditadura Militar. Destacam-se a *Comissão Meira Mattos*, criada em 1967, e o *Grupo de Trabalho*

estudantes “excedentes”⁶, além de contestações provocadas pela promulgação do AI-3 (que impediu a UNE de funcionar como associação civil), eclodiram as primeiras passeatas contra a ditadura civil-militar. (POENER, 1979. p.218-254)

O ano de 1968 representou o ápice das movimentações estudantis no Brasil. Pautados numa agenda de lutas pelo ensino público e gratuito para todos; uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade; maior participação estudantil nas decisões; e mais verbas para pesquisa. Além de também contestar a ditadura implantada com o golpe de 1964 e o cerceamento às liberdades democráticas. (FORACCHI, 1988) As lutas estudantis acabaram por fundamentar-se em dois eixos: a política educacional e a política repressiva, impulsionadas na medida em que o Regime Militar endureceu suas ações. No dia 28 de março de 1968, um fato marcou as ações estudantis: a morte do estudante secundarista Edson Luís, alvejado por uma bala deflagrada por um policial incumbido, junto com sua guarnição, de conter uma passeata realizada pelos estudantes que reclamavam por melhorias no Restaurante Calabouço⁷. Tal fato foi encarado pelos estudantes envolvidos como o estopim da repressão por parte dos militares. Edson Luís transformou-se em mártir político das lutas contra o regime militar. E as movimentações estudantis passaram a assumir uma dimensão nacional, elemento que polarizou a imprensa dando margem a diferentes interpretações. (VALLE, 2008. p.74-86)

Surgiram também outras manifestações protagonizadas pelo Movimento Estudantil: a sexta-feira do dia 21 de junho de 1968, denominada “A sexta-feira sangrenta”, marcada pelo enfrentamento estudantil à tentativa de repressão policial, e a “Passeata dos Cem Mil”, programada pelos estudantes, que recebeu apoio de outros setores da sociedade civil. (VALLE, 2008. p.97-154)

Nesse contexto de lutas, passeatas e manifestações, os estudantes de forma clandestina organizaram o 30º Congresso Nacional da UNE em Ibiúna – SP. Esse evento, que contou com a participação de mais de setecentos estudantes, acabou desmantelado

da Reforma Universitária (GTRU), de 1968, ambos decisivos na reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971). (GOERTZEL, 1967)

⁶ Esses estudantes classificados de “excedentes” correspondiam a indivíduos que passavam no vestibular, mas acabavam sendo privados de se matricular por falta de estruturas na universidade.

⁷ O Restaurante Calabouço era um refeitório popular, subsidiado pelo governo e destinado a estudantes do interior, vestibulandos e universitários. Desde o incêndio do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) em abril de 1964, tinha se tornado o foco principal de agitação e resistência ao regime militar. De lá partiam as passeatas estudantis que tanto incitavam a vida da cidade e provocavam os generais. Chegou a ser invadido e demolido pelos militares em maio de 1967, mas por pressões estudantis, foi reconstruído em setembro do mesmo ano. Saber mais: VALLE, Maria R. **1968: O Diálogo é a Violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2ªed. 2008.

com a prisão de todos os estudantes presentes. O Congresso foi mais um passo da luta contra a Ditadura Civil-Militar, que extinguiu as liberdades democráticas, proibiu as reuniões e manifestações de rua, fechou o Congresso Nacional e decretou o AI-5, em dezembro de 1968. Em Ibiúna, 719 estudantes foram levados para o antigo prédio do DOPS em São Paulo, atual Memorial da Resistência⁸ e indiciados em inquéritos, respaldados pela Lei de Segurança Nacional, os estudantes foram expulsos de suas faculdades e impedidos de realizarem suas matrículas. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.4-13)

Para o governo militar, as “agitações” realizadas pelos estudantes em todo país estariam colocando em risco a manutenção da ordem e tranquilidade nacional, requerendo a tomada de medidas mais enérgicas no sentido de conter a desordem instaurada. No dia 13 de dezembro de 1968 o governo militar promulgou o Ato Institucional Nº 5.

O AI-5 é lembrado como divisor de águas dos rumos da política no Brasil. A sua promulgação foi a clara decisão política e institucional dos militares pela permanência no poder por tempo indefinido, frustrando, inclusive, políticos civis que haviam apoiado o golpe na expectativa da retomada da via institucional. Após as cassações dos trabalhistas, socialistas, comunistas, nacionalistas e liberais partidários das reformas. O “*golpe dentro do golpe*”, expressão utilizada por Carlos Fico (2001) e muito citada para se referir ao AI-5, sendo representativa da participação mais ativas dos militares com perfis mais conservadores no Estado, a favor da permanência no poder em relação aos militares de uma ala mais “moderada”, defensores da intervenção militar apenas como um recurso para garantir a ordem, com o retorno aos quartéis em curto prazo. (FICO, 2001)

Esse Ato foi a expressão mais acabada da Ditadura Civil-Militar brasileira. Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem considerados “inimigos” do regime ou como tal considerados. O AI-5 influenciou bastante a desarticulação das bases organizativas do Movimento Estudantil em todo território nacional, dissolvendo suas agremiações. Além do legado da repressão política com prisões, torturas, mortes e exílio

⁸ O Memorial da Resistência de São Paulo é um museu de exposições que mostra a resistência e a repressão políticas do município de São Paulo. Foi inaugurado em 24 de janeiro de 2009 e seu programa museológico está estruturado em procedimentos de pesquisa, salvaguarda (ações de documentação e conservação) e comunicação (exposições) patrimoniais por meio de seis linhas de ação. O edifício onde funciona sediou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops/SP) entre os anos de 1940 a 1983. <http://www.memorialdarestenciassp.org.br> – Acesso em 17 de setembro de 2012 as 17h00.

de lideranças e estudantes que partiram para a luta armada contra o regime. Houve também o controle dos espaços institucionais, tais como escolas e universidade.

Na Bahia, o AI-5 associado com os decretos “477 e o 288”⁹, puniu na UFBA, com a cassação ou impossibilidade de matrícula os estudantes que estivessem, ou fossem comprovadamente ou não, em atividades “subversivas”. Este decreto fechou ainda mais as possibilidades de ação institucional do ME. Além disso, foi aplicado de modo retroativo na universidade, para cassar o direito de matrícula de diversos estudantes. (BRITO, 2008. p.117-186)

A partir deste ponto começa o “silêncio historiográfico”¹⁰ sobre o movimento estudantil baiano. E é deste ponto que o presente capítulo, buscando desconstruir esse silêncio, procura interpretar a história dos estudantes que repensaram e refizeram suas práticas, buscando brechas no esquema repressivo onde pudessem se movimentar em busca de espaços legítimos de atuação. Busca-se as experiências desses estudantes, seus erros e acertos, suas rupturas e permanências, e as formas e estratégias de mobilizações em prol da rearticulação do ME que culmina com a reabertura da UNE.

Durante a década de 1970, o Movimento Estudantil no Brasil volta a se reorganizar politicamente, mas essa iniciativa não ocorreu de forma homogênea. É importante frisar que esse processo de reorganização do Movimento Estudantil foi influenciado pela conjuntura política, social e cultural peculiar de cada Estado. Essas peculiaridades ilustraram as diferentes formas e estratégias protagonizadas pelos estudantes a partir de suas realidades específicas.

A mais recente historiografia que visa se debruçar acerca dos estudos sobre o Movimento Estudantil tem demonstrado, sob diferentes aspectos e abordagens, a existência de um movimento de reorganização política dos estudantes em todo o âmbito nacional. Com maior ou menor expressão, a partir de uma leitura de dimensão nacional desse Movimento Estudantil, esses estudos tem conseguido descortinar as diferentes formas e estratégias utilizadas pelos estudantes para se reorganizarem politicamente. Essa historiografia tem colocado em cheque uma abordagem historiográfica que considera o

⁹ O Decreto-Lei 477 (de 26 de fevereiro de 1969) punia com a suspensão por três anos os estudantes envolvidos em atividades “subversivas” e tratava também da punição de professores e funcionários nas mesmas circunstâncias. O Decreto-Lei 228 (de 28 de fevereiro de 1967) fechou as entidades estudantis, colocando a cargo das universidades a escolha de uma representação estudantil mais adequada a seus interesses.

¹⁰ Esse silêncio historiográfico, expressão utilizada por Michel Pollack ao referir-se as disputas de memória, é por nos compreendido pela inexistência de trabalhos no campo da História sobre a atuação do Movimento Estudantil na década de 1970 na Bahia.

eixo Rio-São Paulo como principal palco das ações do Movimento Estudantil, que ousam, em alguns estudos, referir-se a história do ME dessa região enquanto a história do “Movimento Estudantil no Brasil”, tal abordagem recai num grave equívoco teórico-metodológico, acarreta numa leitura parcial do processo de reorganização política do Movimento Estudantil na década de 1970.

Nossa preocupação nesse capítulo é demonstrar, ainda que minimamente, os diferentes aspectos e peculiaridades do processo de reorganização de Movimento Estudantil na Bahia na década de 1970 para melhor compreender o processo que permitiu a realização do Congresso da UNE. Pretendemos remontar a trajetória dos estudantes baianos para discutir e problematizar os caminhos trilhados pelo Movimento Estudantil que culminaram na realização do 31º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes, em 1979, em Salvador, e conseqüentemente, na recriação da entidade.

Compreendemos que a análise desse contexto geral, lança luz as discussões mais centrais referentes ao Movimento Estudantil baiano e a construção do Congresso. Partindo das primeiras movimentações na Universidade Federal da Bahia (UFBA) ainda na primeira metade da década¹¹, associada com a greve contra o Jubilamento e as eleições diretas do Diretório Central dos Estudantes (UFBA), as primeiras reuniões nacionais e a criação pró-UNE, as articulações para realização do Congresso da UNE. Onde os grupos que junto ao ME compunham um quadro de lutas. A atmosfera política criada na Bahia, com a presença dos diferentes setores da sociedade envolvidos na construção, preparação e realização do Congresso. Os debates nas imprensa. Essas discussões são centrais para uma compreensão aprofundada sobre o contexto político e social que marcaram a reconstrução da UNE na Bahia, e fundamentam as hipóteses dessa dissertação. Apesar da articulação em âmbito nacional, foi na Bahia, e através do seu Movimento Estudantil, e também pela presença das organizações clandestinas de esquerda, que criaram as condições possíveis para a realização do Congresso de Reconstrução e conseqüentemente o ressurgimento da União Nacional dos Estudantes. Ou seja, o ME baiano construiu durante toda a década de 1970 um amplo espaço de mobilizações que resultaram no seu amadurecimento político. Amadurecimento este que criou as condições políticas necessárias para a realização do Congresso em Salvador, devido a ampla articulação

¹¹ Reforçamos essa perspectiva de movimentações estudantis já na primeira metade da década de 1970, pois, identificamos e compreendemos a existência de atuações do ME nesse período na Bahia, que será discutida mais a frente. Haja vista que autores como Artur José Poener(1979) e Guilhon Albuquerque(1977), precursores de uma historiografia do ME do sudeste, compreende que as ações do ME só se darão apenas a partir de 1975, com as primeiras greves.

dentro e fora do Estado, como também com outros setores da sociedade civil e política. Não obstante a isso, não podemos perder de vista que a conjuntura política nacional que já apontavam para a abertura política, com o fim do AI-5 através da extinção dos decretos 455 e 228. E também, que na Bahia formaram-se as condições políticas e sociais que permitiu a realização do Congresso no Estado.

AS PRIMEIRAS MOVIMENTAÇÕES

Na primeira metade da década de 1970, ao contrário da perspectiva historiográfica que compreende a derrocada final do ME em todo território nacional com promulgação do Ato Institucional N°5. Compreendemos que na Bahia houve uma continuidade das ações estudantis. Não no mesmo grau de atuação, em outros espaços que fogem dos “espaços políticos tradicionais”¹². Os estudantes baianos passaram, de forma individualizada e autônoma, conscientemente ou não, a resignificar os espaços do cotidiano mediado pelas atividades culturais, tais como: festas, recitais, encontro de cursos, carnaval, entre outras experiências de manifestação do político.

É importante frisar que os estudantes e a sociedade como um todo, estavam fortemente influenciados por grandes transformações no âmbito da cultura, iniciadas desde os anos pós-Segunda Guerra, que marcaram as décadas posteriores em todo mundo. Que em menor ou maior grau, acabaram por determinar mudanças nas experiências, colocando novos paradigmas e perspectivas de vidas para as novas gerações. Nesse sentido, os jovens foram de fato os protagonistas de uma “Revolução Cultural” que, segundo Hobsbawm, se deu principalmente pelo “rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais”. A sociedade, que antes possuía modelos e padrões esperados de comportamento, abandona as velhas convenções em busca da liberdade e do direito mais individualizados. (HOBSBAWM, 1999. p.314-336)

A Bahia acabou sendo um grande palco dessa conjuntura, com o Movimento Tropicalista. O “Tropicalismo”, como é assim conhecido, foi um movimento cultural brasileiro, originado na Bahia, que surgiu no final da década de 1960, sob forte influência das correntes artísticas de vanguarda e da cultura pop nacional e estrangeira (como o pop-

¹² Compreendo “espaços políticos tradicionais” os espaços institucionalizados de organização estudantil, tais como: Diretórios e Centros Acadêmicos, Diretórios Centrais dos Estudantes, Assembleias Estudantis, União Estadual dos Estudantes, e União Nacional dos Estudantes.

rock e o concretismo). Buscou mesclar manifestações tradicionais da cultura brasileira com inovações estéticas radicais. Engendrado nas transformações sociais e políticas, e também comportamentais, que encontraram eco em boa parte da sociedade brasileira, ainda que num contexto de Ditadura Civil-Militar. O movimento manifestou-se principalmente na música cujos maiores precursores foram: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Torquato Neto, Os Mutantes e Tom Zé; no cinema com Glauber Rocha e seu Cinema Novo; nas artes plásticas com Hélio Oiticica; e com José Celso Martinez Corrêa no teatro. (CALADO, 1997) (MACIEL,1996)

O movimento acabou influenciando fortemente a juventude de 1970. Trata-se da principal categoria social que ocupa a condição de estudantes. Encontrando no meio estudantil de esquerda certa resistência pela inserção de elementos tidos como “imperialistas” por esses estudantes, a exemplo da presença da guitarra elétrica. Os tropicalistas foram tachados de alienados por absorverem e fazerem uso de influências culturais dos EUA e da Europa, num tempo em que as manifestações de cunho nacionalistas, norteadas pela oposição à Ditadura Civil-Militar, acabavam por não ser bem vistas pelas influências que vinham de fora e fugiam do esteio do tradicionalismo brasileiro. (RIDENTI, 2000, p. 265-312)

O Tropicalismo passa a ganhar força no meio estudantil na medida em que os espaços políticos tornam-se esvaziados pelas ações repressivas do regime, catalisadas com o decreto do AI-5. Concomitante a isso, na década de 1970, subordinado as regras estabelecidas pelo AI-5, e ao endurecimento do Regime Militar durante o Governo de Garrastazu Médici¹³, os espaços institucionais, principalmente a Universidade, estavam sobre forte controle e vigilância do regime. Como aponta Maria Helena Moreia Alves (2005), o AI-5 representou um novo ciclo de repressão no Brasil. O primeiro, já em 1964, no momento pós-golpe, concentraram-se nas pessoas que estavam ligadas aos governos populistas, especialmente o de João Goulart. O segundo ciclo entre os anos de 1965-1966, após o decreto do AI-2, objetivava acabar com os expurgos da burocracia de Estado e nos cargos eleitorais, não incluindo nesse momento o emprego direto e generalizado da violência, que será iniciada no terceiro ciclo com a promulgação do AI-5. Esse terceiro momento, aponta Alves, foi caracterizado por amplas perseguições em órgãos públicos representativos, universidades, rede de informações e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da

¹³ Ver: SILVA, Hélio, **Emílio Médici 1969-1974 - 24º presidente do Brasil**. Editora Três, 1983.

violência contra todos os segmentos sociais. Em suma, ocorreu a institucionalização do aparato repressivo de Estado. (ALVES, 2005, p.171-172)

Nesse sentido, os espaços das manifestações culturais acabavam sendo espaços menos controlados pelo regime, onde havia grande aglomeração de jovens, na maioria, estudantes. O ME associado ao tom crítico do Tropicalismo, acabou por se tornar em um grande celeiro de discussões e debates acerca dos problemas que assolaram aquela juventude, já que os espaços no interior da universidade sofriam forte vigilância dos agentes do regime. Qualquer aglomeração de três ou mais estudantes no interior da Universidade Federal da Bahia era motivo de suspeita por agentes ligado ao governo, infiltrados ou a paisana. O Rui Cesar da Costa Silva¹⁴, ex-militante do ME, ocupando a presidência do DCE/UFBA e da UNE(1979) expressa esse sentimento na entrevista cedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil¹⁵.

(..)tinha essa coisa de movimento cultural misturado com movimento estudantil: Teatro Vila Velha, que fazia espetáculos e era um centro de resistência em que a gente se reunia, o Movimento Tropicalista, Caetano, Gilberto Gil, Tom Zé e outros grupos da Bahia. Havia toda uma movimentação em Salvador muito interessante, uma cumplicidade entre os artistas e o movimento político, principalmente gerado na universidade. Isso era muito interessante, muito criativo. Nós fazíamos muitas performances, intervenção em muros, e muita poesia. Esse era o cenário da época, um cenário muito efervescente e, ao mesmo tempo, muito complicado. (Rui Cesar Costa Silva, PMME, 2004; p.04)

Os espaços de sociabilização passaram a se configurar num importante instrumento de mobilização de estudantil. Eram nesses espaços que existia algum nível de liberdade, que permitia os estudantes discutirem os problemas e as questões que os afligiam sem necessariamente se sentir vigiado pelos agentes da repressão. E mais, até

¹⁴ Fonte extraída da entrevista que o Rui Cesar Costa Silva, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia(1978-1979), publicada pelo projeto Memória do Movimento Estudantil em 2004. Rui Cesar Costa Silva nasceu em Ibirataia, interior da Bahia, é filho de Ademário Pereira da Silva e Gesilda Costa Silva. Estudou na Escola Média de Agricultura da Região do Cacau. Aos 18 anos de idade, foi para Salvador estudar e trabalhar. Em 1976 ingressou no curso de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia. Através de sua veia artística teatral, ingressou no ME, chegando a diretoria do DCE na eleição de 1977. Em 1979, ocupou a presidência do DCE/UFBA e também da Comissão Pró-UNE, sendo um dos principais responsáveis pela realização do Congresso de Reconstrução da UNE em Salvador em 1979. Congresso pelo qual, foi indicado como presidente provisório da UNE, sendo reconduzido ao cargo no final do mesmo ano pelas eleições diretas.

¹⁵ O “Projeto Memória do Movimento Estudantil” foi criado em 2004, com objetivo de resgatar a história da participação política dos jovens no Brasil. Contou com apoio da Fundação Roberto Marinho, União Nacional dos Estudantes, Museu da República e da Rede Globo, patrocinado pela Petrobrás. Sendo realizada ampla pesquisa, além de montagem de um acervo de documentos históricos por intermédio de doações e de um banco de depoimentos, gravados em vídeo. Ver [Http://www.mme.org.br/](http://www.mme.org.br/).

mesmo de formular possibilidade de lutas. Não lutas mais amplas e gerais, como a geração que a antecedeu, até porque, durante a primeira década de 1970, era quase impensável se formular lutas dessa natureza. As em lutas eram mais específicas e pontuais. As movimentações estudantis, em sua grande parte nessa fase, ainda se limitavam-se aos debates em torno da inserção profissional no mercado de trabalho e, também, de melhores condições de ensino. Tais críticas eram dirigidas as transformações tecnocráticas em curso através do acordo MEC-USAID, que já refletia de forma significativa no dia a dia da vida universitária dos estudantes. (PELLICCIOTTA, 1997: p.36-90)

Nesse sentido, se estruturou na Universidade Federal da Bahia, que naquela época era o principal espaço de ação estudantil – pequenos núcleos ou “associações” não formais de estudantes. Orientada, principalmente, pelas demandas mais prementes e objetivas do dia a dia da vida universitária, decorrente dos efeitos gerados pelo processo de sucateamento das instituições públicas de ensino superior no país. Essas demandas objetivas permitiram que os estudantes, ainda que indiretamente, se para tentar resolver os problemas de seus cursos. Esses problemas, ainda na primeira metade da década de 1970, giram em torno da falta de professores, *déficit* de livros na biblioteca, falta de laboratórios para aulas práticas, dentre outros.

Esse processo de ação estudantil não politizado ideologicamente, o que não quer dizer que esses estudantes não tivessem posição ideológica, foi o primeiro *locus* de movimentações estudantis. O movimento contribuiu diretamente para um processo de organização de lutas mais amplas no interior da universidade.

Deflagrou-se no interior da massa estudantil um ambiente propício a articulações mais amplas entre os estudantes. E nesse momento, começou a ensaiar um processo de lutas mais gerais, ou seja, com agendas que não eram mais restritas ao corpo estudantil de cada curso, mas sim, a universidade como um todo.

As primeiras lutas mais amplas, como veremos no primeiro capítulo desta dissertação, partiram das mobilizações contra o ciclo básico, contra o provão e, posteriormente, na primeira iniciativa de greve geral de estudantes do Brasil pós-AI5, denominada greve contra o jubileamento, em 1975. A greve mobilizou os estudantes de todos os cursos da UFBA. Propiciando um ambiente mais amplo de debate político, que resultou no ano seguinte, 1976, na eleição direta para o Diretório Central dos Estudantes. Desafiando as estruturas institucionais da universidade, que impediam esse nível de

organização interna do ME. Como também, desafiou o próprio regime, que não via com bons olhos esse processo.

De todo modo, a organização e amadurecimento político fez o ME romper os muros da UFBA e buscar articulações em outros espaços, com outras organizações estudantis, e dos movimentos sociais. O ME ampliou sua área de atuação política, passando incorporar em sua agenda demanda de outros segmentos sociais. Esse processo esteve diretamente ligado a aproximação com os movimentos de bairros da capital, associação dos trabalhadores liberais (bancários, arquitetos, etc), que resultou na criação do Trabalho Conjunto de Salvador (TCS). O TCS é uma entidade que teve importância ímpar no processo de aglutinação dos debates entre os movimentos sociais baianos, que se refletiu diretamente na organização do 31º Congresso da UNE, em Salvador.

A reorganização institucional do ME, como também seu amadurecimento político, gerou o que Pellicciotta(1997) compreende enquanto processo de verticalização política do ME. Ou seja, se deu enquanto as ações que partiram de articulações do cotidiano e individualizadas em prol das melhorias de curso, gerando a necessidade de reconstrução das entidades de base (DAs e CAs). Na medida que o processo de lutas e movimentações se ampliaram, se estendendo em toda universidade, houve a necessidade de uma instituição que aglutinasse e tomasse frente aos novos pleitos, assim ressurgiram: os Diretórios Centrais dos Estudantes. Com o fortalecimento e o ganho de musculatura política, esse ME inicia um processo de articulação com estudantes das diversas universidades do Brasil. Tendo agora, enquanto organização, um novo formato de articulação política: as tendências. Essas tendências políticas estudantis funcionavam enquanto grandes estruturas organizativas, muitas delas orientadas por partidos políticos clandestinos de esquerda, tais como: PCdoB e PCB. Essas tendências do ME se configuravam enquanto elo entre os estudantes de diferentes universidades. Ocupando, de certo modo, um vazio organizativo gerado pela ausência das entidades estaduais e nacionais, as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) e União Nacional dos Estudantes, respectivamente.

Nessa atmosfera, associada a ampliação das lutas nacionais em prol do fim da ditadura e a busca pela redemocratização do Brasil, surge como pleito a necessidade de refundação da entidade máxima de representação estudantil: a UNE. Para tal, o ME inicia um processo de mobilização nacional, que vai de debates e discussões em cada universidade, da realização de Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) e da criação de uma comissão responsável em orquestrar o congresso de reconstrução da UNE, e assim é

criada a Comissão pró-UNE. Essa comissão tinha a tarefa de orquestrar e construir o 31º Congresso da UNE. Nesse contexto, surge a proposta que esse Congresso fosse realizado em Salvador, capital da Bahia.

Acreditamos que essa escolha não foi aleatória. A opção por Salvador se deu, fundamentalmente, pelo protagonismo e amadurecimento político do ME na Bahia. Além, é claro, do fato de que as forças políticas que disputavam hegemonia interna no ME, principalmente orientadas pelas tendências ligadas ao PCdoB, que viam o território baiano como mais favorável numa eventual disputa pela direção da entidade.

OS CAPÍTULOS

O resultado desse processo de mobilizações estudantis em todo território nacional foi a realização do 31º Congresso da UNE, o de refundação, nos dias 29 e 30 de maio em Salvador na Bahia. E, com vista a aprofundar essa dinâmica política do ME baiano, discorreremos nossas análises, problematizações e considerações nessa dissertação de mestrado em três capítulos: Capítulo 1: Movimentações Estudantis na década de 1970 em Salvador: os primeiros passos; Capítulo 2: o processo de construção do 31º congresso da UNE; e, por fim, o Congresso de Reconstrução: o retorno da UNE.

No Capítulo 1, buscamos realizar uma retomada sobre a história do Movimento Estudantil em Salvador durante a década de 1970, período correspondente ao pós-Ato Institucional Nº-5 e ao processo de reorganização do ME baiano.

Tecemos nesse capítulo algumas considerações de como se deu as primeiras organizações do ME na UFBA pós 1968. Tentando perceber como se deu as influências do AI-5 sobre o Regimento e o Estatuto da universidade, e no processo de reorganização do ME. Compreendendo dessa maneira as circunstâncias históricas que levaram o ME na UFBA à sua reorganização política, identificando suas redes de articulações e demandas que o projetaram no contexto baiano e nacional. Para isso, problematizamos através das fontes às condições que levaram o ME na Bahia a alcançar força política, respaldo da sociedade, especialmente o fato de passar a ocupar as atenções da Assembleia Legislativa da Bahia e do governo do Estado, representado pelo então governador Antônio Carlos Magalhães.

Sem perder de vista, é claro, os momentos pelos quais os estudantes criaram as condições necessárias para o amadurecimento e o fortalecimento do ME baiano, que

garantiam força política para tocar o projeto de reorganização da União Nacional dos Estudantes e liderar o processo de organização do Congresso em Salvador. Para isso utilizaremos fontes jornalísticas; entrevistas, Estatuto e Regimento da UFBA; Resoluções do Conselho Universitário; panfletos e manifestos produzidos pelo Movimento Estudantil.

No Capítulo 2, denominado “o processo de construção do 31º congresso da UNE”, abordaremos o cenário histórico do processo de formulação e construção da UNE, cujo ápice foi a realização do seu 31º Congresso Nacional em Salvador em 1979. Destacaremos os diversos aspectos da história do Congresso, buscando elucidar os desafios para sua organização, o papel dos Encontros Nacionais dos Estudantes (ENEs) e da Comissão pró-UNE, os debates sobre a escolha do lugar, as questões de segurança, transporte e alimentação para os estudantes. Nessa questão, problematizaremos o jogo político entre o ME a sociedade política baiana, tais como: o governador Antônio Carlos Magalhães, e políticos dos partidos que compunham o quadro bipartidário brasileiro no período: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Desse modo, buscamos verificar a relação do poder político baiano com os estudantes durante a preparação do Congresso, pesquisamos os Atos da Assembleia Legislativa da Bahia, os Jornais, e os Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS.

Diferenciando-se desse conjunto documental, e de igual importância para a pesquisa, são as fontes geradas pelo próprio regime através do Serviço Nacional de Inteligência (SNI). Que são consideradas na medida em que expressam o teor das perseguições e uma imagem dos estudantes como uma das principais ameaças ao regime. Buscamos demonstrar como essa instituição do regime monitorou cada passo estudantil na formulação, construção e realização do Congresso. Demonstrando que, mesmo com “aceitação” do Congresso pela ditadura, a qual preferia se referir enquanto “reunião”, houve um acompanhamento bem próximo das ações do ME.

Não obstante a isso, buscamos identificar o papel político de cada agrupamento e tendência do Movimento Estudantil que contribuíram com o processo de refundação da UNE. Bem como seus interesses, leituras, propostas e agendas para a entidade, e a política nacional. Essas tendências do ME ampliaram as capacidades de articulações políticas entre os estudantes. Apontando questões que nos levam a pensar e discutir sobre as disputas antes, durante e posteriormente a realização do Congresso. Observaremos o perfil dos líderes que disputavam a presidência da UNE, distribuídos em grupos de

extrema direita e extrema esquerda que tentavam deslegitimar as deliberações do congresso.

Por fim, pretendemos remontar o ambiente que se criou as vésperas de realização do Congresso. Com as últimas reuniões da Comissão pró-UNE, e formulação do Regimento do Congresso. Os caminhos das delegações até sua chegada na capital baiana, marcada por várias abordagens e revistas policiais. A ideia foi investigar as condições de vinda dos estudantes de outros estados para a capital baiana, envolvendo aspectos como a tiragem de delegados, o desafio de conseguir recursos financeiros para a viagem, autorização, em alguns casos, de familiares, além de perseguições e monitoramento dos estudantes nas estradas por agentes.

As fontes utilizadas nesse capítulo são as revistas como a *Veja e Visão*. Jornais de grande circulação em Salvador: *A Tarde*, *Jornal da Bahia*, *Correio da Bahia* e o *Tribuna da Bahia*; como também jornais de circulação nacional *Jornal do Brasil*, *Em Tempo e Movimento*; e os jornais alternativos, tais como: *Viração*, ligado ao DCE/UFBA; *Poeira*, do DCE da Universidade Estadual de Londrina; *Jornal do 22*, ligado ao Centro Acadêmico de Direito da PUC-SP; *Nascente*, do DCE da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; *Unidade*, chapa de disputa da Diretoria da UNE; todos ligados ao Movimento Estudantil. O conjunto de documentos gestados na preparação e durante o Congresso: Estatutos, Carta de Princípios, os panfletos, boletins e manifestos das diferentes organizações.

No Capítulo 3, buscamos discutir a importância política e social do Congresso, e sua leitura por diferentes personagens que contribuíram com a história da UNE, e com o processo de construção do evento. Nesse sentido, não nos furtamos a se debruçar sobre as formas de estruturação da nova diretoria da UNE, se seria provisória ou definitiva, se a eleição seria direta ou indireta, e se seria realizada ou não durante o congresso. Por fim, não podemos deixar de lembrar que o caloroso debate político envolvia uma plataforma de luta sobre os rumos do Brasil, aprofundando reflexões sobre o destino da Amazônia; a luta pela Constituinte; Anistia aos presos políticos; melhores condições e mais verbas para educação; contra o ensino pago; as lutas em defesa da cultura nacional e popular. O objetivo é mapear os atores políticos envolvidos com a reconstrução da UNE e a realização do Congresso, notadamente os partidos políticos e suas tendências políticas mais expressivas. Em suma, quais os interesses que permearam esse envolvimento; as tramas e os atores durante os dias do Congresso, e seus desdobramentos.

Buscamos compreender a dinâmica do cotidiano durante os dias do Congresso, dentro e fora dele, que acabou se refletindo sobre os principais debates e discussões travadas pelo ME e pela sociedade durante os dias do evento. Sem perder de vista os problemas estruturais do evento, relacionados à alimentação, atrasos, falta de comida; os desgastes do dia-a-dia de discussões praticamente ininterruptas; as festas e confraternizações.

Ainda, em menor escala, devemos identificamos e problematizamos a tentativa de grupos contrários a realização do Congresso da UNE de criminalizar o movimento. Realizaram pichações, teceram críticas e provocações e tentaram difamar algumas lideranças mais expressivas do ME, envolvidos diretamente na construção do referido Congresso. Ocorreram atentados e formas de criminalização do ME e do Congresso. Representando intempéries relacionados à reorganização da UNE e a participação estudantil durante o congresso. As formas de apropriação desse congresso e a importância de aproximação com o ME e com a UNE por outros setores da sociedade civil organizada será considerada.

Ainda no terceiro capítulo, lançamos mão na problematização das questões dentro do imaginário social dos estudantes a partir de questões de ordem política. O significado político de reconstrução da UNE naquele contexto e o intenso debate sobre o nome do congresso 31º Congresso da UNE, resultando em Congresso de Reconstrução. Nesse sentido, discutiremos os elementos simbólicos que fortemente estiveram presente durante o congresso. A cadeira vazia e a imagem ampliada, que representava a ausência do último presidente da UNE eleito, Honestino Guimarães, preso e desaparecido político. A presença de José Serra e o seu discurso exaltando a trajetória do Movimento Estudantil, sempre buscando enaltecer geração de 1968. Temos em mão uma grande quantidade de imagens e fotografias do Congresso, que contribui para uma leitura visual do evento.

As fontes utilizadas nesse capítulo são os jornais de grande circulação em Salvador já citados no capítulo anterior; jornais e publicações estudantis; os discursos de lideranças durante o Congresso, como por exemplo, o discurso de abertura de José Serra, Presidente da UNE naquela conjuntura. Além do pronunciamento de Marcos Freire, senador pelo MDB de Pernambuco, que foi importante para legitimar à reconstrução da UNE, como também de exaltar a participação estudantil nas lutas em defesa da democracia e da anistia aos presos e exilados políticos. Como também utilizaremos as cartas, manifestos e moções de apoio ao congresso e a reconstrução da UNE.

Para nos orientarmos em tais análises, nos escoramos nos estudos sobre o tema. Que, apesar no imaginário do senso comum ser bastante vasto, a realidade historiográfica se mostra diferente. Apesar da boa qualidade dos estudos já realizados, existem pouca quantidade.

DISCUSSÕES BIBLIOGRÁFICAS

Nos estudos sobre a memória do Movimento Estudantil, a historiadora americana Victoria Langland, em seu artigo “La casa de La memória en praia de flamengo 132: memorias estudiantiles y nacionales em Brasil (1964-1980)”, 2003, apresenta um breve ensaio acerca da memória estudantil do período. Ela discute a simbologia da sede da União Nacional dos Estudantes, que, em 1º de abril de 1964, dia da tomada do golpe militar, foi invadida e incendiada pelos militares, com intuito de fechar a UNE e, conseqüentemente, desarticular o Movimento Estudantil. Pela análise da autora, o prédio da UNE tinha diferentes representações simbólicas para gerações distintas. Antes de 1964, o prédio tinha pouca importância organizativa para entidade, mas com a invasão e o incêndio acabou tornando-se símbolo de luta contra o regime militar, fato que será lembrado e fortalecido na geração de 1968. Para a geração de 1979 teve um significado maior. No 31º Congresso de Estudantes da UNE em Salvador, a autora identifica a partir dos discursos proferidos pelos antigos líderes estudantis, a tentativa de resgatar a memória da entidade, visando, principalmente, fortalecer as lutas contra o regime militar. A sede da UNE foi constantemente lembrada, a fim de simbolizar a truculência das ações do militares. Para a autora, houve a busca de sentido para a entidade e sua sede, a fim de firmar uma memória coletiva nos discursos dos antigos dirigentes.

Pretendemos seguir os caminhos trilhados por Victoria Langland acerca da análise memorialística da UNE do congresso. Mas pretendemos avançar no sentido de compreender, a partir da memória, a importância de reconstrução da entidade naquela conjuntura. Já que, o Congresso de reconstrução da UNE em 1979 produziu uma série de discursos memorialísticos que estão para além do sentimento de resgate do prédio sede, pois avançou no sentido de repensar a importância da própria UNE e dos rumos do Movimento Estudantil no contexto político da época. Fazendo pontes históricas acerca da trajetória do ME, suas gerações, e contribuições para o processo de retomada democrática no final da década de 1970.

A historiografia brasileira que trata do Movimento Estudantil tem se mostrado pouco inovadora em termos de fontes e objetos. Sem perder de vista as ações de rua e os enfrentamentos entre o Movimento Estudantil e o aparato repressivo, consideramos promissor um caminho de pesquisa que ajude a pensar a construção das bases organizativas do ME, buscando identificar o papel da UNE e suas relações com os diferentes setores da sociedade.

O livro *O Poder Jovem*, de Artur José Poener, publicado em 1979, se apresenta como clássico da historiografia acerca do movimento estudantil brasileiro. As principais contribuições de Poener dizem respeito à vanguarda da síntese histórica do movimento estudantil no Brasil. No livro, o autor resgata o que ele chama “A primeira manifestação estudantil registrada na história brasileira” (POENER, 1979; p.48), que ocorreu ainda no período colonial, mais precisamente em 1710, quando estudantes receberam a invasão francesa no Rio de Janeiro com pedradas e tiros de espingardas. E, também, faz um panorama das ações estudantis durante o período imperial e republicano brasileiro, até o momento que ele mesmo chamara “A volta dos estudantes as ruas”, durante a década de 1970. Apesar de sua indiscutível importância, o estudo de Poerner peca em sua análise teórico-metodológica, que apresenta os estudantes a partir de uma leitura mítica e evolucionista e assentada na ideia do jovem como revolucionário. Além de pouco explorar a dimensão política e social do ME da década de 1970. E como o livro foi publicado em 1979, o 31º Congresso da UNE não aparece em sua análise.

No livro, “1968: O diálogo é a violência”, de Maria Ribeiro do Valle, publicado em 2008, a autora realiza um estudo da conjuntura política e social estudantil no ano de 1968 no Brasil. Sua principal contribuição está no resgate histórico dos embates do movimento estudantil frente ao regime militar brasileiro em 1968. Esses embates levam a autora a identificar dois momentos distintos no percurso da violência durante 1968: no primeiro semestre, com a morte do estudante Edson Luiz, a repressão aos protestos da Sexta-Feira Sangrenta e o caráter pacífico da passeata dos Cem Mil; e no segundo semestre, com a proibição das passeatas, a inversão da situação, a “guerra” entre USP e Mackenzie, a presença das armas no Congresso da UNE em Ibiúna. Os avanços de Maria do Valle se dão no sentido de se contrapor uma historiografia que tende a reconhecer o ano de 1968 como a explosão irracional estudantil, afirmando a existência de um projeto político rumo a uma forma mais radical de organização coletiva, percebendo os limites entre o diálogo e a violência. Mas, apesar das suas contribuições, tanto Martins Filho como Maria do Valle centram sua análise a partir da realidade do eixo Rio/São Paulo,

caindo no equívoco metodológico de tomar a história dessa região como a história do Brasil.

Existe uma vasta literatura sobre os emblemáticos movimentos de 1968, no interior da qual a história da UNE vai, gradativamente, desvelando os fatos ocorridos com infinitas versões e possibilidades explicativas. Uma grande concentração de pesquisas acerca do movimento estudantil encontram-se para além do campo da historiografia. Trabalhos como o de Marialice Foracchi, “O estudante e a formação da sociedade brasileira” de 1965, considerado um clássico nas ciências sociais para compreender as ações estudantis no Brasil. Apresenta categorias de análises, tais como trabalho, sociabilização, carreira familiar, condição juvenil e emancipação econômica, que implicam em interpretar a condição dos universitários brasileiros como pequeno-burguesa.

Por sua vez, José Luís Sanfelice, em “Movimento Estudantil - a UNE na Resistência ao Golpe de 64”, desvela um exame crítico da produção teórica da UNE na década de 1960. O livro atenta principalmente para a UNE perante o Movimento de 1964. Mostra seus momentos de reação, de radicalização e de confrontação com o autoritarismo instituído. De um lado, predomina ao longo das páginas do estudo a resistência teórica e prática ao Golpe de Estado de 1964. De outro, estabelecem-se os contornos da consciência social dos estudantes presentes na UNE. Também no campo da educação, a autora Rosa Maria Cavalari na sua dissertação de mestrado denominada “Os Limites do Movimento Estudantil: 1964-1980”, foca sua pesquisa nas razões da perseguição ao Movimento Estudantil. A autora percebe as possibilidades e as barreiras do movimento em questionar a ordem estabelecida, problematizando seu real papel para a transformação social no país. Essas análises são bastante elucidativas para nos ajudar a referenciar quadros teóricos acerca das ações estudantis.

Como se vê, existem poucas produções sobre o Movimento Estudantil durante a década de 1970 no Brasil. A maioria se concentra nos primeiros anos do regime militar 1964-1968. Isto revela uma lacuna historiográfica acerca desse período no país. O único trabalho que até o momento conseguimos identificar é a dissertação de Mirza Pellicciotta, “Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70”, de 1997, em que analisa as ações estudantis durante a década de 1970 no Brasil, contribuindo de forma bastante significativa na medida em que se propõe a pensar quadros teóricos e analíticos acerca de seu objeto. Ela avança no sentido de respaldar sua análise em um grande arsenal de fontes, fontes essas, que ao contrário da maioria dos trabalhos que se concentram no

eixo Rio-São Paulo, remetem a várias regiões brasileiras. Onde busca compreender a dinâmica do processo de reorganização do ME brasileiro a partir de leitura fundamentada na dinâmica cultural. Na qual considera que a dinâmica forjada na emergência de uma dimensão a que considera “alternativa”, influenciou diretamente nas experiências da geração estudantil da década de 1970. Ou seja, considera estudar nas palavras da própria autora “o movimento em movimento”.

Essa perspectiva nos ajudou a pensar nosso objeto dentro dessa dinâmica dos espaços “alternativos” e de sociabilização enquanto espaços de construção política. Mas consideramos que essa mesma dinâmica só foi fundamental nos primeiros anos da organização política. A medida que o ME baiano foi angariando musculatura, foi reconquistando os mesmos espaços políticos institucionais dantes do AI-5. Mas o ressignificando com os elementos políticos, sociais e culturais de sua geração. E construindo suas plataformas de mobilizações a partir desses espaços.

Um outro trabalho recente, e de muita relevância para a historiografia do ME é a tese de doutorado da historiadora Angélica Müller, denominado “A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública”, defendida em 2010 na Universidade de São Paulo. Em seu trabalho Müller busca fazer um apanhado histórico das ações do ME no Brasil. Demonstrando em suas linhas como se deu a diversificação de resistência do ME no período compreendido como “Anos de Chumbo”, ou seja, a década de 1970. Sua grande contribuição diz respeito a um trabalho de folego, reunindo um grande arsenal documental, a qual possibilitou a autora fazer uma análise bastante ampla do ME brasileiro. De todo modo, compreendemos que esse também foi, em certa medida, seu pecado. Pois compreendendo a natureza da dinâmica do ME brasileiro, ela perde a noção das especificidade da atuação política desse ME em cada Estado, e em cada universidade. Ampliar a lente da compreensão histórica nesse momento é crucial para a análise, pois possibilita compreender as peculiaridades das ações estudantis, que eram demasiadamente diversas. Elas se modificavam a partir de cada momento, conjuntura política, social, institucional de cada universidade, cidade e Estado. Além disso, apesar da autora discutir o processo de construção do 31º Congresso da UNE, pouco ela se debruça sobre o mesmo. Não agregando uma contribuição substancial para a compreensão do Congresso em si.

Do ponto de vista da historiografia baiana sobre o ME, poucos historiadores tem se debruçado sob a temática estudantil. As poucas produções existentes concentram-se nos primeiros anos do regime militar brasileiro (1964-1968). Nessa perspectiva, os

trabalhos de Antônio Maurício de Brito na dissertação “Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)” e na tese “O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar”, busca discutir a trajetória do Movimento Estudantil a partir do ponto de vista mais institucionalizado. Não abandonando a análise das ações estudantis nas ruas soteropolitanas durante os primeiros anos do estabelecimento do regime no Estado. O autor discute as fronteiras entre a história do movimento estudantil e uma história política da UFBA, demonstrando o colaboracionismo e a resistência na prática política de estudantes, reitores, professores e diretores na universidade. Mostra que, a partir de 1965, emergiu no seio estudantil diversas formas de resistência à ditadura militar. Sua abordagem será inovadora no sentido de pensar as ações do Movimento Estudantil dentro da universidade, intercaladas com a dinâmica das ruas.

No campo das ciências sociais na Bahia, os estudos de Silvio Benevides, “Uma geração na contramão do poder – O Movimento Estudantil na Bahia e o Jovem (1964-1980)”, e Antônio Eduardo Oliveira, “O Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70”, buscam elucidar questões sobre o Movimento Estudantil baiano. O primeiro, sintonizado com as preocupações em torno da crítica a uma mitologia estudantil, busca analisar as ações estudantis fora do sudeste, transformando a Bahia em cenário e os estudantes como jovens de uma geração que fez história. O autor investiga se o Movimento Estudantil, como forma de driblar a repressão exercida pelos militares, desenvolveu formas alternativas àquelas permitidas pelos meios institucionais. Antônio Eduardo Oliveira buscou resgatar as movimentações estudantis durante a década de 1970, atentando para questões relacionadas aos valores professados pela militância estudantil, ações e organizações, relacionamentos, bandeiras de lutas e as memórias estudantis. Essas obras nos ajudam a pensar o cenário baiano durante a década de 1970, e elucidam questões acerca da dinâmica estudantil ao qual possibilitou a realização do congresso da UNE em 1979.

Todavia os estudos citados, não encontramos até o momento nenhuma pesquisa que discuta a importância dos congressos da UNE, e problematize o contexto do 31º Congresso da UNE em Salvador, entendendo sua real importância para o Movimento Estudantil e para as lutas em prol de melhor qualidade de ensino, pelo fim do regime militar, a anistia e a redemocratização do país, intercalando essas questões com o contexto político, social e cultural baiano do período. E é nesse sentido que esse trabalho visa dar sua contribuição a historiografia.

REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Não podemos nos furtar a pensar o movimento estudantil, nem qualquer outro movimento social, como uma categoria estática. A partir dessa perspectiva, lançamos mão os conceitos como ferramentas para o entendimento de nosso objeto, entendendo que a teoria está para lançar luzes as compreensões analíticas e o tratamento empírico com as fontes, e não, como atmosfera a prender tão qual uma camisa de força a realidade através de um modelo explicativo.

A história política, desde o seu apogeu no século XIX, passou por certo “desprestígio” na medida em que se estabelecia a *Escola dos Annales*. Perdendo espaço em detrimento da ascensão da história social e história econômica, a história política foi acusada de ser uma história tradicional, conjuntural, obsoleta, desusada, factual, subjetivista e psicologizante. A recuperação da História Política se dará a partir da década de 1980, com o surgimento de novas abordagens e aproximação com outras áreas do conhecimento. Nesse movimento de renovação, mais do que simples recuperação, o contato com outras disciplinas, principalmente com a ciência política, desempenhou papel central nos novos rumos dessa historiografia. Desde então, proliferaram estudos históricos em áreas antes pouco exploradas pela história política: processos eleitorais, partidos políticos, opinião pública, grupos de pressão, mídia e relações internacionais. Os contatos com a sociologia, a linguística e a antropologia também contribuíram no desenvolvimento de novas abordagens, tais como: sociabilidade, a história da cultura política, o papel da mídia e a análises de discursos. Vany Borges dirá que foi graças a esse trabalho de renovação da historiografia francesa que a noção de político se ampliou e passou a incluir o comportamento das pessoas diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e consciente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos.¹⁶

Nesse sentido, René Rémond terá um papel importantíssimo. No livro *Por uma outra História Política*, problematiza o papel da História Política na sociedade, e aponta caminhos no sentido de repensar temas já tradicionais como: partidos, eleições, guerra ou biografia, porém em uma nova perspectiva, através da análise de novos objetos, como a opinião pública, a mídia ou o discurso. Sem perder de vista a concepção de história

¹⁶ BORGES, Vany Pacheco. História e Política: laços permanentes. In: Revista Brasileira de História. S. Paulo, v.12, n° 23/24, p. 07 –18. set 91/ago. 92

proposta pelos *Annales*, rebate antigas acusações de que a história política só interessa pelas minorias privilegiadas e negligencia as massas populares, de que seu objeto são os fatos efêmeros e superficiais, inscritos na curta duração, incapazes de perceber os movimentos profundos da sociedade. A nova história política, segundo Rémond, preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada. Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, passa integrar todos os atores, dos mais populares aos mais elitizados, desfazendo assim as críticas que consideram a história política essencialmente elitista e individualista, elegendo as massas seu objeto central. Outra acusação contestada é que a história política não dispõe do apoio de uma massa documental passível de ser tratada estatisticamente, o que explicitaria certa superioridade dos dados econômicos sobre suas características subjetivas e impressionistas. Rémond argumenta que a história política dispõe sim de grandes massas documentais passíveis de quantificação, como dados eleitorais e partidários.

Ainda no campo do movimento de renovação da História política, Pierre Rosanvallon apresenta ao leitor sua *História Conceitual do Político*.¹⁷ Em “Por uma história conceitual do político”, artigo traduzido para o Brasil em 1995, o historiador francês procurou diferenciar, com clareza, essa história conceitual da história tradicional das ideias. Segundo ele, a tradicional história das ideias é marcada por inconsistências metodológicas que tornam o campo fraco e sujeito a críticas contundentes: primeiro, pela tentação do dicionário; segundo, pela história das doutrinas; terceiro, pelo comparativismo textual; quarto, pelo reconstrutivismo; e quinto, pelo tipologismo. Para Rosanvallon, o maior defeito de todas essas obras tradicionais da história das ideias consiste no fato de que elas não permitem ao historiador compreender nada de histórico, mesmo quando os ensinam muitas outras coisas. (ROSANVALLON, 1995; p.12-16) Por essa razão, faz-se necessário considerar a contribuição da história conceitual do político.

O objeto da história conceitual do político, conforme Rosanvallon, é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro. Para o autor, são objetivos da disciplina: fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir as respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema; e fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a

¹⁷ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. Ver. Bras. De Hist. S. Paulo. V. 15, nº 30. pp. 9-22. 1995.

realidade e sua representação definindo os campos histórico-problemáticos. Nesse sentido, seu objeto é assim a identificação dos “nós históricos” em volta dos quais as novas racionalidades políticas e sociais se organizam; as representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e às formas de relação social. Ela é história política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual, porque é ao redor de conceitos que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação. (ROSANVALLON, 1995; p.16)

Nos estudos acerca da relação entre memória e história, observamos a necessidade de entender a ritualização da memória, e como este processo necessita de um espaço físico como âncora na formação de um tipo de memória exigida na sociedade contemporânea: a coletiva, ainda que não universal, mas que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação. Por exemplo, percebe-se o uso que os ex-líderes da UNE durante o congresso fazem dos chamados lugares de memória em um contexto no qual o passado sempre é evocado, isto é, recorrendo ao mitificado ano de 1968, entendido como auge das movimentações estudantis durante o regime militar. Trata-se da ideia que Pierre Nora desenvolve no seu já clássico texto “Entre memória e história – a problemática dos lugares”: que não existe mais memória, que esta só é revivida e ritualizada numa tentativa de identificação por parte dos indivíduos e que a sociedade utiliza-se hoje da história para lhe conferir lugares onde pode pensar que não somos feitos de esquecimentos, mas, de lembranças. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”. (NORA, Pierre. 1993; p.12)

CAPÍTULO 1 - AS MOVIMENTAÇÕES DO ME NA UFBA: ROMPENDO BARREIRAS

No Reitorado Roberto Figueira Santos, empossado em 04 de julho de 1967, exercendo até 1971, ocasião em que, como doutor em Direito Público e Administrativo, propiciou à reestruturação da Universidade Federal da Bahia, decorrente do Decreto Federal nº 62.241¹⁸, de 08 de fevereiro de 1968, do presidente Arthur da Costa e Silva, e resultante na concepção institucional de um novo Estatuto¹⁹ e Regimento²⁰ Geral da Universidade, aprovados em junho de 1969, e no complexo de projetos e ações da Reforma Universitária deflagrada pelo governo da República e implantada pelo reitor Roberto Santos.

Na UFBA, a aprovação do novo Estatuto e do Regimento criou barreiras institucionais à participação estudantil nos espaços políticos representativos na universidade, compreendendo os Órgãos Colegiados da Administração Superior²¹, e os Órgãos Suplementares. Estabelecendo aos quadros estudantis enquanto critérios barreiras, dificultando as tentativas de pleitear os cargos de representação com direito a voz e voto na universidade, como, por exemplo: rendimentos e frequência às aulas condizente aos parâmetros regimentares. No Capítulo IV “*Do Corpo Discente*” no Artigo 99, Incisos 1 e 2 do Estatuto da universidade esse caráter fica evidente:

Art. 99. O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos Órgãos Colegiados da Universidade, nos termos deste Estatuto e do Regimento Geral.

§ 1º A representação estudantil terá por objetivo a cooperação entre administradores, professores e alunos no trabalho universitário.

§ 2º A escolha dos representantes estudantis será feita por meio de eleições do corpo discente, na forma prescrita no Regimento Geral, sendo elegíveis apenas os alunos que preencherem critérios mínimos de aproveitamento escolar de frequência. (ESTATUTO UFBA, Decreto Nº64.900 de 29 de julho de 1969)

Esses critérios nos levam a considerar seu objetivo final, de tentar coibir estudantes tidos como “subversivos” nos quadros de representação estudantil na UFBA.

¹⁸ Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/02/1968, Página 1404 – Em Coleção de Leis do Brasil - 1968, Página 366 Vol. 2.

¹⁹ Decreto Nº64.900 de 29 de julho de 1969 e publicado no Diário Oficial da União em 31 de julho de 1969.

²⁰ Decreto Nº64.899 publicado no Diário Oficial da União em 31 de julho de 1969.

²¹ Conselho Universitário; Conselho de Curadores; e Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa.

Permitindo-nos avaliar que a administração central da universidade compreendia que a militância “subversiva” comprometia a regularidade nas aulas, como também no desempenho dos estudantes. A inserção da condição “cooperacionista” como prerrogativa de elegibilidade discente, referido no Estatuto, e reforçado pelo Regimento, impõe o critério de cunho subjetivo de “cooperação”, permitindo a brecha institucional para uma eventual impugnação de candidatura, ainda que esse estudante tido como “subversivo” tenha cumprido os critérios objetivos de notas e assiduidade. Ou seja, sendo passível de ser enquadrado no critério “disciplinar”²² da universidade, o tornando inelegível. No tocante a esse caráter, o Regimento no Capítulo II “*Da Representação*”, Artigos 191 e 192, inferem nos seguintes critérios:

Art. 191. O Corpo Discente terá representação, com direito a voz e votos nos Órgãos Colegiados da Administração Superior da Universidade, bem como nos das unidades e Órgãos Suplementares.

§ 1º A representação estudantil terá por objetivo a cooperação entre administradores, professores e alunos no trabalho universitário.

§ 2º Os representantes estudantis poderão fazer-se assessorar por outro aluno, sem direito a voto, quando o exija a apreciação de assunto peculiar a um curso ou setor de estudos.

Art. 192. A escolha dos representantes estudantis, todos com mandato de um ano, será feita por meio de eleições de corpo discente.

§ 1º Para a representação estudantil serão elegíveis os alunos que houverem obtido conceito global igual ou superior a Médio (M), que não seja repetente e não tenha sofrido pena disciplinar.

§ 2º Para a representação de âmbito universitário constituir-se-á um colégio eleitoral integrado por um representante de cada unidade de ensino, mencionados nos artigos 43 e 44 do Estatuto, eleitos pelos respectivos alunos, dentre os que estiverem nas condições do parágrafo anterior e atendido o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º Para a representação dos Colegiados das Unidades votarão os alunos que estiverem vinculados aos Departamentos da mesma Unidade pela maioria das disciplinas em que estejam matriculados, sendo elegíveis unicamente os que se encontrarem nas condições previstas no § 1º deste artigo.

§ 4º Para a representação nos Colegiados de Curso votarão os alunos admitidos pelo regime de seleção específica, para o respectivo curso, e matriculados nas disciplinas que integram o seu currículo.

²² Título IX – *Do Regime Disciplinar*: Art. 205. Caberá à Unidade Universitária a responsabilidade da fiel observância dos preceitos condizentes com a ordem e a dignidade do ensino. Art. 206. O regime disciplinar a que estará sujeito o pessoal docente, discente e administrativo, será estabelecido no Regimento de cada Unidade ou Órgão suplementar, subordinando-se às seguintes normas gerais: a) as penas disciplinares serão: I - Advertência; II - Repreensão; III - Suspensão; IV - Eliminação. b) as penas específicas nos incisos I e II, alínea a, serão de competência do Reitor e dos Diretores; c) as penas de suspensão até 30 dias serão de competência do Reitor e dos Diretores, e as demais de trinta dias do Conselho Universitário e das Congregações; d) a pena de eliminação será da competência do Conselho Universitário. Art. 207. Das penas disciplinares aplicadas por qualquer autoridade universitária caberá recurso, sempre, para a autoridade imediatamente superior, sendo o Conselho Universitário a última instância em matéria disciplinar.

§ 5º Para a representação nas reuniões plenas do Departamento votarão os alunos que estiverem matriculados em disciplinas do mesmo Departamento.

§ 6º A verificação do disposto no parágrafo anterior caberá à Secretária de Cursos.

§ 7º A representação estudantil junto ao Conselho de Curadores será exercida durante seis meses por cada qual dos dois representantes do corpo discente, eleitos por um ano, para o Conselho Universitário.

§ 8º A representação estudantil junto ao Conselho Departamental será exercida durante seis meses por cada qual dos dois representantes do corpo discente por um ano para Congregação da mesma Unidade.

§ 9º O aluno que estiver representando o corpo discente junto ao Conselho de Curadores terá também assento na Comissão Permanente do Regime de Dedicção Exclusiva.

§ 10. A representação estudantil junto ao Conselho Deliberativo dos Órgãos Suplementares será exercido:

a) quando o órgão for diretamente vinculado à Reitoria, pelo representante estudantil no Conselho de Curadores;

b) quando a vinculação for a qualquer das Unidades, pelo representante estudantil junto ao respectivo Conselho Departamental. (REGIMENTO UFBA, Decreto Nº64.899 em 31 de julho de 1969)

A análise dos dois artigos, 191 e 192 do Regimento, nos possibilita a pensar que, apesar das limitações impostas aos estudantes para a representação estudantil nos espaços institucionais, principalmente nas condições de elegibilidade, é “permitida” a participação estudantil em todas as esferas de decisão da universidade, através dos Órgãos Colegiados da Administração Superior e dos Órgãos Suplementares. E também na prerrogativa de que é garantida aos estudantes, de forma direta, a escolha dos seus representantes, desde que esses estejam possibilitados de acordo com Estatuto e com o Regimento para se candidatarem.

Ainda no Regimento da UFBA, é delegada ao Reitor, Diretores de Unidade, Coordenadores de Curso e Chefes de Departamentos através do artigo 193, a responsabilidade de convocação das eleições para representação estudantil:

Art. 193. As eleições para escolha dos representantes do corpo discente serão convocadas pelas seguintes autoridades:

I - representação junto ao Conselho Universitário - Reitor da Universidade;

II - representação junto às Congregações e Conselhos Departamentais - Diretor da Unidade;

III - representação junto ao Colegiado de Cursos - Coordenador de Cursos;

IV - representação junto ao plenário do Departamento - Chefe do Departamento. (REGIMENTO UFBA, Decreto Nº64.899 em 31 de julho de 1969)

O artigo 193 garante aos chefes das administrações da UFBA convocar eleições a partir das suas conveniências, submetendo os estudantes e o ME suas próprias vontades e interesses. O que nos indica a possibilidade da eleição estudantil poder ser utilizada como objeto de barganha política na universidade. Quando ocorriam as eleições, eram normatizadas a partir dos critérios estabelecidos pelo Artigo 194 do Regimento:

Art. 194. A eleição de representantes do corpo discente deverá realizar-se com observância das seguintes condições:

- a) registro prévio dos candidatos;
- b) realização, dentro de recinto da Universidade, em um só dia e durante a totalidade do horário de atividades escolares;
- c) identificação de cada votante e confronto de seu nome com os das listas nominais fornecidas pela Secretaria de Cursos;
- d) garantia de sigilo de voto e inviolabilidade de urna;
- e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recursos;
- f) acompanhamento por um professor da Unidade, designado pela autoridade que convocar a eleição;
- g) proclamação dos estudantes que obtiverem maior número de votos.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe a letra *c* deste artigo, assim como para qualquer outra finalidade de identificação universitária, cada estudante regular receberá uma carteira de matrícula fornecida pela Secretaria de Cursos. (REGIMENTO UFBA, Decreto N°64.899 em 31 de julho de 1969)

A organização dos Diretórios e Centros Acadêmicos, como também do Diretório Central dos Estudantes, teve a atenção regimental de acordo com o Capítulo III, denominado “*Dos Diretórios*” inteiramente dedicado a normatização das regras para organização dos “Diretórios de âmbito universitário” que seria o DCE, e também “Diretório Setoriais dos Alunos”, que seriam os Diretório Acadêmicos. As mudanças de nomenclaturas das instituições representativas dos estudantes não foram despreziosas, muito pelo contrário, tinham um sentido muito claro: não vincular as novas instituições de representação estudantil às antigas estruturas representativas. Estruturas essas que marcaram as trajetórias organizativas e combativas do ME durante os primeiros anos do regime (1964-1968), um dos motivos da promulgação do AI-5. Através do Capítulo III, a partir do artigo 195, o Regimento define a criação das instâncias de “congregação” dos estudantes.

Art. 195. Para congregar os membros do Corpo Discente, serão organizados um Diretório de âmbito universitário e Diretórios setoriais dos alunos do mesmo curso com a finalidade de congregá-los e promover o aprimoramento da formação universitária. (REGIMENTO UFBA, Decreto N°64.899 em 31 de julho de 1969)

O fato do Artigo 195 referiu-se ao termo “congregar” diz respeito ao objetivo do Regimento em não incumbir as essas esferas agremiativas dos estudantes o *status* de representação estudantil. O que nos possibilita a entender que os objetivos da administração central da UFBA era que essas instituições estudantis limita-se apenas a interação acadêmica, como também, enquanto estratégia a impedir qualquer tentativa das esferas organizativas de assumirem a condição de representação do coletivo estudantil. Além de criar uma alternativa institucional para evitar possíveis manifestações e mobilizações na tentativa de reconstruir os Diretórios Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes com características representativas. Buscando atrelar através do Artigo 196, incisos 1 e 2, as formas de organização e funcionamento dos Diretórios Universitários e Setoriais aos seus próprios estatutos, mas submetidos a aprovação dos mesmos nas esferas universitárias referente a que cada organização está ligada, ou seja, a efetivação da eleição dependia de ser referendada pelo Conselho Universitário e Colegiados de Cursos, como se evidencia nesse trecho:

Art. 196. A organização e o funcionamento dos Diretórios de âmbito universitário e setoriais constarão de seus regimentos, atendidas as finalidades previstas no artigo anterior.

§ 1º O regimento do Diretório de âmbito universitário será aprovado pelo Conselho Universitário.

§ 2º O regimento dos Diretórios setoriais será aprovado pelos respectivos Colegiados de Cursos. (REGIMENTO UFBA, Decreto N°64.899 em 31 de julho de 1969)

No Artigo 197 do Regimento, define os critérios para a eleição do Diretório de âmbito universitário, o qual fosse eleito a partir de consulta indireta pelos “representantes” ou como o artigo se refere “delegados”, sob a condição de a eleição acontecer até quinze dias para o término da gestão anterior. Como também fica definido em no “Parágrafo único” do mesmo artigo a impossibilidade reeleição, com a definição de mandato único de no período de um ano. Elemento que considero enquanto a tentativa de impedir o carreirismo político às lideranças estudantis.

Art. 197. Os membros do Diretório de âmbito universitário serão eleitos mediante votação secreta, em reunião dos delegados dos Diretórios setoriais, a realizar-se até quinze (15) dias antes de se concluírem os mandatos em curso, na forma do que disponha o respectivo Regimento.

Parágrafo único. Será de um (1) ano o mandato de cada membro dos Diretórios Acadêmicos, vedada a reeleição para o mesmo cargo. (REGIMENTO UFBA, Decreto Nº64.899 em 31 de julho de 1969)

Esse Artigo ofereceu aos estudantes a brecha institucional para que em 1973 os “Diretórios Acadêmicos”²³ elegessem de acordo as condições estabelecidas pelo Regimento da UFBA, ou seja, de forma indireta, o “Diretório Central dos Estudantes”²⁴. O DCE representava a saída institucional e política para a construção de uma agenda de lutas mais unificada entre os “Diretórios” na UFBA.

A tentativa de arregimentar as condições a qual as reuniões dos “Diretórios” deveriam acontecer fica claro no Artigo 198, na medida em que o Regimento coloca a condição de que se os estudantes busquem conciliar a atividade no Diretório sem haver prejuízo às atividades acadêmicas regulares. Definindo que o não cumprimento acarretaria na exoneração das atividades nos Diretórios:

Art. 198. As reuniões dos diretórios estudantis e as atividades que deles resultem desenvolver-se-ão em horários diferentes dos fixados para os trabalhos escolares não constituindo a participação em umas e outras motivo bastante para exonerar o aluno do cumprimento de seus deveres, inclusive a frequência. (REGIMENTO UFBA, Decreto Nº64.899 em 31 de julho de 1969)

Nos dois últimos artigos do capítulo III, Artigos 199 e 200, busca impedir qualquer pretensão ou tentativa dos estudantes através dos “Diretórios” a qualquer tipo de ação ou manifestação de cunho político, sejam eles: político-partidários, racial ou religioso. E até mesmo de promoverem greve estudantil.

Art. 199. Aos Diretórios será vedado realizar qualquer ação, manifestação ou propaganda em caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único. O descumprimento deste artigo poderá levar à pena de suspensão ou dissolução do Diretório em falta, imposta pelos competentes Colegiados de Curso, ou pelo Conselho Universitário.

²³ A palavra “Diretório Acadêmico” com aspas faz alusão ao “Diretórios setoriais” conceito definido pelo Estatuto e Regimento da UFBA de 1969 para essa organização.

²⁴ A palavra “Diretório Central dos Estudantes” com aspas faz alusão ao “Diretórios universitário dos estudantes” conceito definido pelo Estatuto e Regimento da UFBA de 1969 para essa organização.

Art. 200. O Reitor, e os Diretores de Unidades fiscalizarão o cumprimento das disposições deste capítulo. (REGIMENTO UFBA, Decreto Nº64.899 em 31 de julho de 1969)

Apesar dos limites impostos pelo Estatuto e o Regimento, fruto das mudanças provocadas pelo AI-5, não impediu que os estudantes buscassem alternativas organizativas para as lutas por melhores condições de ensino, principal pauta estudantil no início da década de 1970. Que mesmo com quebra do status de representação na Universidade, os estudantes passaram a indicar seus representantes de forma mais direta, como previsto no Estatuto e no Regimento. Mas, contraditoriamente às tentativas de controlar as formas de organização política dos estudantes da Universidade, no seio estudantil, as participações diretas e espontâneas acabaram adquirindo um papel central no processo de reconstrução de um conjunto, possibilitando novas formas de mobilização que foram sendo canalizadas para dentro das formas organizativas do ME.

Na UFBA as movimentações estudantis de curso iniciaram o processo de reestruturação do Movimento Estudantil a partir dos Diretórios e Centros Acadêmicos, mesmo com a interferência do regime através das mudanças estatutárias e regimentais, como vimos a cima, os quais limitavam a organização das instâncias de representação estudantil. No bojo dessa disputa, ensaiava-se entre os estudantes a necessidade de recriação da dinâmica democrática dentro do Movimento Estudantil baiano, fundamentada, principalmente, na participação coletiva e na análise crítica das práticas burocráticas e autoritárias da formação acadêmica pretendida pela Reforma Universitária.

O enfrentamento de situações críticas relacionadas com a qualidade formativa dos estudantes impulsionou a recomposição política através de articulações cotidianas. Nesse sentido, os estudantes a partir de suas realidades específicas, passaram a estabelecer estratégias de resistência e interferência nos projetos educacionais em curso na universidade.

As experiências nos mostram que cada vez mais é preciso que o estudante participe das decisões que são tomadas para a sua formação. É preciso que se fortaleçam os órgãos que podem levar, de uma maneira mais organizada, nossas reivindicações. Problemas únicos que exigem posições únicas. Os diretórios estão encaminhando a reestruturação do Diretório Central dos Estudantes. Seus estatutos já estão na Reitoria para ser aprovado. Temos direito também a dois representantes no Conselho Universitário – o que é um número pequeno diante da grande população universitária que somos. (Boletim do Diretório Estudantil de Arquitetura da UFBA – 1972)

As organizações mais diretas dos estudantes dos cursos, refletindo na reconstrução dos seus respectivos Diretórios e Centros Acadêmicos, geraram entre os estudantes a necessidade de reorganização de uma instância mais geral de representação estudantil, que rompesse a barreira das necessidades pontuais dos cursos, e avançasse no sentido de construir lutas mais amplas na UFBA, ainda que restritas a conjuntura a política repressiva da época.

O BOICOTE AO CICLO BÁSICO

A Reforma Universitária posta em prática pelos militares a partir do Decreto 5.540/68.²⁵ Em linhas gerais, iniciou através da organização universitária brasileira proposta no Relatório Rudolph Atcon, membro da USAID (GHIRALDELLI JR., 2006, p. 116), publicado pelo MEC em 1966, consistia de: máxima integração economia; atendimento às demandas da sociedade; melhor qualidade e mais da quantidade; departamentalização e fim da cátedra; professores tempo integral; ampliar e diversificar os cursos profissionais; unidades de estudos básicos; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. (ROMANELLI, 2000, p. 212)

Diante dos protestos dos estudantes acirrados pelos acordos MEC-USAID, forma de apaziguar os ânimos (ROMANELLI, 2000, p. 196), o Relatório da Comissão Meira Matos²⁶ propôs as seguintes medidas: atendimento da demanda conforme o crescimento populacional e adequar cursos e currículo às exigências do desenvolvimento nacional; cobrança de anuidades; menos tempo em cursos de formação profissional; sistema de crédito e matrícula por disciplina; vestibular unificado e classificatório; ciclo básico para todos os cursos; cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. (ROMANELLI, 2000, p.221)

²⁵ Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68> - Consultado em 19 de setembro de 2012 as 09h11.

²⁶ A Comissão Meira Matos teve assim uma dupla função: a) atuar como interventora nos focos de agitação estudantil e b) estudar a crise em si, para propor medidas de reforma. Sob este aspecto, o relatório que apresentou nada mais fez do que reforçar as propostas surgidas com os acordos MEC-USAID. (ROMANELLI, 2000, p. 197)

As modificações substanciais consagradas pela Reforma Universitária através da Lei 5.540/68, em síntese, foram: departamentalização, matrícula por disciplina, curso básico e institucionalização da pós-graduação. (RIBEIRO, 2000, p.193)

Em 25 de novembro de 1971, decorrente das mudanças geradas pela lei 5.540/68, o Conselho Universitário da UFBA aprovou a proposta de adaptação da lei ao Regimento Geral da Universidade, inclusive nas alterações do vestibular e do Primeiro Ciclo²⁷. O que gerou descontentamento no setor estudantil. Na perspectiva dos estudantes, através do documento publicado no jornal Tribuna da Bahia em 26 de novembro de 1971, questionam os critérios de seleção, como também, aponta a saída institucional para o impasse:

Com a reformulação do ensino Universitário, os alunos do 1º ano ficam sem pertencer a nenhum curso específico. Segundo o catálogo geral dos cursos da UFBA, e as afirmações da Reitoria nos Jornais, os alunos do 1º Ciclo teriam informações a respeito do funcionamento do Ciclo Básico, assim como palestras sobre cada curso da área, o que não ocorreu. Em vista o grande número de problemas e da urgência em solucioná-los, nós, calouros da Área 1, elegemos um Conselho de Representantes, que junto a nós envia o presente memorial, onde analisamos a nossa realidade e apresentamos sugestões objetivas.

Na experiência que tivemos este ano, constatamos que o processo classificatório é falho, gerando situações de injustiça, decorrente dos problemas abaixo relacionados:

1º. – Tendo em vista a falha de orientação na época de matrícula e o número limitado de vagas, houve uma diversidade na escolha das matérias. Cálculo, Descritiva e Química, não podem ser comparadas a Inglês, Teatro e Folclore, o que impossibilita um julgamento preciso.

2º. – Para que o aproveitamento em aula seja considerado na seleção, é necessário oferecer condições idênticas a todos. Isto não ocorre, pois alguns professores do instituto ainda são alunos, enquanto outros são graduados e até mesmo com curso de pós-graduação. Os institutos não estão devidamente aparelhados para receber 700 alunos e os laboratórios do Instituto de Física não oferecem condições mínimas de serem ministradas aulas práticas. Logo, o nosso aproveitamento nas aulas não podem ser considerados como fator seletivo.

3º. – Com diversos tipos de provas tornam-se impossível uma avaliação homogênea de conhecimentos, devido às questões serem de níveis diferentes. Além do mais, o critério de correção dessas provas varia de um professor para o outro, ficando assim prejudicado em termos de maior ou menor nota, o aluno que pegar um professor mais rigoroso na correção da prova. Portanto, o critério de nota torna-se injusto para uma classificação.

4º. – Desde o pré-vestibular que vivemos um clima de ansiedade, gerados pela competição e pela sobrecarga de estudos e que ora se agrava com a aproximação da prova de seleção específica. As reações psicológicas variam entre as pessoas, trazendo um novo fator de desigualdade. A comprovação é que a frequente procura dos serviços psiquiátricos da universidade pelos calouros.

²⁷ As mudanças no Vestibular e no Primeiro Ciclo colocavam a condição do estudante fazerem uma pré-opção por dois cursos. Que, ao final do primeiro ano, através da realização de uma prova, mais conhecida como “Provão”, iria definir qual curso efetivamente o estudante iria cursar.

Baseados nos problemas a cima relacionados, afirmamos que a seleção específica demonstrou na prática não ser válida como processo de classificação. Não achamos justo que o estudante, após ter passado um ano com uma perspectiva profissional, cursando matérias dela, seja desviado para um outro curso, tendo de iniciar um novo currículo. Isso, além de ser um total desvirtuamento profissional, representa um ano perdido na vida escolar e um prejuízo para a Universidade, que está gastando com o estudante, sem o profissionalizar.

Diante de tudo isso, resta apenas um caminho lógico a ser seguido: a não realização da prova classificatória e o ingresso de cada um de nós em nossas respectivas primeiras opções, independente de quanto sejamos. (Tribuna da Bahia, 26 de novembro de 1971; p.3)

Esse documento expressa os principais fatores de descontentamento entre os estudantes. Que viam nas mudanças no Vestibular e no Ciclo Básico²⁸ a interferência institucional do Estado e da Universidade na escolha profissional dos alunos. Que, além dos critérios de seleção se mostrar contraditórios e perversos na perspectiva estudantil, também estariam a mercê do sucateamento que as universidades públicas brasileiras estavam passando. Pois só área considerada estratégica para o Governo Militar recebia investimento. Enquanto outras áreas tidas como menos “importantes” para a economia do país viviam um completo descaso institucional. Não obstante a isso, além dos critérios de seleção ser considerados “injustos”, as escolhas dos cursos pelos estudantes estavam a revelar a quantidade de vagas dos mesmos. Ou seja, as vagas eram limitadas, e se houvessem mais inscritos, e com avaliação maior nas duas opções, os estudantes ficariam a deriva nos cursos que estivessem vagas disponíveis. Esses estudantes que não conseguiram adentrar em cursos das suas opções foram denominados de “Estudantes Excedentes”. O Movimento Estudantil além construir as lutas contra o Provão, também encampou a luta em defesa dos estudantes excedentes. Condições que geraram entre os estudantes e no Movimento Estudantil um elemento político importante de mobilização, que possibilitaria construir uma agenda geral entre os estudantes: de contrariedade da realização da prova, em defesa dos excedentes, e pela permanência dos estudantes nos seus respectivos cursos.

²⁸ Os estudantes aprovados no vestibular deveriam cursar um número de disciplinas básicas comuns a todos os cursos, que incluía, entre outras, Estudos do Homem e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), o equivalente, no ensino superior, às matérias Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) da educação básica. Somente após a conclusão do ciclo básico, no fim do primeiro ano de universidade, os estudantes ingressariam no curso de graduação. O problema deste sistema, na avaliação dos estudantes, devia-se ao fato de nem todos poderem ingressar no curso optado no momento do vestibular. Havendo limites de vagas por curso. O que determinava a entrada ou não do estudante no curso era o seu desempenho no ciclo básico e a prova no final do ano “Provão”.

Continuamos lutando, aprendida a lição da unidade, os excedentes precisam de nosso apoio. Os problemas, de uma tomada de posição, tomam forma de atividade artística na UFBA com vários grupos, e trabalhos experimentais a serem mostrados na Semana de Cultura Popular. Olho na mostra do som universitário. Precisamos abrir os olhos e ver as coisas que estão sendo feitas à nossa volta. Como diz o poeta “*inútil dormir que a dor não passa. Vamos para rua beber a tempestade*”²⁹. (Jornal Saúva – Circuito Universitário de Cultura e Arte, 1972)

Esse contexto político-institucional na UFBA exigia a necessidade de construção de uma organização mais ampla e geral de representação estudantil. Sendo catalisadas durante as movimentações contra o Ciclo Básico. Com as contradições geradas pela aplicação do Provão do Ciclo básico em 1971, levou os estudantes em 1972 autonomamente, ou através dos seus Diretórios Acadêmicos, organizarem um boicote a realização da prova. Esse boicote foi a primeira movimentação na UFBA com características mais amplas de participação estudantil.

O interessante é perceber a estratégia dos estudantes no sentido de construção desse movimento contra o provão, que mesmo temendo ser alvo da repressão, com o sufocamento do movimento, tocou em frente o movimento de boicote da prova. Os estudantes organizados através dos seus “Diretórios”, na ocasião, buscaram construir alternativas de angariar força ao movimento sem necessariamente causar grandes alardes ou chamar muita atenção, a não ser entre os próprios estudantes. Havia o temor do inimigo invisível, ou seja, de serem pegos pelos agentes do regime, e sofrerem alguma punição: de serem enquadrados dentro do regime disciplinar da UFBA, ou até mesmo de serem presos por ser considerados “subversivos”. Antes da realização da prova, os Diretórios Acadêmicos e alguns estudantes de forma individualizada, passaram abaixo-assinados em sala de aula. Elementos que agregaram e fortaleceram o movimento.

O objetivo dos estudantes envolvidos era de que o boicote acontecesse pelo convencimento de não entrar em sala de aula. Acreditavam que se houvessem barricadas, causaria muita visibilidade e dariam margem para que o movimento fosse conhecido, havendo grande possibilidade de serem reprimidos pelos agentes de repressão. O fato é que o movimento foi vitorioso com a não aplicação das provas, em decorrência do esvaziamento das salas por parte dos estudantes. Segundo nosso entrevistado, Olival Freitas Junior, estudante de Física da UFBA, e presidente do DCE em 1972:

²⁹ O poeta a qual a fonte se refere é Chico Buarque de Holanda na música “Bom Conselho” escrita em 1972.

No dia marcado para a prova, as provas seriam aqui na Escola Politécnica, teve toda uma luta anterior, abaixo-assinado, mandato de segurança, e a gente foi criando o movimento. E o fato que nesse dia nos fizemos uma campanha para que nenhum estudante entrasse, não era piquete, não tinha condições de fazer piquete na época, não tinha repressão aberta no momento, mas se tivesse piquete teria ne? E foi uma coisa assim que em minha vida causou um impacto muito grande, porque nesse dia nenhum estudante entrou para fazer a prova. (OLIVAL FREIRE JUNIOR, 2012. p.3)³⁰

O provão acabou não sendo realizado no final de 1972 com o boicote dos estudantes. Fato que gerou as condições para a rediscussão dos critérios de seleção e de opção de curso na UFBA, além de criar o fato político de vitória dos estudantes frente as imposições provocadas pela Reforma Universitária.

RECONSTRUÇÃO DO DCE-UFBA

O movimento “Contra o Provão” gerou dentro do núcleo organizado dos estudantes a necessidade de reconstrução do Diretório Central dos Estudantes (DCE), com fins de fortalecer as lutas já em curso, ampliando as possibilidades movimentações dentro e fora da universidade. O DCE, nesse momento, apresenta-se como solução política e organizativa para o ME, na medida em que proporciona a ampliação das esferas de mobilizações com a construção de uma agenda política mais unificada dentro do corpo estudantil da Universidade Federal da Bahia. Como resultado desses debates, em 1973 o DCE-UFBA foi reconstruído de forma indireta, com a votação realizada entre os “Diretórios Acadêmicos” organizados da UFBA. Olival Freire Junior, ex-presidente do DCE/UFBA(1973), e ex-militante do PCdoB, ilustra um pouco esse momento político:

Em 1973 é reorganizado o DCE, e eu virei o primeiro presidente do DCE, certamente fui indicado pra isso por duas condições: a liderança que havia adquirido na luta contra o Provão do ciclo básico, e pelo fato de estar ligado ao PCdoB. Mas eu diria assim, que a liderança natural que levou a

³⁰ Entrevista realizada com Olival Freire Junior em 27 de fevereiro de 2012, no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia / Salvador – Bahia. Olival Freitas Junior nasceu na cidade de Jequié – BA, em 1954 Morou em Jequié até 1968 quando, com 14 anos de idade, para fazer o segundo grau em Salvador. Fez o segundo grau em 1969, 1970 e 1971 no Colégio Marista. Ingressando no curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal da Bahia em 1972. Em meados de 1973 mudou para o curso de física, formou-se em Licenciatura em Física em 1978. A militância política começou já no primeiro ano de universidade, ingressando no PCdoB, e ocupado a primeira presidência do DCE/UFBA em 1973, na época, eleito de forma indireta. Participou das principais movimentações do ME na década de 1970 na UFBA. Saiu da universidade no final de 1978, ingresso novamente na condição de professor substituto.

reorganização do DCE foi um rapaz, que já é falecido, foi professor da Faculdade de Arquitetura, que na época era estudante, chamava-se Manoel José de Carvalho(...). O Manoel era, eu diria assim, certamente a cabeça pensante da articulação da resistência contra o Provão, e da reorganização do DCE, da luta contra o Provão. (Olival Freire Junior, 2012: p.5)

Olival Freire corrobora com a tese que as eleições do DCE na UFBA em 1973 foram fruto do processo de mobilização estudantil oriundo das lutas contra o Provão, momento em que gerou ambiente para o surgimento de lideranças, a exemplo do mesmo, e de outros estudantes contemporâneos dele, tal como o Manoel José de Carvalho. Um dado novo, e importante ser frisado, é a presença do PCdoB já em 1973. E mais, com influência nas decisões políticas do ME. Em 1973, o PCdoB ainda tinha pouca expressividade no ME, mas, decorrente das derrotas no Araguaia³¹, voltasse para o interior das universidades, como alternativa de reorganização política. Tal assertiva é bastante presente na “voz” do nosso entrevistado, Olival Freire, que aderiu ao PCdoB durante a sua militância no ME baiano.

Ao longo de 1973 eu entrei no PCdoB, quem me convidou para entrar foi um rapaz da Engenharia chama-se Eduardo. (...). Eu lembro que ele é irmão de uma moça que depois foi Presidente da UNE, chamada Clara, foi aluna da UFBA. O Eduardo então me convidou, aceitei ingressar, e a primeira célula do PCdoB era o Manoel José, dessa célula que participei, que era responsável pelo DCE, por isso que fiz essa volta, pela atividade do DCE. Então era o Manoel José, eu, e uma moça da Engenharia chamada Cristina, que não era membro do DCE, então essas três pessoas mais o Eduardo que conheci em todo ano de 1973. (Olival Freire Junior, 2012: p.6)

O DCE organizado vai encampar em 1973 o movimento em defesa da Segunda Época³². O Olival Freire Junior ocupa atualmente o cargo de professor do departamento de Física da Universidade Federal da Bahia, coloca a luta em defesa a Segunda Época como uma das principais agendas de lutas do ME em 1973. E mais, apresenta a condição que ocupa atualmente, enquanto professor, e faz autocrítica a posições tomadas enquanto militante do ME.

³¹ Saber mais em POMAR, Vladimir. **Araguaia: o Partido e a Guerrilha**. São Paulo: Editora do Brasil Debates, 1980.

³² Segunda época era uma prova realizada ao término de cada semestre caso o estudante não alcançasse a média para aprovação mesmo após a Prova Final. Era comumente realizado trinta dias após a aplicação da prova final.

Na época era o seguinte, você tinha uma nota pra passar, digamos assim, equivalente a um conceito sete, se você não obteve essa nota, você tinha direito a fazer uma prova, chamava-se “Segunda Época”. (...). Você iria até a final, perdeu? Ai você tinha direito a fazer uma prova trinta dias depois. Que se você tivesse a nota cinco, você livrava a disciplina. Era além da final. E ai o seguinte, o Conselho Universitário queria acabar com a Segunda Época. Hoje eu como professor apoiaria não tem a menor dúvida, claro. Ridículo. O cara passou o semestre inteiro, não estudou nada, e chega lá na prova... Não tenha dúvida, nós fizemos um movimento contra acabar a Segunda Época, e ganhamos (risos). (Olival Freire Junior, 2012: p.9)

Os estudantes da Universidade Federal da Bahia através de suas entidades representativas realizaram um levantamento dos fatos observados nas diversas unidades e elaboraram um documento que pretendia ser um retrato de conjunto da situação objetiva dos alunos da UFBA, com as reivindicações básicas feitas por eles e levadas ao Reitor Lafayette Pondé. O documento apresenta as principais reivindicações, onde estão colocadas as pretensões dos estudantes junto à Reitoria:

Os Diretórios Acadêmicos reivindicam: “regularização definitiva da situação dos estudantes em “estado provisório”; retorno e permanência dos colegas moradores há quatro anos nas residências; participação de representantes de residentes na Comissão de Assistência; contra o corte da assistência aos colegas que receberam Bolsas de Trabalho: a liberdade de realizar reuniões para discutir assuntos do restaurante e residências, quando a circunstâncias assim o obrigarem: que o 5º ano de Psicologia seja considerado como continuidade do Curso, implicando isso na absorção imediata dos 73 inscritos para 1973, e a não existência de processos supletivos: pela revogação do decreto 477 e contra quaisquer medidas de coação a estudantes, professores, funcionários e entidades representativas: pela autonomia universitária, contra a interferência de setores estranhos ao âmbito da Universidade: pela eleição imediata do Diretório Central dos Estudantes nas residências e no Conselho Universitário. Contra qualquer medida que impeçam o livre funcionamento das entidades e representações estudantis: pela resolução da questão dos excedentes do Ciclo Básico de Medicina: pelo oferecimento de maior número de vagas nas matérias onde ocorra solicitação superior ao número de vagas oferecidas, o que implica na contratação imediata de professores em número suficiente: pela melhoria de condições de materiais para as escolas carentes. (Jornal A Tarde, 20 de março de 1973; p.08)

Como percebemos no documento estudantil publicado no jornal A Tarde, as reivindicações estavam pautadas principalmente nas condições de ensino na UFBA, como também uma avaliação crítica sobre as condições estruturais da Universidade, com a demanda de discussão acerca das Residências Estudantis e do Restaurante Universitário; com a contratação de mais professores; e as soluções de questões específicas de cada curso dentre outras. No mesmo documento, como percebemos, os estudantes inserem uma

plataforma política na pauta: com a exigência de revogação do decreto 477 e das leis que impedissem a livre organização dos segmentos internos da universidade, tais como: estudantes, professores e servidores; contra as medidas que impedisse o livre funcionamento das entidades estudantis; como também a demanda da Autonomia Universitária, onde estudantes cobram o fim da ingerência de instituições alheias a Universidade nos espaços universitários³³.

Essa primeira fase da década, entre 1970 e 1974, o ME deu os primeiros passos para a reorganização institucional e política na UFBA. As ações protagonizadas pelo ME eram muito bem pensados e articulados, pois havia o sentimento no meio estudantil de temor aos aparelhos de repressão, período foi marcadamente o duro no que as liberdades políticas no Brasil³⁴. As conquistas políticas nessa fase eram consideradas enquanto vitórias. Vitórias importantes para fortalecer as bases do ME. Oriundas de um processo de articulação negociada, isto é, sempre monitoradas tanto pelos chefes institucionais na UFBA, como os setores ligados ao Regime, buscando sempre as brechas institucionais ou políticas para construir as lutas. Muito das pautas estudantis nessa primeira fase, se assentou na resistência as ingerências da Reforma Universitária que sucateou as universidades brasileiras, como também das inserções profissionais no mercado de trabalho. As lutas por liberdades democráticas ainda não estavam nas pautas públicas do ME, mas fortemente ansiada pelos estudantes, que exploravam ao máximo os limites da

³³ Nesse quesito de “interferência de setores estranhos ao âmbito da Universidade” não conseguimos identificar nenhuma fonte que nos aponte quais eram esses setores. Mas nos é possível conjecturar a possibilidade de instituições ligadas ao aparelho repressivo do regime, como também a inserção de instituições privadas, com fins particulares, a partir das aberturas provocadas pelo acordo MEC-USAID.

³⁴ No governo Médici, observamos o auge da ação dos instrumentos de repressão e tortura instalados a partir de 1968. Os famosos “porões da ditadura” ganhavam o aval do Estado para promover a tortura e o assassinato no interior de delegacias e presídios. As tentativas de tomada de poder pelas organizações clandestinas foram seriamente abalada com o assassinato de Carlos Lamarca e Carlos Marighella. A Guerrilha do Araguaia, fundada em 1975, foi uma das poucas atividades de oposição clandestina a resistir. A repressão aos órgãos de imprensa foi intensa, impossibilitando a denúncia das arbitrariedades que se espalhavam pelo país. Ao mesmo tempo, no governo de Médici observamos o uso massivo dos meios de comunicação para instituir uma visão positiva sobre o Governo Militar. A campanha publicitária oficial espalhava adesivos e cartazes defendendo o ufanismo nacionalista. Palavras de ordem e cooperação como “Brasil, Ame ou deixe-o” integravam o discurso político da época. A eficiência desta propaganda foi alcançada graças a um conjunto de medidas econômicas instituídas pelo Ministro Delfim Neto. Influenciado por uma perspectiva econômica de natureza produtivista, Delfim Neto incentivou o reaquecimento das atividades econômicas sem o repasse destas riquezas à sociedade. Conforme ele mesmo dizia, era preciso fazer o bolo crescer antes de ser repartido. Em curto prazo, seu plano de ação se traduziu em índices de crescimento superiores a 10% por cento ao ano. O chamado “milagre econômico” foi marcado pela realização de grandes obras da iniciativa pública. Obras de porte faraônico como a rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói e Usina Hidrelétrica de Itaipu forjavam a impressão de um país que se modernizava a passos largos. Entretanto, a euforia desenvolvimentista era custeada por meio de enormes quantidades de dinheiro obtidas por meio de vultosos empréstimos, que acabou submetendo o Brasil a lógica capitalista mundial. Ver SILVA, Hélio. **Emílio Médici 1969-1974 - 24º presidente do Brasil**, Editora Três, 1983.

legalidade. Tais perspectivas ficam claras nesse trecho da entrevista com o Olival Freire Junior, onde o depoente relata o momento em que, na condição de presidente do DCE-UFBA, é convidado por Cruz Rios, então jornalista do *A Tarde*, a participar de uma reunião com Jarbas Passarinho, Ministro da Educação:

(...)no final de 1973, ou início de 1974, não lembro bem, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho. Os militares na época, volta e meia na época ensaiavam implantar o ensino pago. Jarbas Passarinho vem a Bahia, e eu fui procurado, já estava no curso de Física, por um Editor do *A Tarde* chamado Cruz Rios. Se não me engano, ele era o delegado regional do Ministério da Educação, ou tinha contato com o delegado regional. Lembro quem fez o contato foi o Cruz Rios. Lembro muito das conversas que ele teve, foi no prédio do *A Tarde*, ali na praça Castro Alves, e ele com aquela conversa que “você agora é muito importante”, “mas não pode se envolver com esses grupos de esquerda”, se não “isso vai complicar a sua vida” e tal. O explorar a legalidade é o seguinte: Você acha que eu iria dizer pra ele que estava articulado com um grupo de esquerda? Claro que não. Eu tinha que dizer pra ele “não” “ta”, as vezes não conversava muito. Então aí o Jarbas Passarinho vem (para a Salvador), e ele quis então que o DCE fosse recebido por Jarbas Passarinho. Qual era o nosso drama? O nosso drama é o seguinte: você não vai chegar para Jarbas Passarinho, na altura de 1973 e 1974, e falar nada sobre liberdade política, de ser contrário o 477, nada disso. Isso estava fora do horizonte político. Lembro que foi antes da eleição de 1974, fui presidente até o segundo semestre de 1974. Então foi no primeiro semestre 1974, auge do regime Médici. Por outro lado não podia, nós discutimos na época, não podemos chegar lá “-Jarbas Passarinho nós estamos aqui com um problema. Melhorar a comida do Restaurante Universitário”, porque certamente ele iria chegar lá e iria dizer que estava resolvido “- Vocês terão macarrão duas vezes por semana”, e a gente iria, digamos assim, legitimar. Ou seja, a gente iria ter uma audiência com o Coronel do Regime Militar, era a margem da legalidade era a gente lá, mas a gente não poderia referendar o regime. Então, a ideia que tivemos na época era de levar uma Carta Aberta contra a implantação do ensino pago. Isso na época era o máximo que a legalidade permitia, e foi no alvo. Porque nós chegamos lá na audiência, imprensa e tal, viemos aqui ler essa carta. Li a carta, a certa curta defendendo a manutenção do ensino público gratuito, contra o ensino pago. O Passarinho ficou chateado, mas não pode confrontar. E a imprensa, inclusive o *A Tarde*, no outro dia o destaque foi “O DCE está contra o ensino pago”. Nos saímos felicíssimos, ta certo? Porque tínhamos colocado uma bandeira que não dava pro Passarinho engolir. Qual era a bandeira? Contra o ensino pago. Na altura de 1973 nada além disso. (Olival Freire Junior, 2012; p.9)

Os estudantes queriam construir um fato político com a reunião do Jarbas Passarinho, sem necessariamente corroborar com as ações do Regime. O objetivo era explorar os limites que estavam postos naquele momento, isso em 1974. Como a imprensa estava toda reunida para essa reunião, os estudantes articularam uma pauta de caráter coletivo “Contra o Ensino Pago”, que além de conseguir condensar os anseios dos estudantes da UFBA, agregava à luta dos movimentos contra o Ensino Pago já em curso em outros Estados. E como relata nosso entrevistado, apesar da discordância do Jarbas

Passarinho, ele não teria respaldo político para ir de contra a pauta estudantil. Esse fato foi amplamente divulgado pelos principais jornais da capital soteropolitana: A Tarde, Jornal da Bahia e Tribuna da Bahia. E considerada outra grande vitória do ME pelos estudantes.

Na segunda metade da década de 1970, as movimentações estudantis passam a ter outro perfil na medida em que consolidaram espaços de deliberações mais centralizados e fundamentados em bases político-representativo. O Movimento Estudantil rompe os muros institucionais da UFBA, e passam a agregar plataformas de lutas mais amplas e gerais. Naquela conjuntura, mais importante que o resultado imediato das lutas travadas até então, a transição da primeira para a segunda fase da década de 1970, marcada pelas lutas por melhores condições de ensino, contra o Jubilamento e a queda do nível de ensino em diversos Estados, foi o seu significado em termos de reorganização do movimento Estudantil. Surgiram as primeiras tendências políticas do ME orientadas por organizações clandestinas³⁵, e o ME assume uma postura desvinculada da burocracia universitária e independente do Decreto-Lei 228³⁶.

Em 1976, rompendo com as condições impostas pelas Leis 477 e 228, e também regimentais da UFBA, os estudantes junto aos seus Diretórios e Centros Acadêmicos vão eleger o DCE-UFBA de forma direta. Ou seja, pela primeira vez pós-AI-5 o Diretório Central dos Estudantes da UFBA será eleito pela participação de todos os estudantes. Fruto das condições políticas oriundas do processo de organização política do ME com o fortalecimento dos DAs e do DCE eleito indiretamente, associado às conquistas acumuladas nas lutas contra a realização do Provão do Ciclo Básico; a continuidade da Segunda Época; as melhorias nas Residências Estudantis e Restaurante Universitário; a reconstrução dos Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes. O amadurecimento político na primeira metade da década de 1970 proporcionou ao ME condições políticas ampliar as redes de articulações entre a UFBA com estudantes mobilizados em universidades de outros Estados. Tal ampliação permitiu posteriormente

³⁵ Nessa fase que o ME passa a ser fortemente influenciado por organizações clandestinas de esquerda: Partido Comunista do Brasil – PCdoB; Partido Comunista Brasileiro – PCB; Ação Popular – AP; Liberdade e Luta – Libelu.

³⁶ O Decreto-Lei 228 publicado pelo Presidente Castello Branco em 28 de fevereiro de 1967. Essa lei buscava normatizar as condições organizacionais do Movimento Estudantil em âmbito Nacional. Acabou com as organizações estaduais, e criou barreiras institucionais para a organização livre dos estudantes. Impunha ao ME atribuições, competências e regras para as eleições estudantis. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=191693&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB> - Consultado em 07 de outubro de 2012 as 14h19m.

“romper” com os muros da universidade e fortalecer as lutas com outros setores da sociedade baiana que resistiram à Ditadura.

A GREVE CONTRA O JUBILAMENTO

O ME na UFBA, como resultado das ações políticas na primeira metade da década, vinha numa crescente mobilização e articulação, com as conquistas acumuladas, especialmente, com as eleições diretas das instituições estudantis. Nesse contexto, o ano de 1975 foi emblemático para o ME da Bahia na medida em que as lutas passaram a ter uma dimensão maior, alcançando toda a Universidade, e repercutindo também fora dela. Na UFBA, inicia em 23 de setembro de 1975 a primeira greve geral estudantil no Brasil pós-AI-5, conhecida como Greve Contra o Jubilamento³⁷.

“As péssimas condições de ensino podem levar o estudante a duas coisas: se formar sem saber quase nada ou ser reprovado várias vezes. A universidade criou então uma maneira de expulsar grande número de estudantes procurando, com isso, esconder suas deficiências e reduzir seus gastos. Essa expulsão recebe o nome de Jubilamento”. (‘Ao povo da Bahia’, Manifesto dos estudantes da UFBA – 06 de dezembro de 1975)

A Greve Contra o Jubilamento foi um movimento iniciado na Faculdade de Geologia da UFBA, sendo incorporado pelos cursos de Arquitetura e Física. De pronto, inicia-se enquanto um ato isolado dos estudantes desses cursos, mas as demandas pelo fim do Jubilamento era pauta comum da maioria dos estudantes dos diferentes cursos das

³⁷ O Jubilamento, entendido como o desligamento ou afastamento de aluno de Instituição de Ensino Superior, por ter ultrapassado o prazo máximo permitido para a conclusão do curso, foi introduzido pelo Conselho Federal de Educação no direito brasileiro por meio da Lei n.º 5.789/1972, que dava nova redação ao artigo 6º do Decreto-lei n.º 464/1969, nos seguintes termos: Art. 1º O artigo 6º do Decreto-lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6º Na forma dos estatutos ou dos regimentos, será recusada nova matrícula, nas instituições oficiais de ensino superior, ao aluno que não concluir o curso completo de graduação, incluindo o 1º ciclo, no prazo máximo fixado para integralização do respectivo currículo. § 1º O prazo máximo a que se refere este artigo será estabelecido pelo Conselho Federal de Educação quando for o caso de currículo mínimo, devendo constar dos estatutos ou regimentos na hipótese de 1º ciclo e de cursos criados na forma do artigo 18 da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. § 2º Não será computado no prazo de integralização de ciclo ou curso o período correspondente a trancamento de matrícula feita na forma regimental. – <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=96874&norma=121265>. Acessado em 07 de outubro de 2012.

diferentes faculdades da UFBA. Com isso, o movimento contra o Jubilamento espalha-se enquanto rastilho de pólvora na universidade, e a greve assume uma dimensão mais ampla, com a paralisação dos estudantes de 32 cursos da UFBA, englobando cerca de oito mil estudantes. (Jornal Tribuna da Bahia de 8 de outubro, p. 9) O movimento Contra o Jubilamento foi originário das lutas dos estudantes pelas reformulações dos currículos de curso, associado às lutas com as melhores condições de ensino na universidade. Com o sucateamento das faculdades, pelas recorrentes denúncias de péssimas condições das salas de aula, laboratório, e pela ausência de professores. Os estudantes se viam prejudicados na medida em que a Universidade criava mecanismos mais rígidos de punição para os alunos que não conseguissem média para aprovação nas matérias, e para as faltas.

O movimento grevista teve suas primeiras movimentações entre os estudantes dos cursos de exatas, pois os estudantes dessa área se sentiam mais prejudicados pelos efeitos do jubilamentos, já que eram os cursos que tinham maiores índices de retenções. As contradições geradas pelo sucateamento da universidade, associado aos jubilamentos geraram as condições para a deflagração da greve na UFBA. Ou seja, na UFBA ocorreu a primeira greve geral dos estudantes de uma universidade brasileira no pós-AI-5.

O Jubilamento na UFBA foi regulamentado pelo artigo 9º do seu Estatuto que diz: “Será recusada a matrícula”:

- a) ao aluno que por quatro semestres consecutivos ou não, houver requerido o trancamento de matrícula na mesma disciplina ou no total das disciplinas, salvo motivo de força maior, a critério do conselho de Coordenação;
 - b) ao aluno do 1º Ciclo que, por duas vezes não tenha sido aprovado nas disciplinas de recuperação;
 - c) ao aluno que por mais de um semestre letivo consecutivo deixar de se matricular ou, se matriculado deixar de frequentar o total as disciplinas, salvo motivo de força maior, ao critério do Conselho de Coordenação;
 - d) ao aluno que, no fim de quatro semestre consecutivos, obtiver menos de quatro aprovações entre as disciplinas de curso em que estiver inscrito;
 - e) ao aluno que obtiver reprovação em disciplinas as quais o impedirão de concluir o curso no tempo máximo permitido;
- § 1º. Para efeito de disposto nas alíneas “c”, “d”, e “e”, não se incluem os períodos letivos em que houve trancamento de matrícula no total e disciplinas.
- § 2º. O aluno que tiver a matrícula recusada por incidir num dos dispositivos a cima indicados, comprovando ter sido a sua ausência por motivos de força maior, poderá requerer ao Conselho de Coordenação a sua volta ao curso, contanto que faça dentro de dois semestres letivos, contados a partir do período em que teve a matrícula recusada.
- § 3º. O aluno que tiver sua matrícula recusada não poderá concorrer a concurso vestibular para reingresso na Universidade.
- § 4º. O reingresso só será permitido nos casos especificados no § 2º deste artigo. (ESTATUTO UFBA, Decreto N°64.900 de 29 de julho de 1969)

As linhas a qual as regras do Estatuto foram definidas pelo Conselho Federal de Educação e incorporadas ao Estatuto da UFBA, foram expressas em entrevista ao jornal Tribuna da Bahia pelo padre José de Vasconcelos, presidente do Conselho, declarando: “o Jubilamento é uma alternativa justa nas universidades”. Vasconcelos considera que não é “certo” um estudante passar dois, ou três anos, em uma Faculdade cursando uma disciplina, e completa: “Se isto acontecesse é porque ele não tem aptidão para enfrentar o curso superior”.

Em repostas as declarações do Presidente do Conselho Federal de Educação, os estudantes grevistas da UFBA rebatem, ainda na mesma data, as colocações de Vasconcelos:

- Não se pode chamar de “incapaz” o estudante que é fruto de uma estrutura de ensino deficiente desde o 1º grau.
- A Universidade cabe criar instrumentos de aprimorar a formação do estudante e não criar instrumento de expulsar os estudantes.
- Dentro da UFBA, as condições de ensino tornam a aplicação do jubramento ainda mais injusta. Por tanto, cabe agora, uma melhoria nas condições de ensino. (Tribuna da Bahia, 8 de outubro de 1975; p.09)

No contato com os estudantes grevistas durante a Assembleia Geral Universitária, o diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação, Edson Machado, afirmou que não reconhecia a legitimidade da greve estudantil, pois, no seu entender, nada poderia ser feito para a suspensão do jubramento. No entanto, como forma de oferecer uma saída para o impasse, acenou com a possibilidade de liberar recursos para as unidades de ensino da UFBA. (A Tarde, 02 de outubro de 1975, p.03). Tal pronunciamento de Edson Machado, foi alvo de críticas por parte dos estudantes expressa no Tribuna da Bahia de 08 de outubro de 1975:

Dentro da universidade não existe condições para jubramento devido as precárias situações de ensino. Se o aluno dispõe de bons professores e amplas condições de estudar, é claro que se ele for reprovado quatro vezes consecutivas ou não numa matéria ele é um burro. Agora, aqui na UFBA, a gente não tem nada. É tudo muito longe do ideal. Nossos cursos são deficientes, e por isso não existem para a aplicação do Jubramento. O jubramento é como Edson Machado disse: uma arma para expulsar alunos. (Tribuna da Bahia, 8 de outubro de 1975, p.09)

E para além das questões curso, o Jubilamento acabava adquirindo um papel enquanto instrumento de poder, possibilitando abertura para possíveis perseguições política por parte da reitoria. Ou seja, aqueles que fossem considerados “subversivos”, ou contrários a política-institucional da administração superior da universidade, poderiam ter suas matrículas cassadas, e serem impedidos de se inscreverem no vestibular novamente, acabando com qualquer pretensão do estudante em ter a formação de ensino superior.

A denominação “Greve Contra o Jubilamento”, só foi utilizada pelos estudantes no decorrer do movimento, na medida em que a greve passou ter características mais amplas e gerais. Apresenta-se enquanto estratégia de construir um movimento que não representasse ou transparecesse, necessariamente, uma ação política em si, devido ao temor dos aparelhos repressivos considerá-la enquanto atividade “subversiva”. Apesar das tentativas por parte da reitoria em taxar enquanto uma atividade política, era veementemente negada entre os estudantes essa classificação. O Luiz Henrique Sá da Nova³⁸, ex-militante do ME UFBA e membro do Comissão Interiorana dos Vestibulandos da Bahia(CIVUB), ocupou a diretoria do DCE/UFBA em 1975, expressa um pouco essa perspectiva, considerando que “A greve era de massa. E até as flexões verbais a gente fazia. Então, não se chamava de greve, a gente chamava de “paralisação das atividades didáticas”. Porque greve a ditadura dizia que era política”.

Luiz Nova também aponta o caráter de massa enquanto característica fundamental da greve contra o Jubilamento, reproduzindo a base fundamental do processo reorganização política dos estudantes na Bahia. Considerando que o grau de formação política influía na condição de tomada de posição dentro do movimento:

Tinha um conteúdo de massa no movimento. E a massa se sentia acolhida por isso né? Porque, naquele embate, quem fazia o embate aberto era quem tinha um nível de formação política maior. (...) Então é esse o que acho que dá característica diferente do Movimento Estudantil de Salvador e da Bahia, o caráter massivo. (Luiz Henrique Sá da Nova, 2010; p.06)

³⁸ Entrevista realizada com Luiz Henrique Sá da Nova em 31 de maio de 2010, no Centro de Artes, Humanidades e Letras Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / Cachoeira – Bahia. Luiz Henrique Sá da Nova, nasceu no dia 24 de dezembro de 1956, em Macarani, interior da Bahia. Mudou-se para Itapetinga com sete anos, onde viveu até 1972, quando foi cursar o segundo-grau do ensino médio em Salvador. Ainda em 1972, teve contato com o PCdoB através de um amigo, ingressando no ação política partidária clandestina. Ingressou no curso de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia em 1975, ingressando no mesmo ano na diretoria DCE/UFBA, fruto da militância política na Comissão Interiorana dos Vestibulandos da Bahia (CIVUB). Participou ativamente no ME, principalmente nos assuntos referentes as lutas por Residência Estudantil.

O Luiz Nova aponta a característica “massiva” ME na Bahia. Essa perspectiva se fundamenta no sentido em que a Greve Contra o Jubilamento ofereceu as condições políticas na UFBA para os estudantes pudessem confluír numa única pauta, onde alunos de diferentes Escolas puderam trocar experiência, debatendo e discutindo conjuntamente os problemas da universidade. Sendo a primeira vez que a universidade iria se enxergar, através do ME, no mesmo espaço. Sendo Além, também, que a preocupação do ME com a ampliação das vagas, melhores condições de ensino.

Como forma de construir o movimento paredista, o ME formulou a construção de uma assembleia geral permanente formado um Comando Geral, dirigido pelo DCE, que contavam com a participação de representante de todos os 32 cursos grevistas. Neste comando, havia uma serie de discussões acerca dos caminhos a ser percorrido pelo movimento, das eleições das comissões de representantes, além das notas que eram encaminhadas para aprovação nas Assembleias Gerais. As Assembleias Gerais era o principal fórum de deliberação das ações grevistas.

Durante os primeiros dias de greve, foram realizados várias Assembleias Gerais para discutir os encaminhamentos da greve. Como também reuniões com o Reitor Augusto Mascarenhas como tentativas para resolução do impasse, fato que não ocorreu. A Reitoria contra-argumentava o pleito estudantil com o discurso que não tinha poderes para revogar a normatização do Conselho Federal de Educação. A crise entre estudante e reitoria se acentuou com a resolução da Câmara de Graduação da UFBA, que “nada decide sobre o Jubilamento”. (A Tarde, 03 de outubro de 1975) A reitoria criou uma comissão composta pelos professores Yeda de Andrade Ferreira, José Clodoaldo Silva Costa, Leopoldo Meltra e Hailton José Brito para estudar as propostas estudantis encaminhadas à reitoria.

Tanto as reuniões com a reitoria, como a Comissão de crise, pouco avançaram no sentido de apontar saídas para o pleito estudantil nos primeiros dias de paralisação. Em declaração publicada pelo jornal Tribuna da Bahia, o Reitor Augusto Mascarenhas considerou a pauta estudantil “justa e modesta”, ressaltando que as demandas: falta de professores, biblioteca e laboratórios desaparelhados entre outras, poderiam ser discutidas com os diretores das escolas da UFBA. Não obstante a isso, salienta que o fim do Jubilamento, item imprescindível para que os estudantes saíssem da greve, não poderia ser garantido, argumentando que estaria desrespeitando as normas. Augusto Mascarenhas

reconhece os problemas da aplicação da Lei de Jubilamento na UFBA, e as contradições inerentes a ela, e completa reforçando o discurso do CFE no sentido de defender a Lei:

A função do reitor é fiscalizar a aplicação da lei independente das contradições e incoerências. Reconheço que existem algumas “brechas” na UFBA quando foram matriculados alguns alunos jubilados. Jubilamento é uma norma para regular a produtividade social na universidade. (Tribuna da Bahia, 10 de outubro de 1975, p. 11)

Depois da reunião entre estudantes e reitorado, os representantes dos Diretórios Acadêmicos convocaram as assembleias gerais de todos os cursos para informar o ocorrido na reunião. Os estudantes consideravam o Jubilamento enquanto “espinha dorsal da reforma universitária”, onde consideram, comparativamente, o jubilamento a um preso perpetuo, pois não poderia mais estudar no Ensino Superior Federal, além de ser estereotipado enquanto “profissional incompetente”. Ou seja, que não houve avanço nas negociações, “(...) a posição do reitor é bastante inflexível e isto pode ser observado quando ele frisou que o retorno as aulas não era mais com ele.” (Tribuna da Bahia, 13 de outubro, p. 11)

Como o impasse entre administração central da UFBA e estudantes, o Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela³⁹ foi convidado pela reitoria para intermediar as negociações. Na oportunidade, foi encaminhada a proposta da reitoria para reuniões entre áreas de ensino da UFBA, e não com todos os cursos de uma só vez. Argumentando que uma reunião ampla poderia atrapalhar no avanço das negociações. Em carta denominada “Povo de Deus em Marcha”, publicada no dia 07 de outubro de 1975, Dom Avelar Brandão esboça sua visão acerca da greve estudantil, que havia chegado ao seu décimo quinto dia de paralisação sem avanço:

Um dos problemas mais sérios e mais complexos dos nossos dias é o de sabermos situar no contexto da realidade local, nacional e universal, a presença

³⁹ Dom Avelar, iniciou seus estudos no Seminário de Maceió e no Seminário de Olinda. Foi ordenado em 27 de outubro de 1935. Membro do corpo docente e orientador espiritual do Seminário de Aracaju, sendo secretário da diocese. Chegou a ser capelão diocesano da Ação Católica. Aos 33 anos foi consagrado bispo de Petrolina em 27 de outubro de 1946, pelo bispo Dom José Thomas Gomes da Silva, bispo de Aracaju, tendo como co-consagrantes Dom Adalberto Accioli Sobral, bispo de Pesqueira e Dom Mário de Miranda Vilas-Boas, arcebispo de Belém do Pará. Em 1955, é elevado a arcebispo de Teresina. Frequentou o Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965. Foi eleito presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), mandato que exerceu entre 1966 e 1972. Em 1971 foi transferido para a Arquidiocese de Salvador na Bahia onde exerceu o bispado até 1986, quando veio falecer em decorrência de um câncer de estômago e encontra-se sepultado na Catedral-Basílica Primacial de Salvador. – Saber mais em CARVALHO, Sônia Maria dos S. **Dom Avelar Brandão Vilela: uma biografia histórica.** Mestrado em História – PPGHB/UFPI, Teresina, 2010.

justa e exata da juventude. Não é tarefa simples porque de início nos encontramos com dois obstáculos ou desafios poderosos: tese que pretende alijar os jovens da reflexão equacionamento e decisão das questões universitárias e humanas do nosso tempo.

Ou então à atitude soberana dos jovens que querem substituir sem maiores preocupações o comando das operações no campo razo da luta pela vida cotidiana.

Esses dois confrontos, em nosso parecer, seriam prejudicados à causa do bem estar social, das conquistas legítimas que, hora a hora devem alcançar, do princípio equânime da integração, a serviço da comunidade.

Houve momentos da nossa história universitária em que os estudantes se sentiam com força bastante para impor o seu critério e decisões fossem quais fossem os pensamentos alheios aos seus projetos de auto-afirmação. Foi exagero. Houve momentos de outra parte, em que foram tratados de maneira desigual e até desrespeitosas, havendo, por assim dizer, o choque do idealismo primaveril com as pontas de lanças da repressão magoada e ressentida.

Tudo isso já tem havido ao longo da história universitária brasileira e da América Latina.

Em face dessa verificação, o que se poderia dizer? Deve-se considerar normal a omissão dos estudantes da partilha das responsabilidades universitárias e nacionais? Deve-se julgar como causa desprezível a colaboração nos assuntos de ordem educacional?

De nossa parte observamos que o problema traz aspectos delicados que não poderemos esgotá-los jamais. Seguem, no entanto, algumas considerações à guisa de contribuição:

- 1) A universidade hoje, mais do que antigamente, é um pequeno mundo dentro do qual todos os problemas se refletem.
- 2) Criar-se para os estudantes um clima universitário importado, como se não tivéssemos características próprias, necessidades peculiares, condições climáticas e culturais específicas seria cometer um crime de lesa pátria.
- 3) Exigir dos estudantes uma atitude servil de apenas serem copistas sem que se faça apelo ao poder de sua criatividade, em ordem a sua própria formação e à formação de futuros líderes do nosso País parece-nos desastroso.
- 4) De outro lado, traçarem os estudantes, a seu modo, as normas que devem ser observadas pelas autoridades do ensino e pelo povo em geral seriam também pagar-se um tributo exagerado à atual alienação dos estudantes daquele tipo ideal na vida do País.

Ass. Avelar, Cardeal Brandão Vilela. (Tribuna da Bahia, 08 de outubro de 1975. p. 09)

Dom Avelar assume a postura de interlocutor de ambas as partes na negociação, sem necessariamente assumir a defesa de alguma delas. Demonstra nas entrelinhas de sua carta, a busca do equilíbrio e da razoabilidade enquanto princípio importante para se buscar uma saída para a falta de diálogo. Sobre um tom filosófico problematiza as condições históricas onde se deu os espaços de enfrentamento das juventudes com o que chama de “ponta de lanças de uma repressão magoada e ressentida”.

O convite para que Dom Avelar Vilela intermediasse as negociações demonstra uma tentativa clara por parte da reitora de angariar apoio da opinião pública baiana. Haja vista que a greve estudantil havia provocado um desgaste muito grande da figura do reitor Augusto Mascarenhas, que não demonstrou capacidade de diálogo com os estudantes no

sentido de acabar com a greve. Além disso, a estratégia de fazer reuniões de curso esboça a tentativa por parte da reitoria em fragmentar a greve estudantil, já que demonstrava força política com sua unidade. Também foram divulgadas no jornal *A Tarde*, um dos principais jornais de circulação da capital baiana, e com perfil conservador, que a greve estava se esvaziando, corroborando com o discurso da reitoria. A tentativa, sobre diversas formas, era de enfraquecer a greve estudantil.

Entretanto, mesmo com a intermediação de Dom Avelar Vilela, e as tentativas de “negociação” da reitoria, os estudantes resolvem manter-se em greve. Fato que levou tanto a reitoria como o Governo Federal, através do Edson Machado, a endurecer o discurso contra os estudantes. Ameaçando-os enquadrá-los no Decreto-Lei 477 numa nota divulgada a imprensa no dia 17 de outubro:

O Ministério e a Universidade já esgotaram todas as possibilidades de discussão direta com os estudantes. A partir da próxima segunda-feira(20/10/1975), a Universidade, com o apoio dos órgãos competentes do governo, assegurará o acesso às aulas a todos quanto queiram retomar as atividades discentes, bem como tomará providências para coibir práticas atentatórias ao pleno restabelecimento da normalidade das atividades universitárias. (Tribuna da Bahia, 17 de outubro de 1975; p.11)

Completa com tom de ameaça, após reunião realizada com todos os 43 diretores de unidades de ensino da UFBA, que a situação estaria chegando a uma situação irreversível, e que se o movimento se estendesse por mais alguns dias os alunos seriam reprovados automaticamente. Edson Machado acreditava que o movimento grevista era “dirigido pela minoria dos estudantes”, e que não havia mais sentido a continuidade da paralisação, com o argumento de que a reitoria havia sinalizado para a revisão acerca do Jubilamento. (Tribuna da Bahia, 17 de outubro de 1975; p.11)

Em nota publicada em todos os jornais da capital baiana no dia 21 de outubro de 1975, a Reitoria manifesta a postura de acabar com a greve, conclamando os estudantes ao retorno das aulas, garantindo a tranquilidade através do apoio do Governo Federal, e com a promessa que de que as demandas estudantis seriam “estudadas”:

A Reitoria da Universidade Federal da Bahia sente-se na obrigação de informar à comunidade em geral e principalmente à universitária o seguinte:

1. Como foi prometido, a Universidade, com a ajuda decidida do Governo, está dando e dará garantia integral aos alunos que desejam voltar as aulas.
2. Várias Unidades Universitárias já estão com suas atividades de aulas e provas completamente normalizadas, estando as demais em processo de normalização crescente e rápida.

3. Em benefício dos alunos e suas famílias, da Universidade e da própria comunidade, a Reitoria está fazendo um veemente apelo aos estudantes que ainda não retornaram suas atividades discentes para que retornem imediatamente às aulas.
4. A Universidade reitera a disposição do Ministério da Educação e Cultura e pela própria, já sobejamente divulgadas pela imprensa, de estudar modos de remover as dificuldades sentidas pelos alunos. (Jornal A Tarde, 21 de outubro de 1975; p.3)

A última Assembleia Geral dos Estudantes ocorreu na escadaria Escola Politécnica da UFBA, no bairro da Federação. O tom dessa assembleia girava em torno da avaliação que não havia mais condições políticas para a continuidade da greve. No dia da sua realização, a Polícia Militar chegou a fazer o cerco aos estudantes presentes, e o Secretário de Segurança Pública da Bahia falou para com os estudantes, sob tom de ameaça as lideranças, para que retornassem as suas casas, e acabassem com a greve. A decisão dos estudantes foi o previsto, o fim da greve. Mas foi deliberado que a assembleia sairia em passeata até a Praça da Piedade, como forma de denunciar a invasão da universidade pela polícia e os agentes infiltrados do regime. Servindo também como estratégia política, e tática de preservação das lideranças, para que tivesse a oportunidade de fugir, e não serem presos pela polícia.

As aulas na UFBA voltaram ao “normal” no dia 27 de outubro de 1975, pondo fim a greve após 37 dias de paralisação. O sentimento de retorno as aulas por parte dos estudantes foi de completa insatisfação. Para os estudantes, foram praticamente “obrigados” a retornarem as aulas, devidos aos recorrentes ameaças de reprovação. Mesmo com a promessa da reitoria de normalidade no retorno as aulas, as faltas durante os dias de greve foram registradas, como também as provas que seriam realizadas no período da greve foram consideradas como “Sem Rendimento” por alguns professores. Na Faculdade de Matemática os estudantes alertavam que com tais posturas dos professores, a maioria dos alunos seriam prejudicados, pois estariam reprovados automaticamente. Na Faculdade de Arquitetura, os estudantes estavam denunciando que os professores estavam atropelando os assuntos das matérias. (Jornal da Bahia, 30 de outubro, p.3)

Apesar dos estudantes considerarem que não houve muitos avanços com a greve do Jubilamento. É notório que essa greve repercutiu objetivamente no sentido de dar uma guinada nas ações do ME da UFBA. A Greve contra o Jubilamento mudou os rumos do ME baiano, ganhando músculo e, finalmente, rompendo os muros da universidade,

compondo desde então a atmosfera de lutas mais gerais, e incorporando a suas pautas lutas mais amplas, tais como: por liberdades democráticas e a reconstrução da União Nacional dos Estudantes.

A greve contra o Jubilamento teve um papel central dentro do processo de rearticulação do ME baiano com o ME nacional, na medida em que promoveu o surgimento de novas lideranças estudantis, e criou as condições necessárias para se construir a unidade de agenda do Movimento Estudantil dentro e fora do Estado. Ou seja, a greve contra o Jubilamento acabou repercutindo em todo o país, agregando estudantes de várias universidades à luta pelo fim do Jubilamento. Haja vista que as demandas pela extinção do Jubilamento também fazia parte das pautas dos estudantes nas diversas universidades brasileiras. A nota do jornal Tribuna da Bahia expressa com a Lei do Jubilamento estava refletindo na vida estudantil em outras universidades:

Em outras universidades do País a ameaça do jubilamento também é uma constante na vida universitária. Na Universidade de Brasília, por exemplo, 1500 foram formalmente ameaçados de jubilamento. Na Universidade de São Paulo (USP) o número de ameaçados pelo jubilamento este ano gira em torno de dois mil, enquanto na Universidade de Pernambuco gira em torno de 570. (Tribuna da Bahia, 8 de outubro de 1975; p.9)

O movimento grevista na UFBA acabou agregando e fortalecendo a luta nacional contra o Jubilamento. Haja vista que os problemas do sucateamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil eram generalizados, e os efeitos inerentes a isso se refletia no grande número de estudantes compondo as listas indicativas para jubilamento.

A greve foi construída sobre forte influência das organizações clandestinas de esquerda, principalmente pelo Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro e da Ação Popular, principais organizações dentro do corpo estudantil nesse período. Para tanto, as lideranças estudantis buscavam a todo instante descaracterizar o movimento enquanto atividade política, para além de não serem alvos do regime, não deixasse transparecer a presença de agrupamentos de esquerda no ME.⁴⁰ Parte lideranças do ME, principalmente oriundas das manifestações contra o jubilamento, estavam ligadas

⁴⁰ Entre 1973 e 1975 ocorreu a formação de agrupamentos mais numerosos de estudantes dotados, principalmente, de perspectivas mais abrangentes de atuação organizada no movimento em recomposição, o que possibilita, aos poucos, a saída da militância da clandestinidade para assumir espaços públicos mais concretos, além do vínculo com tendências políticas variadas. No caso da UFBA identificamos os seguintes grupos: “Viração” ligada ao PCdoB, “Sangue Novo” ao PCB, “Novação” a Ação Popular e também a Liberdade e Luta “LIBELU” de tendências trotskistas.

as forças político-partidárias, mas, em muitos casos, essa a inserção não era relatada por temor a perseguições por parte os organismos de repressão.

Ou seja, a presença dos agrupamentos de esquerda no ME mudou a tônica do ME. Que durante a primeira metade da década de 1970, vendo-se limitado pela realidade histórica objetivas do endurecimento do Regime Civil-Militar, assume uma ação política endógena, ou seja, voltadas para as questões muito próprias da realidade intrauniversidade. A partir de 1975, com as influências das forças de esquerda se ampliando e se solidificando no ME, associado com a mudança da conjuntura política Nacional com a política de distensão e do fim parcial da censura durante o governo de Ernesto Geisel(1974-1979)⁴¹, e o crescimento do MDB nas eleições de 1974⁴², representando o descontentamento da população ao Governo. Esse mesmo ME voltasse para questões mais amplas do próprio ME, como vimos na greve contra o Jubilamento, como também amplia sua agenda para questões importantes da sociedade, tais como: luta por liberdades democráticas; anistia ampla, geral, e irrestrita; o movimento contra a carestia; e, principalmente a reconstrução da UNE, objeto de reflexão nesse estudo.

A INFLUENCIAS DE ORGANIZAÇÕES DE ESQUEDA NO ME BAIANO

Na UFBA, o PCdoB dirigia uma corrente estudantil que foi fundamental na reconstrução do movimento estudantil denominada “Viração”. Existiam outras correntes

⁴¹ Ernesto Geisel assume a presidência em 1974 com o ciclo de prosperidade da economia brasileira chegando ao fim. O grande salto desenvolvimentista e o crescimento industrial e produtivo (o chamado "milagre econômico") duraram enquanto as condições internacionais eram favoráveis, encerrando a política de empréstimos na medida e que os capitais estrangeiros se tornaram mais escassos, associado também com a crise do petróleo, onde houve um aumento bastante significativamente o preço do barril. A crise agravou-se. Setores da burguesia industrial começaram a discordar dos rumos da política econômica. Na área política, Geisel assumiu o governo prometendo retorno à democracia por meio de um processo gradual e seguro. Também denominado de "distensão", o projeto de redemocratização concebido por Geisel, e orquestrado por Golbery de Couto e Silva, previa a adoção de um conjunto de medidas políticas liberalizantes, cuidadosamente controladas pelo Executivo Federal. Isso incluía a suspensão parcial da censura prévia aos meios de comunicação e a revogação gradativa de alguns dos mecanismos mais explícitos de coerção legal presentes no conjunto das leis em vigor, que cerceavam as liberdades públicas e democráticas e os direitos individuais e constitucionais. É preciso salientar, porém, que o projeto de distensão não refletia a crença na democracia, tanto por parte de Geisel como dos militares que participavam de seu governo. Na verdade, a distensão era um projeto preconizado como uma "saída" para que as Forças Armadas se retirassem do poder. (ALVES, 2005; p.223-272)

⁴² A eleição de 1974 alterou o quadro político do País. O Governo militar, a partir da vitória do MDB, sobre o partido do governo ARENA, no quadro parlamentar. Foram eleitos pela legenda de oposição, naquele ano, entre outros, os seguintes candidatos de oposição: Itamar Franco em Minas Gerais, Orestes Quércia em São Paulo, Íris Rezende em Goiás, Mauro Benevides no Ceará, Paulo Brossard no Rio Grande do Sul e José Richa no Paraná. No ano de 1974, o MDB elegeu 16 dos 21 novos representantes dos Estados no Senado Federal. Luiz Viana Filho, da Arena, venceu a disputa por uma vaga no Senado contra Clemente Sampaio, do MDB. (JACOBINA, 2011; p.71-92)

também influentes no ME na UFBA, tais como: “Novação” ligada a Ação Popular Marxista Leninista (APML); “Sangue Novo”, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); a “Liberdade e Luta” (LIBELU), que era de orientação trotskistas. A Viração exercia papel hegemônico no ME da UFBA, controlando a maior parte dos Diretórios Acadêmicos, ocupando também a direção do DCE durante todas as gestões a partir de 1975. As tendências Viração, Novação, e Sangue Novo, principais no ME da UFBA, não tinham grandes diferenças no ponto de vista programático. As agendas políticas confluíam para as lutas em defesa da anistia, liberdades democráticas e a convocação da constituinte, principais pautas estudantis durante a segunda metade da década de 1970. A memória publicada do Rui Cesar Costa Silva aponta a metodologia de trabalho enquanto fundamental divergência entre as tendências do ME:

As três (tendências) defendem anistia, liberdades democráticas e constituinte. Existe muita diferenças sim em termos de método de trabalho, de como encaminhar a consulta aos estudantes, o trabalho do dia-a-dia, nas formas de pesquisar as opiniões gerais, enfim, a forma de fazer com que os colegas venham deliberar efetivamente, tomando parte nas decisões e, inclusive, participar das ações. (Rui Cesar Costa Silva *in* ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.67-68)

Rui Cesar completa, expressando sua perspectiva acerca do sentimento que a população soteropolitana tinha do ME:

O Movimento Estudantil em Salvador tem uma característica importante: Existe um grande respeito pelo ME por parte da comunidade, o ME não é considerado um movimento isolado nem um movimento radical. E os estudantes correspondem a este respeito, fazendo trabalhos comunitários, participando ativamente na luta dos outros setores, isto é uma coisa muito boa no movimento aqui na Bahia. (Rui Cesar Costa Silva *in* ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.68)

A inserção do ME na comunidade, se deu por intermédio do próprio PCdoB, presente nas associações de bairros e, conjuntamente ao Movimento Democrático Brasileiro – MDB, nas associações profissionais. As quais vão resultar na criação do Trabalho Conjunto de Salvador.

O “Viração” vai surgir na Bahia em meados de 1976, na medida em que o ME passou a assumir um caráter mais nacional. A própria existência das tendências, sob orientação dos partidos, serviu enquanto elo que estreitou as relações do ME a nível

nacional. A tendência política serviu enquanto estratégia de camuflar a participação partidárias no ME. Naquele contexto, ninguém ousaria se identificar abertamente enquanto quadro do PCdoB, ou do PCB, ou de qualquer outra organização que fosse considerada “subversiva”.

Na perspectiva de Olival Freire Junior, a tática de abordagem do PCdoB era a cooptação de lideranças no ME, oriundas, principalmente, nas lutas travadas dentro da universidade. Olival Freire esboça como se dava essa aproximação:

No meio desse movimento, me dei conta por panfletos que circulavam, que havia um movimento de resistência organizada clandestina, que algumas daquelas pessoas tinha isso. Eu comecei a receber jornais por alguns desses estudantes, eles me passavam jornais, então eu tinha notícias das denúncias dos crimes da ditadura, das denúncias de assassinato de resistentes, do início da resistência da Guerrilha do Araguaia. Era um pouco desse tipo de informação que eu tinha em meu segundo semestre de 1972. No final de 1972 e início de 1973, um desses estudantes, eu já tinha muita proximidade com eles, ele me convidou para entrar num partido de esquerda que era o Partido Comunista do Brasil. E eu aceitei na época sem pensar duas vezes, pra mim naquela época, já naquela altura, o problema da existência da ditadura, e o caráter autoritário e obscurantista da ditadura era a faceta que mais me incomodava. (Olival Freire Junior, 2012; p.9)

Na UFBA, o agrupamento do PCdoB que resultou no Viração, surge em torno da criação do jornal do DCE com a mesma denominação. Nesse momento, os jornais estudantis eram os principais elementos de circulação de informações, denúncias, e canal de interlocução estudantil. O jornal “Viração” se tornou um dos principais elementos de organização do ME na universidade. É importante frisar, que o Viração era uma tendência do ME ampla, sendo compostas por estudantes que não militavam, necessariamente, no PCdoB. Era uma grande tendência de aglutinação estudantil.

O jornal Viração foi lançado no dia 21 de maio de 1976, com a palestra do jornalista Bernardo Kucinski, do semanário “MOVIMENTO”, que abordou o tema da imprensa no Brasil. Contando com a presença de mais de 300 estudantes, e também do Adelmo José de Oliveira, advogado e chefe da sucursal de Salvador do jornal *Movimento*; Marcelo Cordeiro, vereador de Salvador pelo MDB/BA; João Ubaldo Ribeiro, editor chefe do jornal *Tribuna da Bahia*; além dos diversos jornalistas dos jornais da capital baiana, do interior, e também de outros Estados. O relatório do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) aponta uma radiografia dos assuntos e temas tratados pelos presentes durante o lançamento do jornal Viração, esboçando claramente a preocupação dos aparelhos de inteligência do regime, com os passos que o ME dava na universidade. O

teor do relatório aponta as passagens dos discursos proferidos durante a cerimônia quando ao tocante a denúncias ao regime, demonstrando que os agentes infiltrados no evento, estavam atentos e alertas aos ataques que os presentes faziam ao governo. (Relatório do Serviço Nacional de Inteligência, em 31 de maio de 1976, N°0437/116: p.01)

A conclusão do relatório do SNI sugere um alerta para o perfil contestatório e reivindicatório do jornal recém criado:

Pela amostra “VIRAÇÃO” estará bem integrado ao preconizado pelo Movimento Estudantil, quando nas suas entrelinhas encerram mensagens de valor significativo. As contestações ao regime vigente e as reivindicações serão a tônica de um jornal, que poderá conduzir o verdadeiro estudante a uma situação de expectativa, aguardando “a viração, que vai anunciar na sua voragem quem vai ficar”. (Relatório do SNI, em 31 de maio de 1976, N°0437/116: p.04)

O relatório refere-se a frase “a viração, que vai anunciar na sua voragem quem vai ficar”, a expressão correta seria “VINDO A VIRAÇÃO VAI-SE ANUNCIAR NA SUA VORAGEM QUEM VAI FICAR”, essa frase compreende a principal palavra de ordem da tendência Viração. Era publicada em primeira página de todas as edições do jornal Viração. Representava um símbolo político de organização do ME, ao qual preconizava a união e transformações que estavam por vir.

Na perspectiva do próprio conselho editorial do Viração, publicado na sua 2ª edição em 27 de agosto de 1976, o lançamento do jornal representou:

(...)Uma maneira de colocar o estudante próximo à realidade de nossa imprensa. Viração, voltado para um público estudantil, tem um papel importante no momento em que se propõe, ao lado de outros meios democráticos de informação, defender os interesses estudantis, lutando contra toda uma série de restrições a que o estudante está submetido e, por extensão, contra o esquema de força arbitrária a que está exposto um cidadão em sua comunidade ou fora dela. (Jornal Viração, 2ª Ed. 26 de julho de 1976; p.3)

Completa,

O certo é que as informações que chegam ao leitor, ouvintes e etc, são na maioria, incompletas. No caso do jornal muitas notícias são dadas rapidamente, sem uma devida análise, sem uma necessária crítica e o leitor comum consome como estão no papel. Com o estudante, mais uma deficiência se junta a tudo isso, impedindo uma melhor apreensão dos acontecimentos que o envolvem. Prova disso é a fraca cobertura que os veículos de informação dão aos acontecimentos estudantis, deixo o estudante totalmente desinformado das coisas que acontecem em sua escola, na escola de seu colega, aqui e acolá.

Seria errôneo se se culpasse um ou outro veículo de informação por tudo isto. Sabemos que todo um sistema dá margem para esta situação. VIRAÇÃO se propõe, ao tempo em que luta pelos princípios democráticos de informação, procurar desenvolver um trabalho de integração entre os estudantes na medida em que leva a cada um notícia exata dos fatos, dentro de um processo de análise crítica. (Jornal Viração, 2ª Ed. 26 de julho de 1976; p.3)

O jornal Viração, pelo que percebemos, se propunha a construir um canal de informação alternativo aos da “grande imprensa”, alvo de críticas do editorial. O papel que Viração assume-se enquanto instrumento de interesse estudantil, assentados nos princípios “democráticos de informação”.

Viração assume realmente o papel de interlocutor do ME dentro e fora da UFBA. Cria através das páginas do periódico, um importante instrumento de críticas a universidade, como também ao regime ditatorial. Construindo e aglutinando as agendas estudantis. Elemento pelo qual estabeleceu o segmento do ME Viração na hegemonia política estudantil na UFBA.

Identificamos um episódio que desde a publicação da primeira edição do Jornal Viração em 21 de maio de 1976, foi considerado pelos órgãos do regime com conteúdo “subversivo”. O DCE/UFBA encomendou a gráfica contratada um total de 5mil exemplares, que seriam divididos em duas partes, a primeira de mil e a segunda de 4mil. Com o primeiro milheiro circulando, onde o dono da gráfica contratada havia encaminhado a Companhia de Comando da 6ª Região Militar um exemplar do jornal, como previsto na legislação. Após análise, o comandante Adyr Fiúza de Castro, comandante da 6ª RM, solicitou ao Departamento da Polícia Federal da Bahia(DPF-BA), que impedisse a circulação do jornal estudantil, como também impedisse a impressão dos 4 mil exemplares restantes. Como os exemplares já haviam sido impressos pelas gráficas, o DPF-BA, no dia 26 de julho de 1976, os recolheu ainda na gráfica. No relatório nº 0621/116 do SNI de 27 de julho de 1976, são expressos os fatos decorrente da apreensão dos exemplares do Viração, como também faz a avaliação do conteúdo do jornal, conclui o relatório fazendo a interpretação dos fatos:

a. Esta é uma ligeira amostra das pretensões⁴³ de um jornal faccioso, que em nenhuma linha si quer procurou enfocar as atividades que vem desenvolvendo o Governo nos campos econômicos e psicossocial, preferindo-se temas bem ao

⁴³ É comum identificarmos erros de português nos relatórios do Serviço Nacional de Inteligência, o correto nesse tempo seria “pretensões”.

gosto dos preconizados pelo MCI⁴⁴. Mil exemplares estão circulando, impregnados de mensagens não condizentes com as verdadeiras aspirações do povo brasileiro. Alguns exemplares, sem dúvida, chegarão ao exterior, denegrindo, assim, a imagem do País no conceito das demais nações.

b. Em pleno período de férias escolares, o DCE/UFBA encontra-se em atividade, presumindo-se que suas ações venham ser intensificadas no próximo semestre escolar, a iniciar-se em agosto. A apreensão do jornal “Viração” deverá produzir novos e acentuados movimentos contestatórios por parte dos diversos Diretórios Acadêmicos, com repercussão em outras universidades do País.

c. O jornal faz referências às eleições de 15 de Nov, insinuando estudantes e povo a votarem nos candidatos de “sã consciência” do MDB. O assunto poderá ser explorado pelos políticos de oposição se pretenderem estas associar a apreensão do jornal “Viração”, entre outros motivos, com o artigo público, atinente às próximas eleições. (Relatório do Serviço Nacional de Inteligência, em 27 de julho de 1976, N°0621/116: p.03)

O relatório do SNI expressa a perspectiva dos aparelhos de repressão do Estado. Que viam nas críticas realizadas pelos estudantes através do jornal, como “não condizentes com as verdadeiras aspirações do povo brasileiro”, com a preocupação de que a imagem do Brasil fosse manchada frente a outras nações na medida em que as notícias ganhassem repercussão. Alerta para possíveis manifestações estudantis em decorrência da apreensão dos 4mil exemplares do Viração, e suas repercussões em outros Estado. Demonstrando o SNI tinha conhecimento do estreitamento do ME baiano com o ME de outras universidades. Mostram-se preocupados com possíveis ataques em que políticos do MDB poderiam fazer ao governo, transformando o confisco dos jornais em arma política para as eleições de 15 de novembro de 1976.

O ME da UFBA, através do DCE, orquestrou uma manifestação pública contra a apreensão dos 4mil exemplares do Viração. A manifestação foi realizada na Faculdade de Arquitetura, a qual tirou as seguintes deliberações:

- a. Assembleia geral permanente, no período de 07 a 13 de Ago de 76;
- b. Confecção de um abaixo assinado ao Sr. Ministro da Educação solicitando a liberação do jornal “Viração”;
- c. Elaboração de um número do mesmo jornal;
- d. Reunião de todos os líderes ou representantes do setor de imprensa estudantil do País (sem definição de data); (Relatório do Serviço Nacional de Inteligência, em 16 de agosto de 1976, N°0699/116: p.01)

⁴⁴ MCI refere-se a abreviatura de Movimento Comunista Internacionalista.

O relatório do SNI de 16 de agosto de 1976, N°0699/116, demonstra a preocupação ao dos agentes do regime à movimentação dos estudantes, principalmente no que tange a imprensa estudantil, a qual considera o “centro de gravidade das suas esferas de atuação”. No mesmo documento aponta a distribuição do jornal “Resistência”, que era elaborado pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia, afirmando que o “O jornal “Resistência” não foge à linha dos demais órgãos de imprensa estudantil”.

O desfecho desse episódio foi que os 4mil exemplares foram confiscados pela DPF-BA, o conselho editorial do jornal Viração, que tinham como um dos membros Valdélino Santos Silva e Ari Donato, foram convocados a dar esclarecimento. Mas, apesar das restrições impostas pelos aparelhos de repressão do Estado, o jornal Viração continuou a ser publicado, e sua terceira edição, como indicada pela Assembleia Estudantil, saiu no dia 10 de novembro de 1976.

As influências do PCdoB não estavam restritas ao ME baiano. Em São Paulo, se apresentava enquanto tendência, ou melhor, como preferia ser conhecida, na condição de “corrente política”, com denominação “Caminhando”. A inserção do PCdoB no ME também se aplicava as tendências Unidade do Rio Grande do Sul; Debate e Ação em, Brasília; e também nas diretorias dos DCE da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Federal do Pará, exercendo papel hegemônico no ME nas universidades que estava presente. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.68)

Javier Alfaya, ex-militante do ME, e membro do PCdoB, em entrevista publicada no projeto Memória do Movimento Estudantil, ilustra como o PCdoB articulava suas ações nas universidades, que através de táticas de organização políticas, buscavam não serem identificadas pelos aparelhos repressivos do Estado.

Esse nome é definitivo e marcante na história do movimento universitário. E havia uma outra corrente que se chamava Caminhando, ligada também ao PCdoB. Porque o PCdoB, por razões de segurança, em função de proteger-se contra perseguição da polícia, armou clandestinamente duas estruturas. Essas duas estruturas, que eram as duas do PCdoB, acabaram dirigindo duas correntes de movimento estudantil, que se articulavam e acabaram depois tendo divergências. A Caminhando tinha a sua base principal em São Paulo, e Viração era muito forte no restante do Brasil. Caminhando tinha também ramificações no Rio de Janeiro e em outros lugares. (Javier Alfaya, PMME, 2004; p.5)⁴⁵

⁴⁵ Fonte extraída da entrevista que Javier Alfaya, ex-presidente do Diretório de Arquitetura da UFBA, publicada pelo projeto Memória do Movimento Estudantil em 2004. Francisco Javier Ulpiano Alfaya Rodrigues nasceu no dia 31 de julho de 1956, Redondela – Espanha. Filho de pais imigrantes, chegou no dia 1º de outubro de 1963. Cursou o Primário no Colégio Nossa Senhora da Guia, 1964, e o Secundário no Colégio Marista, 1974. Formou-se em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia-UFBA, 1986. Cursa mestrado em História e Teoria da Arte, Escola de Belas Artes, UFBA. Presidente do Diretório Acadêmico

A estratégia dos partidos, relatada pelos entrevistados, demonstra que as formas de articulações estavam assentadas numa tática de inserção no interior das organizações do ME a partir de cooptação de lideranças, construindo células organizativas de, no máximo, quatro estudantes. Os estudantes que compunham as células do partido, como tática de segurança do PCdoB, desconheciam membros de outras células, essa era uma alternativa para não construir grandes organismos e, conseqüentemente, dar visibilidade ao partido pelos aparelhos de repressão. O objetivo era agregar o máximo de lideranças, inserir a agenda do partido através desses líderes sem, necessariamente, demonstrar sua influência de forma direta. Como forma de não serem percebidos pelos aparelhos do regime, e darem margem para uma eventual repressão. Olival Freire, nosso entrevistado citado anteriormente, apresenta uma interpretação que coincide com a tese da maioria de que o partido, PCdoB, era dominante:

A minha participação na estrutura era muito localizada numa célula, e como esse partido estava na clandestinidade, essa estrutura era fragmentada e portanto não tinha informações detalhadas. O que te posso testemunhar é que claramente a influência política desse partido era dominante. Por exemplo, até onde eu sei, todos os presidentes do DCE até 1979, foi a época que acompanhei, eram todos ligados ao PCdoB. (Olival Freire Junior, 2012: p.6)

Na UFBA havia também outras tendências no ME, a exemplo da “Sangue Novo”, da “Novação” e a “Liberdade e Luta” (LIBELU). A “Sangue Novo” era uma tendência ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), esse nome foi originado das disputas eleitores do DCE/UFBA em 1976 e 1977. Apesar de ter menos força política, e assumir papel secundário no ME, a Sangue Novo representava a segunda força no ME da UFBA. A “Novação” era uma corrente formada por remanescentes da Ação Popular Marxista Leninista que, na década de 1980, funda o Partido dos Trabalhadores (PT) em Salvador. Era um agrupamento minoritário, mas representava a principal oposição política a Viração, preconizando a luta do ME por liberdades democráticas e a luta pelo socialismo. A Libelu era uma tendência com orientação trotskista. Chegou a ocupar o DCE/USP em

de Arquitetura, 1977, secretário geral e presidente do DCE/UFBA em 1979. Tornou-se diretor de Cultura da UNE, 1980 e presidente da entidade na gestão 1981-1982.

1977, e era composto, na sua maioria, por estudantes anarquistas, que questionavam as formas de atuação do ME dentro da UFBA. OLIVEIRA, 2002: p.52-53)

A ampliação do campo de atuação dos agrupamentos políticos é um dos aspectos importantes com a presença das tendências dentro do ME. Ou seja, o ME foi um espaço privilegiado de atuação política das organizações clandestinas, devido ao forte controle dos agentes do regime em outras esferas, os sindicatos por exemplo. Além desse significado, a presença dos agrupamentos no ME baiano representou uma forma peculiar de atuação política, “ofertando” subsídios políticos para as lutas, articulações e mobilizações ao ME, transformando o cotidiano estudantil num rico espaço de discussões.

A inserção dessas organizações clandestinas era de conhecimento dos aparelhos da repressão, mesmo com as diversas tentativas de ocultar-se dentro do corpo organizativo do ME. Identificamos nas fontes do Serviço Nacional de Inteligência, através de seus relatórios, o monitoramento dos passos dados pelo ME, e como o ME era compreendido enquanto espaço de atuação das organizações clandestinas. No pedido de busca do SNI de 24 de novembro de 1976, nº0859/116, fica claro esse monitoramento:

1. DADOS CONHECIDOS:

A título de disputares eleições para a direção de entidades estudantis, lideranças estudantis esquerdistas formam grupos que, mesmo após as citadas eleições, permanecem atuantes na mobilização estudantil. Seja através da publicação de panfletos, seja em outras atividades. Costumeiramente, o trabalho desses grupos identifica-se com desígnios de orientação subversiva.

2. DADOS SOLICITADOS:

- a. Dados que permitam ampliar o conhecimento dos grupos estudantis mais atuantes no âmbito dessa Universidade, onde o Movimento Estudantil é mais ativo, destacando: orientação doutrinária identificada; principais áreas profissionais de influência; grau de aceitação no meio estudantil; perspectiva de atuação em 1977; publicações difundidas; principais líderes.
- b. Outros dados julgados úteis
- c. Resposta com a possível brevidade. (Pedido de busca do Serviço Nacional de Inteligência, em 24 de novembro de 1976, Nº0859/116: p.1)

Fica claro através do documento de pedido de busca da agência do SNI estadual (BA), o conhecimento que a mesma tinha acerca da presença de agrupamentos tidos como “subversivos” no ME da UFBA, e mais, mostra-se com preocupação e pressa em aprofundar o conhecimento acerca dessas “influências subversivas”. No item “DADOS SOLICITADOS”, o relator do documento solicita informações mais completas a

Assessoria de Segurança e Informação da UFBA(ASI-UFBA). É possível compreender que existia uma rede bastante articulada entre o SNI Central, os SNI estaduais, e também as ASI das universidades, para a troca de informações. Demonstrando a eficiência dos aparelhos repressivos do Estado em controlar os passos daqueles considerados “subversivos”. A ASI-UFBA responde a solicitação com as seguintes informações:

- 1 – Respondendo ao PB(Pedido de Busca) acima referenciando, esta ASI informa:
- 2 – Desconhece esquerdistas atuantes no meio universitário, entretanto, existem os seguintes líderes “contestadores negativos”:
 - a – Professores:(OBS)⁴⁶
 - b – Alunos(OBS)⁴⁷
 - c – Esta Assessoria informa que as principais áreas profissionais de influência é no setor de pós-graduação (MESTRADO).
 - d – O Movimento Estudantil é mais atuante (principais) no Instituto de Geociência, Faculdade de Ciências Econômicas, Medicina, Filosofia e Ciências Humanas e Engenharia.
 - e – As publicações difundidas ainda não através panfletos e pequenos jornais de circulação interna. (Informação da Assessoria de Segurança e Informação – UFBA, em 13 de dezembro de 1976, nº754/76: p.1-2)

A informação da ASI-UFBA desconhece a atuação de esquerdistas no interior do ME. Mas aponta um conjunto de nomes de professores e alunos tidos como lideranças, os considerando enquanto “contestadores negativos”. O relatório completa as informações solicitadas pela agência do SNI estadual, com informações a respeito das principais áreas de atuação do ME, “Instituto de Geociência, Faculdade de Ciências Econômicas, Medicina, Filosofia e Ciências Humanas e Engenharia”, e os principais canais de comunicação estudantil, “panfletos e pequenos jornais de circulação interna”. É possível pensar que a ASI-UFBA, mesmo localizada no interior da universidade, não conseguia dar conta da investigação acerca do ME. Ficando caracterizado pelo desconhecimento acerca de agentes de esquerdas atuando no ME, sendo que as principais lideranças, como o DCE e a maioria do Diretórios Acadêmicos da UFBA estavam, em maior ou menor grau, influenciado por organizações de esquerda.

⁴⁶ Os nomes foram omitidos por resolução do Ministério da Justiça através da Portaria nº 417, de 5 de abril de 2011. Que garante a consulta das documentações do extinto Sistema Nacional de Informação e contrainformação - SIS/SNI, relacionado ao regime militar que vigorou entre 1964-1985, mas restringe a citação de nomes presentes na documentação, salvo a condição que tenha autorização dos mesmos, ou familiares para o fazer.

⁴⁷ Idem.

OS ENCONTROS NACIONAIS DOS ESTUDANTES

No bojo dos resultados políticos das greves e movimentações políticas do ME em âmbito nacional em 1975 e 1976, surge enquanto demanda estudantil tanto na Bahia como de outros Estados, através de suas cartas, resoluções e programas, a necessidade de reconstrução de uma plataforma de luta unificada nacionalmente, com isso, naquele momento, a reconstrução da União Nacional dos Estudantes surge enquanto a melhor alternativa política para essa questão. Os anos de 1975 e 1976 foram centrais para a reorganização do ME em âmbito nacional: além da Greve Contra o Jubilamento na UFBA em 1975; em 1976 o DCE/USP, denominado Alexandre Vannucchi Leme, foi eleito; na Universidade de Brasília(UNB), houve protesto dos estudantes pela proibição das eleições do Diretórios Acadêmicos, e dos debates sobre temas políticos como o decreto 477 e o AI-5; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul houve uma grande manifestação com a participação de dois mil estudantes, servidores e professores, contra o aumento no preço do Restaurante Universitário. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.21) Ou seja, a partir das questões específicas de cada universidade, o ME ia amadurecendo politicamente, e ampliando suas esferas de atuação e, conseqüentemente, ampliando sua capacidade de mobilização e articulação.

Os debates em torno da reconstrução da UNE se iniciou a a partir de 1976 com a realização do I Encontro Nacional de Estudantes (ENE)⁴⁸. Nos arquivos pesquisados, não encontramos informações acerca desse evento. Não obstante a isso, Romagnoli e Gonçalves 1979, aponta que o I ENE foi realizado na cidade de São Paulo, e contou com a presença de 600 estudantes. Que, embora sem conclusões importantes, foi o preço passo para os estudantes se organizarem a nível nacional. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.21)

Há discordância quanto à data e local da ocorrência do I ENE. CASIAN 2010, baseado em relatório do SNI, afirma que, no dia 03 de abril de 1976 foi realizada, nas dependências da Faculdade de Física da USP, a primeira “Reunião” Nacional dos

⁴⁸ Os Encontros Nacionais de Estudantes (ENE) configuraram-se na principal espaço de discussão e deliberação do ME nacionalmente. Esses encontros representaram um importante passo para o estreitamento das relações do ME, como também, lançou as bases políticas para o ressurgimento da UNE em 1979, em Salvador.

Estudantes, apontando uma distinção entre ela e os ENEs. Segundo o relatório do SNI, nessa reunião, os estudantes aprovaram uma Semana de Lutas por Liberdades Democráticas⁴⁹ entre os dias 20 e 30 de abril daquele ano, o que é confirmado em Romagnoli e Gonçalves, que a ele se referem como o I ENE. Os autores frisam que foram realizados debates sobre o assunto nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, nas datas previstas. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.21)

O II ENE foi realizado no dia 16 de outubro de 1976, nos Barracões da USP. Contando com a participação de 281 delegados, e mais de 500 observadores de 40 escolas de 8 Estados brasileiros (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Brasília, Rio de Janeiro e Pernambuco). As principais discussões do encontro girou em torno de três itens de pauta: Reorganização do Movimento Estudantil; Lutas a serem encaminhadas; e as eleições municipais, que seriam realizadas em 15 de novembro de 1976. Depois de várias horas de discussões, ficou deliberado no encontro a construção de uma campanha pelo voto nulo, também a ser realização nos dias 01 e 10 de novembro de um plebiscito nacional por eleições livres. Na consulta realizada aos estudantes, cerca de 96% dos universitários responderam “não” a pergunta da cédula: “Você considera estas eleições de 15 de novembro livres?” (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.21)

A volta dos estudantes às ruas em 1977 e o acirramento dos confrontos com a polícia fizeram o III ENE ser organizado três vezes. A primeira tentativa, em Belo Horizonte, foi abortada antes mesmo de começar. Forças-tarefa da polícia foram acionadas e começaram a agir nos próprios Estados, impedindo estudantes de saírem, e muitos dos que chegaram às proximidades de Belo Horizonte foram presos. Aqueles que conseguiram escapar do esquema de segurança da polícia e se reuniram na Faculdade de Medicina, em torno de 400 estudantes, foram cercados pelas tropas mineiras, a pedido do governador Aureliano Chaves (em consonância às normativas do ministro da Justiça Armando Falcão, como demonstrado nessa revista), acabaram se rendendo e foram levados pela polícia para interrogatório. (Revista Veja, “Encontro, prisões, greve. “08 jun. 1977, p. 22) Esse encontro não acabou ocorrendo devido um forte aparato repressivo orquestrado para desarticular a reunião, que de forma bastante violenta, acabou prendendo todos os estudantes, ocasionando o fim das atividades. Mesmo com o desmantelamento do ENE em Minas Gerais, o ME insistiu em uma nova tentativa de organização do ENE em 1977. Dessa vez o local do encontro escolhido foi a Universidade

⁴⁹ Serviço Nacional de Inteligência. Apreciação Sumária, n.16/76. AEG/CPDOC apud CANCIAN, 2010: p.83.

de São Paulo. (MÜLLER; 2012; 01-23). A mando do governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, que, por sinal, foi ex-dirigente da UNE na década de 1950, a polícia invadiu a USP prendendo cerca de 850 estudantes e desarticulando o encontro.

A alternativa do ME foi transferir o III ENE para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Para os estudantes, estava claro que a ação policial impediria a realização de um encontro aberto, como planejado. Sendo assim, o conjunto de lideranças preferiu deixar a conjuntura de lado e deliberar um único ponto de pauta: a reorganização do movimento. A proposta aprovada foi a formação da Comissão Pró-UNE, integrada por todos DCEs e entidades municipais e estaduais que lá estavam. A referida comissão teria como tarefa coordenar as lutas estudantis em nível nacional, fazer propaganda da história da UNE, promovendo o debate em torno da sua reconstrução, bem como organizar a realização do IV ENE.

Como esperado pelos estudantes, a PUC-SP foi invadida pelos militares. Nessa ocasião ocorreu um dos fatos mais emblemáticos da repressão militar ao Movimento Estudantil durante a década de 1970. A polícia invade a PUC-SP em 1977, aplicando a violência o encontro foi encerrado, onde o resultado final do ataque aos estudantes foi a prisão de cerca de 400 estudantes, e 41 enquadrados na Lei de Segurança Nacional e dezenas de feridos. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.23/29-33)

O IV ENE aconteceu nos dias 3 e 4 de outubro de 1978 na Faculdade de Arquitetura da USP (FAU-USP). Os grandes esquemas de segurança e o cerco policial ficaram definitivamente para trás. O encontro, como boa parte dos outros que aconteceram ao longo do ano, não sofreu a dura repressão por parte dos militares. É possível supor que o desfecho do III ENE serviu de autocrítica para ambas as partes que entraram em conflito. Ou, ainda, que os militares centraram sua atenção nas greves e paralisações operárias que afloraram naquele momento. Foi assim que mais de 400 delegados, representando 169 escolas de treze Estados⁵⁰, além do Distrito Federal, se reuniram na FAU/USP para discutir principalmente a rearticulação da UNE.

A principal discussão do IV ENE ficou por conta da reestruturação da UNE. Os debates que começaram no sábado e terminaram no domingo defendiam (como podia se esperar) diferentes posições sobre o grau de mobilização e organização dos universitários: havia aqueles que acreditavam na maturidade do movimento e os que duvidavam dela e propunham aguardar o fortalecimento da organização. Após muitas discussões, foi

⁵⁰ Foi o ENE com a maior representatividade, pela presença do grande número de estudantes, dos diferentes Estados.

aprovada a realização do Congresso de Reconstrução da UNE, previsto para acontecer entre os dias 29 e 30 de maio de 1979, na cidade de Salvador. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.35)

Acreditamos que a escolha de Salvador se dar por três questões fundamentais: primeiro, o ME baiano se destacou pela sua capacidade de mobilização e articulação, conquistadas com seu respectivo amadurecimento com as manifestações, greves e passeatas, durante toda a década de 1970, refletindo no estreitamento de relações com outros setores dos movimentos sociais na capital; segundo, pelo papel hegemônico que o PCdoB tinha no ME baiano e nacional, ao controlar as principais tendências estudantis, cujo objetivo era construir o Congresso de Reconstrução da UNE em um Estado que reunisse as condições políticas de domínio nos debates e das decisões por parte das tendências do PCdoB, que garantisse com certa “segurança” a escolha da composição da direção da entidade estudantil pelo partido; por último, a Bahia apresentou as condições políticas e sociais necessárias, principalmente pelas articulações dos movimentos sociais através do Trabalho Conjunto de Salvador, para a realização do Congresso de Reconstrução em Salvador.

O ME E O TRABALHO CONJUNTO DE SALVADOR

No contexto do regime militar na sua fase mais repressiva entre os anos 1970-1974, quando os partidos e organizações de esquerda estiveram impossibilitados de atuar, outros engajados na confrontação militarista da guerrilha, a Igreja foi a instituição que conseguiu certo nível de liberdade que criaram condições de desenvolver um trabalho de organização de base, o que foi feito através das Comunidades Eclesiais de Base - CEB⁵¹, organizadas desde a década de 1960. (ALVES, 1989, p.201-208) No começo da década de 1970 as CEB foram emblemáticas na resistência política à ditadura. A rede formada pela Igreja garantia um sistema de comunicação rápido e eficiente, de modo que todas as

⁵¹As Comunidades Eclesiais de Base eram núcleos organizados para estudos orientados de temas religiosos, em torno da bíblia, mas sempre estabelecendo uma ponte entre religião e problemas concretos da vida cotidiana, que afligiam os participantes. O orientador dos trabalhos, ou agente pastoral, estimulava a discussão de temas livres, de interesse imediato dos concernidos, tais como moradia, falta de terra para lavar, exploração do trabalho, racismo, etc. Assim, foram organizadas várias pastorais, ou sejam, núcleos cuja problemática principal orientava os trabalhos de inserção da comunidade nas relações com o Estado, e com as organizações produtivas, fossem elas empresas ou fazendas. (BETTO, Frei. 1985.p.07-10)

arbitrariedades da polícia política eram logo denunciadas para a mídia mundial, o que contribuiu para salvaguardar inúmeras vidas. Aquele trabalho da Igreja estimulou a sociedade civil a se organizar, mantendo-se mobilizada para participar de um sem número de manifestações de massa em apoio à volta dos direitos democráticos para a cidadania. (ALVES, 1989, p.242-251)

Na Bahia as comunidades eclesiais de bairro ganharam características próprias. Com a ida de dom Eugênio Sales para o Rio de Janeiro, e a vinda do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela para Salvador. Dom Avelar Vilela procurou manter certo distanciamento do movimento de organização das CEB, mas não exerceu pressão contrária aos segmentos da Igreja interessados naquela linha de trabalho. Assim, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)⁵², entidade coordenada pelos jesuítas, gozou a necessária liberdade para praticar uma ação pastoral marcada pela defesa da cidadania e apoio às organizações populares. Os beneditinos também foram ativos nesta linha de trabalho pastoral, com especial destaque para seu abade, dom Timóteo, cuja independência na arquidiocese permitiu que o Mosteiro de São Bento se transformasse num território ecumênico, onde se gozava a liberdade política ausente nas ruas naqueles idos dos anos 1970. (GONZALEZ, 1997)

Entre os meados dos anos de 1970, Salvador não contava com ampla movimentação sindical, de modo que o trabalho das organizações de esquerda esteve, em certa medida, mais presente no Movimento Estudantil, e nas associações de moradores através de forte influência do PCdoB, que ainda agia ainda na clandestinidade. Havia um esforço de organização em curso no SINDIPETRO e no sindicato dos bancários, comentado por pessoas que tentaram desenvolver trabalhos junto à base operária, contudo não chegavam a galvanizar a massa da população trabalhadora. (IVO, 2008)

Com efeito, era demasiadamente complexo buscar alternativa de enfrentamento ao Regime numa sociedade marcada por fortes desigualdades sociais. Ou seja, onde a demanda pela sobrevivência era colocada como prioridade absoluta, o que levava para segundo plano uma ação estratégica de longo prazo, de natureza política. Diferente de São Paulo, onde o eixo da organização popular esteve baseado no movimento sindical com apoio das CEB da Igreja, na Bahia houve uma participação significativa de profissionais liberais e do Movimento Estudantil. (GONZALEZ, 1997).

⁵² Instituição originada do processo de transformação da Companhia de Jesus durante o século XX, que teve uma postura de aproximação e envolvimento maior com as Questões Sociais. (ZACHARIADHES, 2010)

Durante a década de 1970 na Bahia, as formas de organização articulada entre os diferentes setores dos movimentos sociais se ampliaram e se solidificaram na medida em que houve o amadurecimento das organizações políticas. Como resultado, as articulações entre os setores dos Profissionais Liberais, Movimento Estudantil e as CEBs se ampliavam, criando a necessidade de estruturação de um dispositivo que conseguisse aglutinar as demandas coletivas em uma única organização, tendo capacidade de construir maiores discussões e propostas, pondo em prática uma agenda de lutas conjuntas na defesa dos interesses coletivos. No Caderno periódicos de Estudos Sociais e Ação Social (CEAS), apontavam a iniciativa dos Movimentos Sociais nesse sentido:

(...)formas de organização iniciais que, criarão as condições necessárias para outras mais definitivas, mais sólidas, capaz de comportar as mais amplas ações em torno de luta por liberdades democrática e melhores condições de vida em nosso país.” (Caderno do CEAS N.56, Julho/Agosto de 1978 p. 31)

Desse modo, o estreitamento das relações entre os Movimentos Sociais resultam na criação do Trabalho Conjunto de Salvador (TCS). O TCS surge 1978 como resultado das ações conjuntas entre entidades civis organizadas soteropolitanas, que buscavam discutir e construir soluções para os problemas que acometiam a capital baiana. As bases organizativas que gestaram o TCS surge enquanto estreitamento das relações entre os Movimentos Sociais em Salvador, em grande medida, com fortes influências do PCdoB. GONZALEZ (1997) deixa claro a influência do PCdoB entre os dirigentes das associações de profissionais liberais, originário da ativa experiência política no Movimento Estudantil na década de 1960. Ou seja, o TCS é gestado sobre forte confluências das forças do PCdoB nos Movimentos Sociais, que buscavam alternativas de enraizamento político na sociedade baiana.

No início da década de 1970 na Bahia, apesar da forte repressão que se abatia em todo Brasil, na luta e com perspectiva da união ampla, venciam-se o “medo” e ampliavam-se também as formas de organização política. Os estudantes ampliando as lutas na UFBA, conseguiram reabrir o Diretório Central dos Estudantes, como também, amadurecer as bases organizativas das ações políticas. Concomitante a isso, em 1973, durante a Semana de Urbanismo organizado pelo Instituto dos Arquitetos da Bahia, surge a proposta da aglutinação das entidades dos profissionais liberais em uma só organização. Com isso, contando com a adesão de doze entidades, passaram a se denominar de Convênio Cultural

de Profissionais Liberais⁵³, ao qual contaria com o apoio Movimento Estudantil e, também, dos setores progressistas da Igreja Católica. (Cadernos do CEAS. Nº36, Julho/Agosto de 1975)

As organizações que em 1978 irão construir e compor o TCS já ensaiavam a tática da ação coletiva em anos anteriores. Identificamos que as primeiras ações conjuntas se deu a a partir de 1971, com os esforços dos estudantes, moradores dos diferentes bairros de Salvador, padres e profissionais liberais que se uniram para ajudar os atingidos pela chuvas em Salvador em março do mesmo ano, que deixou um saldo de 130 mortos e cerca de 8 mil desabrigados. (A Tarde, 24 de abril de 1971. p. 01/03-05) Como também, na ocasião da prisão de profissionais liberais, estudantes e trabalhadores vinculados ao MDB, é construída a “CARTA À COMUNIDADE”, a qual constituía-se enquanto documento coletivo de denúncia, protesto e exigência de respeito aos direitos humanos em geral e particularmente quanto à situação dos presos políticos. (Cadernos do CEAS N.38, Julho/Agosto de 1975) Em 1976, o movimento de expulsão dos moradores da Baixa do Marotinho pela Prefeitura de Salvador, gerou um ambiente de revolta por parte da população e das organizações civis de Salvador. Fato que levou as entidades estudantis, profissionais liberais, religiosos, pessoas da comunidade a se mobilizar como forma de prestar solidariedade aos atingidos. (LIMA, 2007) Ainda no ano de 1976, existe a preocupação dos movimentos sociais enquanto a continuidade das ações conjuntas, ao qual levou a construção da “Mensagem-Calendário” que constituía-se basicamente de um texto que expressava as aspirações de melhoria das condições de vida e liberdades democráticas dos diversos setores da sociedade, nessa oportunidade também foi criada uma Comissão Provisória do Trabalho Conjuntos. (Cadernos do CEAS N.48, Março/Abril de 1977)

A Comissão Provisória do Trabalho Conjunto teve importância central no papel nuclear e coordenar os trabalhos conjuntos dos movimentos sociais, resultando na construção de uma agenda de luta unificada, estreitando e fortalecendo as pautas coletivas, preconizava nos seguintes itens: Lançamento da Mensagem-Calendário, durante os debates da Anistia; no apoio à instalação do Movimento Feminino pela Anistia em Salvador; no apoio aos debates promovidos nas comunidades e bairros sobre a

⁵³ Semana do Urbanismo deixou como saldo a constituição do Convênio Cultural de Profissionais Liberais, composta por mais de 12 entidades: arquitetos, médicos, bibliotecários, geólogos, agrimensores, assistentes sociais, sociólogos, engenheiros, economistas, veterinários, dentistas, enfermeiros, agrônomos, além de outras que aderiram mais tarde.

Assembleia Nacional Constituinte e a situação do homem no campo; na restauração da sucursal local do Jornal Movimento e nos debates sobre o papel e a atuação do jornal nas comunidades; na convocação para dos diversos setores da sociedade civil e política a participarem do “Dia Nacional da Luta” promovidos pelo Movimento Estudantil, que contou com a presença de religiosos, profissionais liberais e parlamentares do MDB; divulgação do documento do Movimento Justiça e Libertação, que tinha como proposta denunciar as mortes, prisões, sequestro, torturas e ameaças de expulsão de religiosos e leigos do Brasil e em defesa dos oprimidos. (Cadernos do CEAS N.56, Julho/Agosto de 1978).

(...)ações realizadas unificadamente por entidades (estudantis e profissionais), sociedades de bairro, parlamentares, grupos de cristãos, paróquias, artistas, intelectuais e pessoas destacadas da comunidade, visando assegurar questões do interesse imediato da população, na sua luta por justiça, direito de participação e melhores condições de vida. (Cadernos do CEAS N.56, Julho/Agosto de 1978)⁵⁴

Essas formas de organização política conjunta dos Movimentos Sociais em Salvador, durante a segunda metade da década de 1970, ampliaram-se e solidificaram, havendo encontros semanais da Comissão Provisória, com prerrogativa de tomar decisões conjuntas e avaliar as atividades promovidas, era convocada as Reuniões Gerais. Que era basicamente a reunião de todas as entidades e organizações políticas que compunham o TCS e de populares que tivessem o interesse de contribuir.

Dado o caráter amplo do Trabalho Conjunto, tornou-se necessário um espaço maior, a qual o cardeal Dom Timóteo Amoroso Anastácio⁵⁵ teve papel central, ao ceder as dependências do Mosteiro de São Bento, que passou a abrigar as reuniões semanais do TCS. Em vista da diversidade dos membros, o Trabalho Conjunto tinha características de um espaço de convivência, local onde instituiu-se uma esfera pública de livre debate, durante uma época em que a livre expressão esteve posta sob vigilância do Estado. (ALMEIDA, 2001)

⁵⁴ Proposta de criação da Comissão de Trabalho Conjunto da Cidade do Salvador, apresentada pelo núcleo atual da Comissão Provisória na reunião geral realizada no dia 16 de junho de 1977, no Mosteiro de São Bento.

⁵⁵ Dom Timóteo Amoroso Anastácio foi abade do Mosteiro de São Bento em Salvador entre nos anos 1965 a 1981. Esse tinha uma postura mais progressista, e de aproximação com as camadas subalternas. Saber mais: TAVARES,1995.

Na reunião do dia 27 de maio de 1978, o coletivo definiu pela criação de uma “CARTA DE PRINCÍPIOS” que teve como proposta apresentar os objetivos gerais do TCS, suas formas de atuação. Acreditando-se que, a carta representaria um nível maior de estruturação, ficando, assim, asseguradas a perspectiva mais eficiente e substancial de participação ampla e democrática para os representados de cada setor e a comunidade de um modo geral.

Entendo que os Movimentos Sociais buscaram estruturar no TCS um formato de organização política que representasse o projeto político em voga no momento, que era de participação ampla e democrática. Nesse sentido, fica evidenciado nos princípios definidos no TCS o projeto político gestado pelos Movimentos Sociais.

Carta de Princípios:

- Lutamos pelo direito do povo brasileiro decidir livremente sobre seu futuro e sobre o futuro do seu país;
- Lutamos pelo direito de qualquer setor da população se organizar e se expressar livremente na defesa de seus direitos e interesses. Assim, lutamos pelo direito de greve, pelo direito de, sem interferência do governo, formamos associações de bairros, sindicatos urbanos e rurais, comissões de fábrica, centros estudantis, associações populares e comissões comunitárias. Assim como defendemos a livre manifestação do pensamento como jornais, livros, filmes, revistas, peças de teatro, música, dança, programas de rádio e televisão sem censura;
- Lutamos pela conquista dos direitos e interesses fundamentais do povo. Assim, lutamos por boas condições de trabalho, aumentos salariais, pela eliminação das horas extras e na defesa de jornadas de oito horas; por boas condições de alimentação, saúde, assistência médica, educação, diversão, moradia e transporte. Lutamos, também, contra o aumento do custo de vida, contra a falta de emprego, a expulsão dos camponeses de suas terras e a expulsão dos moradores das invasões nas cidades, a poluição e as péssimas condições de higiene das ruas e da cidade. (Carta de Princípios – TCS – 27 de maio de 1978)

Fica evidente nesses princípios definidos para o TCS a participação ampla do diferentes setores dos Movimentos Sociais, refletido nos apelos e pautas que contemplasse todos os envolvidos em sua construção, e também, criar uma agenda que tivesse legitimidade política e social.

Na Carta de Princípios do TCS ficou definidos compromissos coletivos com prerrogativa definir uma postura política de estreitamento com a sociedade, buscando contemplar as especificidades e as singularidades de cada setor que compunham o TCS, garantindo a autonomia de organização participante. Com objetivo final de fortalecer

tanto os Movimentos Sociais, como o TCS. Partindo da perspectiva que a garantia das singularidades de cada setor, fortaleceria as bases de lutas mais amplas.

Os compromissos:

- buscar incentivar a adesão ao Trabalho Conjunto de qualquer setor da população que se proponha a assumir e defender os princípios contidos nessa Carta;
- em nossas ações conjuntas buscar a participação de todos os setores, compreendendo suas características próprias, seu ritmo de trabalho, preservando a autonomia de cada um;
- buscar a ampla participação das pessoas que compõe cada setor representado nas decisões e ações conjuntas;
- acompanhar e apoiar as lutas específicas de cada setor;
- incentivar e nos solidarizar com todas e qualquer iniciativa no país que favoreça a união de forças na luta pelos direitos e interesses fundamentais do povo. (Carta de Compromissos – TCS – 27 de maio de 1978)

Os princípios que nortearam as bases políticas e sociais do TCS influíram, notadamente, nas suas ações políticas durante sua existência. Nele, como vimos, houve grande a influência de correntes católicas de esquerda e do PCdoB. Com a adesão de organizações estudantis e populares, passou a haver uma multipolaridade de ações, como ilustra a criação no final da década de 1970, da Federação das Associações de Bairro de Salvador, do Movimento Contra a Carestia e a realização do congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes UNE. (Dantas Neto, 2000: 58-59).

No tocante ao Congresso de reconstrução da UNE, a aproximação ME com os movimentos sociais através TCS é central para a preparação do Congresso em Salvador. Pois, foi através do TCS, que o DCE/UFBA conseguiu apoio que possibilitou condições políticas e organizativas para a organização do congresso na cidade em 1979.

Onde, a reconstrução da UNE se apresentara como possibilidade de consolidação do projeto de verticalização em termos representativos do Movimento Estudantil em questão, e o 31º Congresso da UNE em Salvador foi o resultado desse processo. Ou seja, desde as primeiras movimentações na UFBA ainda na primeira metade da década de 1970, com as participações mais diretas dos estudantes; com a reorganização das representações de curso (DAs e CAs); da eleição indireta do DCE em 1973, e direta em 1976; e com a greve Contra o Jubilamento; dentre outras. Esse cenário de lutas e conquistas estudantis, com características verticalizantes de representação política, foi a tônica da reorganização do ME na década de 1970, que permitiu concentrar forças

organizativas para a consolidação do Congresso de Reconstrução da UNE em terras soteropolitanas.

CAPITULO 2 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO 31º CONGRESSO DA UNE

“A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”: na manhã do dia 29 de maio de 1979, aos cantos de ordem estudantil, é refundada a União Nacional dos Estudantes, onze anos depois do Congresso de Ibiúna, marcado pela ação das forças repressivas da Ditadura Militar. Os estudantes voltavam a ecoar sua principal palavra de ordem, agora no Centro de Convenções da Bahia em Salvador.

Com o discurso do então ex-presidente da UNE em 1964, José Serra⁵⁶, dava-se início ao 31º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes, concebido como “Congresso da reconstrução” pelos estudantes presentes.⁵⁷ Esse congresso, que aconteceu nos dias 29 e 30 de maio, projetou o Movimento Estudantil nacionalmente, e a Bahia colocou-se na vanguarda desse processo.

Considerando um dos congressos mais importantes e emblemáticos da União Nacional dos Estudantes durante todo o curso de sua história, o evento representou uma conquista política das gerações estudantis das décadas de 1960 e 1970. Gerações essas que enfrentaram uma das fases de maior recrudescimento da Ditadura Militar, na medida em que as esferas organizativas e representativas do ME ainda se encontravam em processo de recuperação, após o refluxo político gerado pela promulgação do Ato Institucional nº5 no ano de 1968. Enfrentaram o mecanismo de perseguições, prisões e rotinização do emprego da tortura, características de um aparato repressivo do Estado ditatorial em plena atividade, como apresentamos no capítulo I dessa dissertação.

Nesse sentido, objetivamos nesse capítulo fazer uma reflexão crítica da conjuntura social e política baiana que permitiu a realização do Congresso de Reconstrução na cidade de Salvador. A intenção é compreender a dinâmica específica dos estudantes baianos,

⁵⁶ José Serra foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes em julho de 1963. Chegou a discursar com João Goulart no comício da Central do Brasil, um dos principais atos políticos do governo no período que antecedeu o golpe militar no mesmo ano. Foi perseguido pelo regime, se refugiou por três meses na embaixada Boliviana no Brasil antes de se exilar na França, onde ficou até 1965. Voltando ao Brasil no mesmo ano na situação de clandestino. Ficou no país mais alguns meses no país antes de se refugiar no Chile, e se radicar por oito anos. Com o golpe militar do Chile, preconizado por Augusto Pinochet em 1973, chegando a se refugiar na embaixada o Panamá e depois Itália, após ser preso tentando deixar o país. Partiu para os Estados Unidos, onde continuou sua vida acadêmica concluindo o segundo mestrado e o doutorado. Voltando ao Brasil em 1977. (A geração de 1964, quarentona. Revista Isto é. 04 de abril de 1984; p.28-31)

⁵⁷ Esse termo “Congresso de Reconstrução” foi utilizado pelos os estudantes que organizaram e participaram do Congresso da UNE, e é recorrente a utilização dessa referência nas fontes analisadas nesta pesquisa.

nosso principal objeto de análise, na interlocução com outras forças políticas, necessárias à sua execução repercussão em âmbito nacional.

É importante frisar que o processo de construção e realização do Congresso esteve estreitamente relacionado com os dilemas, disputas do jogo político soteropolitano. O ME buscou a todo instante para além do processo de articulação dos próprios estudantes, enquanto prerrogativa de construção de um Congresso participativo e representativo, estabelecer um diálogo com os diferentes setores da política da Bahia. Esse diálogo possibilitou ao ME angariar diferentes formas de apoios, variando em menor ou maior grau de colaboração e de diferentes interesses. Nesse quadro político identificamos a participação do então governador Antônio Carlos Magalhães (ACM); da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), principalmente pela atuação de políticos Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os diferentes setores da sociedade civil organizada completava o quadro social, ao qual o ME estava diretamente ligado, referendando ainda mais a realização do Congresso na cidade.

Pretendemos aprofundar nesse capítulo o espaço de negociação e de conflito que caracterizou as relações entre o ME baiano e o governador Antônio Carlos Magalhães. Ainda, discutiremos a repercussão desse evento dentro da Assembleia Legislativa da Bahia, através dos seus deputados, vinculados tanto ao partido de oposição legal à ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, como ao partido de situação, a denominada Aliança Renovadora Nacional, ARENA. Não obstante a essa discussão, é central pensar como o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes se deu através do seu Congresso. Não podemos deixar de frisar que a UNE contou fortemente com uma atmosfera de reforço de participação política e de solidariedade dos movimentos sociais e partidos de esquerdas armadas ou não que continuavam funcionando na clandestinidade. Portanto, o ressurgimento da UNE não se apresentava como uma demanda única do ME, mas sim, de toda uma sociedade que aclamava por democratização políticas no Brasil, vislumbrando na realização do Congresso um grande passo nessa caminhada.

Não pretendemos perder de vista a dinâmica interna do ME nacional e baiano, especialmente as condições e dificuldades referentes à sua organização. Podemos citar eleições dos delegados nas universidades para participarem do Congresso; o processo de discussão das teses; as disputas entre as tendências do ME e o papel dos partidos políticos; a eleição da direção da UNE, entre outros fatores que expõem tais dificuldades que passamos a expor ao longo desse texto.

O CONTEXTO NACIONAL

A volta da UNE em 1979, além do significado específico que tem para os estudantes e o ME em geral, representou a abertura de uma brecha, no ano que antecedeu a instauração de uma política de abertura, planejada pelo general Golbery do Couto e Silva e executada pelo último governo militar, do general João Batista Figueiredo⁵⁸. A importância explica-se por ser a primeira entidade representativa de um setor social oposicionista ao regime a se rearticular nacionalmente. A realização do 31º Congresso da UNE foi uma vitória importante não só para os estudantes, mas para todo o povo brasileiro, cujos apoios expressos de diferentes formas, oriundos de setores da sociedade dentro e fora do Brasil, foram decisivos em barrar qualquer tentativa do regime no sentido de reprimir, tumultuar ou esvaziar o evento.

Durante o Congresso foram aprovadas resoluções concretas, as quais reforçaram o papel do ME e da UNE nas lutas em nível nacional, tais como: 1) Contra o ensino pago; 2) por mais verbas para a educação; 3) pela anistia, ampla geral e irrestrita; 4) pela filiação das entidades de base (diretórios e centros acadêmicos) a UNE; por uma Assembleia Nacional Constituinte, soberana e livremente eleita; 6) pela defesa da Amazônia. A composição de uma agenda ampla de lutas definidas durante o Congresso refletiu claramente no entrenchamento que o ME e os outros setores da sociedade civil se colocavam frente ao Estado ditatorial, almejavam não só o fim do regime e a retomada da ordem democrática no país, como também questões de ordem conjuntural do período como a defesa da educação. Além disso, defenderem uma aproximação das entidades de bases estudantis com a direção da UNE, bem como opinaram sobre questões ambientais e nacionais refletidas na defesa da Amazônia.

Essas demandas tiradas no Congresso estavam alinhadas com o posicionamento políticos dos diferentes setores dos Movimentos Sociais. Ou seja, para além da preocupação de construir uma plataforma da luta estudantil propriamente dita, os estudantes, através do Congresso de Reconstrução da UNE, incorporou demandas de

⁵⁸ João Batista Figueiredo, o 5º e último general a presidir o Brasil durante o regime militar. Indicado pelo seu antecessor Ernesto Geisel, foi eleito presidente em um Colégio Eleitoral em 15 de outubro de 1978, governando até o ano de 1985. Prometendo em seu ato de posse transformar o Brasil numa “democracia”. Manteve a política de Geisel de uma “abertura política, lenta e gradual”. E uma das principais medidas de seu governo foi a aprovação da Lei de Anistia, que previa anistia política a todos os presos enquadrados pelo Ato Institucional No 5, como também acabou com o bipartidarismo. (KOIFMAN, 2001)

outras entidades, ampliando assim a legitimidade da União Nacional dos Estudantes frente a opinião pública e a sociedade civil organizada.

“Nesse momento político em que várias forças do país tem se manifestado de maneira firme na defesa de seus interesses (operários, professores e funcionários) buscando criar organizações ou fortalecer as já existentes, a realização do congresso para reconstruir a UNE foi uma imensa vitória do povo brasileiro. Uma vitória sobre a ditadura que, embora aparentemente mais branda, é a mesma que destruiu as formas de organização existentes em 64, e que, inclusive, depredou e incendiou nossa entidade maior.” (Boletim dos Estudantes da Bahia(BEBA) – DCE/UFBa. Junho de 1979, p. 2)

Ainda reticentes com as promessas de abertura política professada pelo último governo militar, através do recém-empossado João Baptista de Figueiredo em 15 de março de 1979, os trabalhadores, metalúrgicos, funcionários públicos, motoristas, entre outras categorias, em conjunto com os estudantes, avançavam e unificavam bandeiras em prol de melhores condições de vida e por liberdades democráticas em todo o Brasil.

De acordo com Maria Helena Moreira Alves (2005) o ano de 1979 foi decisivo para as oposições políticas ao regime como um todo. Com o fortalecimento político das organizações políticas de esquerda ainda na clandestinidade durante a década de 1970, e de forma mais acentuada a partir da sua segunda metade, os diferentes setores dos movimentos sociais passaram a se fortalecer e fazer frente oposicionista de forma mais contundente ao Estado ditatorial. A classe trabalhadora descobriu o seu poder durante seus atos de greves, principalmente na região do ABC Paulista, mas ainda encontrava dificuldades de construir uma plataforma de luta que não dependesse tanto das suas lideranças sindicais. As Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs)⁵⁹ estabeleceu uma rede funcional de alianças entre organizações de bases, principalmente ligadas aos setores populares, tais como: associações e organizações de bairros; movimentos de luta pela terra; movimento contra carestia entre outros.

O Estado de Segurança Nacional processada pela Ditadura direcionou suas ações no sentido de controlar a classe trabalhadora. No ano de 1979, o governo definia limites

⁵⁹ “As CEBs são pequenos grupos de fiéis organizados junto a uma paróquia urbana ou rural. Muitas, na realidade, são formadas em regiões remotas, onde a população não tem acesso a uma capela ou a serviços religiosos regulares. Uma CEB tem geralmente origem no trabalho de agentes pastorais, animadores de comunidade ou diáconos, padres e membros de ordens religiosas. Os agentes leigos podem desempenhar muitos dos serviços religiosos e funções que outra forma não poderiam ser regularmente levados à população local, por causa da carência de sacerdotes.” Citação extraída em Padre Affonso Gregory e Maria A. Ghislenis, Chances e desafios das Comunidades Eclesiásticas de Base, Cadernos de Teologia e Pastoral, n.13, Rio de Janeiro: Vozes, 1979. p.28-29

para o processo de abertura política, negociando a questão da anistia política com os partidos e instituições civis, ao mesmo tempo em que deixava claro que essa “liberalização” em curso não se aplicava aos trabalhadores. (ALVES, 2005)

“A repressão sofisticava-se, selecionando as classes a atingir. As greves não mais seriam toleradas, e toda a forma do Aparato Repressivo seria empregada para fazer frente aos desafios à política salarial e à legislação de greve. Também aumentou nas áreas rurais conflituosas a repressão aos posseiros e camponeses sem terra. Sob a alegação de eliminar elementos criminosos, a política e os “esquadrões da morte” intensificaram suas buscas e blitz nos bairros pobres.” (ALVES, 2005; p.308)

Nesse sentido, somos convidados a pensar que nessa conjuntura de hostilidade mais direcionada a classe trabalhadora, o Movimento Estudantil encontrou a “brecha” necessária para poder se articular com mais força. Já que, no nosso entender, o governo não considerava que as movimentações estudantis colocassem em cheque o projeto de democratização controlada. Tanto que, como atitude ilustrativa dessa perspectiva, o presidente Figueiredo encaminhou para o Congresso Nacional no dia 22 de maio de 1979, as vésperas do Congresso da UNE, o projeto de lei que revogou os Decretos 477 e 228, conhecidos e ironizados como o AI-5 estudantil.

O presidente Figueiredo encaminhou ontem ao Congresso Nacional, para ser discutido e votado em sessão conjunta, dentro de 40 dias, projeto de lei revogando os Decretos-Leis 228/68 (relativo à organização estudantil) e 477/67 (pertinente à disciplina nas universidades, e também chamado de “O AI-5 dos estudantes”) e estabelecendo uma nova forma de organização e representação estudantil, dentro do princípio “de melhor educar o estudante num ambiente de maior liberdade e responsabilidade, atribuindo-lhe a função de cuidar, em grande parte, do seus próprios interesses”. (Jornal A Tarde, 23 de Maio de 1979; p.3)

Ainda que dependesse de quarenta dias para a aprovação do projeto lei pelo Congresso Nacional, ou seja, depois da realização do 31º Congresso da UNE, a iniciativa por parte da presidência da república em se posicionar pela sua revogação já representava, um elemento simbólico fundamental, de “flexibilização” política às ações protagonizadas pelo ME. De certo modo, referendava os avanços político angariado pelos próprios estudantes no sentido de fortalecer e ampliar suas lutas em território brasileiro. Além disso, o governo federal se posicionou oficialmente no mesmo dia sobre a realização do 31º Congresso da UNE, através de declaração do Ministro da Educação Eduardo Portella, após reunião com o presidente Figueiredo:

Ao final da reunião com o Presidente, Portella informou apenas haver dito a Figueiredo que o Ministério da Educação, “traduzindo o pensamento do Governo, se limitou a nem apoiar nem proibir a reunião dos estudantes, e que está torcendo para que tudo ocorra bem”. Sabe-se que essa é a posição também do Presidente da República e que, embora as autoridades não sejam mais explícitas, nesse despacho de ontem ficou acertado que o governo acompanhará cada momento da reunião estudantil, montando-se um esquema de informações permanente entre Governo da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Ministério da Educação, Divisão de Segurança e Informação do MEC e Palácio do Planalto. (Jornal da Bahia, 23 de Maio de 1979, p. 3)

A posição do governo federal se mostrou “moderada” frente aos movimentos pró-reorganização da UNE. No entanto, ao optar pela não intervenção direta, o governo preocupou-se em vigiar e controlar cada passo de sua preparação, execução e finalização. Tal postura governamental foi muito decorrente das repercussões do Congresso da UNE em todo o Brasil, associado aos avanços e amadurecimento do ME que, aos poucos, foi angariando apoios e simpatias. Fato que acabou pressionando o governo a não se posicionar contrário à proposta de ressurgimento da entidade máxima de representação estudantil. Mas, de todo modo, a “flexibilização” não se deu de forma plena, haja vista a posição do regime em acompanhar de perto cada instituição ou indivíduos envolvidos com as ações estudantis.

O jornal Tribuna da Bahia⁶⁰ faz em Editorial uma breve reflexão acerca do projeto-lei que colocou fim aos Decretos Lei 228 e 477:

O anteprojeto de lei elaborado pelo governo, que propõe a extinção dos decretos-lei 228 e 477, está prestes a ser encaminhado ao Congresso Nacional. Por ele erradicam-se dois dos mais detestados instrumentos legalizadores do arbítrio no âmbito estudantil. Com ele sepultam-se praticamente as últimas criações geradas pelo espírito da anti-representatividade estudantil, do autocratismo até então imperantes nas relações estudantes-escola. Em consequência do novo estado de coisas que se delineia, ressurgirão novamente os diretórios, com autonomia reconhecida e dotados de liberdade para agir a nível de cursos, institutos e universidades. Reconhecidos por lei, os diretórios reaparecerão como organizações capazes de exprimir, pela representatividade, a mais ampla possível, os anseios e tendência da mocidade estudantil. O anteprojeto constitui-se inegavelmente um passo adiante na vida estudantil, um sinal alentador para os que sempre pugnaram por uma atuação livre, autêntica, da geração das escolas no seu próprio destino e no destino da sociedade integral, de quem ela é um importantíssimo segmento. (Tribuna da Bahia, 04 de Maio de 1979; p. 03)

⁶⁰ O impresso Tribuna da Bahia era um dos principais jornais de circulação na cidade de Salvador. Sua linha seguia o discurso antiditatorial e progressista, se aproximando dos diferentes setores dos Movimentos Sociais. Foi um dos veículos de comunicação que mais deu cobertura ao 31º Congresso da UNE.

Para o ME o fim dos decretos-leis representou um passo importante, uma vitória a ser comemorada, mas, por outro lado, não poderia se perder de vista que as lutas nesse sentido ainda não estavam finalizadas. Os regimentos internos das universidades e a Lei de Segurança Nacional⁶¹, ainda preservavam em suas estruturas as normatizações preconizadas por essas leis. O que ainda demandaria tempo e enfrentamentos para que pudesse, ai sim, considerar plenamente vitoriosa. Valdélcio Santos Silva, então candidato a presidência da UNE, em declaração publicada no jornal A Tarde diz: “O 477 já estava desmoralizado pela prática combativa dos estudantes, mas não caiu por terra ainda totalmente” (Jornal A Tarde, 23 de maio de 1979; p.03).

O regime toma o fim dos decretos-lei 228 e 455 como uma concessão política. O que caracterizaria o direcionamento do governo no sentido de percorrer os caminhos rumos a democracia. Não obstante a essa questão, o ME encarava de outra forma, pois o fim das leis repressoras seriam um reflexo dos avanços e vitórias angariadas pelo ME em todo o território nacional, acabando por pressionar o regime a recuar e a se submeter às vontades da massa estudantil. Não podemos esquecer que a própria realização do Congresso de reconstrução da UNE, representou uma forte construção simbólica desse momento político. Mas antes, devemos contextualizar a formação da Comissão Pró-UNE tão importante na preparação do Congresso.

A COMISSÃO PRÓ-UNE

A Comissão pró-UNE foi criada durante a realização do conturbado III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) em São Paulo. O Encontro foi duramente reprimido pela polícia a mando do governador Paulo Egydio e do seu Secretário de Segurança Pública, Erasmo Dias. Nessa ocasião, em uma Assembleia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), no dia 22 de setembro de 1977, com a presença de cerca de 70 delegados de dez estados, foi deliberado um único ponto de pauta: “a reorganização do movimento”. A proposta deliberada pelo conjunto dos estudantes foi a de criação de uma

⁶¹ Criada através do Decreto-Lei No 898, de 29 de setembro de 1969, a Lei de Segurança Nacional definia os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, além de estabelecer e normatizar seu processo de julgamento. Apesar de ter havido outras leis nesse sentido: Lei Nº 38 em 1935; Lei Nº1082 de 1953; Decreto-Lei Nº 314 de 1967; o Decreto-Lei de 1969 foi um dos mais rígidos e duros contra os opositores do Estado, sendo a que mais durou durante o Regime Militar se estendendo até o ano de 1978. Fonte: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=179024> acessado em 14/08/2013 às 18h28m.

comissão responsável pela reconstrução da UNE. A Comissão Pró-UNE teria o papel central no processo de organização do Congresso, oferecendo apoio logístico e político ao evento. Além da tarefa de coordenar as ações do ME nacionalmente, resgatar e difundir a história da UNE, promover debates e discussões em torno da reconstrução da entidade, como organizar o IV Encontro Nacional dos Estudantes. (MULLER, 2010; p.170)

Durante a realização do IV Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) na Faculdade de Arquitetura da USP (FAU-USP), entre os dias 3 e 4 de outubro de 1978, ficou decidido que a recriação da UNE se daria na cidade de Salvador, a qual a responsabilidade pela presidência da Comissão seria tutelada pelo DCE da Universidade Federal da Bahia. A qual contaria também com a participação de estudantes de diversas universidades e DCEs.

A Comissão ficou com a responsabilidade de arquitetar e orquestrar toda a estrutura do evento, representando o renascimento da UNE. Para tal fim, a Comissão Pró-UNE e o DCE/UFBA se depararam com situações estruturais e políticas para a construção do Congresso na Bahia. Em síntese, os problemas eram muitos e avolumados: qual o local de realização? Como se daria a logística de hospedagem para os estudantes? Como garantir alimentação para os congressistas? De que modo se daria a segurança durante o evento? Como divulgar o evento e angariar apoio da população?

Para garantir a estrutura do Congresso a alternativa encontrada pelos integrantes da Comissão pró-UNE foi a de contar com apoio de outros setores sociais baianos, enquanto forma de ajudar e auxiliar os trabalhos, como também de minimizar possíveis intempéries e contratemplos que eventualmente viessem a ocorrer.

O estreitamento da Comissão pró-UNE com os Movimentos Sociais na Bahia foi facilitado pelas experiências políticas através do Trabalho Conjunto de Salvador (TCJ) como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação. Que além do apoio do ponto de vista estrutural e organizativo, foi importantíssimo para o fortalecimento político da Comissão e do Congresso. A capilaridade social que o TCJ possuía acabou sendo fundamental para o Congresso, permitindo que diferentes camadas sociais pudessem colaborar direta ou indiretamente com a realização do evento. Observemos que a construção do congresso da UNE em Salvador não se deu exclusivamente pela ação da comunidade estudantil, mas também por amplos setores sociais e políticos soteropolitanos. Isto nos mostra que, mais do que a necessidade de manutenção de uma ação isolada dos estudantes, a mobilização em torno da construção do Congresso mais coletivizado esteve diretamente ligada, ao que

Pierre Nora colocou como apropriação dos “lugares de memória” pelos grupos sociais em sua constante busca de autolegitimação para a ação política (NORA, 1993).

Foram muitos os desafios colocados à Comissão pró-UNE frente o objetivo de realização do 31º Congresso da UNE, principalmente no que tange ao alojamento para os congressistas. A comissão organizadora temia que todos os estudantes alojados em apenas um único local fosse alvo fácil e vulnerável numa eventual ação repressiva. A saída encontrada foi a realização de campanhas para que as famílias soteropolitanas acolhessem os estudantes, que chegassem a cidade com destino ao Congresso, em suas respectivas casas. Vale lembrar, que nesta ação, tanto o DCE/UFBA com o TCJ encamparam a proposta, a qual teve grande apoio da população com a formação de filas em frente à sede do MDB (um claro apoio deste partido a causa dos estudantes) com intuito de realizar o cadastramento de sua residência para receber os estudantes que chegassem de outros estados.

A organização também buscou garantir a estrutura necessária para a construção do evento: local de realização, alimentação e transporte. Para tal era fundamental um plano de arrecadação de fundos. Os trabalhos de captação de recursos foi realizado por centenas de Diretórios e Centros Acadêmicos e DCEs de todo o Brasil, além da própria Comissão pró-UNE. O sistema de arrecadação foram vários, os mais diversos possíveis: os estudantes percorreram indústrias, gabinetes de parlamentares, sem distinção partidária, além de recorrerem a progressistas de todos os setores, oferecendo o “Livro de Ouro”. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.38)

O plano de arrecadação de fundos incluiu também a venda de chaveiros, camisetas, réguas, bônus, bloco de papel e outros apetrechos com mensagens alusivas à UNE oferecidos não só a estudantes mas à população em geral. Foram centenas os pedágios realizados nas ruas de todo o país para a coleta de fundos. Ivan Lins, Luís Gonzaga Junior, João Bosco, Diana Pequeno entre outros fizeram shows Pró-UNE. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.38)

A busca de apoio político também foi uma questão central nesse processo. A nível nacional a Comissão pró-UNE conseguiu capitalizar apoio dos mais diferentes setores da sociedade: do cardeal arcebispo de São Paulo Dom. Evaristo Arns; do presidente nacional do MDB, do então, deputado Ulisses Guimarães; do ex-ministro e ex-presidente da UEE/SP, Alminio Afonso; do Sindicato dos Jornalistas; do Centro de Desenvolvimento

das Mulheres Brasileiras; da Associação dos Médicos Residentes; entre outros. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.38)

Nas vésperas do Congresso, entre os dias 5 e 6 de maio, houve a 10ª Reunião da Comissão pró-UNE. Nessa reunião ficou definido as regras e o regimento das atividades durante o Congresso. Além das regras para tiragem de delegado, o regimento estabeleceu a estrutura do Congresso, e como se daria a organização e os encaminhamentos nos dois dias de evento. Nessa oportunidade ficou definido que o Congresso iria debater seis pontos considerados fundamentais e estratégicos: A carta de princípios e o estatuto da UNE; grupos de trabalho da UNE: cultural, esportes e secretarias por áreas profissionais; eleições da UNE; Universidade; realidade brasileira; e por fim, lutas dos estudantes: balanços e perspectivas. (MULLER, 2010: p.183) O objetivo da Comissão pró-UNE era de conseguir construir um Congresso que apontasse caminhos para as necessidades políticas da UNE recém criada. A qual demandaria discussões aprofundadas e definições claras dos rumos da entidade. Não obstante a essa questão, essa agenda era contemplativa dos anseios do conjunto dos estudantes, como também das tendências que compunham o quadro político do ME.

Contudo, torna-se premente darmos conta do papel desempenhado pelo DCE/UFBA e pela a Comissão pró-UNE na cidade de Salvador, procurando estabelecer um diálogo aberto e permanente com a sociedade soteropolitana.

A ELITE POLÍTICA BAIANA E SUSTENTAÇÃO DO CONGRESSO NA BAHIA

Seria em certa medida até “ato-falho” não pensar na relação entre as ações do ME com as elites políticas na Bahia, pois consideramos que a concretude do feito só foi possível, em certa medida, por conta dessa relação. Essa elite composta dos mais variados segmentos políticos e ideológicos baianos, estende-se desde setores mais conservadores, ligados aos grupos mais endurecidos e reacionários, apoiadores da ditadura, como dos seus opositores. O primeiro são os filiados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O segundo, pertenciam ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), divididos entre

adesistas e autênticos⁶², então partido de “oposição” consentida⁶³, que compunha o quadro bipartidário brasileiro. (JACOBINA, 2010). Além desses, estamos considerando os setores políticos mais esquerdistas que, em sua grande maioria, agindo na clandestinidade, buscaram se articular entre os diferentes setores e organismos dos Movimentos Sociais. Aqui, vale ressaltar que estes construíram por fora das estruturas políticas mais institucionalizadas do poder, ainda sob julgo do Estado ditatorial, seu lastro político através das bases sindicalizadas, estudantis e populares.

Na seara das “elites políticas” figura-se um personagem bastante conhecido dentro e fora da Bahia: Antônio Carlos Magalhães (ACM)⁶⁴, adquirindo um papel central e de grande relevância para compreendermos a conjuntura política baiana no ano de realização do Congresso de Reconstrução da UNE, bem como o contexto político nacional no ano de 1979. Ano esse em que ACM inicia seu segundo mandato enquanto governador do Estado da Bahia, sendo empossado no dia 15 de março de 1979. Ou seja, praticamente nas vésperas da data programada para realização do Congresso da UNE, 29 e 30 de maio do mesmo ano.

De certo modo, até de forma “inusitada”, ou até mesmo inesperada pelo ME, como também pelos estudantes em geral, o governador Antônio Carlos Magalhães se mostrar “favorável” a cooperar com a realização do evento na cidade. Esse sentimento de “surpresa” e ao mesmo tempo de “suspeita”, permeou entre o ME dentro e fora da Bahia. Na medida em que seria difícil supor, até mesmo “ilógico” pensar que um governador

⁶² Os adesistas se colocavam, em certa medida, “favoráveis” ao regime, em contraposição aos autênticos que mentiam uma postura crítica frente ao regime, ainda que dentro dos limites que a estrutura vigente impunha. (JACOBINA, 2010)

⁶³ Colocamos aspas no termo oposição, pois consideramos que o MDB mesmo sendo dentro de uma esfera política oposicionista dentro do Estado ditatorial brasileiro, nem sempre assumia posturas muito claras nesse sentido. JACOBINA (2010).

⁶⁴ A trajetória política partidária de ACM começou como deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) em 1954. Quatro anos depois foi eleito deputado federal, também pela UDN. Que por sinal, era o partido de grande parte da direita baiana. Reeleito em 1962, participou das articulações do movimento político-militar. Em 1965, com o Ato Institucional II e a consequente dissolução dos então existentes partidos políticos, ACM se filiou à ARENA. No ano seguinte, foi mais uma vez reeleito para o cargo de deputado federal. Por via indireta, indicado pelo governador Luiz Viana Filho, tornou-se prefeito da capital baiana em 1967 exercendo o mandato até 1970. Meses depois foi indicado como governador da Bahia pelo presidente Emílio Garrastazu Médici sendo referendado pela Assembleia Legislativa para um mandato de quatro anos. Em 1975 depois de sair do governo da Bahia foi nomeado pelo então presidente da república, Ernesto Geisel, para assumir a presidência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Em 1979 ACM iniciava seu segundo mandato a frente do governo da Bahia. Enquanto figura ávida na vida política do Estado, buscou aglutinar forças com os vários setores da sociedade civil e política como forma angariar apoio e se estabelecer no poder. ACM, gozando de grande popularidade, mantinha sob sua égide a maioria ampla dos mais de trezentos prefeitos do Estado, e a quase totalidade das bancadas de deputados federais e estaduais o que lhe credenciam a, pela primeira vez, intervir com voz ativa em assuntos federais, estando no poder o presidente General João Figueiredo. (GOMES, 2001)

comprometido duramente com a articulação civil-militar que sustentou a ditadura brasileira nessa etapa final, tomasse partido e passasse a colaborar diretamente com a reconstrução da UNE. Vale lembrar que foi o próprio regime que extinguiu a UNE e as organizações estudantis com a promulgação do Ato Institucional nº5, e também através dos decretos 477 e 228, que como vimos no capítulo 1 dessa dissertação, extinguiu as antigas agremiações estudantis, e normatizava a construção das novas entidades, as quais perderam o *status* de representação estudantil, o que levou a um recuo das ações estudantis nacionalmente. No entanto, a conjuntura de abertura política permitia uma liberdade controlada e vigiada, mantendo nos estados diretrizes capazes de controlar os excessos. ACM cumpriu o seu papel de conceder aos estudantes um espaço de negociação ao mesmo tempo em que os mantinham sob tutela.

O primeiro contato do ME com o governo estadual se deu através de uma ligação do Ruy Cesar Costa Silva, então presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e também presidente da Comissão pró-UNE, encarregada de organizar a realização do 31º Congresso da UNE em Salvador. Como seria complicado, para não dizer impossível, a obtenção do registro dessa ligação, ainda mais o conhecimento sobre o seu conteúdo, recorreremos a entrevista que o Ruy Cesar concedeu ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, confirmando as motivações e repercussões dessa relação entre o ME e o governador:

Veja a maluquice, a ousadia: o Estado, indicado pela ditadura, e nós resolvendo que queríamos fazer aquilo. Eu decidi que pediria ao governo a cessão do espaço, e foi aquela confusão. Diziam que eu não poderia fazer porque poderia ser preso, por estar entrando em contato com elementos da ditadura. “Não faça uma coisa dessas...”, diziam os militantes mais organizados e ligados a partidos. Todos foram completamente contra essa experiência “tresloucada” e maluca que eu resolvi empreender. Lembro que eu comprei umas fichas, fui a um telefone público e liguei para a governadoria. Pedi para falar com o governador, que gostaria de uma entrevista com ele. Perguntaram quem eu era. Respondi que era estudante, o presidente do DCE, e gostaria de falar com o governador Antônio Carlos Magalhães. A voz do outro lado perguntou o assunto. Respondi que queríamos fazer o congresso de reconstrução da UNE em Salvador e que eu precisava de um espaço – eu queria o Balbininho ou o Centro de Convenções. Argumentei que nós não tínhamos espaço na universidade e que eu precisava falar com o governador. Quem me atendeu pediu que eu ligasse no dia seguinte. Eu liguei, e ele falou que o governador me receberia. Realmente, uns 15 dias depois, tive uma entrevista com Antônio Carlos Magalhães. (Rui Cesar Costa Silva, PMME, 2004; p.7)

No relato, Rui Cesar deixa transparecer que havia um grande receio por parte do ME acerca de como a realização do Congresso da UNE seria “digerida” pelos militares,

isso é, se fosse “digerida”. O temor da repressão ao Congresso era grande. Ainda era muito presente na memória estudantil as experiências dos Encontros Nacionais de Estudantes em São Paulo e Minas Gerais, desmantelados sob forte repressão por parte dos militares. Por isso, como ilustra Ruy Cesar, os estudantes achavam uma “loucura”, também representada na fala “Não faça uma coisa dessas...” e na de “experiência transloucada”, o ato de recorrer a um governador que estava ligado aos militares. Ou seja, só pelo simples ato de solicitar uma reunião do tipo era temeroso a possibilidade de ir preso. Ainda no relato, o Ruy Cesar revela que houve um posicionamento positivo por parte da governadoria no sentido de receber os estudantes para a reunião. Sendo de claro conhecimento do governador o teor da reunião: reconstrução da UNE em Salvador.



Imagem da primeira reunião entre a Comissão pró-UNE e o governador Antônio Carlos Magalhães. Fonte: Jornal A Tarde, 04 de maio de 1979.

O fato é que a reunião entre comissão pró-UNE, composta por cerca de quinze estudantes, e o governador Antônio Carlos Magalhães realmente acabou acontecendo, no dia 18 de maio de 1979 entre as 16 e 17 horas na sede do Governo da Bahia, no Centro Administrativo da Bahia, sendo a primeira de um total de três encontros. O Ruy Cesar relata o fato um tanto quanto “curioso”, mas também, com um cunho simbólico muito forte relacionado ao uso da gravata vermelha pelo governador:

Realmente, uns 15 dias depois, tive uma entrevista com Antônio Carlos Magalhães. Ele me recebeu com uma gravata vermelha e disse assim: “Olha, vim de gravata vermelha para mostrar que eu estou em paz.” Foi como se ele dissesse assim: “Estou recebendo os comunistas.” Antônio Carlos sempre teve umas coisas assim, umas tiradas muito estranhas, e essa foi uma delas. (Rui Cesar Costa Silva, PMME, 2004; p.7)

Pode até parecer banal para um olhar desatento, mas a frase proferida pelo ACM tem um grande apelo simbólico, pois “indiretamente” o governador deixou a entender que tinha conhecimento da presença de setores de esquerda mais radicalizados entre o ME. O deboche é confirmado com o uso da gravata vermelha, cor símbolo do ideário libertário comunista, assumida pelas organizações armadas que resistiram à ditadura e foram dilaceradas pela repressão. Por “trás” dessa postura, o governador sinalizou nas “entrelinhas” sua disposição em “dialogar” com supostamente “todos”, ou seja, ainda que sejam estudantes “comunistas”, desde que tutelados pelo aparato de vigilância e repressão da Bahia, conectado com outros órgãos em âmbito nacional. O fato é que o governador Antônio Carlos Magalhães deixou claro para os estudantes presentes que “O Estado não deseja fazer repressão de qualquer espécie”. (Jornal da Bahia, 19 de maio de 1979; p.3)

Por mais que represente um ato político, em certa medida “isolado”, a postura de ACM em destacar o uso da gravata vermelha, bem como a de “diálogo”, podemos inferir um direcionamento consonante com o momento político no Brasil no final da década de 1970, iniciada com a política de distensão em 1977 durante o governo Geisel e seguida da abertura política, 1980, arquitetada pelo Golbery e colocada em prática por Figueiredo. Tais políticas indicam que as forças repressivas que ocupavam o poder desde o golpe em 31 de março de 1964 vinham perdendo força e legitimidade, acumulando crises no âmbito da economia, e também marcadas por rastros de perseguição e sangue aos seus opositores. Provocaram descontentamentos, até mesmo em setores que outrora havia apoiado o golpe e o regime, permitindo um ambiente de discordância amplo e generalizado. Essa conjuntura mais ampla dos rumos da política no Brasil nos ajuda a pensar e problematizar tanto o fortalecimento do ME, e a decisão política de reconstrução da União Nacional dos Estudantes, como a própria atitude do ACM em estabelecer esse perfil de “diálogo” para com os estudantes.

Ainda na reunião, o governador deu garantia pessoal que não haveria nenhum tipo de ato repressivo a “reunião” estudantil. Esse termo “reunião” era utilizado de forma recorrente pelo ACM, enquanto tática para não se indispor com setores dentro do governo estadual e federal que eram contrários a realização do Congresso. O objetivo era evitar o desgaste ao referendar abertamente a reconstrução da UNE. ACM evitava remeter a palavra “Congresso”, e declarava para a imprensa do período que não estava apoiando

um evento para reorganização da UNE, mas sim, que estava cedendo o espaço, apenas, para uma “reunião” de estudantes.

A imprensa⁶⁵ deu ampla cobertura e repercussão a reunião entre estudantes e o governador. Na primeira reunião, os jornalistas foram convidados a entrar na sala, isso após o fim das conversas que durou aproximadamente uma hora. O Jornal Correio da Bahia que compunha ao grupo da Rede Bahia, ligados diretamente ao grupo político do governador, enfatizou muito a postura de “diálogo” de ACM, demonstrando uma concepção mais “aberta” e “cordial”. Claramente o Correio da Bahia tentava capitalizar o apoio do ACM ao Congresso de forma a forjar o ser político nos mantos da “democracia” e do “diálogo”. Predicados fortemente aclamados pela sociedade durante o período de transição política no final na década de 1970 e início da década de 1980.

Pela expressão descontraída do Governador e dos estudantes, ficou claro que a reunião havia sido tranquila. Antônio Carlos cordialmente consultou os estudantes se eles preferiam falar primeiro sobre a reunião, mas Rui Cezar, do DCE, com a mesma cordialidade insistiu que fosse o governador. Sempre sorridente, Magalhães antes de falar da reunião, disse para o presidente do DCE que poderia estar de gravata verde, mas preferiu uma vermelha(risos). (Correio da Bahia, 19 de maio de 1979; p. 6)

Ainda na mesma matéria, o periódico contempla a fala ACM:

Tivemos uma reunião com eles (os estudantes) para tratar sobre o congresso. Houve de parte a parte interesse em encontrar um ponto de conciliação. Mas, ainda está indefinido o local porque estamos estudando as alternativas para que eles (os estudantes) possam se reunir com tranquilidade e sem nenhuma repressão e tomem as deliberações que acharem conveniente na reunião que pretendem realizar. (Correio da Bahia, 19 de maio de 1979; p. 6).

Por mais que o governador demonstrasse “disposição” a ceder o local para a realização do Congresso, era claro o seu objetivo de manter os estudantes longe do centro de Salvador. Haja vista que a Boca do Rio era pouco ocupada e habitada no período, e bastante afastada do centro urbano e social da cidade. Ceder o local para o Congresso nesse espaço, a nosso ver, foi estratégico, pois colocaria os estudantes num lugar ermo e isolado, dando pouca “visibilidade” a imprensa e a população, o que não geraria grande

⁶⁵ A imprensa a qual nos referimos são os jornais de grande circulação na Bahia durante o ano de 1979, composta por: Jornal da Bahia, Correio da Bahia, Jornal A Tarde, e Tribuna da Bahia. Acreditamos que em outros setores da mídia tenham repercutido a reunião entre Comissão pró-UNE e o governador ACM. Mas restringimos a análise apenas aos jornais citados.

repercussão. Além disso, numa eventual ação repressiva, haveria pouca condições de contato e mobilização de uma reação entre estudantes e sociedade soteropolitana.

A escolha do local onde o Congresso da UNE iria ser realizado foi alvo de intensos debates e discussões entre os estudantes, como também entre ME e o governo. Na análise estudantil, era central que o Congresso fosse realizado na Concha Acústica do Teatro Castro Alves, ou no Ginásio Antônio Balbino o “Balbininho”. Pois esses locais, ao contrário do Centro de Convenções localizado em um bairro recém criado e distante, se localizavam no centro da cidade. Era importante para o ME que o evento acontecesse no centro da cidade. Pois, além de dar visibilidade política, acreditando que tanto a população soteropolitana como a imprensa iria, inevitavelmente, se ambientar ao clima do evento, proporcionando aos estudantes uma espécie de “sensação de segurança”.

Ainda que o regime sinalizasse para uma moderada “flexibilização” para as movimentações estudantis dentro e fora da Bahia, imperava entre os estudantes o temor de serem alvos da ação repressiva do Estado. Eles, os estudantes, consideravam que sob a vista da população e da imprensa, qualquer atitude do regime nesse sentido seria mais “abrandada”, haja vista o acúmulo de desgastes, e perda de credibilidade com a opinião pública no período.

A Comissão pró-UNE se antecipava. Caso houvesse a negativa ou resistência por parte do poder político no sentido de realização do Congresso da UNE em Salvador, o ME havia sinalizado para duas saídas possíveis: a primeira possibilidade foi a de realizar um “congresso relâmpago” em pleno Campo Grande, praça localizada no centro urbano de Salvador. Caso essa alternativa fosse colocada em prática, o objetivo era reunir os delegados do congresso, e definir enquanto encaminhamento principal e deliberativo a reconstrução da UNE. E assim que o fizesse, se deflagraria extinta a reunião, e deixaria para um outro momento as decisões que definiriam os caminhos da UNE. Objetivo nessa tática era fundar a UNE, e evitar prisões de estudantes:

A gente já tinha preparado um plano alternativo pra realizar de uma forma, vamos dizer assim, mais rápida e menos estruturada o Congresso, de forma relâmpago. A gente pretendia fazer um Congresso relâmpago. E esse Congresso relâmpago não só consagraria a recriação da UNE, como também, provavelmente, porque a repressão certamente incidira sobre o movimento, poderia ser um ensejador de manifestações mais radicais no Brasil inteiro, inclusive aqui na Bahia. (Entrevista com Valdério Santos Silva, 2012; p.3)⁶⁶

⁶⁶ Valdério Santos Silva, nascido na cidade de Jequié/BA em 1950. Mudou-se para Salvador em 1973. Ingressando no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia em 1975, participando ativamente do ME e clandestinas através do PCdoB no mesmo ano. A que teve contato nos anos de 1973 e

Uma segunda possibilidade foi aventada, a de transferir o Congresso para cidade de Feira de Santana⁶⁷. Em coletiva concedida a imprensa, Rui Cesar cogitou essa possibilidade:

Caso não haja uma resposta do governador em relação a esses locais (Ginásio do Balbininho e Estádio da Fonte Nova), que, de acordo com as lideranças estudantis, são de mais fácil acesso e ocasionariam uma maior participação da classe no Congresso, amanhã será, divulgado nacionalmente o local escolhido pelos estudantes. Uma das alternativas citadas seria o Estádio Jóia da Princesa, em Feira de Santana, sugestão apresentada pelo prefeito emedebista Colbert Martins. (Jornal A Tarde, 21 de maio de 1979; p.2)

A posição do prefeito feirense Colbert Martins de receber o evento na cidade, caracteriza o apoio do MDB à realização do Congresso da UNE. Como também demonstra a preocupação da Comissão pró-UNE em se cercar ao máximo de alternativas para eventuais dificuldades para a realização do evento.

Naquele momento político era inevitável que ocorresse a realização do Congresso em Salvador, ainda que não houvesse o “apoio” do governador da Bahia. O fenômeno de fortalecimento político vivido pelo Movimento Estudantil o colocou numa situação de agente protagonistas do seus próprios rumos políticos. Em contraposição ao regime militar que vinha numa crescente rejeição por parte da sociedade. Portanto, ACM simplesmente teve a capacidade de realizar uma análise que compreendia esse processo, buscando a partir de uma postura mais aberta ao diálogo, capitalizar sua imagem positivamente frente à opinião pública.

O XXXI Congresso da UNE, o da reconstrução, seria realizado nos dias 29 e 30 de maio, tendo como palco a cidade de Salvador, capital da Bahia. Estado governado por Antônio Carlos Magalhães, dirigente da ARENA, sua realização é a prova de que o Estado militar não possuía condições de barrar o processo de reorganização do movimento social brasileiro, não tendo outra alternativa senão aceitá-lo, até como meio de limitar seu crescimento. (PEREIRA, 2006 p.153)

1975, antes do ingresso na UFBA. Em 1979, durante o Congresso da UNE, era um dos nomes fortes nas eleições para ocupar o cargo presidente do DCE. Era ligado ao agrupamento “Viração”, principal tendência do ME na Bahia.

⁶⁷ Feira de Santana é localizada 108km da capital Salvador, tendo a segunda maior população do estado da Bahia. No período, o prefeito de Feira de Santana era Colbert Martins do MDB. Partido que apoiava abertamente a refundação da UNE. Na oportunidade, o mesmo se ofereceu a cidade para abrigar a realização do Congresso caso houvesse a negativa do governador, ou do regime. A ideia é criar alternativas para que o projeto de reconstrução da UNE não falhasse.

O caráter ainda que controvertido do poder político de ACM, estruturado até em então num sistema político baseado no autoritarismo da direita, demonstra a mudança de atitude de ACM face às transformações dos rumos políticos na Bahia e no Brasil. Essa postura de diálogo por parte do ACM com os estudantes, também se estendeu para os outros grupos, com vista a projetá-lo enquanto uma das principais lideranças política na Bahia entre as décadas de 1970 e a primeira década do século XXI. Posicionamento que forjou a imagem de ACM como “democrático”, especialmente dentro de suas bases aliadas locais, estaduais e federais. O mito do carlismo foi amplamente difundido e fortalecido posteriormente pela mídia baiana, cujo maior gestor financeiro sempre esteve nas mãos da família Magalhães. (RUBIM, 2001)

“As negociações entre Antônio Carlos Magalhães e os estudantes que procuram discutir a realização do congresso Pró-UNE chegam a um bom termo, como se sabe. De início, um céu nublado marcou o entendimento, mas o governador acabou por oferecer mais do que se esperava e, com isso, marcou pontos juntos à opinião pública, principalmente do Sul do país, que o vê como homem de diálogo aberto e disposto a contribuir com o clima de abertura para se chegar à ansiada democracia.” (Jornal A Tarde, 18 de maio de 1979, p.3)

No final da década de 1970, o tema da democracia política era amplamente aclamado pela sociedade. De todo modo, percebemos uma mudança de postura política por parte de ACM que busca a todo instante construir uma imagem de si a partir de uma construção escorada nos valores democrático. Mas tal posicionamento estava imbuído de limites, sendo que ainda vigorava a ditadura no Brasil que só viria se encerrar em 1985, a qual foi a base do poder político do ACM.

A rigor, é imprescindível destacar que Antônio Carlos Magalhães não mudou sua concepção político-ideológica ao longo de sua vida como homem público, mantendo sempre sua postura conservadora de tradição liberal. Na verdade, ocorreu uma atualização ou ajuste de seu discurso, já que o novo momento político do país exigia. Esse ajuste diz respeito à nova circunstância de ordem política que estava surgindo com o fim do regime, tornando ACM em um dos protagonistas políticos da contemporaneidade, inaugurada com o fim da Ditadura Militar. (DANTAS NETO, 2003)

O reconhecimento da União Nacional dos Estudantes foi um debate que circundou todas as esferas da sociedade. Enquanto setores mais progressistas da sociedade preconizavam a importância da UNE e a de legitimação política de sua reconstrução como

um resultado do processo de avanços, lutas e movimentações protagonizadas pelo ME. Concebiam o evento de Salvador como o Congresso de Reconstrução da UNE. Obstante a isso, setores mais endurecidos e reacionários do regime ou a ele ligado foram resistentes a conceber a refundação da UNE, a qual consideravam a entidade ilegal. O ME considerava que a decisão do regime em acabar com as leis 228 e 447, como também do Governo da Bahia em oferecer estrutura para o evento, era a expressão acabada de que o próprio Estado reconhecia a refundação da UNE. Ainda que, naquele momento, o ME não dependesse desse reconhecimento para reerguer sua entidade máxima. Compreendia que os ganhos de terreno político durante a década de 1979 por si só referendava a UNE.

ACM não concebia a realização do evento como “Congresso da UNE”. Como a UNE ainda estava na “ilegalidade”, não houve estranhamento por parte do ME na atitude mais recuada por parte do governador, haja vista as divergências dentro do próprio governo a respeito do congresso. ACM fazia questão de frisar em todas as entrevistas concedidas a imprensa a esse respeito que não estava cedendo para um congresso da UNE, mas sim, para uma reunião de estudantes. Esse discurso estava alinhado com o regime através do Ministro da Educação Eduardo Portella: “Trata-se de uma reunião de uma pretensa sociedade civil, sem nenhuma vinculação com o sistema universitário”. (Correio da Bahia, 16 de maio 1979, p.4)

Para os estudantes, a atitude por parte do governo de oferecer toda infraestrutura necessária para o evento, já era motivo para o reconhecimento do caráter legal da UNE, “O caráter ilegal da UNE desaparece, na prática, quando é cedido um local para a realização do congresso”. (Correio da Bahia, 22 de maio 1979, p.8) Contudo é importante frisar que os estudantes não concebiam o Centro de Convenções para a realização do 31º Congresso da UNE como uma concessão do governador, mas sim, enquanto uma conquista do Movimento Estudantil: “O importante, para nós, é que a atitude do Governo significa uma dádiva e sim uma conquista, prova patente do nosso nível de organização.” (Correio da Bahia, 22 de maio 1979, p.8)

ACM buscava se isentar da responsabilidade de “patrocinador da reconstrução”. Sempre que era aferido sobre o Congresso da UNE, o mesmo preferia se referir enquanto a uma “reunião de estudantes”, e não um Congresso da UNE. Como tática de não se indispor com setores mais conservadores da ARENA e do regime. Era improvável o desconhecimento de que a realização do evento estudantil se caracterizaria na verdade em Congresso de reconstrução da UNE, haja visto que tal posicionamento era amplamente divulgado pelos estudantes, pela sociedade e pela mídia, além de ser de conhecimento do

próprio regime. Esse fato simboliza o papel do ACM em quanto agente de uma suposta “democracia”, construindo sua imagem pessoal alinhada a essa perspectiva. Sem perder de vista os aspectos de “neutralidade” que evitaria desgastes com o regime, se isentando de posturas que poderiam ser encaradas como “comprometedora”.

Em torno das discussões sobre a realização do Congresso da UNE alguns temas centrais foram postos em pauta para negociação, tais como: local de realização, logística, segurança e alimentação. O tema do local de realização do evento dominou as discussões na primeira reunião. Os representantes estudantis encaminharam as propostas de realização no estádio da Fonte Nova; Ginásio Antônio Balbino, o “Balbininho”; ou na Concha Acústica do Teatro Castro Alves. Argumentando problemas de agenda para não ceder a Concha Acústica, a reforma do Balbininho, e, também, um jogo na Fonte Nova no dia do congresso, ACM lançou a proposta de ser no Centro de Convenções da Bahia, sendo que este ainda estava em fase final de construção, e as obras ainda não haviam sido concluídas. ACM se escorava no argumento de que a presença dos estudantes e dos ônibus das delegações no centro de Salvador poderia atrapalhar a rotina normal da cidade. A indicação do Centro de Convenções da Bahia foi a solução apresentada pelo ACM, mesmo apresentando vários problemas estruturais face o não término das obras, que por sinal viria ser inaugurado com a realização do Congresso da UNE.

Na segunda reunião entre governador e comissão pró-UNE, no dia 19 de maio de 1979, ficou definido que a realização do congresso se daria no recém construído Centro de Convenções da Bahia⁶⁸, localizado no bairro da Boca do Rio em Salvador, que ainda se encontrava em final de obras. O ginásio do Balbininho e a Concha Acústica do Teatro Castro Alves foram descartados pelo governador, argumentando que o primeiro estaria em obras de reforma, e o segundo haveria programação definida para a data, e não poderia

⁶⁸ O Centro de Convenções da Bahia teve suas obras iniciadas durante o governo de Roberto Figueira Santos, tendo como propósito inicial criar um novo polo turístico na capital baiana durante a baixa estação, que se estendia durante os meses de maio a outubro, em virtude do período do outono e inverno no hemisfério sul. O objetivo era que através do Centro de Convenções, Salvador conseguisse capitalizar eventos, tais como: congressos, feiras, simpósios, exposições, convenções entre outros. No final do seu mandato Roberto Figueira Santos chegou a fazer a inauguração do prédio que, ainda, não haviam sido concluídas as obras. Como forma de não transferir para seu sucessor Antônio Carlos Magalhães a chance de inaugura-lo. O Centro de Convenções foi construído numa área de 270 mil metros quadrados, situado entre o bairro do Stiep e a Orla Marítima, com acesso pela Av. Luís Vianna Filho (Paralela) e Otávio Mangabeira. Entre suas dependências, encontra-se um auditório para 2500 pessoas, dois outros auditórios médios, quatro pequenos, e quinze salas de reuniões de comissões. Todos os auditórios estavam equipados com sistema de som, de projeção de filmes e de audiovisuais. Para o atendimento dos congressistas haviam dois restaurantes, bar, salão de café etc.

ser cancelado por questões burocráticas. O Estádio da Fonte Nova, teria rodada do campeonato baiano por isso não foi cedido.



Centro de Convenções da Bahia, mesmo com as obras ainda inacabadas, sediou foi a sede do 31º Congresso da UNE em 1979.
Fonte: Tribuna da Bahia, 22 de maio de 1979.

Para além da discussão sobre o local de realização do Congresso, Antônio Carlos Magalhães se comprometeu em oferecer toda infraestrutura para o congresso da UNE em Salvador, tais como: ônibus para o trânsito de estudantes, como também alimentação. Fato que causou estranheza por parte dos estudantes e do movimento estudantil dentro e fora do Estado, haja vista que imperava a ideia de que ACM era um governador ligado ao regime militar, e que intensões estavam por trás de sua postura tão cordial para com os estudantes, e solicita para coma realização do evento. Percebemos sua postura controvertida no momento de que por trás da proposta em oferecer condições para a realização do “Congresso” na cidade, houve a proposta em estabelecer a “segurança” dos estudantes durante o evento. Essa questão se apresenta de forma dúbia, pois ao mesmo tempo em que “protegia” os estudantes, estava posto a reprimir se caso fizesse necessário, mesmo declarando abertamente que não haveria repressão ao Congresso. A saída encontrada pela Comissão pró-UNE e governador foi a de criar uma Comissão Mista de Segurança. Essa comissão seria compostas por policiais a paisana e estudantes. Essa comissão funcionou durante os dias que antecederam e durante o Congresso.

O diário Correio da Bahia, jornal ligado ou grupo de ACM, ressaltou a promessa de não repressão aos estudantes durante o congresso no Centro de Convenções, e ainda exaltando o fato do governador oferecer toda infraestrutura para o evento:

A escolha foi decidida no fim da tarde de ontem, após o governador do Estado ter informado ao presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) UFBA, a impossibilidade de realização do congresso na Concha

Acústica ou no Balbininho, como desejavam os universitários baianos. Por outro lado, o governo fornecerá toda infra-estrutura indispensável para o congresso e garantiu que não haverá qualquer policial – mesmo a paisana – no local. Vinte ônibus também estarão a disposição para o transporte da cidade para o Centro de Convenções. (Correio da Bahia, 22 de maio de 1979, p. 2)

Mesmo com o apoio ao Congresso, ACM não foi poupado de críticas por parte de algumas tendências do ME. Durante a realização do Congresso houve a manifestação de concorrentes do Movimento Estudantil, Diretório Estadual dos Estudantes (DEE) e também da Federação Livre dos Estudantes (FLE), ambas do Rio Grande do Sul. A primeira e reconhecida pelo decreto 288 sendo ligada diretamente ao MEC, ou seja, a única legalizada a se apresentar no Congresso, e a segunda de extrema-esquerda. A FLE e a DEE não pouparam ataques a UNE e ao ACM, através de faixas e panfletos criticando o processo de construção do congresso e também os rumos nas discussões:

A reconstrução da UNE está sendo feita de forma infeliz. Primeiro num cálido mês das noivas, das mães, nesta aprazível cidade-turismo criada pelo capitalismo nacional, Salvador. Centro de Convenções, governo Antônio Carlos Magalhães, vinte ônibus cedidos por este último que de fato (não de direito) é patrono da UNE. (BAHIA, 1997 p. 322).

Nos rumos da política na Bahia ACM sempre agiu de forma firme, com postura que mostravam sua posição de se adequar as situações que se apresentavam. No final dos 1970, quando se avançava a transição democrática, ACM assumiu o comando dos quadros da ARENA e da administração do estado, firmando-se de modo irrevogável. Durante o segundo mandato de governador, atuando no momento em que se tornavam mais complexas as partilhas de uma conjuntura política enfraquecida pela crise de legitimidade do regime que apoiava, ACM assume uma postura de defesa da democrática, sintonizado ao tempo de abertura democrática e neoliberal que se firmava. (DANTAS NETO, 2003)

É notório o empenho de ACM pelo poder político, sua relação com os governos militares sempre lhe garantiram muitas conquistas políticas e pessoais. Por um lado, ele próprio vangloriava-se desse trânsito fácil em Brasília, como um trunfo para a aquisição de recursos para implementar as políticas públicas na Bahia. Por outro, utilizava-se desse poder de influência no meio militar para destruir adversários e, também, para reunir em torno de si, um grupo econômico e político forte, capaz de dar sustentação aos seus projetos coletivos e individuais.

Na Assembleia Legislativa da Bahia houve um intenso debate acerca da postura de ACM enquanto governador, seja com a política estadual propriamente dita, como também seu posicionamento frente aos vários outros setores da sociedade. No caso do congresso de reconstrução da UNE, houveram divergências por parte dos deputados seja da ARENA e do MDB. Os arenistas buscavam exaltar a figura do ACM como “liderança democrática na Bahia”, e não era incomum compara-lo a figura do então presidente da república João Figueiredo, principalmente para exaltar o discurso presidencial de “caminhos para a democracia” através da política de “abertura lenta, segura e gradual”.

Os arenistas argumentavam que o governo da Bahia estava em total alinhamento com o governo federal na retomada da democracia no Brasil, e que ACM estava pondo a Bahia nos caminhos desse processo. Obstante a essa perspectiva, os emedebistas tentavam exaltar a própria força dos estudantes como forma de forçar o governo a ceder aos pleitos para realização do Congresso. Contudo, alguns deputados tanto da ARENA como do MDB reconheciam o papel de ACM no sentido de apoiar o Congresso. No primeiro dia de realização do Congresso da UNE em Salvador, Domingos Leonelli discursou da tribuna da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), exaltando a importância da realização do Congresso da UNE na cidade, não poupando críticas a ARENA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a cidade de Salvador está assistindo uma das importantes manifestações dos últimos anos. Hoje, pela manhã, quem quisesse, quem tivesse autonomia e liberdade, quem tivesse independência, poderia ter assistido um grande espetáculo cívico. Se essa casa conseguisse, ao menos, acompanhar a iniciativa do Sr. Governador do Estado, se esta casa não manifestasse, apenas, subserviência através da maioria do ARENA, aqui, mas se conseguisse andar, passo a passo, com a sensibilidade do Sr. Governador do Estado, que merece, hoje, aplausos do Brasil por ter possibilitado, por ter facilitado a realização do 31º Congresso da UNE. (Diário Oficial da Assembleia Legislativa da Bahia, 7 e 8 de Julho de 1979, p.39)

Leonelli continua, e buscar ressaltar o aspecto simbólico do Congresso. Que passou a inferir sentido ao Centro de Convenções da Bahia, que naquela época era alvo de fortes críticas por parte de alguns deputados do MDB, que consideravam que houve desprendimento de recursos públicos desnecessário para a construção do mesmo, concebendo como um “elefante branco”:

Se os Srs. Deputados desta Assembleia, da ARENA, tivesse comparecido, hoje, ao Centro de Convenções, um elefante branco que, de repente, ganhou sentido, teriam assistido, teriam verificado o quanto este Brasil perdeu de vigor, de beleza, de contribuição política, nesses últimos 15 anos. (Diário Oficial da Assembleia Legislativa da Bahia, 7 e 8 de Julho de 1979, p.39)

Naomar Alcântara, então deputado pela ARENA, rebate as críticas proferidas pelo Domingos Leonelli, exaltando a figura de ACM no processo de construção do Congresso da UNE, considerando o governador como “grande líder nacional” e um “democrata”:

Em nome da minha bancada, bancada da ARENA, esse ato de justiça que V.Exa. faz a S. Exa, o governador Antônio Carlos Magalhães, sem dúvida nenhuma um grande líder nacional, um democrata que, na medida do possível, tem concorrido, para que aqui, na Bahia, ainda seguindo os trâmites velhos da história, seja a Bahia pioneira nas liberdades democráticas e na possibilidade de surgimento de novas lideranças. (Diário Oficial da Assembleia Legislativa da Bahia, 7 e 8 de Julho de 1979, p.39)

O deputado emedebista corrobora com a fala do Naomar Alcântara no que tange ao papel importante do governador no processo de construção do Congresso, no sentido de oferecer condições para realização do mesmo. Ressalta também o momento emblemático do ressurgimento da UNE através do seu 31º Congresso a que considera enquanto “grande festa de luta e patriotismo”. E que o ME demonstrou “maturidade” no processo de construção de um evento que preconizasse a democracia:

Grande líder democrático”, fica por minha conta e assumo, realmente, a justiça que deve ser feita a essa atitude do Sr. Governador. (...) se esta Casa tivesse condições de independência para atender o Requerimento que fiz e mandasse, como representante do Poder Legislativo, uma comissão de Deputados ao Centro de Convenções, teria assistido uma grande festa de luta e patriotismo. Os estudantes brasileiros, que hoje se reúnem no seu 31º Congresso da UNE, demonstraram, já na primeira reunião plenária, a sua maturidade, demonstraram a sua capacidade de fazer Democracia. E as vaias que aqui foram referidas de maneira generalizada e, como sempre, confusas pelos Deputados da ARENA, é preciso que seja esclarecido que, no Congresso da União Nacional dos Estudantes, também havia a participação da direita, através de uma representação do Rio Grande do Sul e que se unindo com a extrema direita, havia também alguns “gatos pingados” da ultra esquerda e que, juntos, extrema direita e extrema esquerda, em absoluta minoria, à grande maioria talvez de esquerda, mas com certeza democrática, realizaram democraticamente o direito de vaiar rápida e quase inaudivelmente alguns parlamentares do M.D.B. (Diário Oficial da Assembleia Legislativa da Bahia, 7 e 8 de Julho de 1979, p. 39)

Domingos Leonelli também comenta acerca das vaias que os deputados emedebistas sofreram dos estudantes representantes dos Diretórios Estaduais dos Estudantes e da Federação Livre dos Estudantes ambas do Rio Grande do Sul. Considerando que além desses grupos se constituírem enquanto minorias frente ao restante da massa estudantil, por suas posições extremadas, as vaias simbolizaram a manifestação livre e democrática a que o Congresso da UNE estava se configurando. Complementa que ao contrário das vaias dos extremistas, o MDB foi recebido com aplausos pela grande maioria dos estudantes. E acusa a direita pelos ataques ao MDB, ao ME e a UNE. Argumentando que as ações da direita através do Estado não pode mais atacar violentamente os seus opositores, e que, por isso, mudou suas formas de atuações e práticas com fins de atacar a oposição:

Na verdade, Sr. Presidente, a grande maioria dos estudantes recebeu e agradeceu a presença dos democratas, dos parlamentares democráticos que lá estiveram, e aplaudiram entusiasmamente o M.D.B., no 31º Congresso da UNE. E ficou claro que a provação que a direita, que, neste País, já não pode prender nem arrebentar, já não pode torturar, prender e cometer violência, como cometia antes, já hoje muda de tática e joga em todo o território nacional, em São Paulo e aqui, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, um folhetim bem ao estilo IBADE, que elegeu tantos parlamentares, que hoje estão na ARENA, que elegeu tantos ditos democratas de antigamente. A provocação de direita hoje nova forma, e, além de distribuir folhetos mal feitos, embora caros, depredação cara, porque é uma tricomia, além disto, andaram pichando os carros e pichando as ruas, com UNE e P.C.B. Na verdade, não creio que nem o Partido Comunista Brasileiro, nem a UNE, se interessem a andar juntas nesse instante. E fica claro que essas provocações da direita, da direita reacionária, financiada pelo capital estrangeiro, como sempre, dirigida e inspirada pela C.I.A., não encontra acolhida na grande maioria do movimento estudantil. (Diário Oficial da Assembleia Legislativa da Bahia, 7 e 8 de Julho de 1979, p. 39)

Leonelli salienta uma questão importante. Carros e paredes de comércios e casas em Salvador foram pichadas com as siglas “UNE” e “PCB”. Compreendemos que esses atos não foi praticado por estudantes realmente engajados com o processo de reconstrução da UNE, haja vista a aproximação do ME coma sociedade soteropolitana. E do apoio reciproco de ambas. A deliberação da Comissão pró-UNE foi a de fazer divulgação do Congresso apenas paredes isoladas ou tapumes de construções, e nunca com a sigla “UNE-PCB”. Até porque, por mais que existisse a presença de agrupamentos esquerdistas no ME, e os mesmos disputassem hegemonia no interior do ME, era consenso o respeito

mútuo, e, principalmente, o respeito com a UNE entre os estudantes. Esse fato revela que existiam grupos que não estavam satisfeitos ou contentes com o ressurgimento da UNE e que, através desses atos de depredação, buscava desgastar a imagem dos estudantes e da entidade estudantil frente a opinião pública. Ou ações de grupos ligados ao ME que não estavam comprometidos diretamente com o processo de reconstrução da UNE.

Carros, vitrines, paredes e muros apareceram riscados e pichados, ontem, com palavras de ordem pela reconstrução da UNE. Embora o presidente do DCE da UFBA, Rui César, tenha informado que a diretoria da Comissão de divulgação foi para, apenas, fazer pichações em muros isolados e em tapumes de construções e nunca com slogans do tipo “UNE-PCB”, não nos responsabilizamos por eles, comenta-se que as frases teriam sido escritas por dirigentes estudantis. No Rio de Janeiro, chegaram a distribuir panfletos coloridos com a foice e o martelo e com a frase do tipo “A UNE somos nós: salve Partido Comunista Brasileiro”. Um deles pede colaboração para a UNE, trazendo a bandeira da União Nacional dos Estudantes, em vermelho, e uma bandeira brasileira com suas cores, e que tem a foice e o martelo no lugar do círculo da “Ordem e Progresso”. Esse comportamento vem prejudicando e tornando antipático o movimento em vários setores da população. (Jornal A Tarde, 26 de maio de 1979, p.03)

Tais repercussões só serão possíveis de compreensão se analisarmos as principais tendências políticas presentes no ME e atuantes durante o Congresso como expressão democrática de construção de um lastro importante na luta pela redemocratização do país.

AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

As principais tendências ou segmentos políticos do ME surgiram a partir de 1975 com os avanços das ações e mobilizações estudantis. Esse fenômeno esteve diretamente atrelado com a reinserção de organizações clandestinas de esquerda no interior do ME, principalmente após o recrudescimento do regime após 1968.

No início desse trabalho contextualizamos o avanço das lutas estudantis na Bahia durante a década de 1970. Explicamos como se deu o ajuste da sua agenda política no momento em que o ME ganhava mais força. Ainda, direta ou indiretamente, os partidos e demais organizações clandestinas de esquerda acabaram influenciando as movimentações no período, ofertando, de certo modo, maturidade política e organizativa ao ME.

Essa presença das orientações da esquerda clandestina acabou por segmentar o ME, transpondo suas organizações institucionalizadas, DAs, CAs e DCEs, criando

dispositivos mais amplos de coordenação política, reconhecidas pelo movimento como tendências.

Essas tendências políticas presentes no ME serviram de guarda-chuva para a atuação de partidos e organizações de esquerda, como o PCdoB, PCB, Libelu, AP. Através delas, seus militantes inseriam suas plataformas de ação, pautando e orquestrando as ações estudantis. Criaram laços de aliança entre os diferentes Diretórios, Centros Acadêmicos e DCEs de diferentes universidades em torno de agendas comuns.

No 31º Congresso da UNE muitas dessas tendências do ME estavam presentes, acabando por fazer arcos de alianças bastante pluralizados e heterogêneos, ainda que muitas delas apresentassem pautas comuns. As disputas muitas vezes restringiam-se ao campo do método da ação política, ou seja, quanto às formas de condução do movimento, encaminhamentos, prioridade de lutas e, sobretudo, na análise de conjuntura e alinhamento dos estudantes.⁶⁹ Variavam do ponto de vista hegemônico e ideológico na atuação política de acordo com a sua região, cidade ou universidade. Mesmo sendo grupos comuns ou similares, se apresentavam com nomenclaturas próprias a partir do local de origem, como por exemplo: as tendências **Caminhando e Viração**, ambas atuavam a partir de orientações do PCdoB, e eram hegemônicas em suas regiões. A Caminhando em especial não gostavam de se ver enquanto “tendências” do ME, mas sim, preferia a condição de “corrente política”. No entanto, é inegável que tanto a Caminhando como a Viração foram os principais agrupamentos no que tange a hegemonia no interior do ME, estavam ligados, principalmente a UEE Paulista como ao DCE/UFBA. Alinhados com eles, haviam as tendências Unidade do Rio Grande do Sul, Debate e Ação de Brasília, e também os DCEs de Londrina e do Pará. As principais teses defendidas por Caminhando e Viração, sob forte influência do Partido Comunista do Brasil, era a defesa da anistia, por liberdades democráticas, bem como a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Ambas as tendências surgem no processo de reestruturação dos DCEs da USP e UFBA respectivamente, em meado da década de 1970.

Do ponto de vista da agenda política, essas tendências não destoam programaticamente de outros agrupamentos e tendências do ME, exceto por questões de ordem metodológica como aponta Rui Cesar Costa Silva em entrevista concedida durante

⁶⁹ Ver: MÜLLER, Angélica. **A resistência do Movimento Estudantil Brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969 – 1979)**, 2010. Tese de Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.95-129

o Congresso a revista História Imediata com o tema “A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador”, publicada no Caderno Especial Nº5 em 1979, o então presidente do DCE/UFBA fala da tendência Viração comparativamente a outras tendências na Bahia, Novação e Sangue Novo:

As 3 defendem anistia, liberdades democráticas e constituinte. Existe muitas diferenças sim em termos de método de trabalho, de como encaminhar a consulta aos estudantes, o trabalho do dia-a-dia, nas formas de pesquisar as opiniões gerais, enfim, a forma de fazer com que os colegas venham deliberar efetivamente, tomando parte nas decisões e, inclusive, participar das ações. (Rui Cesar Costa Silva apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.67-68)

No que tange ao agrupamento Caminhando, que fazia parte da União dos Estudantes de São Paulo, que mesmo próximo a Viração na Bahia, não se enxergava enquanto uma corrente política nacional. Essa perspectiva era compreendida por Celso Máximo Figueiredo, diretor da UEE-SP e membro da Caminhando:

Depois de concorrer às eleições como uma plataforma política com nome Caminhando, o grupo continuou atuando em várias escolas, mantendo grupos Caminhando e o nome do grupo na escola. Depois de um certo tempo, chegamos à conclusão de que isso é um grave erro, porque na verdade estava se formando um partido estudantil, que tinha subpartidinhos nas diversas escolas. (Celso Figueiredo Máximo Figueiredo apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.68)

A auto-avaliação do agrupamento estudantil “Caminhando”, evidenciado a partir da fala do Celso Figueiredo, aponta para aspectos a qual a tendência estava assumindo uma condição até então nova no interior no ME, ou seja, se colocando quase na condição de como ele mesmo coloca de “partido estudantil”. Essa realidade não se restringia a São Paulo e muito menos a Caminhando. Na medida em que essas tendências em diferentes lugares do Brasil passaram capitalizar a participação de um maior número de estudantes e entidades do ME, passando a assumir características diferentes dentro do ponto de vista organizativo. As bandeiras, pautas, e demandas dos estudantes se expressavam não mais apenas através dos DAs, CAs, e DCEs, mas também a partir das tendências do ME. Definidas enquanto grandes estruturas representativas dos Estudantes passaram a assumir feições militantes bastante claras, não estando alheias a orientações partidárias, muito

pelo contrário, suas lideranças estavam direta ou indiretamente ligadas a partidos políticos.

Nesse sentido, Celso Figueiredo aponta a leitura de que as tendências estavam se afastando das bases, e assumindo feições bem peculiares, levando a Caminhando a uma posição de autocrítica, direcionando suas ações políticas novamente para o meio estudantil propriamente dito, não deixando de preconizar lutas mais amplas com outros setores sociais:

E isso não deve acontecer, porque estávamos afastando os estudantes de uma prática política mais correta. Não é que acabou Caminhando, volatizou-se feito cânfora, não é isso, só que a gente, enquanto corrente política, prefere buscar outras formas de atuação nas entidades, trabalhando com todos, quer se esteja ou não a fim de um rótulo político. Ainda mais num país como este, com uma ditadura destas, não sei se é o caso de sair por aí assumindo matrizes políticas muito claras e definidas. (Celso Figueiredo Máximo Figueiredo apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.68)

Celso Figueiredo complementa evidenciando o sentido principal do ME naquele contexto:

Que é de aliar, organizar os estudantes, aliando-se com todas as forças democráticas da sociedade contra o inimigo comum que a gente tem hoje que é o regime ditatorial fascista. Nós não temos restrição, não temos medo de contaminação ideológica. Fazemos unidade com todos os setores democráticos em cima de programa mínimo, no qual somos, aí sim, intransigentes: anistia ampla, geral e irrestrita; constituinte livre, democrática e soberana; liberdade sindical e partidária o mais breve possível, e a revogação de todos os atos e leis repressivas. O grande divisor de águas é quem é contra ou não a ditadura. (Celso Figueiredo Máximo Figueiredo apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.68)

A partir de uma leitura dicotomizada entre que apoia ou não o regime, Celso Figueiredo aponta a característica principal do que prefere chamar de “corrente política”, enquanto organização que tem o papel fundamental de fazer a unidade entre os diferentes setores dos Movimentos Sociais que, naquele momento, defendiam bandeiras unificadas que colocaria o Brasil no trilho da democracia, ou seja, na defesa da anistia, das liberdades democráticas, da constituinte, entre outras. Tais demandas se constituíam no principal arco de aliança entre os diferentes segmentos sociais, funcionando como elemento aglutinador e catalisador de lutas mais amplas.

As tendências “**Refazendo**” e “**Nova Ação**” eram compostas por agrupamentos estudantis ligados a Ação Popular Marxista Leninista (APML), Movimento Revolucionário oito de outubro (MR-8) e Aliança Libertadora Nacional (ALN). Na Bahia e Rio de Janeiro se apresentavam enquanto “Nova Ação”, e em Minas Gerais através da tendência “Liberdade”. Em São Paulo a tendência “Refazendo” compôs conjuntamente com a “Caminhando” e a “Novo Rumo” os quadros da diretoria da UEE/SP em 1979. A “Refazendo” surge durante o processo de reorganização do DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme da Universidade de São Paulo em 1975, sendo a chapa vencedora na primeira eleição da entidade em 1976. Perdendo a eleição no ano posterior para a tendência “Liberdade e Luta”. (MULLER, 2010: p.112-115) Em declaração a Revista História Imediata Nº5 em 1979, Arnaldo Calil Jardim então diretor da UEE paulistana, aponta que:

Ponto básico da diretoria do Grupo Refazendo, ao surgir, era a defesa de um movimento estudantil de base, alicerçado nas entidades de base, na defesa das lutas por melhores condições de ensino e por liberdades de organização e expressão. (Arnaldo Calil Jardim apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.68)

Em 1977 a tendência “Refazendo” não requisitava para si a demanda por “Constituinte”, a qual considerava que o ME não demonstrava maturidade política e unificação necessária para encampar uma luta dessa natureza. No final da década de 1970, e durante a realização do Congresso de Salvador, houve uma mudança de posicionamento por parte das suas lideranças, passando a compreender tal posicionamento enquanto “erro político” do grupo. Arnaldo Jardim argumenta que essa mudança decorreu a partir de uma compreensão mais consolidada do entendimento da “luta antitadura”, que na leitura dele, no início era completamente diluída. Complementa ainda que a “Refazendo” passou a assumir em sua agenda a palavra de ordem “Pelos Liberdades Democráticas” que até então não constava na carta-programa por não considerar um marco decisivo para as rupturas necessárias que levariam as mudanças na sociedade. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.67-68)

No jogo político das alianças entre os grupos, a tendência “Refazendo” compôs seu arco aliança com a “Nova Ação” e a “Liberdade”, que era fundamentada pelo esteio de uma plataforma política orientada pela APML, ALN e MR-8. Ainda que, nas disputas

pela UEE/SP tenha composto com a “Caminhando” e a “Novo Rumo”, PCdoB e Convergência Socialista, respectivamente.

A leitura e compreensão de como a “Refazendo” preconizava enquanto atuação política dos estudantes e do ME pode ser aferida nas declarações de Arnaldo Jardim:

A gente – explica Arnaldo – não tem uma visão comum sobre a luta antiditadura ou sobre a luta educacional. Nós concordamos que a nossa luta no ensino deve servir pro rumo da democratização da universidade. A educação não deve ser privilégio de uma minoria. O acesso à universidade deve ser permitido à maioria da população. Além disso, consideramos que a deliberação, dentro da universidade, deve ser essencialmente democrática, garantindo a participação de professores, alunos e funcionários e população. Condenamos o ensino tecnicista servindo à adaptação da tecnologia estrangeira e defendemos um ensino que leve em conta a habitação popular, o saneamento básico, a medida preventiva, enfim, e que seja realmente necessidade da população. (Arnaldo Calil Jardim apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.68)

Em análise, na leitura do Arnaldo Jardim, “Refazendo”, “Nova Ação” e “Liberdade”, preconizavam a luta por democracia dentro das estruturas da universidade enquanto elemento fundamental. A qual, em perspectiva, tornaria uma universidade menos elitista e mais participativa. Não obstante a essa questão, aponta para plataformas de lutas “habitação popular e saneamento básico” que não são agendas originárias do ME, mas incorporadas, como forma de agregar outros agentes sociais às movimentações políticas. Acreditavam ser papel do ME articular com os trabalhadores, sendo estes também alvos do processo de exploração gerado pelo sistema capitalista. Juntos, instituiriam um novo regime fundado no princípio da liberdade, e sob o qual possibilitaria aos trabalhadores construir e usufruir do seu próprio mundo:

Os estudantes têm, objetivamente, uma unidade com os outros setores em termos de seus interesses: a luta contra o regime da repressão e de exploração, onde o capital é que dita as regras. Onde o trabalhador, aquele que executa, que constrói e produz não tem nada mais do que sua sobrevivência garantida. Os frutos de seu trabalho são usufruídos por uma minoria da população. (Arnaldo Calil Jardim apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.69)

Nesse sentido, os agrupamentos estudantis que constituíram em tendências ligadas a APML, MR-8 e ALN, no final da década de 1970, estavam interessados numa unificação com os trabalhadores. Preconizando a defesa das liberdades democráticas, garantias de melhoria da qualidade de vida da população, e a extinção do aparato

repressivo construído pelo regime através de um novo governo, fundado numa nova constituição.

Um governo, por exemplo, que convoque uma assembleia constituinte, que garanta a liberdade de os setores populares construírem uma nova ordem social, política e econômica. Por esse governo a gente vai lutar. Esse governo vai surgir fruto da união do povo, no combate à ditadura, no combate às péssimas condições de vida e pela liberdade de organização e manifestação. (Arnaldo Calil Jardim apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.69)

As tendências “Nova Ação”, “Refazendo” e “Independência” criticavam duramente o processo de abertura orquestrado pelo presidente Figueiredo. Consideram que o processo de abertura foi realizado através da pressão e da ação do povo, através de greves operárias e de estudantes quando reorganizam a UNE. Ainda que esses eventos sejam compreendidos como “ilegais” pelo regime, o seu papel foi mais forte e eficaz no combate à ditadura que não teve outra saída senão a de arquitetar uma transição ao seu molde. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.69)

As tendências “**Centelha**” e “**Ponteio**”, sendo a primeira ligada a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a segunda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ambas sob influência trotskista, tendo bastante presença e forte atuação no ME em seus estados, resultando na eleição das mesmas para os DCEs de suas respectivas universidades em 1979. Elas são acompanhadas programaticamente por outras tendências, tais como: “Andança” e “Organizando” no Rio de Janeiro, como também de “Participação” de Juiz de Fora em Minas Gerais. No Congresso da UNE, essas correntes se aglutinaram para formar a corrente política denominada “Democracia Socialista”. (MULLER, 2010: p.119) Os seus respectivos delegados saíram satisfeitos de Salvador depois de suas propostas, em grande parte, terem sido contempladas nos encaminhamentos finais na plenária do Congresso. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.70)

Em declaração à Revista História Imediata, Luiz Marques, então presidente do DCE da UFRGS, aponta as principais características da organização estudantil e sua compreensão acerca da luta política. Dicotomiza tal qual a “Caminhando” a trincheira da luta política, ou seja, de um lado quem defende o regime e do outro quem luta contra ele. Aproveitando a oportunidade para tecer críticas a outras tendências e organizações estudantis a qual discordava no período, a exemplo: do Diretório Estadual dos Estudantes

do Rio Grande do Sul, que era de influências direitistas, erguida sobre os preceitos das leis 477 e 228; e de “Unidade”, tendência ligada ao Partido Comunista Brasileiro:

O movimento estudantil do Rio Grande do Sul está se polarizado, como de resto nos outros Estados brasileiros hoje. Colocando de um lado quem defende claramente a luta contra a ditadura e a luta contra o sistema de exploração, e colocando, de outro lado, aqueles que nem defendem o fim da ditadura, da ditadura militar, como os pelegos do Diretório Estadual dos Estudantes, ou como Unidade, uma tendência, por princípios esquerda, que defendem apenas o fim da ditadura militar, não vendo que não se pode lutar contra a ditadura, sem ao mesmo tempo estar lutando pelo fim do sistema de exploração. Do contrário caímos na ilusão dos liberais que é a de supor que depois da ditadura virá um Estado de direito. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.70-71)

“Ponteiro” defende a democratização das instituições universitárias, aproximando-se, em perspectiva, das tendências “Refazendo”, “Nova Ação” e “Liberdade” que compartilhavam enquanto principal agenda a democratização intra-universidade. Acreditando que a articulação entre estudantes e professores poderia avançar substancialmente no sentido alcançar essa democratização.

Não obstante a essa questão, “Ponteiro” considera que as movimentações estudantis fora dos muros universitários seria fundamental para auxiliar às lutas dos setores oprimidos da sociedade, em especial a classe trabalhadora. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.70-71)

Em Minas Gerais a tendência “Centelha” compartilha da mesma leitura política e plataforma de luta de agrupamento “Ponteiro” se refletindo na aproximação desses agrupamentos, ambas compõe o arco de aliança que objetivavam a aproximação do ME com a classe trabalhadora na condição de “auxiliadora” das lutas, como também na agenda da democratização universitária no plano intra-universidade. Essa perspectiva se torna evidente na leitura de Lídia, estudante da Faculdade de Medicina da UFMG, membro da tendência “Centelha”, ao falar do ME em seu estado:

Esta democracia nas instâncias de decisão mostra como vai se ter uma direção concentrado o movimento, que coloca para a gente o refazer da perspectiva, como a gente vai poder ser este movimento auxiliar, pois achamos que os estudantes devem contribuir com os outros setores na luta pela derrubada da ditadura, contra a opressão, contra a exploração. Mas o movimento estudantil não é carro-chefe de todas estas movimentações.

Dentro da Universidade ele tem um papel importantíssimo em buscar abrir a questão da democratização dentro da universidade, a questão do poder autoritário, por eleições diretas para os reitores, participação estudantil nos

órgãos universitário. (Lídia apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.70-71)

A tendência estudantil denominada “**Novo Rumo Socialista**” surge em São Paulo nos primeiros meses de 1978 como resultado da criação da Convergência Socialista. A “Novo Rumo” como é mais comumente conhecida, e referenciada dessa forma pelos estudantes no período, disputou as eleições do DCE/USP já em 1978. Participou do processo de refundação da UEE Paulista, compondo conjuntamente com as tendências “Refazendo” e “Caminhando” a chapa Construção, que foi a vitoriosa nas eleições. Os enraizamentos da “Novo Rumo” no ME se deu também nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul, Brasília e Pernambuco. No Rio de Janeiro acabou assumindo a denominação: “Ponto de Partida” que, depois de julho de 1979, acabou se configurando na nomenclatura de todos dos os agrupamentos que estivessem alinhados com a Convergência Socialista. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 71)

Em perspectiva, a “Novo Rumo” passou assumir uma posição de que, ao considerar que a entrada de novos setores sociais na luta política, tais como: trabalhadores, populares e oprimidos, acabou construindo uma atmosfera política a qual o ME assumiu posições estratégicas nas lutas. Ao que Fernando Peregrino, diretor da UEE/SP e integrante da “Novo Rumo”, considera enquanto uma “nova etapa de lutas”, enumerando alguns problemas de sua ação política.

Dentro dos interesses específicos dos estudantes dentro da Universidade, se coloca as principais lutas de combate a essa universidade imposta pelo regime e por todo esse sistema de exploração, que é o capitalismo, e em todas suas manifestações, que são a privatização, a rentabilização do ensino, feita à revelia dos interesses dos estudantes e dos trabalhadores, desde 64, e regulada em 68 pela Reforma Universitária, e do ponto de vista da sociedade, os estudantes hoje se encaixam em se definir mais claramente qual seu aliado preferencial no combate à ditadura e na resolução de seus problemas enquanto setor estudantil, enquanto setor explorado com o conjunto da população. (Fernando Peregrino apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 72)

O mesmo considera que o *locus* dos problemas que estavam colocados eram fundamentalmente o sistema capitalista e as estruturas do Estado ditatorial que fomentava esse capitalismo. Tal equívoco levava o ME e os outros setores sociais, então

considerados enquanto “explorados”, a se entrencharem conjuntamente para combaterem tais dificuldades.

Fernando Peregrino complementa sua fala considerando que o projeto político de conciliação implementado por Figueiredo preconizava os interesses da burguesia, tutelando a classe trabalhadora todos os ônus desse processo no âmbito econômico. Politicamente o projeto preconizaria a cooptação de setores oposicionistas ao regime, limitando suas ações e movimentações como no caso do ME e da UNE, em algumas situações impedindo sua reconstrução, tal como a criação de Comando Geral dos Trabalhadores (CGT):

Esse projeto político para nós tem dois aspectos: o aspecto mais econômico, que é a manutenção da política anti-inflacionária. É descarregando nas costas do trabalhador a inflação de seus salários, ou seja a diminuição constante de seu poder aquisitivo. De outro lado, do ponto de vista mais político, o projeto de cooptação dos setores oposicionistas, no qual se inclui a própria classe operária, com as aberturas, as meias-aberturas, as limitações de atuação dentro do Congresso, as limitação de formação de partidos, de organização de entidades livres, como no caso a própria UNE, impedimentos para sua construção e para a atuação, e, no caso dos trabalhadores, a CGT. (Fernando Peregrino apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 72)

“Novo Rumo” considera que a principal virtude do ME é o apoio de suas bases, ou seja, pela capacidade do coletivo estudantil compreender que a derrubada da ditadura e a implementação de um regime democrático depende de uma aliança direta de ampla com a classe trabalhadora e os setores explorados da sociedade. Não obstante a isso, “Novo Rumo” crítica as outras tendências do ME por não compreenderem esse momento político, considerando que existe uma “fraqueza nas análises”:

A nosso ver, não existe um entendimento unificado das direções do movimento estudantil sobre essa questão (projetos de Figueiredo). Existem diferentes correntes políticas e diferentes avaliações desse projeto. A nosso ver, passamos por um período inclusive de fraqueza em nossas análises, mas hoje ainda existem correntes que não se definiram claramente. (Fernando Peregrino apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 72)

Complementa:

Dizer que a ditadura militar permanece igual a 76, 77, de que ela não tem um projeto para sair dessa crise em que ela se encontra econômica e politicamente, é não ver a realidade cientificamente. Existe de fato a democratização da sociedade. Os projetos de anistia, mesmo que fossem parciais, a liberdade que a gente conseguiu, mesmo que fosse na luta para a realização de nosso

Congresso, diferentemente de um ano atrás, não precisa nem citar grandes histórias, a liberdade de expressão para grandes setores da imprensa, como todas as dificuldades da imprensa alternativa, e outros aspectos mais – censura a jornais, livros e fim, fim da censura a livros, e assim por diante – são demonstrações do que existe uma abertura política.

Não ver isso e repetir chavões de 77, de que essa ditadura não tem um projeto e esse projeto é de cooptação da simpatia de vários setores da oposição é iludir, se iludir a quem representa. A nosso ver esse é um aspecto da crise. A outra é de não entender, portanto, em decorrência disso, quais as principais reivindicações estudantis. (Fernando Peregrino apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 72)

“Novo Rumo” compreendia em análise que o regime passava mudanças e transformações que, de certo modo, imputava a uma análise e compreensão desse fenômeno pelo ME e suas tendências. Fato que, na percepção de “Novo Rumo”, não acontecia. Considerava que o projeto político colocado em prática por Figueiredo de certo modo escamoteava suas reais intenções com as suas leves concessões. O que caracterizaria uma estratégia de “iludir” os setores de oposição, inclusive o ME. Isso por si só era compreendido pela tendência como uma “crise”. E por esse motivo as tendências acabaram fechando os ouvidos para as reais demandas estudantis.

A tendência “**Unidade**” era composta em sua maioria por estudantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse agrupamento estudantil foi fundado primeiramente no Rio de Janeiro, onde tinha grande força política, sobre a égide do isolamento por parte de outras tendências do ME, como também pela falta de prestígio dentro do próprio partido. O agrupamento “Unidade” assumiu a diretoria do DCE da PUC-RJ, e compôs conjuntamente a tendência “Mãos à Obra”, ainda que essa última não se visse como grupo político, a diretoria do DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de ter grande força na Universidade Federal Fluminense (UFF). Apesar de não ter participado formalmente do processo de reconstrução da UNE, exceto pela sua participação no IV Encontro Nacional dos Estudantes, “Unidade” com o apoio do MR-8 conseguiu o segundo lugar na eleição do 31º Congresso. (MULLER, 2010) (LIMA, 2005) Em outros Estados os agrupamentos ligados a “Unidade” eram denominados de: “Construção” no Espírito Santo, a qual ajudou a refundar o DCE da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); na Bahia assumiu a nomenclatura de “Sangue Novo”, sendo um dos principais agrupamentos estudantis na UFBA, disputava hegemonia do ME na universidade com “Viração”, ainda que não conseguisse ganhar em nenhum ano da década de 1970 as eleições para a diretoria do DCE/UFBA.

Sérgio Medeiros, membro de “Unidade” e diretor do DCE da PUC/RJ, em declaração publicada na revista História Imediata a que considera a posição de “Unidade” ampla e representativa, compreendendo que a agenda do agrupamento estava alinhado com a agenda dos estudantes e da sociedade, avaliando com a “única capaz de derrubar a ditadura”:

Julgamos nossa proposta é ampla o suficiente para congrega hoje interessados em lutar por liberdades democráticas, por anistia, pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Nós achamos que ela é a mais consequente por ser a única capaz de derrubar a ditadura. (Sérgio Medeiros apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 72)

Complementa, em análise, considerando que o regime militar estava a serviço dos interesses do grande capital estrangeiro e nacional, e por isso, assume, assim, seu caráter fascista. Cabendo ao ME compor com outros setores da sociedade a luta numa grande “frente democrática” unificada:

Contra essa ditadura fascista cabe a composição de uma ampla frente democrática e achamos que essa ampla frente democrática devem ingressar todos os setores da sociedade civil que tem contradições com este caráter, com o monopólio, que tem contradições com sua forma de dominação política e que é o regime fascista. Então, propomos a constituição dessa ampla frente democrática, e, inclusive, já vemos e já julgamos existir no país. E achamos que o que tem que se fazer agora, é a tendência dos fatos nesse momento, é a consolidação dessa frente. (Sérgio Medeiros apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 72-73)

Os debates durante a realização do 31º Congresso da UNE, seu congresso de reconstrução, foi marcado, principalmente, pelos debates e disputas entre todas as divergências. Elas já ocorriam nas diversas universidades espalhadas pelo Brasil. O que acabou tornando o Congresso um grande caldeirão político-ideológico e programático. As diferentes forças disputavam entre si tanto a hegemonia do ME com a diretoria da União Nacional dos Estudantes. Compondo alianças e rivalizando propostas a partir de suas agendas e demandas. Esses enfrentamentos entre tendências acabou polarizando bastante as discussões durante o evento, mas, de todo modo, acabou enriquecendo e amadurecendo as resoluções e propostas finais.

A força política entre as várias tendências que compuseram e atuaram no ME e durante o Congresso nunca foi ignorado pelo regime, que através dos seus órgãos repressivos continuaram atuantes na década de oitenta, buscando informações e detalhes do serviço de espionagem sobre os estudantes, tendo em vista controlar a transição política que se pretendia pacificadora com relação ao passado. Portanto, a análise da documentação de natureza repressiva produzida pelo SNI torna-se crucial para respondermos ao argumento de que os estudantes ainda eram fortes ameaçadores a ordem vigente.

OS OLHOS E OUVIDOS DO REGIME: O SNI

Identificamos na documentação gerada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) a que tivemos acesso através do SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional ligado ao Fundo Serviço Nacional de Informações do Arquivo Nacional – Coordenação Geral – Distrito Federal, um constante e estreito monitoramento das ações do Movimento Estudantil na Bahia como também em todo Brasil.

Pretendemos dar uma atenção maior nesse momento às ações do SNI na tentativa de manter-se sempre vigilante as movimentações estudantis no processo de organização e realização do Congresso da UNE em 1979. Onde, a partir dos relatórios gerais, relatórios especiais, encaminhamentos, notas de informações, circulares e informações geradas tanto pela Agência Central como a Agência Local, notadamente a de Salvador, se orquestrou um aparato de espionagem no sentido de monitoramento a cada passo ou decisão tomada pelo ME.

A característica fundamental dessas fontes se constitui de documentos sigilosos de circulação e comunicação interna da agência de inteligência que em sua totalidade se apresenta com perfil “confidencial”.

Na documentação interna, intitulada de “Informação Nº 0136/19/AC/90” datada no dia 30 de abril de 1979 com o assunto “CONGRESSO DA UNE”, tendo como origem AC/SNI(Agência Central/Serviço Nacional de Informações) e com difusão CH/SNI, realiza no item 1 desse documento um breve “Resumo histórico sobre os Congressos da UNE” onde demonstra desde as movimentações estudantis mesmo antes de 1937, ano de

fundação da UNE, como também os principais Congressos Estudantis que marcaram a trajetória histórica e política da entidade, evidenciando o perfil de cada Congresso ano após ano até o Congresso de Ibiúna de 1968. No item dois o documento expressa o SNI chama de “Conceituação legal do Congresso da UNE” onde, ao seu ponto de vista, ao remeter ao Decreto lei 228 que normatizava a organização do ME, cita os artigos 1º e 2º:

“Como já foi visto, o Dec-Lei 228, de 28 de Fev,67, “que reformula a organização da representação estudantil e da outras providências”, no seu Art. 1º apresenta as finalidades dos órgãos de representação dos estudantes de âmbito do ensino superior. O Art. 2º diz que os órgãos a que refere o Art. 1º são dois: Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior, e o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada Universidade. Assim, definitivamente, ficaram extintos os Diretórios Estaduais de Estudantes e Diretório nacional dos Estudantes (DNE), criado pela Lei ° 4.464, de 09 Nov 64, e, portanto, qualquer órgão de representação estudantil, a nível nacional.” (Informação N° 0136/19/AC/90 – Serviço Nacional de Informações)

O documento expressa claramente a clara tentativa do SNI em deslegitimar juridicamente as pretensões do Movimento Estudantil em refundar a União Nacional dos Estudantes. Busca recorrer ao Decreto-Lei 228 para fundamentar sua argumentação. Mas como o documento é datado do dia 30 de Abril de 1979, cerca de um mês antes da realização do Congresso de refundação da UNE, como também anterior a revogação do Decreto-Lei encaminhada por João Batista Figueiredo ao Congresso Nacional no dia 22 de maio do mesmo ano. O que, em tese, esvaziava qualquer tentativa de argumentação jurídica fundamentada nessa Lei.

Não obstante a essa questão, ainda nas páginas do documento ver-se a tentativa de contra argumentar e deslegitimar a tentativa do ME em considerar o campus da Universidade enquanto uma área livre de atuação política. Nesse sentido, o documento expressa sua argumentação fundamentada ainda no Decreto-Lei 228 através do seu artigo 11. que busca vedar a ação estudantil dentro dos espaços universitários, como também impõe ao ME que se articule apenas através dos partidos políticos previsto em lei, nesse caso bipartidarismo entre MDB e ARENA:

Por outro lado, os estudantes querem convencer as autoridades que o “campus” é uma área livre, o que não é verdade já que ele é integrante da Universidade. Ademais, o Art 11. do Dec-Lei 228/67, diz que “é vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidária, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. Ao estudante que desejar fazer política, o Governo estimula o seu ingresso aos partidos políticos existentes.

O SNI buscou se cercar de todas preceitos jurídicos para deslegitimar a realização do Congresso da UNE, para isso, além de recorrer ao Decreto-Lei 228, o SNI lançou mão da utilização de artigos da própria Constituição, criada em 1967. Para tal, foi recorrido ao artigo 153, através do seus parágrafos 27 e 28 que diz:

Parágrafo 27: Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação por estas, do local da reunião.

Parágrafo 28: É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial. (Constituição Federal, 1967)

Além dessas questões, o Serviço Nacional de Inteligência argumenta que “não há preceito legal para a realização do Congresso da UNE, anunciando pelo ME, para maio de 79, em Salvador/BA” para isso expõe-se as seguintes razões:

- a clara intenção do ME em reorganizar a UNE, entidade estudantil que contraria a legislação em vigor, a qual não permite representação a nível estadual e, muito menos, a nível nacional; e
- contrariar, frontalmente, o parágrafo 28 do Art. 153, da Constituição Federal, por se tratar de um congresso para fins ilícitos. (Informação Nº 0136/19/AC/90 – Serviço Nacional de Informações)

Ou seja, a todo instante percebemos a tentativa do SNI em transformar qualquer tentativa de reconstrução da UNE em um ato ilegal. O que referendaria uma ação repressiva caso fosse necessário. Uma clara mescla de uma “institucionalização repressiva”, mesclando repressão e legitimidade jurídica, fato este que Maria Dalva Gil Kinzo (1988) afirma enquanto característica híbrida do regime, podendo ser explicada pela necessidade de preservar a imagem do país no exterior e manter as bases populares que apoiavam o regime ao tempo que controlaria a ação de uma potencial oposição.

No item 3 do documento de Informação Nº 0136/19/AC/90 do SNI, denominado “O Congresso de Ibiúna”, é percebida a tentativa do SNI em recorrer aos Congressos anteriores da UNE para compreender a natureza do evento. Nesse item é lembrado o Congresso de Ibiúna em 1968 como forma de “avaliar o grau de infiltração esquerdista”,

a qual o SNI demonstra ter conhecimento da participação de organizações ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os chamados “trotskistas”.

Em 12 de Out 68, realizou-se, em IBIÚNA/SP, o último Congresso da UNE, o 30º, sendo que este e os dois anteriores, em 1966 e 1967, respectivamente BELO HORIZONTE/MG e SÃO PAULO/SP, com aquela entidade já na ilegalidade.

Ao evento compareceram estudantes universitários de todo o País, em número aproximado de 720, além de um representante da ARGENTINA, que foram presos e autuados criminalmente.

IBIÚNA serviu para avaliar o grau de infiltração esquerdista que existia, então, naquela entidade estudantil, pois nela militavam do PCdoB, do PCB e trotskistas. (Informação Nº 0136/19/AC/90 – Serviço Nacional de Informações)

O SNI acompanhava passo a passo as movimentações estudantis. A Comissão pró-UNE criada em 1977, responsável pela realização do Congresso da UNE, foi acompanhada de perto pelos agentes da repressão. O conteúdo do relatório do SNI evidencia a preocupação do regime em controlar as ações do ME. No documento o Serviço de Inteligência demonstra ter conhecimento de quais organizações compunham a Comissão pró-UNE como também as respectivas reuniões realizadas por ela, acompanhada de data, cidade e local de realização, como também das reuniões futuras, nos diferentes estados do Brasil:

A Comissão Pró-UNE foi criada durante o III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE), realizado, em Set 77, na PUC/SP, como umas das formas de luta para a reorganização da União Nacional dos Estudantes. A consolidação da referida Comissão se deu, ainda em Set 77, na PUC/RJ. É constituída por representantes de quase todos os DCE do País, livres ou não. Desde a sua instalação, vem realizando reuniões, destacando-se, entre elas, as seguintes: Nov 77, no RIO DE JANEIRO/RJ; 21 Jan 78, em SALVADOR/BA, no DCE/UFBA; 19 Fev 78, em RECIFE/PE; 01 a 04 de Mar 78, em SALVADOR/BA, no DCE/UFBA; 07 Mar 78, em SALVADOR/BA, na sede do DCE/UFBA; 11 de Abr de 78, em BELO HORIZONTE/MG; 22 Abr 78, no RIO DE JANEIRO/RJ, na PUC/RJ; 12 de Mai 78, em SÃO PAULO/SP, no DA de Economia da PUC/SP; 27 de Mai 78, RIO DE JANEIRO/RJ, na PUC/RJ; no período de 13 a 15 de Jul 78, em SÃO PAULO/SP, na USP; 19 de Ago 78, em SALVADOR/BA; 20 e 21 Jan 79, no RIO DE JANEIRO/RJ, na Casa do Estudante Universitário; 15 e 16 Fev 79, em SALVADOR/BA, no Teatro “Vila Velha”; 26 e 27 de Mar 79, em BRASÍLIA/DF, na UnB; 31 de Mar 79, em SÃO PAULO/SP. (Informação Nº 0136/19/AC/90 – Serviço Nacional de Informações)

Apesar do permanente monitoramento, não conseguimos identificar nenhuma forma de repressão política mais ostensiva às reuniões da Comissão pró-UNE. Ou seja, apesar do governo demonstrar “flexibilização” para com as reuniões do ME, a constante vigilância representa a preocupação, e a tentativa de “controle” aos possíveis encaminhamentos tomados pelos ME.

O SNI demonstrou ter conhecimento até do conteúdo discutido em cada uma das reuniões, o que nos infere pensar que, provavelmente, haviam informantes infiltrados no ME⁷⁰. Contudo, existia uma preocupação do ME em não fazer grande divulgação dos encaminhamentos das reuniões, justamente para evitar qualquer tipo de ato repressivo a elas por parte do regime:

Nessas reuniões, a Comissão Pró-UNE não deixou de debater, além da organização da UNE, assuntos políticos-contestatórios relacionados com a anistia, Amazônia, cassações “brancas”, custo de vida e outros. Foi, entretanto, no IV Encontro Nacional de Estudantes (IV ENE), realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em SÃO PAULO/SP, nos dias 16 e 17 set 78, que se acertou a data de 29 Mai 79, para o Congresso da UNE, em SALVADOR/BA. E, já agora, a Comissão Pró-UNE anuncia uma outra reunião, nos dias 04 e 05 Mai 79, em SÃO PAULO/SP, a última da Comissão, precedendo o referido Congresso. (Informação Nº 0136/19/AC/90 – Serviço Nacional de Informações)

No que tange a Bahia com as ações da Comissão pró-UNE no estado, sendo que a presidência da Comissão era do Diretório Central dos Estudantes da UFBA (DCE/UFBA), o Serviço Nacional de Inteligência traça as ações do ME na capital, como também remetendo as ações do ME em outras universidades:

O DCE da Universidade Federal da BAHIA (DCE/UFBA), desempenhando as funções de coordenador do Congresso, com vistas à sua consecução, vem realizando uma série de reuniões, a fim de acertar os detalhes quanto ao local para o evento, acomodações para os participantes e arrecadação de fundos (por meio de cobrança de pedágio, venda de livros, bandeiras e canetas, e realização de shows). Outros DCE vêm se movimentando, também, para o Congresso da UNE, fazendo reuniões, onde são discutidas as representações que deverão comparecer ao citado evento e as formas de auxílio que podem ser prestado. (Informação Nº 0136/19/AC/90 – Serviço Nacional de Informações)

⁷⁰ Não possuímos nenhum documento que confirme essa suposição. Como também não identificamos nenhuma alusão do SNI a algum informante infiltrado no ME como era de se esperar, partindo de um órgão que produziu e destruiu uma série de documentos comprometedores.

No item 5 do Relatório de Informação do SNI denominado “Previsões a partir do 31º Congresso”, é externado o “perigo” que se constitui para o Estado a refundação da UNE. A compreensão do SNI é que a reconstrução da entidade máxima de representação estudantil poderia se constituir enquanto uma vitória do Movimento Estudantil, pois através da UNE, haveria a possibilidade de haver intensificação das lutas estudantis a nível nacional. Tais lutas não ficariam restritas ao campo acadêmico, mas, também, a luta política e ideológica que já “contaminavam” a vida dentro e fora da Universidade desde a fundação da entidade em 1937, sendo interrompida, como eles próprios afirmam “em partes”, com o desmantelamento do Congresso de Ibiúna em 1968. Com o fim da entidade, atuações do ME continuaram em todo o Brasil que, na leitura do SNI, era considerado “nociva” e ameaçadora a ordem no Brasil.

No caso da efetiva realização do Congresso da UNE, em SALVADOR/BA, nos dias 29 e 30 de Mai 79, o evento se constituirá, na principal vitória alcançada pelo ME, o qual, através dessa entidade, comandará e intensificará, a nível nacional, campanhas não só acadêmicas, mas, principalmente, político-ideológicas e contestatórias, hoje em dia já perturbadoras da vida Universitária e do próprio País, numa repetição do trabalho nocivo iniciado em 1937 e interrompido, pelo menos em parte, a partir de IBIÚNA/SP, em 1968. (Informação Nº 0136/19/AC/90 – Serviço Nacional de Informações)

Não obstante a essa questão, o item 5 ainda aponta a tese de uma possível influência que a refundação da UNE possa exercer no ME no sentido de refundação de outras entidades estudantis, principalmente no que tange a reconstrução das entidades estaduais. Tomando como exemplo a União Estadual de Estudantes de São Paulo. As quais, na perspectiva do SNI, iria se configurar como um lócus de atuações consideradas “subversivas”, podendo resultar numa coalizão das diferentes tendências do ME, principalmente de fundamentação esquerdista, que mesmo agindo na clandestinidade era de conhecimento das influências pelo SNI. Atuando no sentido de uma “maior mobilização da massa estudantil”, acarretando em possíveis “greves gerais, manifestação públicas de grande porte”, a qual daria margem a participação de outras agremiações de caráter oposicionista ao regime.

Para tanto, a UNE se esforçará para que, a exemplo da União Estadual de Estudantes de SÃO PAULO (UEE/SP), ilegal, surjam outras entidades estudantis, a nível estadual, que a auxiliarem no propósito de unificação das diversas tendências, principalmente de esquerda, atualmente existentes no ME, e de uma maior mobilização da massa estudantil, podendo chegar, inclusive, à decretação de greves gerais ou manifestações públicas de grande porte, valendo-se, para isso, se possível, do apoio de outros segmentos da sociedade

O SNI antes mesmo da refundação da UNE buscava antever os possíveis impactos políticos e sociais que a existência da entidade poderia trazer para a sociedade, e, principalmente, para o governo, servindo como estrutura organizativa para o ME encampar lutas maiores com impactos nacionais.

Tivemos acesso também ao relatório do SNI acerca do Congresso da UNE, a que eles denominam de “RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÃO”⁷¹, onde buscam registrar todas as ações estudantis durante a realização do 31º Congresso da UNE em Salvador. Fica evidente nas linhas do relatório o acompanhamento de perto de cada ação, a cada manifestação, a cada fala, a cada reunião realizada pelos estudantes. Os agentes, provavelmente infiltrados, coletaram informações de vários níveis: sejam elas gerais ou específicas sobre as atividades do Congresso. Coletaram dados sobre a aprovação do Estatuto e Carta de Princípios da UNE e sobre as eleições da entidade. Além de registrarem a presença de pessoas ligadas aos diferentes setores da sociedade: políticas, artistas, representantes da sociedade civil, entre outros, aos que o SNI chama de “pessoas estranhas ao ME”. Cobriram também os conteúdos de discussão dos grupos de trabalhos definidos no Congresso, como também as reuniões de tendências do ME.

O relatório faz referência aos apoios que foram dados para a construção do Congresso, entre elas: das entidades estudantis que colaboraram com campanhas para arrecadar fundos para o Congresso com a realização de shows, quermesses, pedágios, projeção de filmes, venda de brindes, livros de ouro, bailes dentre outros. No setor políticos, cita o apoio de membros da ARENA e do MDB, que são mencionados no documento nome por nome de cada deputado, fazendo referência a que estado fazem parte respectivamente. Ainda, houve a colaboração do que o SNI chama de “Entidades Contestatórias” tais como: os movimentos de anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), Centro Brasileiro Democrático (CEBRADE), Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), como também a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a Associação dos professores licenciados do Pará. No segmento artístico, a reconstrução da UNE teve a colaboração de Carlos Lira, Ivan Lins, Gonzaga Júnior (Gonzaguinha), João Bosco,

⁷¹ Relatório Especial de Informação nº 001/19/AC/79. Datado no dia 06 de Junho de 1979, com o assunto: CONGRESSO DA UNE – SALVADOR/BA, origem da AC/SNI com difusão CH/SNI – CIE-CISA-CENIMAR-CI/DPF.

Joyce, Ruth Escobar, Chico Buarque, Jardes Macalê, Glauber Rocha e Elezabeth Mendes (Beth Mendes). Com relação o clero, o ME teve apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Mariano Costa Rego e Dom Timóteo Amoroso Anastácio do Mosteiro de São Bento na Bahia, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomas Balduino, Dom Helder Câmara como também da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com os jornalistas, de modo geral, obteve ampla repercussão do Congresso de reconstrução da UNE em todo o Brasil, seja pela grande imprensa, como da imprensa “alternativa” sendo muitas delas ligadas as organizações clandestinas. (Relatório Especial de Informação N° 001/19/AC/79 – Serviço Nacional de Informações)

Na análise do Serviço Nacional de Inteligência existe um tom de preocupação com os desdobramentos do ME com a reorganização da UNE. Reconhecem que as atividades estudantis não iriam cessar mesmo com o fim do Congresso de Salvador, haja vista que haviam eleições programadas para a constituição da nova diretoria da UNE que iria acontecer ainda no final do ano de 1979, através do voto direto. Sendo esse processo orquestrado por forças de “esquerda” que buscavam ampliar seu raio de ação a nível nacional, promovendo ao que o SNI chama de “agitação nas universidades”.

O ME não vai parar com as suas lutas, e as eleições, através do voto direto, para a diretoria definitiva da UNE, constituirão mais uma etapa definitiva nesse processo, que vem sendo preparado pelos grupos estudantis esquerdistas, para exercer o comando, a nível nacional, da agitação nas universidades. Os grupos estudantis, das diversas tendências esquerdistas, sem perda de tempo, vão atuar, através das coligações, se possível, no sentido de vencer essas eleições. Se, no Congresso de SALVADOR/BA, o PCB levou vantagem, conseguindo o adiamento das eleições, é certo que ele procurará ampliar, até Set 79, o seu raio de influência no meio estudantil. Os trotskistas, por sua vez, deverão se articular, para recuperar o terreno perdido. (Relatório Especial de Informação N° 001/19/AC/79 – Serviço Nacional de Informações)

Conforme documento, o SNI realizava avaliações próprias acerca do que poderia ser os rumos do ME naquele momento. Mas, a nosso ver, essas avaliações eram incorretas, pois foi o PCdoB que saiu mais fortalecido do Congresso. Mesmo não conseguindo encampar pautas próprias, a exemplo da eleição da diretoria da UNE ainda no Congresso. Por ser o grupo hegemônico no ME, e ter a maioria dos delegados em Salvador, haveria a chance real das organizações desse partido comandarem a UNE. Apesar dessa proposta de eleições ainda no Congresso ter sido derrotada pela proposta do PCB, que queria eleição posteriormente ao Congresso, por esse motivo o SNI considera

o PCB fortalecido em Salvador. O PCdoB conseguiu comandar os trabalhos no Congresso através da liderança do Rui Cesar na mesa. Como também de compor a maioria da diretoria provisória da UNE tirada no Congresso.

A análise não é reduzida ao embate nesse sentido às propostas entre PCdoB e PCB no Congresso. Havia uma sensibilização coletiva a ideia do voto direto para a eleição da UNE por outros motivos que transcendia a sua influência das tendências sobre os estudantes, ainda que o PCdoB fosse hegemônico e influenciasse a agenda estudantil. Primeiramente, a compreensão de que a eleição da diretoria da UNE, a partir do voto direto, iria ser mais participativa, ou seja, estudantes que não puderam estar presente no 31º Congresso da UNE poderiam contribuir diretamente com a construção da entidade a partir do voto universal. Outro sentido importante pela escolha do voto direto era a negação do método eleitoral preconizado pelo regime, a do voto indireto. Para os estudantes naquele momento, a decisão pelo voto indireto para eleição da diretoria da UNE seria uma forma de corroborar com o próprio regime. O sentido que permeava a grande parte das ações dos estudantes, refletidos no ME, era de buscar distanciamento ao regime, ao mesmo tempo em que realizavam “ataques” sistemático as estruturas do estado a partir de práticas entendidas como democráticas.

O SNI vislumbrava uma possível disputa de poder entre as organizações da esquerda “comunista” e as que se refere enquanto “organizações democrática”⁷² nos espaços organizativos do ME (DA, DCE, UEEs e UNE) na universidade. Essa análise é fundamentada na prerrogativa que o PCB exercia o papel de orientação do ME, o que demonstra certo grau de desconhecimento da agência a pluralidade de organizações que já realizavam esse papel no meio estudantil, algumas até com mais influências que o próprio PCB. O SNI projeta uma realidade a qual coloca a maioria da comunidade estudantil simpática a uma suposta “democracia”, mas que se encontra, segundo ele, “adormecida”. Onde, a partir de uma articulação mais ampla, poderia sobrepujar as supostas “correntes esquerdistas”.

Estima-se até que poderá ocorrer uma luta entre grupos estudantis orientados pelo PCB e grupos democráticos, grupos estes que deram mostra de sua existência, apesar de que esse pequeno número, no Congresso de SALVADOR/BA. Nas universidades do país, a grande massa estudantil é

⁷² As “organizações democráticas” a qual se refere o SNI são as organizações estudantis que estavam alinhadas com o regime militar. Eram organizações com perfis reacionários de direita fundados a partir das normatizações geradas pelas Leis 477 e 228. Identificamos duas organizações com esse perfil no 31º Congresso da UNE: o Diretório Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, e também o DCE da Universidade Makenzie de São Paulo. Ambas foram impedidas de participarem do Congresso no primeiro momento, mas foram readmitidas no seu segundo dia(30).

democrática, mas adormecida, talvez por comodismo; porém, com um apoio efetivo e uma cuidadosa mobilização, poderá sobrepujar as correntes esquerdistas. (Relatório Especial de Informação Nº 001/19/AC/79 – Serviço Nacional de Informações)

Pra além dessa questão, percebe-se uma mudança de postura por parte de avaliação do regime. Que outrora buscava neutralizar os espaços das ações estudantis. Passa a conjecturar a possibilidade de uma disputa do ME frente as organizações de esquerda no próprio âmbito da política.

A conclusão do relatório reconhece a vitória do Movimento Estudantil no sentido de que os objetivos de realização do Congresso e de refundação da União Nacional dos Estudantes foram bem sucedido. Como também aponta para a compreensão de que a UNE já surge fragmentada pelas disputas entre as organizações de esquerda no ME. Atribuindo as diferenças regionais enquanto aspecto importante dessa fragmentação política. Infere que os estudantes não estariam preocupados com questões de âmbito acadêmico, mas sim, político, justamente pela inserção de organizações no ME. Ao que o SNI chama de “Congresso das Esquerdas.

As divergências existentes nas diversas facções do ME permitem concluir que, no momento, ele conseguiu atingir em partes seus objetivos. Ficou provado que a UNE não é uma União, pela amostra evidente da falta de capacidade, do Congresso, de chegar a um consenso em suas deliberações. E esse mesmo ME não pode culpar as divergências de opiniões existentes nos grupos estudantis, na sua grande maioria esquerdistas, pelo regionalismo que, antes do Congresso, se podia atribuir à sua dispersão, já que, em SALVADOR/BA, elas foram, ainda, mais marcantes. Assuntos de natureza estudantil, praticamente, não apareceram em plenário e o Congresso da UNE nada mais foi do que um “Congresso das Esquerdas”, o que não se constitui surpresa, pois, a quase totalidade das entidades estudantis legais ou ilegais está sob a orientação do PCB, do PCdoB ou dos trotskistas. (Relatório Especial de Informação Nº 001/19/AC/79 – Serviço Nacional de Informações)

As tendências “minoritárias” presentes no ME que eram generalizadas pelo SNI de “trotskistas”. São generalizadas pelo fato desses grupos serem bastante heterogêneos e de difícil definição.

Nesse aspecto, o SNI buscou se cercar do máximo de informações possíveis a respeito dos passos estudantes para a reconstrução da UNE. Apesar do discurso de uma suposta “legalidade” para a realização do Congresso, o acompanhamento foi de perto.

Ocorrido, também, nos ônibus das delegações de estudantes que partiam de seus Estados a caminho de Salvador.

O LONGO CAMINHO ATÉ SALVADOR.

Para além da dimensão da construção do Congresso em si, um outro grande obstáculo fora colocado para o ME: a viagem até Salvador. Principalmente para os estudantes que partiam de cidades geograficamente distantes da capital baiana, a exemplo: de Belém no estado do Pará, Porto Alegre e Pelotas ambas no Rio Grande do Sul, dentre outras. O que poderia parecer enquanto uma viagem “corriqueira” ou, de certo modo, aparentemente “tranquila”, representou um grande desafio para as delegações estudantis que iam a Salvador com pretensões de participar do Congresso de reconstrução da UNE.

Não obstante o próprio cansaço da longa viagem, muitas das delegações tiveram que conviver com o permanente incomodo de serem abordadas e revistadas pelos agentes da repressão, através de sua polícia e forças armadas. Em alguns casos, delegações foram abordadas seguidamente durante o percurso da viagem. Representando uma clara tentativa do regime em controlar os passos estudantis, e criar barreiras para o processo de refundação da União Nacional dos Estudantes.



Imagem do bloqueio policial com objetivo de revistar os ônibus das delegações e as bagagens dos estudantes em São José dos Campos. Fonte: <http://reconstrucaodaune.blogspot.com.br/>

Essas viagens marcadas por várias barreiras policiais, verificações de listas de passageiros, revistas das bagagens, e até de pneus de ônibus furados por grampos estrategicamente colocados na pista de entrada de Salvador, com vias de dificultar a chegada à Salvador. Acrescentando horas de atraso e desgaste no percurso daqueles estudantes. Em entrevista que realizei com Nelson Costa da Mata⁷³ o mesmo discorre acerca desses episódios a qual caracteriza com a ação de setores mais endurecidos do regime:

É preciso lembrar que para o clima da época, já nas viagens das caravanas de ônibus estudantil que vinham pra Bahia, perto de Feira de Santana, começou a ser jogados “miguelitos” (espécie de estela de ferro com várias pontas perfurantes) para furar pneus e tal. Essa comissão de segurança cobrou do governador. Ele disse: -não, não é do nosso pessoal. Entende? Era uma ala mais dura. (Entrevista com Nelson Costa da Mata, 2012; p.9)



Imagem do instrumento utilizado para furar o pneu dos ônibus das delegações de estudantes que estavam a caminho de Salvador.

Fonte: Tribuna da Bahia, 29 de maio de 1979; p. 4.

A Comissão a que o Nelson da Mata faz referência é comissão paritária entre policiais militares e estudantes, constituída nas negociações entre Comissão pró-UNE e o governador Antônio Carlos Magalhães. Essa comissão tinha o papel de acompanhar e oferecer segurança aos estudantes congressistas durante o evento. No momento da tomada de conhecimento dos casos de pneus furados e delegações abordadas por policiais nas entradas, o ME prontamente cobrou resposta do governador.

Em matéria publicada no impresso Tribuna da Bahia em 29 de maio de 1979, o mesmo expõe que os estudantes Javier Alfaya da UFBA e Moisés Correias do DCE da

⁷³ Entrevista realizada com Nelson Costa da Mata no dia 04 de Julho de 2012 no CEPAIA, Salvador – Bahia – Acervo Pessoal.

UFRJ, conjuntamente com o advogado Aurélio Miguel e Raquel Braga, ambos do Comitê Brasileiro pela Anistia da Bahia e Juiz de Fora respectivamente, ao interpelar os policiais que estavam realizando a ação de parar os estudantes, os mesmos argumentaram que estavam recebendo ordem superiores. Ainda no jornal, os mesmos denunciam os problemas gerados pelas interrupções e atentados aos ônibus, que atrapalharam a chegada dos estudantes aos seus locais de hospedagem. E que essas ações representavam a tentativa de esvaziamento do Congresso. A resposta oficial do governador foi que:

Que nada daquilo representava medidas repressivas, mas que fora determinado pela Secretaria da Segurança Pública, no sentido de evitar que houvesse prejuízo para o trânsito normal da cidade, e que havia um sistema de rodízio que permitiria a todos os ônibus o acesso ao Campo Grande. Segundo o governador, “há o propósito de ajudar o estudante sem prejudicar, entretanto, a vida da cidade”. (Tribuna da Bahia em 29 de maio de 1979; p.4)

Ainda, nas BRs 324 e 101, estradas que davam acesso a Salvador, policiais estavam fazendo vistorias nos ônibus e nas bagagens dos estudantes que estavam indo ao Congresso sobre o pretexto de “prevenir o tráfico de drogas, objetos contrabandeados e apreender armas”. O procedimento era de, no posto policial na altura da cidade de Simões Filho, na entrada de Salvador, todos os ônibus de estudantes fossem encaminhados para vistoria no Centro de Convenções, só desse modo poderia ser liberado para o Centro da cidade para efetivar seu credenciamento no evento e alojarem. Ou seja, através de uma visão estereotipada acerca dos estudantes, sempre os associando a utilização de entorpecentes, os policiais se utilizavam disso para um ato político: dificultar a chegada de estudantes a capital baiana.



Imagem dos ônibus parados na entrada do Centro de Convenções da Bahia para averiguação e revista da Polícia Militar. Fonte: Tribuna da Bahia, 29 de maio de 1979.

Não obstante a isso, foram espalhadas viaturas da Polícia Militar em vários pontos estratégicos da cidade. O que, de certo modo, se configurava literalmente o sentido do discurso do Antônio Carlos Magalhães: “oferecer segurança aos estudantes”. Que como apontamos problematizamos anteriormente, representava um posicionamento dúbio. Ou seja, ao tempo que você forjava um discurso de que estaria oferecendo segurança aos estudantes, as forças de uma eventual ação repressiva se encontravam potencialmente posicionadas e alerta.

Apesar das sucessivas interrupções durante a viagem realizadas pela polícia com revistas e vistorias. E do exagerado controle ao acesso ao centro da cidade de Salvador. Não conseguimos identificar nenhuma ação na cidade que impedisse objetivamente algum estudante ou delegação de participar do Congresso da UNE.

10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓ-UNE: OS ÚLTIMOS DETALHES DO CONGRESSO

Nos dias 5 e 6 de maio de 1979, realizou-se em São Paulo a 10ª Reunião da Comissão pró-UNE. Considerada como a “prévia do Congresso”, essa reunião compunha o roteiro de atividades para reconstrução da UNE.⁷⁴ Dessa reunião, a última que antecedeu o Congresso da UNE em Salvador nos dias 29 e 30 do mesmo mês, foi confirmada a realização do evento de refundação da entidade na cidade, além de lançar dois possíveis nomes para ocupar a sua direção nacional: Valdélino Silva (“Viração”/PCdoB - Bahia) e Paulo Massoca (“Caminhando”/PCdoB – São Paulo)⁷⁵. (UNE: A volta por cima, Movimento, 14 a 20 de maio de 1979; p.13)

⁷⁴ Entre outras atividades, esse roteiro de ações prol reconstrução da UNE também contou com a publicação de 300mil exemplares de um jornal com esse fim, além de várias reuniões entre DCEs e entidades representativas. Buscando também angariar apoio de outros setores da sociedade: parlamentares, igreja, sindicatos, imprensa. (UNE: A volta por cima, Movimento, 14 a 20 de maio de 1979; p.13)

⁷⁵ Demonstrando claramente a hegemonia do PCdoB no processo de construção do Congresso. A qual tinha total interesse no controle da entidade. Tanto que representou um dos motivos da realização do Congresso em Salvador. Haja vista que a tendência “Viração” tinha grande hegemonia no ME da Bahia, sendo que as forças que disputavam também esse espaço, tais como: “Sangue Novo”, “Nova Ação” e “Libelu”, tinham pouca expressividade política comparativamente. Ao contrário de São Paulo, onde havia forte disputa entre “Caminhando”, “Refazendo” e “Libelu”. O que, de todo modo, criava-se na Bahia um lugar menos “perigoso” para a disputa da direção da entidade.

No que tange a reunião da Comissão pró-UNE em São Paulo, a mesma se debruçou sobre a discussão da denominação do congresso, ou seja, se seria “31º Congresso da UNE” ou “Congresso de reconstrução da UNE”. O resultado das discussões entres os DCEs que compunham a Comissão pró-UNE foi pela decisão de denominar “31º Congresso da UNE. Essa decisão estava imersa na leitura de que a realização do congresso se daria pela manutenção da história da entidade. Que a realização do Congresso em Salvador representaria a retomada histórica da UNE. E que, de certo modo, a denominação “Congresso reconstrução” remeteria uma quebra nessa história.

Outras discussões importante na 10ª reunião da Comissão foi a definição dos eixos-temático a serem debatidos e regimento do Congresso. Na oportunidade foram escolhidos seis temas: 1 – Carta de Princípios, sob a presidência do DCE/UFRJ⁷⁶; 2 – Grupo de Trabalho da UNE e Estatuto, sob presidência do DCE/UFPE; 3 – Eleições da UNE, sob presidência do DCE/UFBA⁷⁷; 4 – Lutas dos Estudantes, DCE/UFGM; 5 – UNE e a Universidade, DCE/UFRGS; 6 – UNE e Realidade Brasileira, UEE/SP. (UNE: A volta por cima, Movimento, 14 a 20 de maio de 1979; p.13). O Regimento do Congresso previa a eleição de três delegados por Escola de cada universidade, e mais um por fração. (UNE: A volta por cima, Movimento, 14 a 20 de maio de 1979; p.13)

Também ficou definido no regimento que a distribuição dos trabalhos se daria por comissões, cada comissão ficaria encarregada de uma atividade. A distribuição foi: Comissão de Recepção, que ficaria encarregada de monitorar a chegada, e também de receber as delegações. Essa comissão funcionou dentro da Sede do MDB em Salvador, localizado no bairro do Campo Grande. Além de receber os estudantes, essa comissão teria a responsabilidade de fazer o devido credenciamento dos congressistas; a Comissão de Alojamento, tinha a incumbência de alocar os estudantes nos alojamentos, ou distribuí-los nas casas de populares cadastrados na campanha “Adote um Estudante”; a Comissão de Alimentação ficou encarregada de articular e distribuir as alimentações entre os

⁷⁶ Por sugestão da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, os representantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foram substituídos pelos representantes do DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro na Comissão pró-UNE. Muito em decorrência do apoio que Roberto Bittencourt, presidente do DCE da UFRJ, daria a candidatura de Paulo Massoca para a presidência da UNE. (UNE: A volta por cima, Movimento, 14 a 20 de maio de 1979; p.13) Demonstrando que até nas reuniões prévias para o Congresso já se vislumbrava alianças e composições para eventuais eleições no evento.

⁷⁷ O estudante Valdério Silva, representante do DCE/UFBA, e na oportunidade potencial candidato a presidência da UNE, buscou angariar para seu celeiro eleitoral, ou seja, a Bahia, o controle da mesa de “Eleições da UNE”. Um dos eixos-temáticos compreendidos como mais importantes do Congresso. Valdério tentou construir uma articulação que garantisse as condições eleitorais a seu favor. Tanto que, após o fim da reunião da comissão, o mesmo deslocou-se a cidade de Londrina/PR para costurar alianças com outra tendências do ME para eventuais eleições no Congresso.

estudantes, além, de negociar com comerciantes e ambulantes que foram vender nas proximidades do Congresso os preços da alimentação; a Comissão de Finanças era responsável por fazer campanha de arrecadação de receita para a construção do Congresso, além de controlar e administrar os gastos do evento; a Comissão de Infra Estrutura, foi incumbida de garantir que o Centro de Convenções estivesse perfeitamente apto para a realização do Congresso; a Comissão de Cultura era responsável pela dinâmica cultural e lúdica do Congresso; e, por fim, a Comissão de Segurança, que conjuntamente com a política militar, de forma paritária, eram responsáveis pela integridade dos estudantes. (Regimento do Congresso de reconstrução da UNE. São Paulo, 05 e 06/05/1979. 10ª - Reunião da Comissão pró-UNE. – Arquivo Prometeu/UNB – Cod. AE5513)

Apesar do ambiente com vista da necessidade premente de reconstrução da UNE. Foi o jogo das articulações em torno das eventuais candidaturas de Valdélío Silva e Paulo Massoca que polarizou os debates na 10ª reunião da Comissão. Apesar de não haverem grandes discordâncias do ponto de vista da agenda política, haja vista que ambos defendiam o ensino gratuito; o fim do autoritarismo nas escolas; anistia ampla, geral e irrestrita; convocação da Assembleia Constituinte; entre outros. Principais agendas o ME nacional no período. A divergência era o aspecto eleitoral da UNE: Valdélío queria eleições no próprio Congresso e Massoca queria em eleições nas escolas depois do evento.

Era obvio que o aspecto do local de realização do Congresso influenciava diretamente nos posicionamentos. Um Congresso na Bahia, em tese, poderia favorecer o baiano Valdélío, já que iria disputar as eleições em “casa”. Para Paulo Massoca esse ambiente poderia ser desfavorável.

Essa atmosfera de disputa entre Valdélío Silva e Paulo Massoca, que eram a ponta do *iceberg* do jogo de articulações que corriam pelos bastidores e bases do ME, e se refletiram nos dias de realização do Congresso. Como vamos ver no próximo capítulo dessa dissertação.

Percebemos que o processo de construção organizacional e política do 31º Congresso da UNE não foi fácil para o ME. Exigindo muito da maturidade política que os estudantes acumularam em todo o processo de reorganização durante a década de 1970. A musculatura política adquirida nesse período foi fundamental para se construir um ambiente de articulação a nível nacional entre o ME dos diversos Estados, como também

do ME com outros setores da sociedade. Elemento a que considero fundamental para o sucesso da realização do Congresso.

Ter ao lado os movimentos sociais, a igreja, as CEBs, fortaleceu ainda mais as demandas estudantis, e a reconstrução da UNE. O que, de certo modo, transformou esse processo de reconstrução muito mais amplo e legítimo do ponto de vista político e social. Dando legitimidade a entidade que viria ser construída, e mais, fortalecendo lutas que naquele momento político do país era premente, a de redemocratização. Que se configurava num grande guarda-chuva das demandas pelo fim da ditadura, pela anistia ampla, geral e irrestrita, como também a de criação de uma assembleia nacional constituinte.

De todo modo, vamos ver no próximo capítulo como esse processo de reconstrução acabou se refletindo diretamente nos dias do Congresso em Salvador. Como se deu o jogo de articulações políticas entre os estudantes. E a apropriação do Congresso pelos diversos setores da sociedade enquanto um passo para a democracia. Sendo um símbolo do período, haja vista que era a primeira entidade a se organizar nacionalmente.

CAPÍTULO 3 – O CONGRESSO DA UNE: A RECONSTRUÇÃO

Pretendemos explorar nesse capítulo problematizar a dimensão política e estrutural do ME no processo de Construção da UNE a partir da correlação de forças entre os agrupamentos e tendências estudantis. Desse modo, nos aproximamos analiticamente da historiadora Angélica Müller, em sua belíssima tese de doutorado denominada “A resistência do Movimento Estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE cena pública”, a qual aborda os aspectos do processo de reconstrução do ME a partir de uma perspectiva abrangente e nacionalizada. Avançamos em análise na medida em que focalizamos a compreensão histórica na perspectiva do ME baiano propriamente dito, e essa relação com o ME de outros Estados. Além, é claro, de nos atermos objetivamente no andamento e o dia-a-dia dos acontecimentos dos fatos e acontecimentos durante a realização do Congresso da UNE em Salvador, dimensão pouquíssima explorada por Müller (2010).

Para tal, lançaremos mão de um acervo documenta que vai de publicações estudantis, Cadernos do CEAS, imprensa, manifestos, moções, entrevistas, e periódicos do período. Em especial, lançaremos mão da utilização do periódico “História Imediata”, publicada em 1979 pela editora Alfa-Ômega, e escrito por Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves. Demos ênfase a essa revista pelo motivo de, em sua 5ª edição, com tema especial “*A volta da UNE*”, reunir em suas 96 páginas transcritas e publicadas os discursos na íntegra e as moções lidas durante os dois dias do Congresso. Além de ter um balanço do Congresso na época, haja vista que a revista foi publicada poucas semanas do término do evento. Registros importantes que não encontramos em outras documentações. O que configura, inevitavelmente, a utilização dessa revista como um importante documento de consulta e pesquisa.

O CONGRESSO, ESPERANÇA DE DEMOCRACIA EM TEMPOS DE DITADURA

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia 29 de maio de 1979, no Centro de Convenções da Bahia, localizado no bairro da Boca do Rio na cidade de São Salvador,

dava-se início ao Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes. No alto do prédio do Centro de Convenções ao tremular da bandeira azul e branca da UNE, aos gritos de ordem estudantil “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”, o ME após dez anos fez renascer, como a fênix que ressurgiu das cinzas, a sua entidade representativa máxima. Marcada por muita luta, determinação, sangue e suor.



Mesa do 31º Congresso da UNE em 29 de maio de 1979. Fonte: <http://reconstrucaodaune.blogspot.com.br/>

Muito que dos que ali estavam viveram a barbaridade do Estado ditatorial, especialmente durante a repressão ao Congresso de Ibiúna em 1968 e durante toda a década de 1970. Até os que não viveram diretamente os confrontos daqueles tempos, revisitavam esse momento através da memória traumática dos que sobreviveram à truculência do Estado. A memória da luta de resistência fundiu-se no passado e no presente, permanecendo viva nos discursos de muitos dos ex-militantes estudantis. Puderam se deleitar no sabor da conquista da vitória, do grande passo que ali se dava rumo à democracia. Infere-nos a tentar remontar um pouco do sentimento, ainda que “perdido” no tempo, provocando revisitações a uma década de lutas, mobilizações, exílios, torturas, desaparecimentos e mortes. As pessoas sejam elas, estudantes ou não, tendo em vista que o Congresso não era só dos estudantes, mas de toda a sociedade, exorcizavam através do “barulho” ensurdecedor das dez mil vozes cantando a palavra de ordem da UNE, os fantasmas da repressão que os assombraram até aquele presente momento. Não era só o grito de milhares estudantes. Era o grito dos mortos e desaparecidos. Era o grito dos estudantes que não puderam se fazer presente em Salvador, mas estavam presente em espírito e coragem em suas cidades. Era o grito da sociedade

pedindo liberdade e justiça. Era o grito do direito e do dever do exercício da memória em busca de verdade e justiça.



Plenário do Congresso da UNE em 29 de maio de 1979. Fonte: Jornal A Tarde 29 de maio de 1979.

O Congresso iniciou suas atividades nessa atmosfera de solidariedade diante da experiência traumática da repressão, ou algo próximo a ela. Sendo que não poderíamos descrevê-la em total essência, por nos situarmos tão distante desse tempo, mas que, através da análise dos relatos de ex-militantes estudantis que ali estavam presentes, percebemos que ainda resiste e persiste na memória um pouco desse ambiente preservado no tempo, intacto na lembrança, mesmo com o risco do esquecimento.

O ex-vice-presidente da UNE, Luís Raul Machado, encostado à mesa de trabalhos, bem que tentou, mas não conseguiu juntar forças para fazer o discurso planejado. Depois do Congresso ele confessava: “Eu não sentia os pés no chão. Estava como um zumbi”. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.45) Mesmo para quem estava no Centro de Convenções a serviço, tropeçando num emaranhado de fios e desviando-se das insistentes máquinas fotográficas, e nas obras inacabadas, aquele ambiente se tornou um grande celeiro de emoção e a alegria que emanava de todo o plenário do congresso.

A mesa de trabalho e de abertura do 31º Congresso da UNE teve como característica fundamental a busca pela representatividade política. Isto é, a Comissão pró-UNE buscou compor uma mesa que simbolizasse as lutas políticas travadas no processo de abertura política, e representativa dos setores sociais que contribuíam com essa luta. Desse modo, estiveram presentes em sua composição: Marcelo Duarte

(OAB/BA), simbolizando as contribuições da Ordem dos Advogados do Brasil; Joviniano Neto (CBA/BA), representando o Comitê Brasileiro pela Anistia; Dirceu Pimenta e José Basílio de Siqueira, o primeiro remetendo a contribuição do movimento camponês a reconstrução da UNE, e o segundo como representante dos camponeses do Araguaia, com fins do resgate político e histórico da Guerrilha do Araguaia⁷⁸; José Genoíno Guimarães Neto (ex-dirigente da UNE), Vinicius Caldeira Brandt e José Serra (ambos ex-presidentes da UNE em 1963 e 1964, respectivamente), como forma de resgatar as contribuições das gerações anteriores da UNE; Manoel José (representando o Trabalho Conjunto), simbolizando a contribuição dos movimento sociais soteropolitanos; Senador Marcos Freire (MDB/PE), Deputado Federal Freitas Nobre (MDB/PE), representando a aproximação entre ME e MDB na luta pela anistia aos presos político e redemocratização país; por final, a mesa estava sob a coordenação dos trabalhos de Rui Cesar Costa Silva (Presidente do DCE/UFBA e da Comissão pró-UNE).



Composição da mesa de abertura do 31º Congresso da UNE em 29 de maio de 1979. Fonte: Jornal da Bahia, 30 de maio de 1979.

O pronunciamento do ex-presidente da UNE José Serra foi um dos mais aguardados pelos estudantes presentes. A simples presença de um perseguido político no

⁷⁸ Como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) tinha forte enraizamento no ME, como vimos anteriormente. Além de também exercer o papel hegemônico no ME e no processo de reorganização da UNE. Houve o claro posicionamento em resgatar elementos simbólicos constituintes do passado político dessa organização. Desse modo, não espontaneamente, a Guerrilha do Araguaia foi rememorada durante o Congresso através da participação José Basílio de Siqueira. Como é sabido, foi o PCdoB que articulou o enfrentamento armado no campo contra o regime na região do Araguaia, com pretensões de acabar com a ditadura militar e instituir uma nova ordem política orientada pelo socialismo cubano e chinês. Saber mais em: MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

ambiente já era motivo de comemoração. Era a certeza de que as coisas estavam caminhando para o lugar tão desejado: a reconquista democrática.



José Serra e Rui Cesar no discurso de abertura do 31º Congresso da UNE em 29 de maio de 1979 Fonte:

<http://reconstrucaodaune.blogspot.com.br/>

Em seu discurso de vinte minutos aproximadamente⁷⁹, abrindo os trabalhos do Congresso, José Serra buscou reforçar a ideia de que naquele momento concretizava-se um dos primeiros passos para o processo de “reconstrução da democracia no Brasil”. Aponta, também, para o aspecto de resistência ao regime ainda em vigor, com a realização daquele evento de profunda envergadura política. Serra discorre sobre os movimentos que o antecederam, principalmente a luta estudantil contra a “Lei Suplicy”, que preconizava a extinção da UNE e o surgimento de “novas entidades” a partir de normatização definida pelo regime, considerada por Serra enquanto “entidades pelegas”.

Hoje, ao dar um passo para a reorganização da UNE, os estudantes fazem também uma contribuição fundamental para a reconstrução da democracia no Brasil.

O XXXI Congresso culmina com uma resistência ao regime ditatorial que vem de longe, vem de antes do golpe de 1964, quando denunciávamos ao País inteiro a mobilização das forças reacionárias que, a pretexto de defender as liberdades, preparavam a emboscada que haveria de destruí-las. É a resistência que vem dos primórdios do regime, quando os estudantes puseram no ridículo a chamada lei Suplicy, que pretendia extinguir a UNE e instituir entidades pelegas, as quais, graças ao repúdio estudantil, nunca chegaram a tomar forma. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62 julho/agosto de 1979: p.66)

⁷⁹ É importante frisar que fizemos a análise de todo o pronunciamento do José Serra, mas que, por questão metodológica, optamos em fazer essa análise parte a parte. Pois consideramos de melhor sistematização e compreensão das informações contidas em seu discurso emblemático. Nele, Serra defende seu ponto de vista de exigências para o retorno do Estado de Direito, situando os estudantes, intelectuais e trabalhadores como sujeitos pioneiros desse processo.

Serra dá continuidade à sua fala. Busca remontar a trajetória de resistência presente também nos congressos estudantis pós-golpe de 1964. Fato este marcado pela truculência repressiva, à medida que o Estado ditatorial se forjava no discurso de “salvadores da democracia”. Considera que a extinção da lei 477, encaminhada poucos dias antes do Congresso para a Câmara Federal pelo presidente Figueiredo, não representou uma concessão do regime, mas sim, que havia sido “derrubada” na prática pelo Movimento Estudantil muito antes, com as movimentações e as lutas que marcaram sua trajetória na década de 1970. Ou seja, Serra defende o argumento de que a resistência e a ação estudantil “caducou” a Lei, e de que o regime não teve outra saída, a não ser revogá-la. Portanto, Serra utiliza-se do recurso da ironia, quando denomina a Lei de como “reliquia oprobriosa”.

É a mesma resistência dos congressos estudantis do período posterior a 64, reunidos em meio à mais dura repressão, repressão que os presumidos salvadores da democracia não vacilaram em praticar. Foi a resistência ao decreto 477 que os estudantes derrubaram na prática, muito antes que o próprio regime decidisse se livrar dessa reliquia oprobriosa.” (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.66)

Serra evoca em um dos trechos de seu discurso a memória da sede da UNE que foi invadida e incendiada por forças conservadoras em 1964.⁸⁰ As gerações estudantis posteriores ao golpe de 1964, como afirma a brasilianista Victoria Langland (2003), pouco capitalizaram lutas no sentido de retomar a sua sede. Mesmo sendo a sede da entidade, não era comumente utilizada pelo Movimento Estudantil no período pré-golpe. Mas, com a invasão e destruição do prédio, o lugar ganhou uma dimensão simbólica importante, manifestada em diversos atos políticos estudantis, principalmente para a geração a que pertenceu José Serra. Contudo, essa retomada e valorização da sede como lugar simbólico, não foi sentida por todos e variou de acordo com os embates entre os

⁸⁰ A sede da União Nacional dos Estudantes era localizada na Praia do Flamengo, nº132, Rio de Janeiro. O prédio foi doado a entidade em 1942 pelo então presidente Getúlio Vargas. Antes da doação, o prédio abrigava a organização cultural alemã. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado da Tríplice Aliança (Inglaterra, França e Estados Unidos), contra o nazi-fascismo alemão e italiano, o prédio foi desapropriado e doado a UNE. No local, a UNE desenvolveu seus principais projetos para difusão e promoção da cultura brasileira, conhecidas como: Centro Popular de Cultura, “CPC”; o Cinema Novo; e o Teatro Popular, que eram iniciativas voltada para a “conscientização” das camadas populares a partir da linguagem artística e a defesa do que seria considerada a “arte revolucionária”.

estudantes e a ditadura. Assim, com a escalada da repressão, as ações estudantis passaram a ter uma perspectiva mais fragmentada e a agenda política estudantil preconizou uma ação mais direta contra o regime. Desse modo, a reconquista da sede foi adiada, e o ME passou a lograr a utilização de outros signos políticos para a luta, a exemplo da morte do estudante secundarista Edson Luiz. O episódio foi amplamente capitalizado politicamente, especialmente pelos estudantes da geração 68, que organizaram diversas passeatas e atos em quase todos os Estados da federação. Atingiu também um caráter de massa com movimentações amplas na rua, portanto, vários estudiosos identificam que a luta pela retomada da sede da UNE não se configurou numa prioridade para aquela geração. (VALLE, 2008)

Contudo, o ex-dirigente estudantil oportuniza a fala para resgatar a memória do incêndio ao prédio da UNE, reconhecendo que houve erros por parte da ação estudantil no período pré-golpe, mas, de todo modo, considera ainda que foi às ações positivas da entidade máxima dos estudantes que a tornaram alvo da repressão do Estado militar ditatorial. Aqui, Serra diz que as bandeiras sempre defendidas pela UNE, estavam em completo desacordo ao preconizado pelos golpistas, demarcando claramente sua posição oposicionista. Além disso, demarca em seu discurso, que vozes contrárias à reconstrução da UNE, principalmente de setores mais conservadores do regime, ainda resistiam a aceitar o movimento de redemocratização no Brasil, a qual o Congresso era a expressão acabada desse processo:

As forças que se opõe a democratização efetiva da sociedade dizem não aceitar a reconstrução da UNE por que isto representaria uma “volta ao passado”. Mas, de que passado? Falam do passado anterior a 1964? Certamente muitos erros foram cometidos pelo movimento estudantil dessa época. Mas não foi devido a esses erros e sim a suas virtudes que, em 1964, a UNE foi devastada e incendiada pela repressão. A UNE não foi atacada porque conspirasse contra a democracia, por que favorecesse o capital estrangeiro, porque defendesse uma universidade elitista e obsoleta ou porque apoiasse as potências imperialistas e colonialistas. Ao contrário. A UNE, como expressão máxima do movimento estudantil, estava sempre à frente na luta pela defesa e ampliação das liberdades democráticas, na denúncia da desnacionalização da economia, na mobilização pela reforma da universidade, na solidariedade aos povos de Terceiro Mundo em suas lutas de independência e soberania. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62 julho/agosto de 1979: p.66-67)

Em 1979, após o renascimento da UNE, o Movimento Estudantil orquestrou uma grande manifestação em frente ao prédio da entidade. Houve uma grande movimentação

estudantil através de passeata, cartazes, vigília, e acampamento em frente ao prédio. Essa ação recebeu o apoio de amplos e diversos setores da sociedade: artistas, jornalistas, professores, políticos dentre outros. No ano seguinte, no dia 21 de março de 1980, mesmo aos olhos e gritos de contrariedade estudantil o prédio sede da UNE foi definitivamente demolido pelo Estado, sob o pretexto de “risco de desabamento”. A demolição do prédio se tornou um grande ato simbólico de forças conservadoras que arquitetavam uma transição controlada, demonstrando, entre outras formas, que ainda estavam “vivos” e capazes de combater, ou pelo menos tentavam, arregimentar as ações estudantis. Esse ato de destruição das pegadas das atrocidades passadas no presente, foi sabiamente capitalizado pelos estudantes nos finais dos anos setenta e início dos anos oitenta, recuperando a sede da UNE como ponto de partida na luta por justiça. Assim, o desabamento do prédio, passou a ser identificado como sinal de uma ausência não apenas física, mas, sobretudo afetiva e política. Tal como tantos outros desaparecimentos, mortes e exílios de pessoas, o desaparecimento do prédio passou a se fazer presente nos movimentos de memória como exercício de dever para que nunca mais aconteça, para que nunca mais se esqueça. O volume dessa luta de demarcação dos lugares do passado permitiu minar aos poucos com o poder ditatorial, e nisso, os estudantes continuaram a ter um papel fundamental. Corrobora nesse entendimento, a perspectiva da historiadora V. Langland (2003) quando afirma que “(...)como tantos otros que fueron 'desaparecidos' por el régimen militar, el inexistente edificio también siguió desempeñando un importante papel.”

José Serra prossegue o seu discurso afirmando que a UNE, a partir das suas iniciativas, estava comprometida com as questões sociais, políticas, culturais e educacionais do país. A entidade, segundo ele, foi capaz de constituir-se enquanto instrumento de ação no sentido de fortalecer grandes lutas e mobilizações de caráter nacional, ou seja, reforçando uma ideia nacionalista da entidade⁸¹.

Suas posições pela democracia se estendiam também ao campo social e econômico: por isso a UNE realizava uma imensa campanha de alfabetização e um importante trabalho de cultura popular. Apoiava todas as reivindicações contra a pobreza e os baixos salários, apoiava a reforma agrária. Levantava as grandes questões nacionais, procurava ser sua caixa de ressonância, denunciava, mobilizar a opinião pública pela sua solução. Nas vésperas do golpe, estávamos realizando um seminário em Manaus contra a devastação e a desnacionalização da Amazônia. A quinze anos atrás este é um bom exemplo

⁸¹ O nacionalismo, a defesa do Brasil, era um dos sentimentos mais presente em toda a sociedade. Demonstrar o caráter “nacional da UNE”, era colocar a entidade numa situação afinada frente a opinião pública.

de como o regime fechado e autoritário só fez postergar e agravar, pelo sufoco da repressão, a solução dos grandes problemas nacionais. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62 julho/agosto de 1979: p.67)

Exalta o caráter “autônomo” da União Nacional dos Estudantes, como também o perfil ativo enquanto entidade máxima de representação estudantil, sempre se colocando na defesa da democracia e preocupadas com as causas nacionais. Ainda que tais atitudes fossem “mal vista” por setores mais reacionários da sociedade, entre eles os militares, os quais, como aponta José Serra, tinha colaboração ativa da Companhia de Inteligência Americana, a CIA. Remontando a ideia de negação ao imperialismo estadunidense, sentimento de grande capilaridade entre os estudantes. Ou seja, como a grande maioria dos estudantes compunha essa classe social, esperava-se que ela corroborasse com o golpe militar, fato que não ocorreu. Serra demarca a posição da UNE no sentido de está ao lado da maioria da população, interpretando o golpe de estado como uma ação “injusta e opressiva”.

As posições da UNE doíam às classes conservadoras, que esperavam que os estudantes universitários, como minoria privilegiada que eram, fosse contestar a ordem econômico-social vigente. E as posições dos estudantes, no entanto, eram pela transformação desta ordem que consideravam injusta e opressiva para a grande maioria dos brasileiros. E não eram os diretores da UNE que inventavam essas posições. Era a consciência coletiva dos estudantes que as ia soletrando, a custa de muito debate, e muita batalha. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.67)

José Serra deflagra em seu discurso os aspectos a que ele compreende enquanto elemento da geração, na qual fez parte. Ressaltando que a luta política estudantil perpassava o próprio campo da política, não lançando mão a embates diretos pela via da força e da truculência. Atitude que, na perspectiva do Serra, não foi compartilhada pelos militares, a que valeu-se da utilização de todo um aparato repressivo: prisões, tortura, censura, exílio, morte para calar os seus opositores, entre eles o Movimento Estudantil. Incutindo ao que ele mesmo refere-se enquanto “violência sistemática, aos corpos e as ideias”, a que cercou e sufocou todas as possibilidades do embate dentro do campo da democracia, criando barreiras a mesma.

Meus companheiros estudantes:

Pertenço a uma geração que não sabe o custo da palavra. Que não vê no gesto

apenas o símbolo, mas também um instrumento efetivo de luta. A palavra e o gesto eram nossas armas. Nunca a repressão física ou o sufoco das ideias. Quem deflagrou a violência no Brasil, e a violência sistemática, aos corpos e as ideias, foi o golpe de 64 e o regime de exceção por ele engendrado, regime que tantos caminhos fechou, tantas barreiras antepôs à prática política democrática. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.67)

Serra postula a criação, entre os estudantes presente no Congresso, o sentido de uma crítica à postura do regime militar que naquela altura, quinze anos depois do golpe, ainda resistia ao clamor social pela aprovação da Lei de Anistia⁸². A qual argumentava os militares que os ditos “terroristas”⁸³, ainda na condição de presos políticos, praticaram a violência contra o suposto “Estado Democrático”. Em sua fala Serra reforça a ideia que, explicitada na citação a baixo, atribui ao próprio Estado a responsabilidade pela violência, sinalizando que o movimento no sentido da anistia “ampla, geral, e irrestrita” viria acontecer. Haja visto que a agenda referente à luta pela anistia era a principal demanda dos movimentos sociais em 1979, era um dos marcos simbólicos da luta contra os abusos de poder dos governos militares. O ME incorporou na sua plataforma de luta pelo seu caráter de aproximação com os outros setores da sociedade, principalmente com o Comitê Brasileiro pela Anistia e o Centro de Desenvolvimento das Mulheres Brasileiras.

Nada mais descabido, portanto, do que negar agora a anistia para alguns dos opositores do regime autoritário sobre o pretexto de que praticaram a violência. Mas a anistia virá: Virá ampla, geral e irrestrita, para permitir a todos o direito de participar da reconstrução democrática. Não esqueceremos a dor do exílio, as perseguições, a violência, a arbitrariedade. Aqui estão famílias que viveram a agonia do quem sabe e do talvez, na busca dos seus entes mais queridos. Não esqueceremos, não por revanchismo, mas porque será fundamental aprender do passado afim de melhor saber construir o futuro, livrando o país para sempre do peso do despotismo, da repressão, da violência. A memória dos que caíram seguirá presente. Desaparecido ou morto, Honestino Guimarães continuará sendo o companheiro nosso de cada dia, recordamos a necessidade da restauração e do aprofundamento da democracia. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.67)

⁸² Promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, a lei No 6.683, mais conhecida como a Lei de Anistia, previa a anistia aos presos políticos entre o período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Essa lei foi uma demanda ampla da sociedade no final da década de 1970. Demanda essa que incorporou as lutas de diversos setores da sociedade, inclusive a estudantil. Essa lei apresenta controvérsias, tendo em vista que seu caráter de anistia ampla tanto favorecia os opositores do regime, como também os torturadores. A discussão dessa lei e seus desdobramentos sociais, políticos e históricos persistem até os dias atuais. Sendo tema de grande repercussão nacional. (Consultado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm no dia 07 de agosto de 2013 às 16h44m.)

⁸³ A palavra terroristas aparece entre aspas pois era o adjetivo utilizado pelo ditadura para caracterizar seus opositores. Nessa época, 1979, muitos ainda se encontravam presos e/ou exilados.

Um outro aspecto simbólico importante é não perder de vista a dimensão memorialística a que o Congresso também tornou-se palco. Ao remeter a memória de Honestino Guimarães⁸⁴, José Serra busca resgatar a memória de um estudante, desaparecido político, objetivando fortalecer a aproximação entre a luta estudantil e os movimentos pela anistia e redemocratização no Brasil. Honestino Guimarães acabou se tonando um símbolo no ME da década de 1970 por ter sido o último presidente da UNE, tendo sua trajetória política apropriada pelo conjunto dos estudantes, levando a recair no arcabouço da heroicização. Ou seja, a construção pelo ME de heróis que estivessem alinhados com as agendas de lutas do período. Recuperar a trajetória política de Honestino caía como uma luva, pois aquele momento simbolizava os quinze anos de vigência de uma ditadura militar no país, responsável por 15 anos de mortes, torturas, prisões, desaparecimentos de pessoas, incluindo na lista das barbaridades o sumiço do último presidente da UNE, Honestino Guimarães.⁸⁵ Portanto, nada mais justo, que durante o Congresso da UNE de 1979, sua imagem fosse heroificada e destinada à apropriação por futuras gerações estudantis pelo caráter de exemplaridade e ética, parte de um legado coletivo de quem optou por morrer defendendo uma causa. Na mesa de abertura do Congresso, uma imagem de Honestino Guimarães retirada da sua Carteira de Identidade, e ampliada com dimensões de cinco metro de altura e quatro de largura, foi erguida em cima da mesa de trabalho do evento. Além disso, uma cadeira vazia foi colocada junto à mesa dos trabalhos do Congresso, como forma de simbolizar a ausência do último presidente da UNE. Tal atitude representava ali, naquela atmosfera de comoção e apropriação de um passado de dor e de dignidade, a recuperação dos valores professados por uma geração. Valores estes encarnados, revistos e ampliados na figura de Honestino Guimarães, convocando os presentes para a continuidade da luta por justiça e contra o esquecimento.

⁸⁴ Honestino Guimarães foi importante dirigente estudantil da década de 1960.

⁸⁵ Dia Nacional de Luto em repúdio à posse do general Figueiredo. Secretaria Executiva da Comissão Nacional Pró-UNE. Salvador, 29/02/1979. APERJ/Polícia Política. Notação 67. P. 676. apud MULLER, 2010.



Retrato do ex-dirigente estudantil Honestino Guimarães na mesa do 31º Congresso da UNE em 29 de maio de 1979.

Fonte: LABHOI-UFF

Nessa perspectiva, nos infere nos aproximar da reflexão apontada por Cardoso (2013)⁸⁶, em seu livro “Criações da Memória: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985)”, onde a autora busca refletir sobre os diversos aspectos desse momento histórico no que ela mesma define enquanto “surto rememorativo”, que constitui-se basicamente de um *boom* memorialístico que marcou os últimos anos do regime, e os primeiros anos de democracia no Brasil. Ao passo que a emergências dessas memórias estiveram alinhadas com a demanda da sociedade por uma dita “versão oficial” desse momento histórico. Cardoso aponta a que essa conjuntura esteve relacionada com Campanha pela Anistia, tendo como característica a questão da libertação dos presos políticos, marcada por uma ampla divulgação dos acontecimentos durante a luta armada. Fato que, durante o processo de abertura política, trouxe à tona as demandas pela “verdade” sobre os acontecimentos que caracterizam esse momento histórico. Sendo que os conflitos que marcaram os anos do regime entre os atores que compunham o Estado repressor e os que compunham o grupo dos “reprimidos”, acabaram se estendendo nas disputas de memórias e versões sobre o regime mesmo durante o período de abertura democrática, momento em que houve maior parte das publicações dessas memórias.

José Serra continua o seu discurso apontando que tanto os estudantes como os trabalhadores estão trilhando os caminhos para a democracia. Mas salienta que não basta só o enfrentamento com o regime e a luta pela democracia, que a democracia mais do que conquistada tem que ser “vívda”, ou seja construída a partir das experiências:

⁸⁶ CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da Memória: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985)* – EDUFRB, Cruz das Almas – Bahia, 2013.

E é isso que os estudantes estão fazendo agora, com este congresso. Reorganizando a UNE, os estudantes demonstram, como também o fazem os trabalhadores, que temos que ir adiante e depressa. Que já não basta denunciar o autoritarismo nem somente pregar a democracia. Que é preciso viver a democracia, praticá-la, sem diálogos do passado a prometer a revogação do que já está revogado pela vida, como o AI-5 e o 477. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.67)

Nesse sentido, Serra retoma o aspecto da importância das conquistas protagonizadas pelo ME e pela classe trabalhadora como principais elementos de negação da própria ditadura, simbolizadas pelo AI-5 e o Decreto-Lei 477. Portanto, conclui que os movimentos sociais, de modo geral, não precisaram pedir concessões ao regime para reconstruir as suas bases organizativas, pois fez parte de uma ampla trajetória de lutas e movimentações de toda a sociedade:

Assim, do mesmo modo que os trabalhadores, operários, bancários e funcionários públicos não foram perguntar a ninguém se o direito de greve era reconhecido pelo AI-5 ou se o é pelas leis de exceção que permaneceram, os estudantes também não pediram autorização a ninguém e pelas suas próprias mãos e pernas fazem o seu congresso e reorganizam sua entidade máxima e prepara-se para assumir, no país inteiro, seu papel na eliminação dos restos do regime autoritário e na redemocratização da sociedade, a demonstrar que a nação, que é nossa, e nação de punhado de presumidos “donos do poder”, exige que se aponte para um futuro de dignidade humana, de igualdade social e de democracia para o seu povo. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.67-68)

Serra considera o caminho para a democracia como inevitável. Compreendendo que sua conquista plena constitui enquanto elemento importante e fundamental de mudanças e transformações na sociedade. Considera que as lutas por liberdades, direitos de livre organização e anistia se configura diretamente no alinhamento com as demandas pela diminuição das desigualdades sociais no país. O que, em última análise, caracterizaria enquanto elemento de aproximação do ME com os ditos “setores explorados” da sociedade. Esses últimos acabam por se tornar vítimas de um processo de dominação que visa garantir os privilégios a uma minoria.

Meus companheiros estudantes:

A democracia virá e para mudar. Democracia para mudar. A luta dos estudantes de ontem e de hoje pelas liberdades políticas, pelo direito de organização e todas as classes sociais, pelo estado de direito, pela anistia, é inseparável de sua luta contra a desigualdade social, do seu empenho pela

mudança de um estado de coisas em que o fausto de alguns poucos privilegiados contempla sob soberba indiferença a miséria de dezena de milhões de brasileiros, permanentemente postergados do acesso a riqueza que produzem. A democracia que queremos é um regime que permita ao trabalhador, aos partidos, a imprensa, aos sindicatos, aos grupos de moradores, enfim a própria sociedade, que controle e fiscalize os governos livremente eleitos pelo povo. Sem isso não se poderá mudar as condições de vida desse povo. Necessitamos de uma democracia para valer. Assumindo os riscos de uma mudança efetiva na sociedade. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.68)

Serra compreende que a democracia, a tão almejada democracia pelos mais amplos setores sociais naquele momento, seja a garantia de que o governo seria escolhido pela decisão popular, cabendo a esse povo o livre controle e a fiscalização do Estado, sendo que só a partir dessa conjuntura, poderia ser criada as reais condições de mudanças positivas no Brasil.

Aponta ainda que a sociedade como um todo sofria uma carestia generalizada, decorrente dos desmandos econômicos do regime, que colocou tanto a classe trabalhadora, seja ela do campo o da cidade, como também a classe média numa situação fragilizada economicamente. Atribuindo o peso de um do suposto “milagre econômico”⁸⁷ que recaiu apenas sobre a classe assalariada, transferindo os ganhos e as riquezas geradas no país aos “especuladores financeiros”. Os agentes do capital financeiro utilizaram brechas deixadas pelos governos ditatoriais para fazer o que Serra chama de “fantásticas operações de agiotagem”. Impondo uma condição de especulativa nos preços dos produtos, associado aos ganhos das multinacionais com o crescimento desenfreado da dívida externa, dificultando ainda mais a vida do povo brasileiro.

Hoje não são apenas os operários e os trabalhadores do campo que sentem a injustiça no seu bolso com os magros salários. A classe média, o professorado primário e secundário, os comerciários, a dona de casa, todos sentem, pelo custo de vida, que os anos do “milagre” e da repressão só se viram a uns poucos, ricos e privilegiados. E hoje a nação paga o tributo dos anos do “milagre” e do desperdício e os que pagam são precisamente os que não os desfrutam: Ou seja, a grande massa assalariada e trabalhadora. E isto em benefício de um reduzido grupo de especuladores financeiros que realizam as

⁸⁷O período 1968-1973 é conhecido como "milagre" econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do "milagre" é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos. (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI; 2008). Saber mais em: VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. *Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica*. Rev. Bras. Econ. vol.62 no.2 Rio de Janeiro Abr./Jun. 2008.

mais fantásticas operações de agiotagem e impõem juros escorchantes aos consumidores e aos médios e pequenos produtores; isto em benefício das grandes empresas monopolistas que também especulam no mercado financeiro e defendem os seus lucros aumentando os seus preços. No centro desse sistema estão as multinacionais atuando sem controle, e a finança internacional, beneficiando-se sem cessar com o crescimento da dívida externa. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.68)

O sentimento que permeava toda aquela geração de 1979, refletida no discurso de José Serra, estava baseado na convicção de que a democracia era o principal elemento transformador da realidade em que o Brasil estava imerso. Momento de permanência de uma ditadura no âmbito da política, que impedia a livre manifestação e participação, além dos descasos nos rumos econômicos, gerando uma situação de crise, inflação e desemprego, insustentável para a grande massa da população. Diante dessa conjuntura, o ex-dirigente considera fundamental a participação dos estudantes, do ME e da UNE, no sentido de construir uma agenda que preconizasse os anseios da população, orientada pelo tripé: “liberdade, democracia e justiça social”. Assumir essa agenda política, significava no longo prazo colocar a UNE numa situação de legitimidade plena da população e dos estudantes de todo o Brasil.

Nós queremos a democracia para por um ponto final nisso tudo. A participação dos estudantes nesse processo é indispensável e inevitável. Estamos certos que as lideranças estudantis, com o que tem demonstrado, serenamente, nos últimos anos, serão capazes de colocar objetivos que são realmente apoiados pela população: liberdade, democracia, ponto final ao medo e ao ódio, justiça social. E o farão como participantes de uma UNE reconstruída, independente, soberana, democrática e forte, porque representativa da grande massa estudantil. Representativa ao ponto de que todos os estudantes de todo o Brasil, de cada faculdade poderão dizer a pulmões soltos: A UNE somos nós nossa força e nossa voz. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.68)

Serra, finaliza seu pronunciamento remontando as gerações que marcaram a trajetória da UNE durante toda a sua história, construindo um diálogo a partir da noção de que as gerações predecessoras ao Congresso de Reconstrução de alguma forma estavam presentes naquele momento, naquela conquista. Que a colaboração delas, direta ou indiretamente, forneceriam condições possíveis para que se pudesse reconstruir a entidade máxima estudantil:

Em nome dos estudantes que construíram à UNE, na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo.
Em nome dos estudantes de minha geração que é a mesma de Vinicius e Aldo Arantes, que lutaram por um futuro de dignidade humana, de igualdade social e de democracia para o povo brasileiro.
Em nome da UNE que presidi e que foi devastada e incendiada pelas forças de repressão, como baluarte que era a de resistência democrática e antigolpista.
Em nome dos estudantes que durante estes 15 anos de prepotência, arbítrio e violência repressiva souberam manter viva a chama da resistência e do protesto.
Em nome daqueles que, nessa dura caminhada, foram expulsos de suas escolas, exilados, presos, torturados.
Em nome dos estudantes que foram mortos, companheiros de ideal democrático que legaram a todos nós o protesto mudo e generoso dos seus corpos mutilados.
Em nome de todos nós, estudantes de ontem e hoje, de todos nós que lutamos para livrar a Nação das amarras destes quinze anos de regime ditatorial.
Declaro aberto o XXXI Congresso nacional dos Estudantes. (Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº62, julho/agosto de 1979: p.68)

Encerra lançando mão da construção de uma conexão que preconize unidade entre os estudantes das diferentes gerações que integraram a UNE, o que, de certo modo, constitui a identidade política da instituição até hoje. Enquanto abre-alas de um Congresso tão aguardado, o discurso proferido por Serra pretendeu construir uma unidade, lançando uma nova plataforma política, expondo um quadro simbólico de lutas da UNE durante sua história, ainda que constituída de gerações completamente distintas. Ou seja, que vão do período de surgimento da UNE durante o Estado Novo varguista, até a geração que viveu os ditames dos quinze anos de repressão política do Estado Militar. Em suma, o discurso emblemático proferido por José Serra buscou demonstrar que todas aquelas gerações passadas faziam parte daquele momento político.

No decorrer das atividades, foram lidas uma série de moções encaminhadas ao Congresso. Somando mais de sessenta moções⁸⁸ de apoio, enviadas como forma de colaborar ou colocar-se solidário com aquele ato público protagonizado pelo ME. Essas moções vieram de diferentes entidades, atreladas aos sindicatos, igrejas, associações de bairros, universidades, além de revelar variados tipos de organização existentes no Brasil e do mundo, comprometidas com a luta pelo retorno do Estado de Direito em nosso país.

⁸⁸ Consideramos que as seguintes moções citadas se destacaram são representativas do momento político da reconstrução da UNE. Isso, de todo modo, não deslegitima a dimensão política e representativa das outras moções, que abrilhantaram ainda mais o processo de refundação da UNE. Não conseguimos ter acesso a todas essas moções, mas analisamos e destacamos algumas nesta dissertação, selecionadas por ser mais ilustrativas do momento político a qual a reconstrução da UNE estava inserida.

Entre as que consideramos principais moções estavam: a encaminhada pelas ex-lideranças da UNE, que na oportunidade da realização do Congresso de reconstrução em Salvador, encontravam-se na condição de exilados políticos; a moção encaminhada pelo ex-presidente da UNE, Aldo Silva Arantes⁸⁹, que cumpria pena no Presídio Político de São Paulo; e do manifesto de apoio de 27 entidades de setores populares e democráticos da Bahia, aprovados na Assembleia do Trabalho Conjunto em cinco de maio de 1979.

Essas moções, transcritas em vários escritos que elegeram o tema do ME como central, foram reproduzidas aqui, não aleatoriamente, mas pelos motivos que se segue: a primeira das ex-lideranças, simbolizava o aspecto das perseguições políticas da ditadura as lideranças do ME, e que, muitas delas ainda se encontravam na situação de exilados políticos, ainda que houve a sinalização do regime para a flexibilização democrática. Em um trecho da moção é aferida a seguinte perspectiva

Consideramos a realização do Congresso da UNE uma afirmação da vontade democrática dos estudantes brasileiros que tiveram de sobrepor-se à tentativa da ditadura de impedir sua realização. Além disso consideramos que o Congresso da UNE, como os anteriores, significa o exercício de uma prática democrática pois nele se realizam o livre debate de ideias sem restrições de qualquer tipo. A diferença do regime ditatorial, que continua em vigência. Por isso as direções da UNE possuem uma representatividade que não pode ser alvejada por nenhum governante. A realização do congresso sendo um ato democrático, encontra-se por definição em contradição com o regime atual, que apesar das pretensas reformas não perdeu sua essência ditatorial, se exprime através da nova LSN(Lei de Segurança Nacional), permitindo a criminalização das ideias políticas e impedindo a livre organização do povo, as salvaguardas, uma nova expressão do AI-5, prontas para serem aplicadas contra todo movimento antiditatorial, manutenção do aparato repressivo que prendeu, torturou e matou impunemente ao longo desses anos. Política de arrocho salarial, garantida pela compressão de salários, intervenção nos sindicatos, proibição de greves e violência policial contra a classe trabalhadora que se levanta pelos sus direitos. (...) Quando a UNE se organiza não podemos deixar de lembrar, portanto, Edson Luís, Honestino Guimarães, José Carlos da Natta Machado, Aldo Arantes, Rui Frasão, Alexandre Vannucchi Leme, João Batista Drummond, Gildo, Helenira Rezende, e outros líderes estudantis que tombaram na luta contra a ditadura. Não podemos deixar de lembrar nosso compromisso de luta pela libertação de ex-dirigentes estudantis e de todos os presos políticos. A negativa de libertação de Aldo Arantes e a condenação de

⁸⁹ Aldo Silva Arantes foi um ex-dirigente estudantil, sendo presidente do DCE da PUC-RJ, e entre os anos 1961 e 1962 ocupou a presidência da União Nacional dos Estudantes. Era membro da Juventude Universitária Católica (JUC), e foi um dos fundadores da Ação Popular (AP). Com o golpe militar em 1964, Aldo Arantes foi se refugiar em Montevidéu no Paraguai onde ficou até 1965, quando retornou ao Brasil. Passando a viver desde então na clandestinidade. Chegou a ser preso em 1968, sendo solto seis meses depois. Em 1972 ingressou no PCdoB como a maioria dos militantes da Ação Popular, e foi preso em 1976 no Massacre da Lapa, onde vários dirigentes do partido foram mortos pelas forças repressivas. Em 1977 foi condenado a cinco anos de prisão, sendo solto em 1979, em decorrência da Lei de Anistia. Aldo Arantes se tornou um grande símbolo de luta e resistência para o ME durante o Congresso da UNE. Pois ele conseguia reunir em torno de si o *status* de ser um ex-dirigente estudantil e de preso político. O que, de todo modo, fortaleceu o elemento simbólico da luta política estudantil por anistia política e liberdades democráticas. (Informações consultadas em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/aldo_arantes no dia 07 de agosto de 2013 às 17h38m)

dirigentes estudantis às vésperas do Congresso demonstram o conteúdo das reformas do regime e seu mortal temor à UNE. Nesse momento em que o governo manobra com uma caricatura de anistia, a UNE deverá reafirmar sua disposição de luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelas mais amplas liberdades democráticas e pelo fim do regime ditatorial. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 49-50)

Outra moção bastante aguardada e representativa foi a encaminhada pelo ex-presidente da UNE, Aldo Silva Arante, símbolo das lutas estudantes no Congresso, que na oportunidade cumpria pena no Presídio Político de São Paulo. Provavelmente um dos documentos mais importantes durante o Congresso da UNE. Aldo Arantes durante o Congresso da UNE foi sempre lembrado com um símbolo de resistência. Remetendo sempre a noção de que a luta não podia cessar, e que a UNE recém criada teria que encampar a luta pela anistia aos presos políticos. No trecho de sua carta ao Congresso Aldo, remete a essa perspectiva:

Na qualidade de ex-presidente da UNE envio minhas calorosas saudações a todos os participante do Congresso de reorganização dessa entidade. O ressurgimento da combativa e gloriosa UNE representa uma importante vitória para todos os democratas. Um golpe contundente contra o obscurantismo e a repressão. É um passo a mais para a verdadeira democracia no país. A UNE renasce como sempre foi – querida e prestigiada pelos estudantes e o povo em geral e perseguida pelos reacionários de toda espécie. (...) O pronunciamento das entidades e líderes estudantis indicam que a UNE retomará com força essa bandeira. No momento em que se amplia a luta democrática, a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, em que os trabalhadores pelejam na cena política do país, meu desejo seria o de estar aí para partilhar com vocês da alegria de ver a UNE ressurgir e sentir a vibração de uma juventude disposta a lutar pela reconquista do seu lugar na vida política do país. Faço votos de que a busca da unidade presida a realização desse Congresso e garanta uma UNE coesa e com uma sólida base de massa. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 50-51)

O manifesto de apoio de 27 entidades de setores populares e democráticos da Bahia, aprovados na Assembleia do Trabalho Conjunto em cinco de maio de 1979. Esse manifesto é bastante ilustrativo do apoio e comprometimento que as entidades baianas através do Trabalho Conjunto de Salvador tiveram com o processo de refundação da União Nacional dos Estudantes:

O povo brasileiro vive momentos importantes de sua luta histórica, na conquista de seus objetivos.

Após 15 anos de um regime antipopular, que para garantir a dominação dos grandes capitais nacionais e estrangeiros submeteu os trabalhadores a sofrimentos e misérias, os setores populares retomam e avançam a sua luta. Exigem melhores salários. Bradam contra a alta do custo de vida. Reconstróem suas entidades representativas. Denunciam a repressão e os crimes políticos. Lutam por uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita, por Liberdades Democráticas e por uma Constituinte livremente eleita.

Os estudantes têm sido parcela destacada no apoio a essas lutas.

Combativamente têm quebrado os limites impostos pela Ditadura: nas greves por melhores condições de ensino, nas passeatas e atos políticos, no apoio às greves dos trabalhadores, na reconstrução de suas entidades livres e representativas. São anos de sofrimento e de lutas que não podem ser esquecidos. Como esquecer as torturas às suas lideranças, como o ex-estudante Aldo Arantes? Como esquecer que a Ditadura incendiou o prédio da UNE em 64, que reprimiu o seu último Congresso em 68? Como esquecer o assassinato do estudante Alexandre Vannucchi Leme e o desaparecimento de Honestino Guimarães? (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p. 51)

O conjunto desses manifestos e moções representaram e fortaleceram a dimensão política do Congresso da UNE. Agregando simbolismo e significações ao processo de refundação da entidade máxima estudantil. A qual surgia enquanto um importante instrumento de organização do ME e, principalmente, de luta. Onde, seja entre os exilados, os presos políticos, e os diferentes setores da sociedade organizada, representava um importante instrumento para a retomada das liberdades democráticas no Brasil.

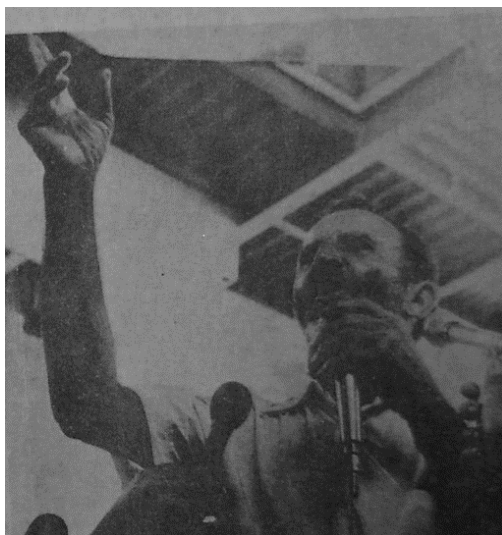
Depois da leitura das moções encaminhadas para o Congresso, um outro representante dos movimentos sociais a discursar no evento foi o José Basílio de Siqueira, líder do movimento camponês do Araguaia. Em seu pronunciamento, um dos mais aplaudidos do Congresso, enfatizou a importância de refundação da UNE, como também demonstrou claramente o apoio do movimento camponês a entidade. Remetendo ao fato que o ME e os camponeses estavam juntos na luta por anistia aos presos políticos e por liberdades democráticas, além da necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte:

Vim aqui dar minha palavra de apoio a vocês, minha palavra de incentivo, para que todos juntos possamos lutar pela anistia total e as liberdades democráticas. Lutar também pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, para que surja uma constituição que corresponda aos reais interesses da nação brasileira. (Discurso José Basílio de Siqueira - Tribuna da Bahia, 30 de maio de 1979; p.3)

Nesse instante o líder camponês tem a fala interrompida pelos gritos estudantes que, juntos, faziam como com as palavras de ordem “O povo unido jamais será vencido”, e também repetidamente a palavra “Anistia, anistia, anistia...”. Dando continuidade a sua fala, José Basílio remete a necessidade da luta pelos direitos garantidos pela declaração dos Direitos Humanos, e da união entre todos os segmentos nas lutas:

Nós temos que lutar por nossos direitos, direitos esses que são garantidos pela declaração internacional dos Direitos Humanos. Direitos que são sagrados e dos quais não podemos abrir mão. Não podemos deixar que coisas como essa continuem acontecendo, e perdurem por muito tempo. Precisamos lutar pela modificação essa modificação será conseguida se houver uma união entre todos nós. A modificação será produto de nossa luta. (Discurso José Basílio de Siqueira - Tribuna da Bahia, 30 de maio de 1979; p.3)

Na verdade, toda fala do líder camponês foi marcada uma série de interrupções. Pelas vozes que vinham do plenário do Congresso, vozes exaltativas e de luta. Que estavam se deleitando do ambiente festivo e de sensação de vitória. A qual a fala de José Basílio simbolizava a união do povo, era, naquele momento, um ícone da aliança entre os movimentos urbanos e o movimento camponês. Era a sensação de que o processo de reconstrução da UNE representava um caminho sem volta para a retomada da democracia no Brasil.



Discurso do líder camponês José Basílio de Siqueira durante a mesa de abertura do Congresso da UNE em 29 de maio de 1979. Fonte: Tribuna da Bahia, 30 de maio de 1979; p.3

Depois do plenário do Congresso da UNE acalmar os animos, em decorrência da fala do líder camponês. A palavra foi facultada ao senador Marcos Freire do MDB-PE.

Remetendo simbolicamente a aproximação entre o ME e o MDB. Que naquela oportunidade foi imersa em aplausos de parte do plenário, e vaias de outra.

A PRESENÇA DO MDB

Durante o processo de construção política e organização do Congresso da UNE o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, principalmente através de sua Ala Jovem, teve total estreitamento com o ME soteropolitano.⁹⁰ Saiu fortalecido ainda mais através do Trabalho Conjunto de Salvador, o qual, como já vimos, aglutinava as principais forças dos movimentos sociais na capital baiana. A nível nacional tanto o MDB como o ME estavam alinhados nas trincheiras do processo de redemocratização política no Brasil, encampando juntos a luta pela anistia aos presos políticos e uma constituinte soberana. Desse modo, essa “aliança” entre ME e MDB refletiu-se na composição da mesa de abertura Congresso com a participação do Senador Marcos Freire e do Deputado Federal Freitas Nobre, ambos do MDB de Pernambuco. Nesse sentido, a Ala Jovem do MDB da Bahia, retirou em sua primeira convenção estadual, realizada no dia 13 de maio de 1979, uma moção de apoio ao encaminhada ao Congresso da UNE:

A Ala Jovem do MDB da Bahia reunida em sua primeira Convenção Estadual resolve expressar seu apoio irrestrito à realização em Salvador do Congresso de reconstrução da UNE. Esse congresso, além de sua importância para os estudantes e o povo brasileiro, tem sido um fato de estreitamento dos laços entre o movimento estudantil e o MDB. Na participação direta de diversos parlamentares, no apoio político expresso em diversos níveis, ou na utilização das dependências do partido, o MDB encara o fortalecimento da UNE, como um compromisso também seu, assumido nas batalhas eleitorais contra o regime ditatorial. (Moção de apoio ao Congresso da UNE – I Convenção Estadual da Ala Jovem do MDB-BA. 13 de maio de 1979)

Apesar do estreitamento político entre o ME e MDB baiano, esta aliança não era bem quista por todo o meio estudantil. Para setores mais a esquerda do ME, a aproximação com o MDB era problemática, pois sua oposição a ditadura foi muito moderada, e alguns dos seus membros foram coniventes e concordantes com as ações políticas da ditadura. O partido permitiu filiação de antigos partidários da ordem

⁹⁰ Saber mais em: JACOBINA, André T. *Clivagem Partidárias: ARENA e MDB em tempos de distensão (1974-1979)*. PPGH-UFBA, Salvador – BA, 2010.

ditatorial, portanto, com aguçado senso crítico esses estudantes avaliavam que o MDB não cumpria seu real papel de oposição política ao regime. Tanto que o discurso de Marcos Freire (MDB-PE) no Congresso foi marcado por vaias e aplausos, demonstrando claramente as diferentes leituras acerca da participação do MDB no processo de reconstrução da UNE:

Ditadura não casa com liberdade estudantil e por isso mesmo o primeiro ato do golpe de 64 foi de incendiar a sede da UNE. Foi um símbolo da pressão e do sufoco das liberdades. Mas companheiros estudantes, 15 anos se passaram de tirania, de ditadura, de perseguição. Quanto e quanto sofrimento foi imposto aos estudantes, ao operário, ao camponês a todos aqueles que procuravam lutar por liberdades. Sim, nós sabemos, os mártires dessa luta democrática. A própria UNE deu aqueles que hoje são símbolo da resistência. (...) É bom que haja aplausos é bom que haja apupos, isto é liberdade, isto representa um passo no caminho do futuro. Eles não nos dão exatamente aquela liberdade que nós queremos. Eles querem apenas reformas de meia-sola. Eles permitem greve mas restringem e limitam o direito à greve, eles permitem que os trabalhadores rurais esta última semana em Brasília, peçam reforma agrária, mas eles dão um pacote que não é o pacote que satisfaz ao povo brasileiro. Meus companheiros, aqui estão aqueles que resistiram também num partido, que pode ter suas deficiências, pertencemos a uma classe política que tem tido seus erros. Uma classe política que muitas vezes tem pactuado com os erros do governo e contra os interesses do povo. Nós estamos aqui representando os senadores do MDB que também participaram da resistência democrática. É preciso a UNE, mas é preciso por igual a união de todos os brasileiros de todos aqueles que nos campos ou nas cidades, que têm um ideal comum e esse ideal é a liberdade, a justiça para todos os brasileiros, é o direito de todos nós resistirmos através da constituinte, da anistia e da União Nacional dos Estudantes do Brasil. (Pronunciamento de Marcos Freire, senador da república pelo MDB-PE - ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.48-49)

Marcos Freire tal qual José Serra busca no início de seu discurso resgatar a importância simbólica e histórica do incêndio da sede da UNE na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro, exaltando o papel da UNE e tutelando a ela o papel de mártir político da tirania do regime militar iniciado em 1964. Sendo um símbolo de resistência e de luta, e renascida e fortalecida durante o Congresso de reconstrução. Marco Freire busca construir um discurso de unidade entre o que ele chama de “democratas do Brasil”. Haja vista que Marcos Freire compreendia a natureza extremamente heterogênea entre as organizações e tendências do ME que ali estavam presentes no Congresso. Além disso, havia o caráter crítico de muitas daquelas organizações tinham ao MDB, partido a que fazia parte. Desse modo, o senador reconhece que o partido cometeu erros e, por isso, não está isento das críticas e das vaias professadas por parte dos estudantes presentes. A qual considera tal

ato singular e de extrema relevância para o Brasil, pois fortalece o que compreende enquanto “liberdade”, e acredita reforçar os caminhos para a democracia.

Além da presença do Marcos Freire e do Freitas Nobre na composição da mesa do Congresso, outros políticos do MDB se fizeram presente na abertura do evento: Marcelo Cerqueira e Edson Khair, deputados federal pelo Rio de Janeiro; Jorge Viana, deputado federal baiano; Alencar Furtado Filho, deputado federal do Paraná; José Alberto Forgaça, deputado estadual pelo Rio Grande do Sul; entre outros. Os deputados estaduais baianos do MDB que participaram foram: Domingos Leonelli, Arquimedes Pedreira, entre outros.

Considero que, a aproximação entre o MDB e o ME, do ponto de vista político, naquele momento era estratégico para ambos os lados. Primeiro porque o MDB vinha acumulando desgastes frente a opinião pública e os movimentos sociais organizados. Decorrente de seu posicionamento muitas vezes dúbio na condição de partido de oposição ao regime. Expondo sua fragilidade, decorrente de sua condição enquanto partido “guarda-chuva”, ou seja, sendo espaço de participação de membros de diferentes posicionamentos políticos-ideológicos. Ainda que assumisse, em algumas oportunidades, posições mais claras contra o regime e a retomada do processo de democratização do Brasil. Por outro lado, para o ME, era fundamental se cercar naquele momento do máximo de apoios possíveis. Haja vista o temor de uma eventual ação repressiva ao Congresso e aos estudantes. Conseguir naquele momento que senadores, deputados e vereadores compusessem o quadro representativo do Congresso era, de certo modo, estratégico. Pois, além de referendar o processo de recriação da UNE, oferecia legitimidade política.

De todo modo, após a mesa de abertura do evento, se iniciaram objetivamente o processo de decisão dos rumos da entidade recriada. Dava-se prosseguimentos naquele momento os trabalhos para as definições dos rumos políticos e organizativos da UNE. Os desafios eram grandes, e o tempo curto. Onde a Comissão pró-UNE teve que se desdobrar para conseguir orquestrar os trabalhos.

O NÚMERO DE CONGRESSISTAS

A questão acerca do número de Congressistas é bastante relativa, haja vista a inexistência de uma estimativa oficial do Congresso, e a divergências de opiniões. Enquanto setores do ME, tais como a Comissão pró-UNE, estimava a participação de cerca de dez mil estudantes. Setores ligados a ditadura aponta para a presença de apenas dois mil. A imprensa soteropolitana se dividia. Enquanto os jornais A Tarde e Correio da Bahia corroborava a posição do regime, conjecturando a presença de dois a três mil estudantes, jornais progressistas como o Tribuna da Bahia aponta a presença de sete mil estudantes no Congresso.

A posição do governo em diminuir remeter a um número menor de estudantes no Congresso infere em duas questões: a primeira, a qual me simpatizo mais, diz respeito a dar menos credibilidade ao evento, ou seja, compreendendo que existia menos estudantes daria menos legitimidade política a UNE; a segunda questão diz respeito ao fato do governo ter se atentado apenas nas informações do número de delegados, o que acho improvável. Por outro lado, o fato do ME apontar a existência de um número equivalente a dez mil congressistas, busca remeter a supervalorização do evento, com a participação maciça de estudantes. O que daria mais validade ao processo de refundação da UNE.

Não conseguimos reunir informações suficientes para defender uma posição com absoluta certeza, mas acreditamos que o número aproximado de estudantes presentes no 31º Congresso da UNE gire em torno de seis a sete mil, em média. Isso porque, conjecturamos a hipótese de ter dois colaboradores ou ouvintes para cada delegado. Essa leitura diz respeito as disputas nas eleições de delegados nas Escolas. Ou seja, existia o delegado eleito, e os correntes dele no pleito eleitoral. Além, é claro, de estudantes que, mesmo não estando na condição de delegados, queriam acompanhar e contribuir com o processo de refundação da UNE. E, também, não podemos excluir os não-estudantes que queriam participar daquele ato político.

Acreditamos também que, provavelmente, a plenária de abertura tenha conseguido reunir dez mil presentes, ou mais. Principalmente pelo ambiente que foi criado em Salvador, na Bahia e no Brasil pela reconstrução da UNE. Muitas pessoas queriam acompanhar aquele momento histórico de refundação de uma entidade de caráter nacional. A qual tinha forte enraizamento social, por sua história de luta.

Conseguimos identificar apenas o número de delegados presentes. Em dados contabilizados pela Comissão pró-UNE, e publicados na edição especial sobre o Congresso da UNE na revista História Imediata, em 1979, aponta que participaram do

Congresso 2304 delegados de 21 Estados e Distrito Federal, além de estimados cinco mil observadores. Segue os números de delegados por cada Estado:

Era a seguinte a representação de delegados por Estado: Amazonas, 13; Alagoas, 46; Bahia, 251; Ceará, 61; Distrito Federal 38; Minas Gerais, 281; Mato Grosso (do sul e norte), 42; Maranhão, 23; Pernambuco, 122; Paraíba 103; Paraná, 35; Pará, 54; Piauí, 23; Rio de Janeiro, 317; Rio Grande do Sul, 116; Rio Grande do Norte, 29; Santa Catarina, 24; São Paulo, 597; Sergipe, 23; Espírito Santo, 64; Goiás, 32; A delegação eleita do Acre não apareceu. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.55)

A distribuição do número de delegados por Estado no 31º Congresso da UNE é bastante ilustrativo do mapa político das principais forças do ME brasileiro. A Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo juntos representavam cerca de 62% do conjunto de delegados no Congresso. Esses números se refletiam também nos resultados da atuação política, pois eram os Estados onde o ME estava mais fortalecido e consolidado, e tinha uma presença mais atuante das tendências do ME. O ME desses Estados acabavam por definir as diretrizes e a agenda estudantil nacional, além de constituírem as principais forças hegemônicas politicamente. Isso não caracteriza, necessariamente, que os estudantes dos outros Estados não exercessem influência na decisões. Essa dimensão variava a partir da coalisão de forças entre as tendências e organizações estudantis.

O DIA A DIA DOS TRABALHOS

O Congresso de reconstrução da UNE foi um evento marcadamente cansativo para os estudantes presentes. Além da longa batalha para seu processo de construção, que contou com contribuições maciças dos estudantes de todo o Brasil, consumiu longos trajetos até o desafio de sobreviver a longa jornada em Salvador, marcada pela ação repressiva do regime. Os dois dias (29 e 30 de maio), ou melhor, dois dias e meio, pois o evento se estendeu para além da madrugada do dia 30 para o 31 de maio, foram demasiadamente intensos em suas jornadas de discussões e problematizações acerca dos rumos da entidade. Ainda que a primeira mesa do evento, ou seja, a de abertura, fora marcadamente “festiva” pois contemplou a fala de vários representantes e apoiadores da UNE, e foi um momento singular de afirmação das lutas da gerações estudantis da década

de 1970 e das gerações anteriores. Os momentos posteriores do evento foi intensamente densos e politizados, haja vista que se a UNE havia sido reconstruída, quais os caminhos que ela iria tomar a partir daquele momento? Essa dúvida permeava e persistia na cabeça de cada estudante presente, como também nas organizações que contribuíram para o processo de reconstrução. Além, é claro, sem perder de vista as disputas entre as tendências políticas pelo controle da entidade.

No período da tarde ainda no primeiro dia do Congresso, logo após a mesa de abertura e do almoço, esse último por sinal demasiadamente conturbado⁹¹, foi dada continuidade aos trabalhos. Com a retomada da plenária, coube a apreciação e votação das propostas encaminhadas pela Comissão pró-UNE e dos delegados acerca do regimento do Congresso. Os itens mais polêmicos a ser definidos foram: a participação ou não dos estudantes secundaristas e de pós-graduação nas decisões do Congresso e a melhor forma de se estudar os trabalhos das reuniões que discutiram os temas do evento. A decisão acerca de quem teria ou não direito a voz e voto só foi definida as 18h15 do dia 29. (Tribuna da Bahia, 1979: p.4)

No segundo momento da tarde, por volta das dezoito horas, após a plenária inicial, o Congresso ficou reservado a distribuição de grupos com eixos temáticos definidos: 1 – Estatuto e Carta de Princípios da UNE; 2 – Trabalho de imprensa, cultura, esporte, finanças, secretarias (divido por áreas); 3 – A forma de eleição que deverá ter o Congresso; 4 – A UNE e a universidade brasileira; 5 – A UNE e a realidade brasileira; 6 – A luta dos estudantes (quais os caminhos a seguir e quais serão as questões eleitas como principais e norteadoras de um debate político amplo.). (Tribuna da Bahia, 30 de maio de 1979; p.4) A partir desse temas, os estudantes se debruçaram em construir propostas a serem encaminhadas com fins de decisão à plenária final do evento. Esse momento foi bastante longo, se estendendo das dezoito horas até as vinte e três horas, ou seja, cinco horas intensos de debates e discussões.

⁹¹ A Comissão pró-UNE definiu anteriormente a realização do evento, que o almoço para os congressistas se dariam na forma de distribuição de quentinhas. O que definitivamente ocorreu, mas, como o número de estudantes presentes ao evento foi bem superior aos da expectativa da organização, acabou alguns estudantes ficando sem receber quentinhas. O que, de certo modo, criou um ambiente momentâneo de insatisfação. Percebendo tal problemática a organização procurou contornar a situação, solicitando mais quentinhas para serem distribuídas aos que ficaram impossibilitados de almoçar. Vale lembrar que o local onde o Congresso estava sendo realizado, no Centro de Convenções da Bahia, era completamente afastado do centro urbano de Salvador, e ainda pouquíssimo habitado. Ou seja, não havia nenhuma alternativa próxima ao local do evento para os estudantes que ficaram sem alimentação. Fato foi que a alimentação complementar chegou ao evento, mas com bastante atraso, o que acabou afetando em certa medida a continuidade dos trabalhos no período da tarde.

As reuniões dos grupos para discussão dos eixos temáticos do Congresso foram finalizadas antes mesmo que seus objetivos tivessem sido alcançados, muito em decorrência do cansaço e do avançar das horas. O teto do horário definido pela Comissão pró-UNE foi de vinte uma horas, pois precisava formalizar um único documento a ser encaminhado para a plenária final do dia seguinte. Esse efeito se deu pelo número infindável de encaminhamentos e propostas, haja vista o grande número de participantes, o que gerou inevitavelmente um grande número de inscrições e intervenções, além das disputas entre as tendências do ME. As questões mais polêmicas que permeavam as discussões dos grupos dizia respeito aos aspectos organizativos e de agenda da UNE, tais como: se a diretoria seria eleita no Congresso ou não; se fosse eleita no Congresso, se seria provisória ou permanente; ou se haveriam eleições diretas ou não no segundo semestre; além, é claro, das bandeiras, haja vista que muitas das organizações estudantis queriam suas agendas e lutas nacionais contempladas nas Cartas de Princípios e Lutas da UNE.

Estimasse que o grupo que tinha o propósito de discutir “Eleições” da UNE chegou a aglutinar mais de mil participantes. E que, durante a plenária final, viria a ser o tema mais polêmico, exigindo ainda mais das manobras e articulações entre os estudantes e, principalmente, as tendências do ME. Na reunião ficou definido as seguintes propostas para a plenária final: Eleição direta ou em Congresso; diretoria já ou no segundo semestre; provisória ou definitiva; diretoria de nomes ou de entidades. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.54)

Essas discussões invadiram a noite. Chegando a se prolongar durante as atividades culturais programadas para o evento. Nesse aspecto das atividades culturais, não perdendo de vista que o celeiro estudantil é também forjado através das manifestações artístico-culturais do seu tempo, é contemplada no Congresso da UNE essa dinâmica. Acontece na noite do primeiro dia do Congresso, no Teatro Vila Velha em Salvador, o show de dois colaboradores da reconstrução da UNE: Ivan Lins e Luiz Gonzaga Junior (Gonzaguinha). Nesse show, programado para começar as 21h00, que também teve as participações de Diana Pequeno e Paulo Souza, artistas baianos. Os ingressos, com preços da época, custavam 100 cruzeiros inteira e 50 cruzeiros a meia. Sendo todos os recursos gerados com a venda desses ingressos convertidos integralmente para os fundos da UNE reconstruída. (Tribuna da Bahia, 29 de maio de 1979; p.4) O interessante que naquela oportunidade foi o consenso entre os artistas que iriam se apresentar de só tocar música

politicamente engajadas. O que, de certo modo, representava a tentativa de criar uma atmosfera política mesmo dentro das atividades compreendidas enquanto “lúdicas”.

Vale lembrar que o transporte oferecidos aos Congressistas pelo Governo do Estado da Bahia seguia o seguinte itinerário:

Os ônibus especiais para o Centro de Convenções sairão dos seguintes locais, as 7 e 8:30 horas: Faculdade de Medicina da UFBA, no Canela, Escola Politécnica, na Federação, Campus da Universidade Católica, Cardeal da Silva, Praça Municipal. O retorno do Centro de Convenções será a partir das 19 horas. Além desses, os estudantes podem pegar os seguintes: Boca do Rio, Itapuã, Aeroporto, da Vibemsa. (Tribuna da Bahia, 29 de maio de 1979; p.4)

Existiam na cidade linhas de ônibus que transitavam nas proximidades do Centro de Convenções. Mas, tendo em vista as demandas do Congresso, foram criadas linhas especiais para atender os estudantes. Visto que o Centro de Convenções, como vimos, ficava distante do Centro Urbano de Salvador no período. Sendo que a grande maioria dos estudantes estavam hospedados em casa de populares, escolas, e sítios no Centro de Salvador, ou seja, distantes do local do Congresso.

O Congresso amanheceu no seu segundo dia com impasses nas decisões dos grupos. Gerando um efeito temerário na Comissão pró-UNE. Acreditava-se que as indefinições nos grupos se refletissem na plenária final, que, de certa forma, poderia acarretar no engessamento dos trabalhos. A solução encontrada naquela oportunidade, isso por volta das dez da manhã, foi a de enxugar a pauta do Congresso, limitando-se a deliberar sobre a Carta de Princípios e Estatuto, Lutas a serem travadas e eleição da diretoria. A decisão da ordem de discussão e deliberação da pauta levou, em média, cerca de uma hora e meia para ser definida. Isso, só por volta das 11h45, a Comissão pró-UNE pediu a evacuação da área do plenário pelos estudantes para que se fizesse o sorteio para distribuição das delegações no local. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.54) Havia uma grande preocupação por parte da Comissão pró-UNE em criar mais elementos de conflito e desgaste entre as organizações estudantis, haja vista o avançar das horas, e os grandes desafios ainda por ser definidos na plenária final. A tática de sortear a distribuição dos lugares das delegações no plenário foi uma expressão desse sentimento.

No dia 30, por volta das 13h00, a mesa diretora do Congresso definiu o recesso para o almoço. Na oportunidade dois grupos de teatros de São Paulo, Teatro da UEE como o Te-Ato Oficina, se propuseram no intervalo do almoço desenvolver intervenções

artísticas. O grupo do Teatro da UEE chegou a realizar sua apresentação. Já o grupo do Te-Ato Oficina foi surpreendido com a notícia enquanto se preparavam para a intervenção, que não haveria a possibilidade deles se apresentarem, em decorrência dos atrasos da manhã, comprometendo o andamento do Congresso. Mesmo com o protesto do grupo, a qual manifestava sua indignação através do microfone, o plenário se mostrou irredutível haja vista as demandas prementes do Congresso. Os atores ainda maquiados tiveram que abandonar o espaço que foi utilizado como “palco”. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.55)



Grupo de Teatro da UEE-SP. Exibindo uma performance sobre a história da UNE. Fonte: <http://reconstrucaodaune.blogspot.com.br/>

Nas reuniões para discussão dos eixos-temáticos do Congresso as tendências e organizações políticas estudantis se dividiam em grupos menores com objetivo de que seu agrupamento estivesse presente em todas as discussões e encaminhamentos do Congresso. Além disso, as lideranças desses agrupamentos aproveitam os intervalos das atividades e/ou criavam espaços paralelos aos do Congresso para discutirem as possíveis articulações para a composição da diretoria da UNE.

Mas nos dias que antecederam ao congresso, vamos dizer assim, a minha participação se resumiu fundamentalmente a articulação, articulação política. E, nesse sentido, eu pouco vi do Congresso. Porque quem faz a articulação, invariavelmente, sai do circuito. A gente passa a fazer reuniões paralelas fora do espaço de movimentação das pessoas, e assim por diante. (Entrevista com Valdélino Santos Silva, 2012; p.14)

As reuniões por área de estudos (Direito, Engenharia, Medicina, Economia etc.) acabaram se configurando enquanto espaços de negociações e articulações. Onde as lideranças estudantis que pretendiam disputar as eleições da UNE buscavam aglutinar alianças em torno da sua candidatura. Haja vista que o tema das eleições acabou por polarizar a maior parte das discussões no Congresso. As entidades estudantis não queriam estar fora do processo de escolha da diretoria, e mais ainda, como se daria essa escolha.

A DIRETORIA DA UNE: O JOGO DAS ARTICULAÇÕES

Antes mesmo da realização do Congresso já ventilava nas universidades pelo Brasil os pretensos candidatos a assumir a presidência da UNE. Os nomes mais cotados eram: o baiano Valdélino Santos Silva, ligado a tendência “Viração” da Bahia, “Caminhando” do Norte e grupos de outros Estados do nordeste; o paulista Paulo Roberto Massoca, desinente da “Refazendo”, foi lançado pela União Metropolitana dos Estudantes de São Carlos, apoiado pelos DCEs de Londrina e da PUC-RJ, e pela tendência “Unidade”; um outro candidato de São Paulo era Marcelo Barbieri, diretor da UEE-SP, o qual estava ligado ao agrupamento “Refazendo”. O objetivo da tendência “Refazendo” era tentar uma composição política que com a “Caminhando” de São Paulo, desde que a candidatura de Valdélino Silva fosse substituída por outro candidato da “Caminhando”, na oportunidade o nome aventado foi o de Alon Feuewerker, diretor do Centro Acadêmico de Medicina da USP. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.59) Tais tentativas demonstram que os agrupamentos estudantis hegemônicos de São Paulo “Caminhando” e “Refazendo”, sendo que ambas já compunham articulações na UEE-SP, queriam repetir a articulação para compor os quadros da diretoria da UNE. Para isso, era tentar neutralizar as pretensas forças que almejavam disputar a eleição, e aglutinar em torno de si. Por isso a condição da retirada da candidatura do Valdélino Silva. Um outro nome forte que aparecia com pretensão candidato a presidência da UNE era o de Antônio Alencar Marinho Falcão, mais conhecido como Lula, ligado ao DCE da UFPE. O Lula teve seu nome lembrado por sua atuação nos trabalhos da Comissão pró-UNE.

É importante frisar que tanto a “Caminhando” de São Paulo e a “Viração” da Bahia eram ligadas ao PCdoB. Não obstante a isso, ambas almejavam trilhar caminhos distintos para alcançar a diretoria da UNE. Demonstrando que mesmo compondo a

mesma orientação partidária, cada tendência tinha um certo grau de autonomia para definir seus rumos políticos. Chegando ao ponto de lutarem em trincheiras políticas distintas.

Um outro aspecto extremamente importante do Congresso, e um dos assuntos mais discutidos nos dois dias do evento, foi o da escolha do método de eleição da diretoria: se seria no Congresso ou não; e se as eleições dariam de forma direta ou indireta, ou seja, haveriam eleições gerais amplas, ou se seriam definidas pelos delegados.

Os debates na reunião do grupo “Eleições”, no primeiro dia do Congresso, serviram de radiografia política para as diversas tendências. O que, de certo modo, influenciou diretamente no jogo político das negociações e das articulações entre elas. As discussões se polarizaram sobre a escolha de uma diretoria provisória (por entidades, por nomes, por nomes escolhidos proporcionalmente à representatividade das tendências) ou da diretoria definitiva (até as novas eleições, com mandato de um ano ou ainda definitiva a ser referendada em urnas). Além disso, os delegados que não propunham diretoria permanente se dividiram entre eleições em urnas, em congresso ou um plebiscito que escolhesse uma das duas formas. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.59)

Apesar dos impasses entre as organizações estudantis, e muitos dos delegados presentes, o ambiente político que se criou em torno das discussões era de que, definitiva ou não, era quase certo que se escolheria nomes para a composição de uma diretoria. Como nenhuma tendência conseguiu reunir um número de delegados suficientes para lançar uma candidatura própria, era premente o jogo das negociações. Paulo Massoca investiu em sua candidatura a presidência da UNE através de barganha e negociações de cargos da diretoria, chegando a oferecer a cadeira da secretaria geral a Valdélcio Silva, que teria proposto o inverso. A tentativa de Massoca e Valdélcio era de compor uma aliança entre “Unidade” e “Viração”, como tentativa de fazer frente às investidas da “Caminhando”. Partidários de Valdélcio também tentaram compor uma aliança com a “Refazendo”, a qual tinha aliança com a “Caminhando” do Sul e vários delegados independentes de São Paulo, e na negociação ofereceria a secretaria geral para Marcelo Barbieri.

Os agrupamentos “Refazendo” e “Nova Ação, da Bahia, embora estivesse dispostas a compor uma aliança com a Viração do nordeste, não aceitavam a Valdélcio Silva encabeçando a chapa. Chegaram a ensaiar a composição de uma chapa por um outro diretor da UEE-SP, Arnal Calil Jardim. Ou ainda uma chapa encabeçada por Marcelo Barbieri, e Valdélcio Silva para a secretaria geral. Na oportunidade, “Nova Ação”

considerava que, mesmo havendo o jogo político entre eventuais cabeças de chapa, não considerava amadurecida a ideia de tirar uma diretoria definitiva no Congresso. Em declaração de Ana Lúcia Borges de Carvalho, estudante de Ciências Sociais da UFBA, e representante da tendência “Nova Ação”, ao jornal Correio da Bahia, esboça tal perspectiva:

Nova Ação acha que não há condições de tirar uma diretoria definitiva neste Congresso. Antes, tem que se fazer com que todos os estudantes se sintam representado pela entidade e isso só vai acontecer a partir do momento em que ele debate e discute profundamente a UNE. Achamos que agora deveria ser retirada uma comissão executiva provisória que funcionaria até a eleição de uma nova diretoria, que seria eleita através das urnas, por isso acarretaria uma participação mais ativa dos estudantes. (Correio da Bahia, 29 de maio de 1979; p.8)

O agrupamento “Libelu” tentou correr por fora. Aproveitou as disputas entre as maiores tendências do ME para negociar mais espaço político na diretoria da UNE. Eles compreendiam como única via política a composição de uma grande chapa com representantes de outras tendências.

Além disso, as disputas não ficam polarizadas apenas entre os cargos de presidência e secretário geral. Para tendências menores, tais como: “Centeia”, “Peléia”, “Unidade” entre outras, era fundamental o debate dos cargos para assumir diretorias regionais da UNE. Essas diretorias regionais, por sinal, foi objetos de barganha política utilizadas pelas tendências maiores, a que queriam costurar grandes alianças para eventual disputa no Congresso.

Percebendo que a “quebra-de-braço” entre as principais tendências (“Caminhando”, “Viração” e “Refazendo”) não estava levando a nenhuma definição. Surge, enfim, uma proposta de consenso, dessa vez em torno do nome de Rui Cesar Costa Silva, então presidente do DCE/UFBA e da Comissão pró-UNE, que havia se destacado pelo trabalho de organização e direção do Congresso, principalmente durante a plenária final do evento. Era um nome que até aquele segundo dia do Congresso não havia sido cogitado, o que, de certo modo, acabou evitando eventuais desgastes políticos. Em contraposição aos enfrentamentos entre Marcelo Barbieri, Paulo Massoca e Valdélino Silva que tinham se exposto demais. A composição política foi a seguinte: Rui Cesar da “Viração” encabeçando a chapa, e Marcelo Barbieri da “Refazendo” assumiria a secretaria geral.

AS RESOLUÇÕES FINAIS DO CONGRESSO

Devido ao avançar das horas, a essa altura já era por volta das 16h00 do segundo dia do evento, e aos desafios de dar continuidade aos trabalhos do Congresso, a Comissão pró-UNE definiu que apenas discutiria na plenária final as resoluções de três grupos: Carta de Princípios e Estatuto, Lutas e Eleições.

Nas primeiras atividades do turno da tarde ficou definida a participação apenas dos estudantes universitários, ou seja, contemplando os pós-graduandos e excluindo os secundaristas. O objetivo naquele contexto era de que a UNE encampasse apenas as lutas nas universidades, concentrando forças para os problemas na esfera universitária, apesar de, todo modo, auxiliaria a criação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas(UBES). Essa decisão se deu também pela baixa participação dos estudantes secundaristas no Congresso, e os poucos presentes se dividiam nas posições de criação da própria organização nacional; de fortalecimento da UNE enquanto uma entidade geral do conjunto dos estudantes brasileiros; ou de presença na UNE ainda que reconstruísse a UBES. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.56) Na oportunidade chegou se a ler o manifesto da 1ª Reunião Nacional dos Estudantes Secundaristas, que apontava as dificuldades de organização e estruturação do movimento estudantil secundarista, muito em decorrência das ações repressivas do regime, solicitando a não exclusão dos secundaristas no 31º Congresso da UNE. Fato que não ocorreu plenamente, ainda que os secundaristas puderam contribuir e estar presente no evento, foram impedidos de participar direta e ativamente nas decisões.

Nós secundaristas, tivemos nossa entidade de base, os grêmios, destruídos em 1968, pela repressão que se abateu sobre os trabalhadores, estudantes e demais oprimidos que se colocavam contra a ditadura militar instaurada em 1964 com o golpe de 31 de março. A morte do estudante secundarista Edson Luís em 1968, a destruição da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UBES, a prisão e o exílio de seus membros, é o saldo desta repressão que abate sobre nós secundaristas.

Hoje o movimento secundarista é ainda embrionário, fraco, não conseguindo dar respostas imediatas aos problemas que nos atingem. Hoje nos encontramos ainda sem nossas entidades livres e representativas, substituídas pelo centros-cívicos; nos encontramos manipulados e subjugados por um sistema de ensino alienante, massificante e autoritário; nos encontramos subjugados e reprimidos pela estrutura familiar que nos considera irresponsáveis eternamente e eternamente tentam nos tutelar, tentando abafar nossa consciência crítica e nossa ação que procura contribuir com a transformação da sociedade. Portanto, o movimento secundarista ainda está generalizado, não existe o mínimo de

unificação nas lutas de resistências ao autoritarismo e às péssimas condições de ensino que desapontam esparsamente em um local ou outro.
(...)Apoiamos e entendemos ser da maior importância a reconstrução da UNE não só para os estudantes como também para toda a sociedade. Entendemos que a UNE é uma das maiores conquistas dos estudantes e da sociedade brasileiro no campo da liberdade de organização. Esperamos também todo apoio da UNE ao movimento secundarista e às suas lutas, esperamos que os companheiros da UNE não vetem a participação secundarista, pois se hoje não nos encontramos organizados, no futuro poderemos participar, ficando claro que daremos prioridade à reconstrução da UBES.” (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.57)

Dado continuidade aos trabalhos após a definição da situação dos secundaristas, iniciou-se as discussões do eixo-temático tido como “menos” polêmico, o da Carta de Princípios, haja vista que as propostas dos agrupamentos estudantis se aproximavam ou coincidiam nesse ponto. Após apreciação do plenário do Congresso, ficou definido os seguintes princípios norteadores da UNE recém fundada:

- 1 – A UNE é a entidade máxima, representativa dos estudantes brasileiros na defesa dos seus direitos e interesses;
 - 2 – A UNE é a uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes;
 - 3 – A UNE deve pugnar em defesa dos direitos e interesses dos estudantes, sem qualquer definição de raça, cor, nacionalidade, convicção política, religiosa ou discriminação social;
 - 4 – A UNE deve manter relações de solidariedade com todos os estudantes e entidades estudantis do mundo;
 - 5 – A UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular;
 - 6 – A UNE deve lutar por um ensino voltado para os interesses da maioria da população brasileira, pelo ensino público e gratuito, estendido a todos;
 - 7 – A UNE deve lutar contra toda forma de opressão e exploração prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo.
- (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.54)

Pela Carta de Princípios do Congresso, ficou definida e reforçada a característica da UNE enquanto entidade máxima de representação estudantil no Brasil, rompendo com aspectos de atrelamento a entidade a preceitos definidos pelo Estado. Isso como ação política de negação aos efeitos dos Decretos-Lei 477 e 228, que orientaram os rumos do ME durante a geração de 1970. A UNE a partir daquele momento, através da sua Carta de Princípios, assume a feição de uma entidade preocupadas com as causas nacionais e a situação do povo brasileiro. Rompendo com o aspecto de uma entidade forjada apenas nas demandas dos estudantes. Além disso demonstra a preocupação de estabelecer interlocução e incorporar pautas que extrapolam a ideia de nacionalidade, se colocando na condição de instrumento a serviço dos estudantes e trabalhadores do mundo. O último

item foi o mais polêmico, pois muitas organizações consideravam o item enquanto ponto do programa e não da Carta de Princípios. Apesar da polêmica, o item foi incorporado e aprovado pelo plenário estudantil.

As discussões em todo do Estatuto da UNE não foi tão fácil com as da Carta de Princípios. Havia conflitos e disputas na forma de organização das instâncias de deliberação da UNE. Os agrupamentos estudantis disputavam prerrogativas de representatividade e deliberações. Em tese, todas buscavam construir uma estrutura deliberativa que incorporasse e representasse ao máximo os anseios da ampla coletividade estudantil. Mas, devido a sua própria complexidade em ser colocada em prática, o *locus* dos debates se polarizaram na quantidade e qualidade essa representação. Um queriam esferas mais amplas de decisão, outras entidades já pretendiam criar uma estrutura mais eficiente de ação política.

A UEE paulista defendia inicialmente a proposta de apenas três instâncias de deliberação: o Congresso, o Conselho Nacional de Entidades (UEEs e DCEs) e a diretoria da entidade. Acabou retirando sua proposta para apoiar a do DCE da PUC-RJ, que preconizava a inclusão de mais uma instância: o Conselho de Entidades de Base, ou Conselho de Diretórios e Centros Acadêmicos, logo a baixo do Congresso Nacional. As lideranças da PUC-RJ argumentavam que:

A questão central de uma entidade democrática capaz não só de expressar interesses coletivos, mas também de transformá-los em movimento social, é assegurar a participação do conjuntos dos estudantes, de maneira a permitir não só instâncias democráticas de deliberação, como também uma efetiva unidade de ação. Tal participação somente é possível através do que já existe de movimentos organizados, a partir das entidades de base – os diretórios e centros acadêmicos eleitos. É sobre essas entidades que a UNE deve basear suas ações, estabelecer suas relações com o conjuntos dos estudantes subordinados a ela o trabalho de sua diretoria, exceto no que diz respeito às questões como: Carta de Princípios, Estatuto, Programa Político e eleição da diretoria. (Posicionamento do DCE PUC-RJ apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.60)

Para o DCE-RJ era fundamental e estratégico incorporar dentro das esferas de discussões e decisões as primeiras entidades representativas de base. Isso além de agregar legitimidade política a elas, fortalecer o próprio caráter representativo e democrático da UNE. Pois com o relacionamento estreito com as entidades de base, facilita a comunicação e a articulação da massa estudantil.

Contrapondo-se a essa proposta da PUC-RJ aparece o agrupamento Liberdade e Luta. Libelu considera que seria impossível criar canais de participação de decisão além do Congresso. Os conselhos de entidades, o que ela chama de “Conselhões”, não teria capacidade de representar o programa que foi eleito para a entidade, e por isso, não teria poderes deliberativos superiores aos da diretoria que seria eleita justamente para representar esse programa. Em outras palavras, Libelu acredita que o caráter plural da instância do Conselho de Entidades pulverizaria politicamente a agenda da diretoria eleita da UNE. O que, de certo modo, poderia acarretar num eventual engessamento da entidade. Libelu complementa que “a diretoria de uma entidade como a UNE (que não pode convocar assembleias nacionais, quando é necessária alguma decisão importante) deve concentrar em si mesma as características de democracia que deve marcar a entidade”. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.56)

Apesar das disputas entre as tendências, a proposta vencedora foi a encaminhada pela PUC-RJ a qual contou com o apoio da UEE-SP. Assim ficou definido que as instâncias de deliberação da UNE seria: Congresso Nacional dos Estudantes; Conselho de Entidades de Base (que deverá ser convocado pela diretoria da UNE e/ou por um terço das entidades filiadas à UNE); Conselho de entidades livres (DCEs e UEEs); e por fim, Diretoria da UNE. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.56)

Com o prosseguimento dos trabalhos, coube a Comissão pró-UNE a submissão da decisão ao ainda plenário estudantil de outro ponto polêmico: a da participação ou não do Diretório Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (DEE-RS)⁹² no Congresso. Compreendido pelo conjunto dos estudantes enquanto “grupo direitista” e “pelego” a serviço da ditadura. O DEE-RS havia realizado uma manifestação de repúdio a Comissão do DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na manhã do primeiro dia do evento. A que considerava antidemocrática, e que foi a responsável pelo que eles consideram enquanto “boicote” a sua participação no Congresso. Eles argumentavam que só teriam recebido as regras para eleição dos delegados nas vésperas do evento. E que sua delegação contava com cerca de 147 representantes, entre eles 37 DAs e 5 DCEs. (Tribuna da Bahia, 30 de maio de 1979; p.4) Na plenária final do Congresso a Comissão pró-UNE concedeu dez minutos de uma fala para a liderança da DEE-RS, na oportunidade em sua fala Geraldo Rosa, presidente da entidade, esboça sua leitura acerca do Congresso e da UNE:

⁹² O DEE-RS foi uma entidade construída dentro dos preceitos definidos pelos Decretos-Lei 228 e 4

A delegação do Rio Grande do Sul veio a esse encontro da UNE, não para polemizar, veio para congregar forças, porque acredita na reestruturação de um movimento a nível nacional e a nível estadual, que dê poder de mobilização e de reivindicação à toda classe universitária do país e de todos os Estados da Federação.

Mas é preciso que aqui se faça um esclarecimento, pelo qual nós fomos taxados de pelegos, adesistas, servilistas e quanto outros adjetivos mais. Nós vivemos no Rio Grande do Sul com uma proposta unanimemente votada pelos nossos diretórios acadêmicos e diretórios centrais de estudantes filiados. A nossa proposta é que deste encontro saísse uma comissão representativa de todas as tendências aqui presentes, como a incumbência de convocar eleições diretas, livres e democráticas em todo este país, porque nós não temos medo das urnas como tem o governo. Nós não queremos ser presidentes biônicos, como eu sou no meu Estado, eleito por colégio eleitoral de 250 delegados. Nós queremos o voto, queremos a urna, queremos a participação das massas na realidade nacional. Mas, os delegados do Rio Grande do Sul não tiveram direito de voto aqui nesse Congresso, não por culpa da Comissão pró-UNE, não por culpa dos universitários, nem baianos, nem do resto do país. É preciso que se diga aqui que nós não tivemos direito a voto, pela negligência e pela omissão de um delegado da Comissão, que é o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de nosso Estado... (Pronunciamento Geraldo Rosa – DEE-RS apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.64)

Depois de uma enxurrada de vaias vinda do plenário do Congresso, Geraldo Rosa dá continuidade a sua intervenção, explicando ao seu ponto de vista das intercorrências que acabaram impossibilitando a participação do DEE-RS no Congresso:

Fui interrompido quando explicava a vocês do plenário, colegas nossos, universitários, que aqui se reuniram dois dias para debater e para reivindicar nossa participação na realidade nacional, que nós não apresentamos os delegados, como deveriam ser apresentados, por uma negligência e por uma omissão do Diretório Central dos Estudantes, da nossa Universidade. Recebemos este documento em mãos, no dia 20 de maio, quando, inclusive, os prazos já estavam passados, então simplesmente instruídos os diretórios, pelo menos o da Grande Porto Alegre, e 30% da nossa delegação fizeram as assembleias em cima de propostas, inclusive. Mas, os diretórios do interior do Estado: São Borja, Alegrete, Livramento, Jaraguão, muitos dos quais, inclusive, queriam saber esclarecimentos sobre como fazer assembleias gerais. Esses diretórios acadêmicos vieram aqui com a sua diretoria, vieram aqui com propostas que foram votadas, não em assembleia geral, como deveria ser, mas votada em termo de Executiva e de Diretoria. Esse erro, esta nossa impossibilidade de votar, se deve a uma única questão: os Diretórios Acadêmicos do meu Estado, os Diretórios Centrais dos Estudantes do meu Estado, pelo menos a imensa maioria deles, e eu digo que pelo menos 79 dos 86 existentes, não foram – dentro dos prazos e como designou a Comissão pró-UNE – informados e comunicados dos critérios que deveriam reger a constituição dos delegados. Mesmo assim, sabendo que estávamos ilegais, viemos, percorremos 4 mil quilômetros, para participar junto com vocês, dessa glória, que é a reorganização da UNE. Tínhamos dúvidas se teríamos direito ao voto, mas queríamos pelo menos participar de modo mais efetivo e, pelo menos, de modo mais democrático, da realização dos trabalhos... Pessoal, o Rio Grande do Sul está com vocês. O Rio Grande do Sul está com a nossa UNE e nós queremos uma UNE democrática e uma UNE que seja o nosso canal de reivindicações para a participação dos jovens, dos universitários na solução dos problemas nacionais. Como nós dizemos, pessoal!: A UNE somos nós. A

UNE é a nossa voz!. (Pronunciamento Geraldo Rosa – DEE-RS apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.64-65)

Existe controvérsias entre o discurso professado pela liderança da DEE e os acontecimentos da entidade no Congresso. Na fala o Geraldo Rosa isenta a Comissão pró-UNE de críticas, dizendo que ela não era culpada pela não participação no evento. Só que, no dia anterior, uma das principais palavras de ordem durante a manifestação da DEE foi “abaixo a comissão fascista pró-UNE”, além de, também, no dia seguinte, utilizarem em outra manifestação um caixão que simbolizaria o enterro da Comissão pró-UNE, que acabou não acontecendo depois de negociarem a fala de dez minutos no Congresso.



Manifestação dos estudantes do Diretório Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul em 29 de maio de 1979. Fonte:

<http://reconstrucaodaune.blogspot.com.br/>

Ao término da fala da liderança do DEE-RS, a mesa diretora do Congresso salientou à delegação gaúcha que reconhece que a eleição da entidade foi regular, e que a única irregularidade foi na tiragem dos delegados representantes do DEE no Congresso. Que, dessa forma, impossibilitaria a entidade a participação mais ativa nos trabalhos do evento.

Após os encaminhamento acerca da Carta de Princípios, do Estatuto da UNE, e da situação dos estudantes da DEE do Rio Grande do Sul, já se invadia a noite do último dia do evento, isso por volta 19h00, o clima entre os Congressistas era tensão expectativa naquele momento. Ainda não havia iniciado as discussões sobre as “Lutas”, tema que precedia o mais aguardado os da “Eleições”. Nesse momento acontece um fato simbólico

no Congresso. De repente houve uma queda no fornecimento de energia no prédio do Centro de Convenções, um *blackout*. Segundo após a queda da energia, foram ouvidos barulhos de bombas e lançado um pacote com quilos de um pó branco, supostamente talco, com lã de vidro moída, onde se concentravam um grande número de estudantes. Gerando um ambiente de crise no plenário.

Durante a execução e realização do evento houve um momento lá, que Valdério é testemunha disso porque estava na mesa “três”, quando soltam bomba de gás lacrimogêneo no espaço do Congresso. Veja, você tinha seis mil, sete mil, estudantes sentados e você solta bomba de gás lacrimogêneo num vão imenso, e as pessoas sentadas, caindo no desespero de correr e ser esmagadas pisoteadas, um pisoteando o outro e tal. Foi o momento que a direção da mesa teve grande condição que foi de pedir a calma, a energia acabou caiu, foi um quadro de tragédia que se tornaria o Congresso, por conta dessas ações da polícia política do regime. A mesa orientou, o microfone não existia mais, grito de boca a boca, “calma... calma... calma...”, e isso funcionou, e o Congresso pode efetivar-se dentro das suas expectativa. (Entrevista com Nelson Costa da Mata, 2012; p. 9)

Vale lembrar que o Centro de Convenções da Bahia, local de realização do Congresso, não haviam concluído suas obras. As escadarias de acesso a plenária não haviam corrimões, eram, em média, seis a sete mil estudantes concentrado num espaço fechado. A ação terrorista, se assim pode ser considerada, provavelmente partiu de setores mais endurecidos do regime que não aceitavam nos caminhos para a democracia, a qual a recriação da UNE era uma expressão clara desse movimento. O ato premeditado, pois esperou o período de noite para acontecer, e em plena plenária final do Congresso, queria claramente provocar um efeito desastroso e catastrófico no evento. Mas, felizmente, nada mais sério do que um breve tumulto, e alguns estudantes sem conseguir enxergar em decorrência do pó nos olhos. Naquele momento, no meio da crise gerado pelo atentado, acredito que o principal motivo que evitou uma tragédia maior foi o espírito combativo dos estudantes. O sentimento de que resistir a aquela ação era enfrentar o regime, era defender a democracia e a UNE.

Durante o episódio da explosão da bomba e tal. Teve uma coisa que acho que nos ajudou. Todos nos que tínhamos um comprometimento político maior, que tínhamos vinculação com algum tipo de organização naquele momento, e operar clandestinamente. Que, naquela época, a luta política exigia da gente muita frieza. Você não tinha reação estabonada. A luta política clandestina lhe impunha disciplina. Regras. Controle dos nervos. Então a situação é muito assim... Então foi fundamental que nossa presença, e de tantos outros quadros lá na assembleia, que tiverem frieza para não serem estimuladores da carreira, da debandada. Então ficamos cada núcleo, não tava nada previsto, as pessoas se levantaram e repercutiram a fala da mesma. Tranquilizando aquela

multidão. Passado essa fase, foi o relaxamento. Passado isso o processo continuou. A comissão de segurança continuou agindo. A do governo do estado continuou funcionando também, a paisana. Não lembro de ter soldados fardados aos arredores do Centro de Convenções. Mas tinha civis, política civil lá fazendo esse acompanhamento, essa vistoria. (Entrevista com Nelson Costa da Mata, 2012; p. 20)

No momento de crise, a comissão paritária de segurança, ou seja, compostas por policiais militares e estudantes, foi requisitada para avaliar as causas do atentado e apontar eventuais culpados. O capitão Carlos Azis, responsável pela segurando Centro de Convenções informou:

(...) alguém violou a casa de força e desligou três chaves gerais. O cadeado foi trocado, pois o que se encontrava na casa de força não nos pertence. Tanto que, a nossa chave não o abriu. Tivemos de forçar a porta para religar as chaves. Só pode ter sido alguém que está infiltrado no meio dos estudantes e que por algum motivo não quer que a coisa chegue ao fim. Sobre o pó, eu garanto que lá de cima não partiu porque lá só tem o nosso pessoal. Ficam quatro vigilantes lá em cima – dois em cada porta do prédio. Mais dois protegendo o saguão e outros dois protegendo as rampas do outro lado. (Declaração do capitão da Polícia Militar da Bahia, Carlos Azis – apud ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.56-57)

Na oportunidade, Rui Cesar Costa Silva presidia a plenária final, e em entrevista publicada pelo Projeto Memória do Movimento Estudantil, o mesmo discorre sobre sua leitura dos acontecimentos e os desdobramentos gerados pelo atentado ao Congresso:

Houve esses episódios difíceis, mas também houve episódios de muita solidariedade. O principal deles está relacionado a uma bomba. Lançaram algumas bombas com pós químicos, e todas as luzes se apagaram. Caiu a força elétrica, e muita gente, inclusive eu mesmo, na hora em que a bomba explodia, olhava para cima, e a bomba caía nos olhos. Fiquei numa situação muito difícil, lacrimejando, olho vermelho, quase sem enxergar. Mas eu não podia sair dali naquela hora. Sem energia elétrica e sem microfone, resolvi organizar um coro de 100 pessoas. Pedi a elas que repetissem, palavra por palavra, o que eu ia dizer. Então, a gente falava assim: “Pessoal...” E todo mundo: “Pessoal...” “...Vamos ficar calmos, ninguém vai levantar do seu lugar.” Era um jogral, era interessante. Aí, nós fomos orientando e pedindo, primeiro, que os cineastas dessem alguma luz com as baterias. Depois, quem tinha carro na periferia acendia os faróis e iluminava a plenária. Então, essas luzes lançadas sobre a plenária começaram também a lançar um pouco de luz sobre que unidade aquela turma reunida ali poderia conquistar naquele congresso. As pessoas faziam manobras com automóveis e acendiam os faróis. Foi um momento longo, demorou cerca de 30 a 40 minutos até a gente conseguir funcionar. Havia também a preocupação com o tempo de duração das baterias dos carros. A equipe de segurança tentava reparar a luz. A essa altura, a gente já tinha do nosso lado todos os técnicos e toda a equipe de segurança do Centro de Convenções. Eles trabalharam duramente. Cerca de uma hora e meia depois, a luz voltou. Foi quando eu consegui lavar os olhos num posto médico que nós

montamos. Naquele momento a gente conquistou a unidade da plenária. Não havia mais briga entre os participantes, os militantes, as tendências. Naquele momento, a gente sentiu que a vitória estava próxima e que a gente ia conseguir sair dali com a UNE reorganizada. Nós já tínhamos feito a Carta de Princípios, a gente já tinha conseguido manifestações de diversas organizações. (Depoimento de Rui César Costa Silva, publicado no PMME, 2004; p.10)

O que percebemos através das declarações do Rui César e o Nelson da Mata é que o mesmo se aproximam na percepção do que seria um sentimento de “solidariedade políticas” no meio estudantil. No momento de crise gerado pela sabotagem, a sensação de responsabilidade política, de resistência ao regime, de luta democrática, estava presente e repercutiu intensamente entre os estudantes presentes. A ideia de não sucumbir as investidas da ditadura no sentido de desarticular o Congresso estava presente entre os congressistas. E esse sentimento não era, vamos dizer, momentâneo, pois estava presente durante o processo de construção do evento, nas viagens até Salvador, e se manteve durante os dias do Congresso.

Até o presente dia não se foi esclarecido a autoria do atentado. Alguns estudantes cogitaram a hipótese da ação ter partido do DEE-RS. Mas a grande maioria dos presentes, a que compactuou a leitura, é de que ação partiu de agentes ligado ao regime militar. Principalmente de setores que não estavam satisfeitos com o processo de redemocratização do país e com a reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Haja vista, como vimos no capítulo 2 dessa dissertação, o Serviço de Inteligência do regime estava acompanhando de perto cada passo estudantil. Chegou se ventilar na imprensa baiana do período que a ação teria partido de policiais. Mas sem nenhuma prova.

O resultado da ação foi o *blackout* da energia por duas vezes, o que paralisou as atividades do Congresso por cerca de quarenta minutos, fato minimizado pela utilização dos faróis dos carros para iluminar o local da plenária, e a utilização do jogral pela mesa diretora para se comunicar com o conjunto dos estudantes; mais de 60 pessoas foram encaminhadas ao posto médico com irritação nos olhos, coceira e crise nervosa; mas, apesar do susto, não foi registrado efeito mais grave.



Mesa do Congresso da UNE após o blackout da energia e o atentado a bomba ao plenário em 30 de maio de 1979. Fonte: <http://reconstrucaodaune.blogspot.com.br/>

Após o momento de crise e susto, ainda sem o retorno da energia, os trabalhos do Congresso retomaram a “normalidade” se assim podemos dizer. A mesa decidiu por volta das 20h30 abrir as discussões do tema “Lutas”, a ser travadas pela UNE. Esse tema foi um dos que a mesa diretora teve mais dificuldade em coordenar, foram mais de 100 propostas encaminhadas, além de incontáveis inscrições para intervenções e devesa de proposta. A estratégia encontrada para não engessar as atividades nesse tema, foi de encaminhar ao plenário estudantil apenas as propostas de consenso no grupo de debate do dia anterior. Nessa altura as atenções dos delegados e organizações estavam completamente voltado para os últimos momentos de negociações para se costurar as alianças para a composição da diretoria da UNE. Ou seja, preocupados com as articulações em torno de candidaturas, formação de chapas e busca de adesões para as propostas de data e forma de eleição da diretoria.

Devido ao ambiente instável e tumultuado no plenário do Congresso, a mesa diretora decidiu encaminhar para votação as propostas de consenso entre os estudantes, desse modo, foram aprovados as seguintes Lutas a ser encampada pela UNE recém fundada: 1 – Contra o ensino pago; 2 – Por mais verbas para a educação; 3 – Pela anistia ampla, geral e irrestrita; 4 – Contra a devastação da Amazônia; 5 – Por uma Assembleia Nacional Constituinte; 6 – Campanha de Filiação de Entidades à UNE.

Alguns delegados ainda insistiam que inserissem mais itens na carta de “Lutas” da UNE, quando houve o segundo *blackout* da energia. Essa nova queda no fornecimento provou o efeito de acalmar os ânimos exaltados pelas discussões. Nessa oportunidade, um dos diretores da UEE-SP, Fernando Peregrino, encaminhou a proposta que fossem

encerradas as discussões sobre o tema “Lutas” e desse início aos debates sobre a “Eleição”, isso por volta das 22h30 do dia 30, proposta que foi acatada pelos congressistas. Muito em decorrência da ansiedade que estava instaurada pelas discussões do tema “Eleições” e os seus eventuais desdobramentos. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.58)

Nesse momento do Congresso se intensificou ainda mais as reuniões e conversa entre lideranças e organizações. O objetivo era tentar amarrar ao máximo possível as articulações antes de submissão ao plenário. Como forma de tentar diminuir os riscos de reviravolta política. Nessa oportunidade, tanto “Viração” da Bahia como “Refazendo” de São Paulo já tinham definido enquanto cabeças de chapa Rui Cesar Costa Silva para presidente e Marcelo Barbieri para secretaria geral. Como “Refazendo” e “Viração” se constituíam enquanto grandes forças políticas no ME, com grande apelo hegemônico no meio estudantil, era praticamente certo que os resultados políticos da negociação se refletisse nas resoluções finais do Congresso. O agrupamento “Caminhando” tentou articular com outras tendências e delegados independentes a candidatura de Paulo Massoca para presidência, não obtendo sucesso.

A essa altura o Congresso avançava pela madrugada do dia 31, e estava longe de um resultado definitivo. A única definição até aquele presente momento era se tiraria uma diretoria no Congresso, mas ainda não se sabia se seria provisória ou definitiva. Depois de longas discussões e exaustivas negociações, foi encaminhada para a mesa 10 propostas de encaminhamento.

A primeira proposta foi encaminhada pela diretoria da UEE-SP, considerando o que havia uma “falta de maturidade política ao movimento e lideranças para propor uma diretoria da entidade com programa claro” (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.60), a mesma propunha uma diretoria provisória formada por entidades e eleições diretas no segundo semestre.

A tendência “Caminhando” através da liderança de Paulo Massoca encaminhou a segunda proposta ao plenário: diretoria plena, por nomes, tirado no Congresso e eleições no segundo semestre para referendar a primeira. Massoca argumentou que o ME precisava de uma “cabeça”, ou seja, um diretoria que liderasse as lutas nacionalmente, haja vista que o Congresso era bastante legítimo e representativo. E, nesse sentido, uma eleição no segundo semestre para referendar essa mesma diretoria para assim fortalecer suas atividades. Desse modo, “Caminhando” ganharia mais tempo para se articular.

Foi apresentado pelos DCEs de Minas Gerais e Federal do Rio Grande do Sul, ligadas a “Centelha” e “Peleia” respectivamente, a terceira proposta de encaminhamento. Essa proposta preconizava a constituição de uma diretoria transitória, formada por entidades, de reconstrução da UNE. Eles argumentavam que o processo de construção do 31º Congresso foi deficiente. E complementaram sua proposição com a possibilidade de eleições para diretoria no segundo semestre.

A quarta sugestão partiu de um aluno da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Que propunha a eleição direta da entidade apenas para início de 1980 e uma diretoria provisória com base regional. Argumentava que a ansiedade em eleger de forma impetuosa uma representação poderia comprometer os rumos políticos da entidade. O que me parece, de certo modo, uma crítica ao ambiente de conchavos que se criou entre as organizações, gerando um sentimento de negação aos resultados políticos disso.

O agrupamento Liberdade e Luta, do DCE da Universidade de São Paulo, encaminhou a quinta proposta. Inferindo a possibilidade de construção de uma diretoria provisória e proporcional à representatividade das tendências, sem definições de cargos, e eleições em Congresso no segundo semestre para a diretoria definitiva. Provavelmente, tal qual “Caminhando”, “Libelu” queria ganhar mais tempo para se articular politicamente, antevendo eventual derrota em Salvador.

A sexta proposta foi apresentada pelo Antônio Alencar Marinho Falcão, o Lula, representando a tendência “Correnteza” que era diretoria do DCE de Universidade Federal de Pernambuco. Eles defendiam a eleição de uma diretoria definitiva no Congresso de Salvador, com mandato de um ano e eleições em congresso em dois e dois anos. Acreditavam que a não eleição de uma diretoria naquele momento acarretaria, a não consolidação das lutas, como também na falta de representatividade política do próprio Congresso.

A proposta sete, apresentada pelos delegados da Universidade Federal do Maranhão, defendia a eleição de uma diretoria provisória, e após o Congresso a realização de um plebiscito para referendar ou não a nova diretoria, e ou se as eleições seriam em congresso ou em urna. Segundo eles “democracia não é um ato. É um processo. A diretoria provisória é um passo no processo”. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.61)

O oitavo encaminhamento defendia uma diretoria provisória formada por uma comissão de entidades e eleições e Congresso no segundo semestre de 1979. Essa

proposta foi encaminhada pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás. Salientando que a criação de uma comissão refletia as necessidades do atual estágio do Movimento Estudantil. A que acreditava que o ME demandaria mais amadurecimento político ainda para avançar com mais força.

A proposta nove, apresentada por um grupo de estudantes de Porto Alegre, preconizava a defesa de uma diretoria provisória eleições diretas no segundo semestre, com mandato de dois anos. Para esses estudantes, era importante que a diretoria provisória construísse desde já os caminhos institucionais e jurídicos da UNE, além de difundir a Carta de Princípios.

A última proposta, encaminhadas por alunos da Fundação Getúlio Vargas, defendia uma diretoria provisória, proporcional, colegiada e eleições diretas no segundo semestre.

O ambiente de proposição dos encaminhamentos foi bastante conturbado. Os delegados, diluídos em grupos no plenário, disputavam aos gritos palavras de ordem que remetiam a defesa de suas ideias e propostas. De um lado grupos gritavam “É hora, é hora, é hora, diretoria é agora”, de tal modo, outros grupos opositores respondiam “Abaixo o pacotão, queremos eleição” ou “Abaixo conchavão, queremos eleição”.

Como era de se esperar, até as formas de votação das propostas gerou polêmica: “Os que queriam uma eleição no Congresso defendiam a votação de cada proposta individualmente; os defensores da diretoria provisória (pulverizados em 8 das 10 propostas) preferiam votar ponto por ponto.” (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.60) Essa última foi a metodologia escolhida. A primeira votação era se tiraria ou não diretoria no Congresso, ampla maioria dos estudantes decidiram pela criação da diretoria. Naquele momento, esse era uma das propostas que a estudantada tinha mais certeza que iria passar. O desafio agora era definir o caráter dessa diretoria: definitiva ou provisória?

Sem sombra de dúvidas a resolução dessa questão era um dos itens mais prementes e ansiosamente aguardado pelos congressistas. Na edição especial da revista História Imediata sobre a volta da UNE é narrado o ambiente que se foi criado em torno dessas votações:

O plenário fervilhava. De pé, punhos cerrados eles se degladiavam com palavras-de-ordem. Os defensores da eleição de uma diretoria no Congresso gritavam “É hora, é hora, é hora diretoria agora”. Os partidários da provisória (agora com apoio da UEE-SP que perdera a primeira votação) respondiam com “Na base agora, não houve discussão, Diretoria agora é um puta pacotão”. (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.61)

No duelo de “slogans” e palavras-de-ordem que os delegados indecisos buscavam alguma definição. E nesse ambiente foi aprovada a proposta de eleição de uma diretoria provisória. Contando com muitos votos, inclusive, dos delegados baianos. Principal base de apoio da candidatura de Valdélcio Silva. Que, por sinal, deixou o plenário antes mesmo do encerramento do Congresso.

A outra definição do Congresso foi a eleição de uma diretoria definitiva no segundo semestre, que seria ampla e direta, realizada através de urnas. A primeira vez que isso aconteceria na história da UNE.⁹³ O sentimento que perpassava todos os estudantes para a tomada dessa decisão, era uma resposta organizativa a uma demanda política. Isto é, como uma das principais lutas era a defesa da democracia, era essa a prerrogativa que norteou a decisão estudantil. Além, é claro, que uma diretoria definitiva eleita sobre a égide de uma eleição ampla e direta teria muito mais legitimidade na atuação política. Fortalecendo ainda mais a UNE.



Foto da chapa “Mutirão”. Venceu as eleições diretas para direção da UNE em outubro de 1979. Em pé, atrás, da esquerda para a direita: Juarez Amorim, José Pimenta, Sergio Carneiro e Ivaneck Perez. Nas cadeiras: Marcelo Barbieri, Alon Feuerwerker, Luis Falcão (Lula), Candido Vaccarezza, Fredo Ebling e Gilberto Martin. Na frente: Aldo Rebelo, Rui Cesar (presidente), Maria Francisca de Souza (Kika), Pedro Reis Pereira e Vladir de Oliveira. Fonte: <http://reconstrucaodaune.blogspot.com.br/>

Por fim, foi definido que a diretoria provisória seria composta por nomes eleitos no Congresso. Só que o impasse nesse momento é se essa diretoria seria composta pela proporcionalidade à representatividade das tendências, ou se seria composta por

⁹³ A primeira eleição direta para a diretoria da União Nacional dos Estudantes em outubro de 1979. E foi eleita a Chapa “Mutirão” composta por: Juarez Amorim, José Pimenta, Sergio Carneiro e Ivaneck Perez. Nas cadeiras: Marcelo Barbieri, Alon Feuerwerker, Luis Falcão (Lula), Candido Vaccarezza, Fredo Ebling e Gilberto Martin, Aldo Rebelo, Rui Cesar (presidente), Maria Francisca de Souza (Kika), Pedro Reis Pereira e Vladir de Oliveira.

entidades. Essa votação provocou uma mudança no jogo políticos das alianças entre as organizações do ME. “Libelu” que estava compondo com “Refazendo”, “Caminhando”, “Centelha”, e “Unidade” em favor de uma diretoria provisória, votou em sua proposta por uma diretoria proporcional. As organizações que perderam a votação da diretoria definitiva, passaram a apoiar a provisória de entidades.

Às 04h15 da madrugada do dia 31 de maio de 1979, após longas e exaustivas batalhas nos mais de dois dias do Congresso foi, enfim, definida as entidades que comporiam a primeira diretoria da UNE:

- União dos Estudantes de São Paulo;
 - Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia;
 - Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco;
 - Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais;
 - Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;
 - Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
 - Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília;
 - Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará;
- (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979: p.62)

O resultado político foi o que se esperava. Rui Cesar Costa Silva assumiu a presidência da entidade, muito em decorrência de seu trabalho a frente da Comissão pró-UNE e do comando da mesa diretora do Congresso. Na articulação com “Refazendo”, Marcelo Barbieri assumiu a Secretaria Geral.

De todo modo, todas as grandes tendências do ME naquele momento estiveram representadas na composição da diretoria provisória da UNE. Também ficou refletido que essa composição se daria pelas entidades se deu a partir das universidades onde o ME estava mais consolidado e fortalecido politicamente. Ou seja, que demonstrava maturidade e musculatura para enfrentar os desafios políticos que estavam colocados para UNE, como também para a sociedade brasileira. Os desafios da redemocratização política do país e anistia para os presos políticos.

Além disso, a escolha de eleições diretas para a direção da UNE naquele momento foi uma decisão política, negando os preceitos da eleição indireta utilizada como método eleitoral do regime, funcionando também como ensaio para os anseios juvenis que culminariam com as diretas já em 1985.

Ao fim, percebemos que o 31º Congresso da UNE foi marcadamente plural. Ao qual o sentimento de busca e prática democrática norteou todo os processos e momentos

do Congresso. O objetivo naquele momento era dar uma resposta positiva a sociedade de que a UNE recém fundada estava amadurecida, assim como os estudantes formavam sua base. O Congresso da UNE se configurou num grande celeiro cultural, marcado pela presença de estudantes de todas as regiões do Brasil que trouxeram em suas malas e falas sua bagagem cultural. Ainda mais no Brasil, um país tão grande e diverso. A presença de milhares estudantes transformou o Congresso num grande caldeirão de ideias e experiências. O que, inevitavelmente, acabou refletindo na própria identidade da UNE. Atendendo as metas das lideranças estudantis que pretendia transformá-la em uma entidade ampla e representativa, além de combativa. O desafio de derrubar a Ditadura tornava-se cada vez mais premente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos, enfim, as considerações finais dessa dissertação de mestrado. E na escrita dessas linhas pude demonstrar, ainda que minimamente, como se deu o processo de reorganização do ME na Bahia. Tentando compreender e problematizar na medida do possível os caminhos trilhados pelos estudantes baianos para a retomada de suas articulações e movimentações políticas, e, conseqüentemente, seus desdobramentos.

Conseguimos perceber que esse processo foi marcado por várias nuances. Demonstrando que desde o processo de, digamos assim, fissura política, deflagrado com a promulgação do Ato Institucional Nº 5, o ME na Bahia, e mais especificamente da UFBA, tentou dentro dos limites do seu tempo e da conjuntura política, criar alternativas de ação e atuação política. Iniciando esse movimento a partir de ações mais individualizadas e pontuais que, inevitavelmente, foi forjando uma certa “cultura política” que acabou culminando com a reorganização das entidades de base (DAs e CAs), em contrariedade, como vimos, com o Regimento e o Estatuto da universidade. Demonstrando claramente uma demarcação de posição política, mesmo que essa dimensão não tivesse objetivamente muito clara para aqueles estudantes. Ou seja, com essas primeiras formas de organização política, o ME iniciou um processo de enfrentamento que rompia a própria dimensão de seus cursos apenas.

Nesse momento a agenda estudantil passou a se aglutinar dentro da perspectiva geral da universidade. Com isso, se criou as condições políticas para os enfrentamento de questões prementes para aquela geração (primeira metade da década de 1970): o boicote ao ciclo básico e ao provão. Criando um ambiente na UFBA que demandava ao ME a recriação de uma entidade que aglutinasse as articulações, com isso, houve-se a necessidade de recriação do DCE, para assumir esse papel. Sendo eleito, ainda que indiretamente, pelo colegiado das entidade de base.

Com o ganho de musculatura política esse mesmo ME começou a explorar outros campos de ação. Se espreitando nos limites que estavam colocados dentro de um contexto nacional tido para muitos historiadores como “anos de chumbo”, ou seja, onde o regime demonstrou sua verdadeira face, marcada pela égide da violência, da repressão, das torturas e morte.

Vimos que esse DCE/UFBA reorganizado, e fortalecido politicamente, encabeçou e articulou a primeira greve geral de estudantes pós-AI-5. Realizada em 1975, denominada “Greve Contra o Jubilamento”, mobilizou mais de 32 cursos da UFBA. Paralisando as atividades na universidade por quase um mês, em pleno auge da ditadura. Simbolizando claramente que dos primeiros passos ainda 1969, o ME demonstrava naquele momento força e maturidade política. E mais, apontava para o caminho da reorganização estudantil nacionalmente, como também da redemocratização política. O que, acabou acontecendo.

Depois da greve contra o jubilamento na UFBA, houve em 1976 pela primeira vez pós-68, a eleição direta para o DCE. Esse DCE mais fortalecido devido a legitimidade política estudantil, passou a extrapolar os muros institucionais da universidade, e buscar articulações com estudantes de outros Estados, como também outros setores da sociedade. Desse modo começou a se orquestrar as primeiras articulações gerais, que culminou com o processo de reorganização da UNE, e da coalisão de forças progressistas, agora, com reais condições de desafiar o regime, nesse momento enfraquecido politicamente.

Nesse pendulo político de fortalecimento dos movimentos sociais e do ME, associado ao declínio político da ditadura, criou-se a conjuntura possível para a realização do 31º Congresso da UNE em Salvador, e, conseqüentemente, a refundação da entidade. Ainda que o governo ainda demonstrasse algum nível de força, tentando em algum momento impedir a realização do evento, ou impedindo estudantes de chegar a Salvador, ou, até mesmo, de tentar desarticular o evento com um *blackout* e um ataque a bomba.

Congresso importantíssimo para a geração estudantil de 1970, e para que se sucederam, que viu as forças repressivas desarticular, prender, torturar e matar quem ousava almejar as liberdades democráticas. Como também de todas as gerações de estudantes, e de da UNE, que defenderam a democracia no Brasil. E foi nesse contexto que o Congresso da UNE foi realizado em Salvador. Representando, do ponto de vista organizacional, o resultado de um processo de verticalização institucional do ME que perdurou durante toda a década de 1970. Do ponto de vista político, o 31º Congresso da UNE simbolizava a vitória das forças progressistas que lutavam por: anistia, ampla geral e irrestrita; a retomada democrática; e a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, e viam na primeira reorganização de uma entidade nacional, e importante, um caminho sem volta para se acabar de vez com a ditadura no Brasil.

E foi nessa “festa” que a União Nacional dos Estudantes foi reerguida. Forte e imponente. Com amplo e absoluto apoio de toda a sociedade. A gabaritando a tarefa fundamental de lutar ao lado do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José A. G. **Movimento Estudantil e Consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Gilberto W. **Memórias de Comunicação e Construção de Cidadania: as experiências do Convenio Cultural e do Trabalho Conjunto de Salvador**. XXIV – Congresso Brasileiro de Comunicação, Campo Grande-MS, 2001.

ALMEIDA, Gilberto. W. **Política e Mídia na Bahia: A trajetória de Antônio Carlos Magalhães**. Tese de Doutorado - PPGCCC – UFBA, 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: Notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALVES, Maria H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1986.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: editorial Estampa, 1998.

BAHIA, **Assembleia Legislativa da Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana 1889 – 1991**. Salvador, 1997.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesiais de Base**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

BRITO, Antonio Carlos. **Tropicalismo: sua estética, sua história**. São Paulo: Vozes, 1972.

BRITO, Antonio M. F. **Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969)**. Dissertação em História – UFBA, FFCH. Salvador, 2003.

_____. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a ditadura militar (1964-1968)**. Tese em História – UFBA, FFCH. Salvador, 2008.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A União Democrática Nacional, um partido em questão (notas para um estudo sobre a UDN de 1945 a 1965)**. Cadernos CEDEC, São Paulo: 1978.

BENEVIDES, Silvio. **Proibido Proibir: Uma geração na contramão do poder – O Movimento Estudantil na Bahia e o Jovem**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UFBA, 1999.

CALADO, Carlos. **Tropicália: A História de Uma Revolução Musical**. São Paulo: 34, 1997.

CANCIAN, Renato. **Movimento Estudantil e Repressão Política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes**, cit., p.83

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da Memória: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985)** – EDUFRB, Cruz das Almas – Bahia, 2013.

CARVALHO, Sônia Maria dos S. **Dom Avelar Brandão Vilela: uma biografia histórica**. Mestrado em História – PPGHB/UFPI, Teresina, 2010.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CAVALCANTI JUNIOR, Idelmar G. **Juventude em Movimento: um estudo sobre a constituição do Movimento Estudantil como uma categoria histórica**. Mestrado em História – UFPI/CCHL, Teresina, 2007.

COSTA, Carla Sant'Ana B. **Movimento Estudantil Contemporâneo: uma análise compreensiva de suas formas de atuação**. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Sociologia - UFPE, 2004.

CRUZ, José Vieira. **Da autonomia a resistência universitária: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe**. Tese de Doutorado. PPGH-UFBA, 2012.

DANTAS NETO. Paulo F. **“Caminhos e Atalhos: autonomia política, governabilidade e governança urbana em Salvador (2000)”**. In: Ivo, Anete B. L. (org.): **O Poder da cidade: limites da governança urbana** – Salvador: EDUFBA. p. 51-83.

_____. **“SURF” NAS ONDAS DO TEMPO: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista**. Caderno CRH, salvador, n. 39, 2003.

_____. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)**. Belo Horizonte, Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

DIAS, Erasmo. **Doutrina de Segurança e Risco**. Ed. Santa Inês, São Paulo, 1990.

ESPIÑEIRA, Maria Victória. **O Partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros**. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e EDUFBA, 1997.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2 edição, São Paulo, Companhia Editora nacional, 1965.

GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. **Rebeldes e Contestadores**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, João C. Teixeira. **Memória das Trevas. Uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

GOENDER, Jacob. **O combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GOERTZEL, T. **MEC/USAID; ideologia de desenvolvimento americano aplicada à educação superior brasileira**. Revista Civilização Brasileira, n.14, p.133, julho 1967.

GOMES, João C. Teixeira. **Memória das Trevas. Uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. Era dos extremos. **O breve século XX: A Revolução Cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KOIFMAN, Fábio (org.) - **Presidentes do Brasil**, Editora Rio, 2001.

KINZO, Maria Dalva Gil. **Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

IVO, Alex de Souza. **Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

JACOBINA, André T. **Clivagem Partidárias: ARENA e MDB em tempos de distensão (1974-1979)**. PPGH-UFBA, Salvador – BA, 2010.

LANGLAND, Victoria. **La casa de las memorias en Praia de Flamengo 132: memorias estudiantiles y nacionales en Brasil, 1964-1980**. in Elizabeth Jelin and Victoria Langland, Org. Monumentos, memoriales y marcas territoriales. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2003.

LIMA, Gisele Oliveira. **Baixa do Marotinho: a luta pela moradia em Salvador (1974-1976)**. IV Simpósio Nacional Estado e Poder: os intelectuais. UEMA; 2007.

MACIEL, Luiz Carlos. **Geração em Transe: Memórias do Tempo Tropicalismo**. São Paulo: Nova Fronteira. 1996.

LIMA, Hamilton G. **O caso do Comunismo democrático: o PCB na última legalidade (1964-84)**. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Políticas (DCP) – UNICAMP, Campinas, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-68**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MELLUCCI, Antonio. **“Um objetivo para os movimentos sociais?”**. São Paulo: Lua Nova, 1989.

MOTA, Maurício Q. **“Inútil dormir que a dor não passa”**: **Movimentações Estudantis na década de 70 em Salvador**”: Nas Margens do Tempo: História em Construção. 1. ed. Curitiba - Paraná: Editora Progressiva, 2010. v. 1.

MÜLLER, Angélica. **No caminho à democracia: o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (1979)**. ENHO-ABHO, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **A resistência do Movimento Estudantil Brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969 – 1979), 2010**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Antonio E. A. **O Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA, 2002.

PAIANO, Enor. **Tropicalismo: Bananas ao Vento no Coração do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1996.

PELLICCIOTTA, Mirza. M. B. **Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70**. Dissertação de mestrado. IFCH - UNICAMP. Campinas-SP, 1997.

PEREIRA, Carla. G. **Continuidade ou mudança? Análise comparativa entre os governos de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995**. PPGCS – UFBA, 2007.

PEREIRA, Matheus. C. **Tecendo A Manhã: História do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, São Paulo; 2006.

POERNER, Artur. **O Poder Jovem**. 2ª Edição revisada e ampliada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POMAR, Vladimir. **Araguaia: o Partido e a Guerrilha**. São Paulo: Editora do Brasil Debates, 1980.

PORTUGAL, Niedja L. T. **Estudantes em Movimento (Fortaleza, 1969-1979)**. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFC, 2008.

REIS FILHO, Daniel A. e SÁ, Jair F. **Imagens da revolução documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

RIDENTI, Marcelo **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

ROMAGNOLI, Luis Henrique e GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador**. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1979.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Ver. Bras. De Hist. S. Paulo. V. 15, nº 30. pp. 9-22. 1995.

RUBIM, Antônio Albino C. **ACM: poder, mídia e política**. Brasília, UNB; 2001.

SANTOS, Laura Karine Maia dos. **A União Nacional dos Estudantes e a contra-reforma universitária do Governo Lula: a educação pública em debate**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVA, Hélio. **Juscelino Kubitschek - 19º Presidente do Brasil, 1956 — 1961**, Editora Três, 1983.

_____, **Emílio Médici 1969-1974 - 24º presidente do Brasil**, Editora Três, 1983.

VALLE, Maria R. **A imprensa enquanto ator nos episódios estudantis de 1968**. Revista de Ciências Sociais Mediações – v.13, nº1-2, p.74-86, Jan/Jul e Jul/Dez, 2008.

_____. *1968: O Diálogo é a Violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2ªed.2008.

VECHIA, Renato da Silva D. **O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel**. Tese de Doutorado – Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, 2011.

DOCUMENTAÇÕES CONSULTADAS

Boletim Estudantil dos Estudantes de Economia da UFBA – 1977.

Boletim do Diretório Estudantil de Arquitetura da UFBA –1972.

Boletim dos Estudantes da Bahia(BEBA) – DCE/UFBa. Junho de 1979.

Constituição Federal, 1967.

Caderno do CEAS, N.56, Julho/Agosto de 1978.

Cadernos do CEAS, N.38, Julho/Agosto de 1975

Cadernos do CEAS, N.48, Março/Abril de 1977.

Cadernos do CEAS, N.62, julho/agosto de 1979.

Carta de Princípios – TCS – 27 de maio de 1978.

Carta de Compromissos – TCS – 27 de maio de 1978.

Diário Oficial da Assembleia Legislativa da Bahia, 7 e 8 de Julho de 1979.

Decreto-Lei 228 publicado pelo Presidente Castello Branco em 28 de fevereiro de 1967.

Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/02/1968, Página 1404 – Em Coleção de Leis do Brasil - 1968, Página 366 Vol. 2.

ESTATUTO UFBA, Decreto N°64.900 de 29 de julho de 1969, publicado no Diário Oficial da União em 31 de julho de 1969.

Informação da Assessoria de Segurança e Informação – UFBA, em 13 de dezembro de 1976, n°754/76.

Informação N° 0136/19/AC/90 – Serviço Nacional de Informações.

Informes. [1978] – Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37

Manifesto dos estudantes da UFBA “Ao povo da Bahia”, – 06 de dezembro de 1975.

Moção de apoio ao Congresso da UNE – I Convenção Estadual da Ala Jovem do MDB-BA. 13 de maio de 1979.

Regimento do Congresso de reconstrução da UNE. São Paulo, 05 e 06/05/1979. 10ª - Reunião da Comissão pró-UNE. – Arquivo Prometeu/UNB – Cod. AE5513.

REGIMENTO UFBA, Decreto Nº64.899 em 31 de julho de 1969, publicado no Diário Oficial da União em 31 de julho de 1969.

Relatório do Serviço Nacional de Inteligência, em 31 de maio de 1976, Nº0437/116.

Relatório do Serviço Nacional de Inteligência, em 27 de julho de 1976, Nº0621/116.

Relatório do Serviço Nacional de Inteligência, em 16 de agosto de 1976, Nº0699/116.

Relatório Especial de Informação nº 001/19/AC/79. Datado no dia 06 de Junho de 1979, com o assunto: CONGRESSO DA UNE – SALVADOR/BA, origem da AC/SNI com difusão CH/SNI – CIE-CISA-CENIMAR-CI/DPF.

Pedido de busca do Serviço Nacional de Inteligência, em 24 de novembro de 1976, Nº0859/116.

Serviço Nacional de Inteligência. Apreciação Sumária, n.16/76. AEG/CPDOC.

PERIÓDICOS

A Tarde (1969-1979)

Correio da Bahia (1969-1979)

História Imediata. “**A Volta da UNE**”. Edição Especial; Editora Alfa-Ômega, 1979.

Isto é. “**A geração de 1964, quarentona**”. 04 de abril de 1984.

Jornal da Bahia (1969-1979)

Tribuna da Bahia (1969-1979)

Movimento, “**UNE: A volta por cima**”, 14 a 20 de maio de 1979.

Veja, “**Encontro, prisões, greve**”. 08 junho de 1977.

Veja, “**De volta à Cena. Mas em que lugar?**”. 04 de junho de 1979.

PERIÓDICOS ESTUDANTIS

Jornal De Fato, junho de 1977, Belho Horizonte.

Jornal do 22, 22 de agosto de 1979.

Jornal Pingente, Nº2, Julho de 1977, Rio de Janeiro.

Jornal Saúva produzido pelo CUCA e pelo DCE/UFBA – 1972.

Jornal Viração, 1ª Ed. 21 de maio de 1976.

Jornal Viração, 2ª Ed. 26 de julho de 1976.

Jornal Viração, 3ª Ed. 10 de novembro de 1976.

Jornal Viração, 4ª Ed. 22 de abril de 1977.

ENTREVISTAS PUBLICADAS

Ruy Cesar Costa Silva, projeto Memória do Movimento Estudantil em 2004 em 12 de novembro de 2004.

Javier Alfaya Rodrigues, projeto Memória do Movimento Estudantil em 2004 em 08 de novembro de 2004.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Luiz Henrique Sá da Nova em 31 de maio de 2010, no Centro de Artes, Humanidades e Letras Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / Cachoeira – Bahia.

Nelson Costa da Mata Valdélio Santos Silva em 04 de julho de 2012, no Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americano (CEPAIA), Salvador – Bahia.

Olival Freire Junior em 27 de fevereiro de 2012, no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia / Salvador – Bahia.

Valdélio Santos Silva em 05 de março de 2012, no Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americano (CEPAIA), Salvador – Bahia.

Valdélio Santos Silva em 04 de julho de 2012, no Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americano (CEPAIA), Salvador – Bahia.

SITES CONSULTADOS

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>. Consultado no dia 21 de agosto de 2012 as 10h00m.

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=96874&norma=121265> Consultado em 07 de outubro de 2012.

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=191693&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB> - Consultado em 07 de outubro de 2012 as 14h19m.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68> - Consultado em 19 de setembro de 2012 as 09h11.

<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br> – Consultado no dia 17 de setembro de 2012 as 17h00.

<http://www.mme.org.br> - Consultado no dia 17 de junho de 2011 as 17h15.

<http://reconstrucaodaune.blogspot.com.br/> - Consultado em 19 de setembro de 2012 as 11h15.

